

REVISTA RUMOS DA PESQUISA

EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS,
CIÊNCIAS DO ESTADO E DA
TECNOLOGIA

ISSN: 2525-278X
VOLUME 1 | ANO 5
NÚMERO 5
2020

REVISTA RUMOS

**DA PESQUISA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS, CIÊNCIAS DO ESTADO E DA
TECNOLOGIA**

**Revista do Centro de Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Tecnologia
do Centro Universitário do Cerrado – Patrocínio - UNICERP**

ISSN: 2525-278X

DOI da Revista: 10.17648/2525-278X

DOI da Edição: 10.17648/2525-278X-v2n5

“Não são as crises que mudam o mundo, e sim nossa reação a elas.”.
Zygmunt Bauman

A Revista Rumos da Pesquisa em Ciências Empresariais, Ciências do Estado e da Tecnologia aceita contribuições inéditas de trabalhos científicos, dentro de sua especialidade.

R348

Revista Rumos da Pesquisa em Ciências Empresarias, Ciências do Estado e da Tecnologia [recurso eletrônico] / Centro Universitário do Cerrado Patrocínio. – v.2, ano 4, n. 5 (jul./dez. 2019). – Patrocínio: UNICERP, 2019.

Semestral

ISSN 2525-278X /

Modo de acesso: www.unicerp.edu.br

1. Administração. 2. Ciências Contábeis. 3. Direito. 4. Educação. 5. Engenharia Civil. I. UNICERP – Centro Universitário do Cerrado Patrocínio.

CDD: 370.7

**REVISTA RUMOS DA PESQUISA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS, CIÊNCIAS DO
ESTADO E DE TECNOLOGIA – publicação semestral do Centro Universitário do
Cerrado Patrocínio – MG – Brasil**

Diretoria Executiva

Reitor Dr. Clauber Barbosa de Alcântara
Dr. Marcelo Rodrigues Lemos
Dra. Gisélia Gonçalves de Castro

Conselho Editorial Interno

Dra. Camilla Fernandes Moreira
Me. Fernando Ramos Bernardes Dias
Dr. Gustavo Tambelini Brasileiro
Me. Helio de Oliveira Junior
Ma. Izabel Rosa Moreira
Me. João Batista Ferreira
Dr. Marcelo Rodrigues Lemos
Ma. Mariana Milla Assunção de Araújo
Me. Reinaldo Caixeta Machado
Me. Renato de Souza Nunes

Conselho Editorial Externo

Dr. Alexandre Walmott Borges (UFU)
Dra. Christina de Rezende Rubim (UNESP)
Dr. Clésio Marcelino de Jesus (UFU)
Dr. Edinilson Donisete Machado (UNIVEM/SP-FONDINOP/PR)
Dr. Hugo Luís Pena Ferreira (UFG)
Dr. José Cláudio Junqueira Ribeiro (FUMEC)
Ma. Leila Cristina do Nascimento e Silva (FEAM/MG)
Dr. Paulo César Correa Borges (UNESP)
Dr. Paulo Roberto de Oliveira Santos (IMEPAC)
Dr. Rodrigo Toledo (UNESP)
Dr. Silvio Aparecido Crepaldi (UFU -UNIUBE)

Envio de trabalhos para email: revista@unicerp.edu.br

APRESENTAÇÃO

A Revista Rumos da Pesquisa em Ciências Empresariais, Ciências do Estado e de Tecnologia, em seu quinto número, reúne artigos originais de diversas áreas do conhecimento, como a Administração, as Ciências Contábeis, o Direito, a Educação e a Engenharia Civil. A reunião dos textos aqui presentes reforça o intuito do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio - UNICERP em promover a pesquisa científica entre seus alunos e docentes, oferecendo ao público em geral análises sofisticadas sobre a realidade em suas dimensões materiais, sociais e econômicas.

A presente edição apresenta à comunidade acadêmica e à sociedade dezesseis trabalhos, que foram submetidos a um rigoroso processo de revisão pelo conselho editorial, com abordagens que compõem temas relevantes e associados ao meio jurídico, ao comércio e suas instituições correlatas, ao processo educacional e à construção civil.

Ficam os nossos agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste volume e nossas congratulações aos autores pelos seus notáveis trabalhos, que possibilitaram esta publicação.

Desejamos que a leitura contribua para novas reflexões sobre os temas aqui abordados.
Ótima leitura!

Reitor Dr. Clauber Barbosa de Alcântara

Editor Dr. Marcelo Rodrigues Lemos

SUMÁRIO

Profissionais do sexo e a jurisdição: Limites e possibilidades	
<i>Ana Luíza Bruno Morais; Marcelo Rodrigues Lemos</i>	04
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-1	
O sujeito de direitos fora da heteronormatividade: Pensando a (in)visibilidade da diversidade sexual	
<i>Matheus Moreira Mendes; Marcelo Rodrigues Lemos</i>	22
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-2	
Direito e linguagem: O Português Jurídico e a Língua Portuguesa como fontes de formação do profissional em Direito	
<i>Rogério Wenderson Ferreira Caixeta; Fátima Yukari Akiyoshi França</i>	41
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-3	
O regime fechado e o sistema progressivo quanto ao cumprimento da pena: Uma revisão sistemática da epistemologia	
<i>Wesley Antonio Gonçalves; Stéfani Fidélis Saldanha; Luciano dos Reis Guimarães</i>	55
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-4	
Literatura no processo de alfabetização	
<i>Karolayne Aparecida Guimarães; Fátima Yukari Akiyoshi França</i>	71
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-5	
As consequências da violência doméstica no processo de aprendizagem	
<i>Alessandra das Graças Pereira Magalhães; Fátima Yukari Akiyoshi França</i>	85
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-6	
Inovações tecnológicas contemporâneas: Empreendedorismo por meio das <i>start-ups</i>	
<i>Arthur Fernandes Caetano; Fátima Yukari Akiyoshi França</i>	101
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-7	
A relevância da gestão de estoque no varejo: Visão dos gestores e responsáveis da área de compras	
<i>Lucas Corrêa Costa; João Batista Ferreira</i>	111
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-8	
A importância do marketing digital para as organizações nos dias atuais	
<i>Amanda Aparecida do Amaral; Maíra dos Reis Araújo</i>	124
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-9	
Contabilidade pública: Uma análise dos gastos do município de Patrocínio/MG	
<i>Fernanda Ferreira Figueiredo; Rafael Silva</i>	139
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-10	
Comunicação interna: A saúde do ambiente organizacional	
<i>Delba de Deus da Silva; Fátima Yukari Akiyoshi França</i>	163
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-11	
Marketing em tempos de crise	
<i>Bruna Yuri Myakı Grosskopf; Fiama de Oliveira dos Reis; Giovana Martins Alves; Samantha de Fátima Rodrigues Peres; Maíra dos Reis Araújo</i>	174
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-12	
Aplicação do diálogo diário de segurança em canteiro de obra para prevenção de acidentes no ambiente de trabalho	
<i>Bruna Souza Vieira; Luciano da Rocha Magalhães</i>	191
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-13	

Estudo de viabilidade do LAUQ (Laterita Asfáltica Usinada a Quente)	204
<i>Diego da Silva Carvalho; Gilberto Fernandes</i>	
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-14	
Dimensionamento de pavimento para sistema viário de mina: Estudo de caso - CMP	218
<i>Igor Pereira Araújo; Gilberto Fernandes</i>	
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-15	
Análise comparativa entre critérios de dimensionamento de blocos de fundação em concreto armado	235
<i>Isadora Vieira dos Santos; Luciano da Rocha Magalhães</i>	
DOI: 10.17648/2525-278X-v2n5-16	

PROFISSIONAIS DO SEXO E A JURISDIÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

ANA LUÍZA BRUNO MORAIS¹
DR. MARCELO RODRIGUES LEMOS²

RESUMO

Introdução: A necessidade da regulamentação da prostituição como uma modalidade de trabalho, mesmo que autônoma, se tornou inevitável, ao passo que a prática existe há séculos e sua regularização jurídica pode colaborar com o rompimento de preconceito e discriminação. Assim, este artigo tem o objetivo específico de analisar um Projeto de Lei que previa essa normatização, porém, embora trouxesse benefícios inequívocos aos profissionais do sexo, foi arquivado em sua tramitação na Câmara Federal. **Materiais e Método:** O trabalho se desenvolveu mediante pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória, com fundamentação doutrinária cujo principal autor utilizado foi Renato de Almeida Oliveira Muçouçah (2015), além do Projeto de Lei 4.211/2012 – intitulado “Projeto Gabriela Leite”, de autoria do então Deputado Jean Wyllys. O estudo contou com o suporte do método hipotético-dedutivo, a fim de avaliar as consequências ocasionadas pela hipotética aprovação do Projeto em questão, utilizando argumentos teóricos e vozes da opinião pública favoráveis e/ou contrárias à sua consolidação. **Resultados:** O texto ressaltou a necessidade de lidar com a prostituição para além de moralismos sociais, reafirmando a necessidade de caracterização da prática enquanto uma forma de trabalho como qualquer outra, a fim de oportunizar as garantias constitucionais ao público em realce. **Conclusão:** Nesse sentido, a pesquisa demonstra, ao final, que a adoção desse entendimento proporcionaria alguns benefícios aos profissionais do sexo, tais como: maior eficácia aos direitos fundamentais no âmbito social, mais segurança e respeito da sociedade, melhorias nas condições de saúde dos que se prostituem, ganhos financeiros sem o agenciamento por terceiros e possíveis garantias previdenciárias e trabalhistas.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Direitos Humanos. Profissionais do Sexo. Regulamentação da Prostituição.

SEX PROFESSIONALS AND JURISDICTION: LIMITS AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

Introduction: The need to regulate prostitution as a form of work is inevitable, as the practice has existed for centuries and its legal regularization can collaborate with the end of prejudice and discrimination. Thus, this article has the specific objective of analyzing a Bill of Law that provided for this standardization, however, although it brought undeniable benefits to sex workers, it was filed during its processing at the Federal Chamber. **Materials and Methods:** The work was developed through exploratory bibliographic and documentary research, with

¹Bacharel em Direito pelo UNICERP. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. nalumora0@gmail.com.

²Doutor em Ciências Sociais pela UNESP. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. marcelo.lemos@hotmail.com.

doctrinal foundation and the main author used was Renato de Almeida Oliveira Muçouçah (2015), in addition to Bill 4.211 / 2012 - entitled "Project Gabriela Leite", authored by the then Deputy Jean Wyllys. The study had a hypothetical-deductive method, in order to evaluate the consequences caused by the hypothetical approval of the Project in question, using theoretical arguments favorable and / or contrary to its consolidation. **Results:** The text emphasized the need to understand prostitution beyond social moralisms, reaffirming the need to characterize the practice as a form of work, in order to offer constitutional guarantees to the public. **Conclusion:** In this sense, the research shows, at the end, that the adoption of this understanding would provide some benefits to sex workers, such as: greater effectiveness to fundamental rights in the social sphere, more security and respect for society, improvements in the health conditions of prostitutes, financial gains without third party agency and possible social security and labor guarantees.

Keywords: Fundamental Rights. Human Rights. Sex Professionals. Prostitution Regulation.

INTRODUÇÃO

É possível afirmar que a prostituição é uma profissão bastante antiga, sendo encontrada por todo o mundo. É entendida como uma atividade institucionalizada que pressupõe retorno financeiro com a cobrança por atos sexuais. Dessa forma, a presente análise acadêmica tem como prioridade abandonar qualquer preconceito quanto ao seu objeto de estudo, propondo debater o trabalho sexual como exercício profissional autônomo e legítimo, podendo, inclusive, se constituir relação de emprego.

Tratando de um assunto tão polêmico e delicado, é interesse resgatar, desde tempos mais remotos, como esta profissão surgiu e o quanto é antiga. As (os) profissionais do sexo nem sempre foram criticadas e desprezadas pela sociedade. Por exemplo, na Babilônia, no Egito e na Suméria, as prostitutas eram consideradas semideusas, verdadeiras divindades, por isso, os homens as ofertavam e as presenteavam (ROBERTS, 1998).

Eram símbolos de fertilidade e se diferenciavam das esposas amáveis e submissas, pois eram consideradas mulheres livres com posicionamento social e independência para agir, tais quais os homens. Na Grécia Antiga (753 a.C.), as prostitutas detinham de grande poder político, econômico e principalmente verbal, sendo necessário ao legislador da época – Sólon(638a.C.– 558a.C.) – controlar e fiscalizar todo tipo de meretrício e estabelecer a postura moral, com o auxílio da filosofia, do direito e principalmente com a influência da religião (ROBERTS, 1998, p. 26-27).

Na Época Medieval, em meados do século XIV e XV, a atividade sexual movimentava tanto dinheiro que foram criados bordéis pertencentes à Coroa, administrados por distritos provinciais. Assim, apesar de a Igreja Católica pregar a repressão sexual, o governo político

demonstrava interesse pela indústria do sexo, pois a prática auferia excelente renda à sociedade.

Entretanto, a prostituição se torna proibida em meados do século XIX, sendo menosprezada e julgada periférica diante dos olhares das famílias moralmente descentes. Isso ocorre com o apoio de militantes católicos, com as feministas conversadoras da época e principalmente com o pavor social causado pelas doenças sexualmente transmissíveis.

Não foi diferente em nosso país, o Brasil, em seu Código Penal, art. 229 e seguintes, traz a conceituação e a tipificação criminal do ato, da seguinte forma: “Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente (...)”.

Todavia, em constante contradição, o então Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, em outubro de 2002, através da Portaria n. 397, reconheceu a atividade como lícita. De acordo com a portaria, os profissionais são pessoas que buscam programas sexuais, atendem e acompanham clientes, além de participar de ações educativas no campo da sexualidade.

Considerando a realidade do fenômeno da prostituição, o assunto estimula, no Legislativo Nacional, debates que acabam migrando para os costumes ou para a criminalização daqueles que exercem o meretrício. Em menor intensidade, também potencializam Projetos de Leis que tentam buscar maneiras de garantir os mesmos direitos sociais que os demais trabalhadores possuem.

Compreendendo que o tema é delicado, a problemática desta análise pode ser caracterizada pela seguinte questão: quais os impactos positivos proporcionados aos profissionais do sexo com uma provável regulamentação jurídica da atividade? Por envolver o direito, a moral social, os aspectos culturais, a religião, entre outros, o intuito deste artigo é demonstrar que a prática pode ser considerada uma forma de trabalho autônomo, cooperado e também de emprego, de forma que os ganhos pelo profissional deveriam servir como base de cálculo para a contribuição previdenciária, afinal, segundo o art.12 da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei 8.212/91), inciso V, letra H, são os profissionais do sexo segurados individuais obrigatórios, bem como os médicos, advogados, engenheiros, pois exercem com autonomia suas atividades.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho se desenvolveu mediante pesquisa bibliográfica e documental de natureza exploratória, o método utilizado para organização da pesquisa foi o método hipotético-dedutivo, que se enceta pela percepção de lacunas nos conhecimentos, testando diversas hipóteses quanto

à natureza do proposto conceito de contrato de trabalho do profissional do sexo, bem como suas peculiaridades.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho tem como base bibliográfica, materiais já publicados que dissertam sobre o tema, bem como Projetos de Leis e iniciativas que regulamentariam a profissão, com o apoio de doutrinas, teorias e opiniões políticas.

O presente trabalho se desenvolveu a partir de fundamentação doutrinária cujo principal autor utilizado foi Renato de Almeida Oliveira Muçouçah (2015), além do Projeto de Lei 4.211/12 – “Projeto Gabriela Leite” de autoria do então Deputado Jean Wyllys. Os referenciais em destaque contribuíram de forma reflexiva para as análises feitas ao longo do texto.

O trabalho está organizado em três sessões, que se apresentam sequencialmente na seguinte estrutura: primeiramente a contextualização histórica da prostituição, partindo da premissa de que antigamente a prática era bem vista e por quais razões ela se marginalizou nos tempos atuais. Em um segundo momento, o trabalho se concentra em apresentar os efeitos práticos da marginalização da prostituição, diante do preconceito da sociedade, risco à saúde, violência, com o intuito de demonstrar a necessidade da regulamentação do exercício sexual, e, por fim, os prováveis efeitos da legalização da prostituição no Brasil, apresentando hipóteses positivas que nasceriam com a legalização: mais segurança para os profissionais, redução do preconceito e do conservadorismo, respeito da sociedade, mais saúde aos que ganham a vida com o sexo, ganhos financeiros sem o agenciamento por terceiros, garantias previdenciárias, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contextualização Histórica da Prostituição

Na Idade Antiga (2.400 a.C), apesar da opinião ética do cristianismo medieval da época, a busca pelo prazer e pelo desejo não era considerada algo mau, de maneira que o ato sexual não era visto com conotação negativa e se vinculava a uma concepção de forma de expressão do amor e das necessidades físicas, com o objetivo de se realização sexual, considerando ser algo natural e exigido pelo corpo (MUÇOUÇAH, 2015).

Na Grécia Antiga (753 a.C), realizavam-se cultos à deusa-mulher, de acordo com as inúmeras imagens destinadas às mulheres da época, onde elas aparecem sempre grávidas, como símbolo de fertilidade. Essas deusas convidavam toda a sociedade local a praticar atos sexuais

e ofertarem algo aos deuses, fossem homens ou mulheres, proporcionando uma experiência deslumbrante de procriação, interligando, através do sexo, as pessoas à divindade (QUALLS-CORBETT, 2005).

Essas interpretações a respeito do prazer, do sexo e da prostituição surgiram muitos anos antes de Cristo. Com o tempo, entretanto, conseguiram transformar a prostituição – considerada algo sagrado e um meio de elevação de espírito – em coisa mundana e profana, pois, a força social das prostitutas (muitas vezes consideradas semideusas) era tão grande que setores da sociedade se sentiram ameaçados política e civilmente em relação à influência pública das chamadas “mulheres da vida”.

Foi a partir dessa força social da atividade que, na Grécia Antiga, berço da democracia, Sólon (638 a.C.–558 a.C.) – estadista, legislador e poeta grego – sabendo que a prática era altamente prestigiada e respeitada, decidiu confinar as prostitutas aos bordéis com o intuito de recolher impostos desses locais, obtendo lucro para o Estado com a mercantilização da profissão e retirando delas os seus poderes políticos e influência social. Algumas delas exerciam o meretrício nas ruas, a fim de fugir dos impostos e das leis fiscais, pois, na maioria das vezes, as prostitutas dos bordéis não eram remuneradas em razão de serem escravas de guerra, sem qualquer outra possibilidade de vida ou trabalho, acabavam por serem presas fáceis para a prática. A prostituição se tornou, então, uma espécie de trabalho, seja formalizado ou clandestino (MUÇOUÇA, 2015).

Além dos prostíbulos oficiais, existiam na época as chamadas casas de tolerância, locais destinados a banhos públicos que possuíam duas finalidades divergentes, uma de prestar serviço de banho e outra destinada à prostituição, praticada nos diversos quartos e camas do estabelecimento. Foi neste período que houve uma espécie de distinção entre as prostitutas “legais” e aquelas que exerciam seu ofício sem o conhecimento efetivo das autoridades. Aquelas que exerciam seu trabalho livremente contribuía com o pagamento de uma taxa à autoridade competente e, além disso, precisariam ser admitidas para atuar num bordel.

Entretanto, apesar de muitas exercerem o meretrício livremente, havia algum nível de preconceito e constrangimento diante de algumas mulheres, sobretudo quando violentadas. A mulher violentada sofria com dificuldades de reinserção social, mesmo que houvesse testemunhas a seu favor para indicar sua inocência, por isso, passava a ser taxada de prostituta. A visão social em relação à mulher violentada a culpava pelo acontecido, como se ela tivesse provocado o estupro. Esse comportamento dificultava a inserção da vítima na sociedade e, de alguma forma, possui paralelo com os dias atuais.

Alguns monarcas europeus tinham o costume de construir, próximo aos seus palácios,

bordéis particulares para a satisfação tanto do Rei quanto de amigos e convidados da nobreza. Era difícil banir a prostituição da sociedade, mesmo com as leis mais rígidas. Em decorrência da ascensão do protestantismo, vários países europeus tiveram seus prostíbulo fechados e a prostituição passou a ser severamente proibida, de maneira que até a Igreja Católica – que antes lucrava com o trabalho sexual das casas de prostituição – teve que reagir com a mesma força moral adotando medidas rígidas contra a prostituição, com o objetivo de liquidá-la de vez (ROBERTS, 1998).

Segundo a Igreja Católica, a figura do corpo é elemento de salvação e Cristo é o maior exemplo disso, quando de sua flagelação na cruz. A religião propõe, portanto, resistir, na carne, às tentações e à luxúria existentes no mundo, não sendo o corpo instrumento de satisfação sexual. Além da opinião cristã, finalizando o século XIX e adentrando o século XX, surgem as feministas conservadoras, com o objetivo de purificar e civilizar as mulheres, pregando que a prostituição simbolizava perigo e desordem, afrontando a moralidade.

É neste momento que se cria o estereótipo da mulher “mundana”, “puta”, “de vida fácil”, que se recusa a um trabalho decente e honesto. Embora existissem muitos discursos semelhantes a estes, a prostituição persistiu e a luta pela regulamentação da profissão foi estabelecida em muitos países. No ano de 2000, na Inglaterra, surgiu o primeiro Sindicato Internacional dos Profissionais do Sexo, o qual possuía diversos desafios a serem enfrentados, principalmente em relação à sociedade patriarcal e moralista.

Considerando a história da prostituição e as suas formas de existência, é possível identificar quatro tipos, conforme o autor Renato Oliveira Muçouçah (2015). O primeiro deles é a prostituição de exploração, à qual deve ser atribuída a tutela penal, crimes previstos nos arts. 227, 228, 229, 230, 231 e 231-A do Código Penal Brasileiro, é aquela em que é exercida por intermédio de alguém para satisfazer a luxúria de outra pessoa mediante o emprego de força ou ameaça, além disso, o induzimento à prostituição também é punido, mesmo que não exista a exploração.

A prostituição de subsistência é aquela em que o profissional vende prazeres e experiências sexuais de maneira sistemática, seja através da exposição de seu corpo via internet, ou através de telefonemas e conversas que instiga o outro, ou até mesmo no universo da cinematografia pornográfica, desde que de uma dessas extraia uma renda para manter-se, de maneira que consigam suprir suas necessidades pessoais e familiares, como em qualquer outro tipo de trabalho. Nesta categoria, os profissionais possuem ciência do que realizam, se dedicam com habitualidade podendo ser realizado tanto nas ruas quanto em sua própria casa ou estabelecimentos destinados a este fim.

Vale ressaltar que não é apenas a pessoa desvalida que se dedica à profissão de subsistência. Independente de escolaridade, formação, possibilidades de conseguir um trabalho, o exercício do meretrício também é um caminho escolhido pela autonomia da vontade da pessoa que pretende realizá-lo. Não cabe a ninguém o questionamento a respeito de ser o pior ou o melhor caminho, por se tratar, em certos casos, de uma simples escolha, que inclusive não é ilegal e nem criminosa e, por isso, deve receber todo o amparo e a tutela do Estado (MUÇOUÇA, 2015).

Ao que tange a prostituição de luxo, considera-se um tipo refinado de venda de prazeres e experiências sexuais, exercido de maneira autônoma, onde existe um enorme esforço por parte do profissional em manter um bom físico com exercícios físicos, cirurgias plásticas, implantes, tudo relacionado à estética corporal. São os chamados acompanhantes, que além de manterem relações sexuais são apresentados para sociedade, em uma roda de amigos e/ou clientes, como namorada (o), e em casos semelhantes à estes, o profissional deve saber se comportar em todo e qualquer ambiente. Esta categoria está relacionada aos profissionais caros, que propõe seus serviços aos clientes mais exigentes que o convencional, isso dá a chance deles de desenvolverem seu trabalho com mais liberdade e lucros maiores.

Por fim, a prostituição esporádica – talvez até a mais comum exercida pela sociedade – é uma atividade eventual que poderá acontecer em situações deliberadas, ou seja, nada mais é quando uma pessoa fornece serviços sexuais em troca de alguma renda ou favor, com o intuito de se beneficiar com aquele bem ou serviço permutado. Porém, as pessoas que se dedicam a exercer este tipo de prostituição, não são consideradas profissionais do sexo, pois praticam de forma imprevista e não possuem objetivo de lucrar economicamente, não fazem deste exercício sua renda de subsistência, se não, uma satisfação de uma finalidade em específico (MUÇOUÇA, 2015).

Direitos fundamentais e os efeitos práticos da marginalização da prostituição

Sabe-se que a Dignidade da Pessoa Humana transcende o plano jurídico normativo, é a norma suprema do Estado Democrático. É considerado o princípio informador e norteador de todos os demais. Na realidade, onde não houver respeito pela vida e pela integridade física do ser humano e onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas e a intimidade e a identidade do indivíduo forem objeto de ingerência indevida e sua igualdade não forem garantidos, não haverá espaço para a Dignidade da Pessoa Humana e esta será objeto de

injustiças (SARLET, 2009).

Partindo dessa premissa, os direitos humanos são um conjunto de direitos que englobam a dignidade, a liberdade e a igualdade humana. Os direitos de liberdade, que serão aqui apontados, correspondem aos direitos civis e políticos, ganhando ênfase no campo do direito à vida, à prosperidade, igualdade perante a legislação e principalmente aos direitos de personalidade.

Assim, entende-se que a liberdade constitui autonomia, no sentido de que o indivíduo pode dispor de si mesmo, de forma que estes possuem a escolha e, logo, a materialização de seus planos de vida, não podendo ser confundida com a liberdade negativa, que nada mais é que a proibição de terceiros – e inclusive do Estado – de interferirem nas escolhas individuais de cada um.

Diante da breve conceituação, trilhemos a relação existente entre estes direitos fundamentais e a prestação de serviços sexuais. Primeiramente, não há impedimento no Brasil para a atuação da profissão, ao contrário disso, a Portaria n. 397/2002 do então Ministério do Trabalho e Emprego, elencou-a entre uma das profissões existentes no país. Apesar do reconhecimento, o Estado não lhes garante direitos e nem dispõe de formas legais para que estes atuem em seu campo de trabalho.

Nesse sentido, compreende-se que as pessoas são seres livres para exercerem ou não a sua sexualidade, seja hétero ou homoafetiva, não devendo o Estado ditar como deve fazer uso dessa liberdade e sim conceber o tratamento igualitário como dos outros trabalhadores, de forma que não os humilhe e nem os desprezem por escolherem legitimamente um trabalho. Portanto, conceder direitos trabalhistas aos trabalhadores do sexo significa reconhecê-los, de fato, enquanto profissão e dar-lhes a dignidade humana, tanto no sentido individual quanto social.

Salientando a necessidade do reconhecimento da profissão, Rodrigo Bernardes Dias (2012) exprime os direitos sexuais como direitos fundamentais da pessoa humana, de forma que contribuem com a liberdade, a igualdade e a dignidade de todos os povos.

Desse modo, o XV Congresso Mundial de Sexologia, sediado e ocorrido em Hong Kong (China) entre 23 e 27 de agosto de 1999, estabeleceu pela Assembléia Geral da Associação Mundial de Sexologia (WAS – World Association for Sexology), algumas delimitações quanto a esses direitos no que tange às “Declarações dos Direitos Sexuais”, inclusive no que diz respeito ao direito à liberdade sexual, podendo a pessoa se manifestar livremente nas mais diversas formas de expressão sexual excluindo, obviamente, qualquer forma de exploração, coerção e abuso. Logo, o direito de vender o sexo como parte da integridade sexual deverá, evidentemente, limitar toda e qualquer forma de exploração e maneiras não livremente

consentidas.

Portanto, não pode o Estado colocar obstáculos indevidos a outros direitos fundamentais – como, por exemplo, o direito a liberdade de exercício profissional – apenas se sustentando em moralismo antiquado por parte da sociedade, pois, de fato, é direito individual e subjetivo que o indivíduo se dispõe a apresentar no mercado em geral, sua própria força de trabalho e escolhendo sua maneira de desenvolvimento, conforme sua vocação e/ou necessidade.

Ademais, nossa Carta Magna é uma forma de proteção para todos, inclusive aos profissionais do sexo, como dispõe o artigo 5º, §2º da CF/88 que resguarda os direitos e que as garantias são para todos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (BRASIL, Constituição. 1988).

É importante ressaltar que a compra e venda do ato sexual é aquela realizada com outrem e não implica na compra do corpo propriamente dito. Comparativamente, é possível dizer que um advogado não vende seu cérebro para realizar as suas atividades laborais, tampouco um pedreiro vende suas mãos e braços ao cliente que o contrata para a obra. O objeto do contrato, no tema em tela, é o prazer e a disposição deste prazer a partir do uso do corpo para a prática com outro indivíduo.

Assim, a finalidade deste trabalho de conclusão de curso é a busca por reconhecimento e capacidade de atribuir dignidade e sentido à vida dessas pessoas, apontando se de fato a regulamentação trará melhorias de vida a elas. Acredita-se, aqui, que a regulamentação irá fortalecer e dar visibilidade a essa categoria, podendo impulsionar até mesmo políticas públicas de incentivo ao processo de desmarginalização de uma profissão que já existe às cegas e movimenta um mercado desmesurado – que, contraditoriamente, cobra a existência da prostituta –, além de evitar que as pessoas que assim trabalham sejam ocultadas e excluídas da sociedade e do Estado.

Uma das demandas dessa regulamentação é o investimento na área da saúde. É fato que os profissionais do sexo são mais propícios a contrair doenças sexualmente transmissíveis, devido à falta de serviços sociais e de saúde dedicados especialmente a eles, ao passo que, em muitos casos, a categoria sofre assédio para que o sexo seja feito sem proteção.

Outro ponto importante a ser ressaltado está ligado à redução de violência e crimes

sexuais, pois, se regularizada, os profissionais estariam legitimados, inclusive, a acionar as autoridades policiais, intimidando o abuso e a violência por parte de seus clientes. Além desse fato, haveria redução no tráfico de mulheres e pessoas, pois, a proibição da prostituição facilita aos traficantes, que ameaçam as suas vítimas e estas ficam apreensivas em buscar a polícia, por acreditarem que irão ser presas também.

Como se vê, os benefícios oportunizados pela regulamentação da prostituição podem servir à valorização dos direitos humanos de tais profissionais, considerando que a Dignidade da Pessoa Humana deve prevalecer enquanto fundamento basilar de qualquer Estado Democrático de Direito. Quando a prática de prostituir-se é voluntária, entende-se que esta não fere direitos – a não ser os valores moralistas de uma sociedade conservadora. Portanto, o profissional do sexo deve ser respeitado e necessita de atenção do Estado, o qual deve lhe proporcionar as ferramentas legais necessárias à formalização de sua atividade laboral.

Regulamentação do projeto de lei para profissionais do sexo: lei 4211/2012

No Brasil, através da Portaria n. 37 do então Ministério do Trabalho, de 09 de outubro de 2002, a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) reconheceu o meretrício como trabalho lícito, classificando-o como “aqueles que buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades [devem ser] exercidas segundo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão”. Ante a conceituação dada pelo Estado Brasileiro, não resta dúvidas que o profissional do sexo é um trabalhador e este pode e detém de um direito de contribuir com a Previdência Social, no campo de contribuinte individual.

Outro Projeto – PL nº 4244/04– veio a surgir, em 07 de outubro de 2004, apresentado pelo então Deputado Eduardo Valverde – PT/RO –, que dispunha em seu art. 1º: “considera-se profissional do sexo (ou da sexualidade) toda pessoa adulta que, com habitualidade e de forma rigorosamente livre, submete o próprio corpo para o sexo com terceiros, mediante remuneração previamente ajustada, podendo ou não trabalhar em favor de outrem.”

O art. 3º do Projeto do deputado expunha que os profissionais do sexo poderiam prestar serviços de forma subordinada em proveito de terceiros, por meio de pagamento, explanando todas as condições da atividade no contrato de trabalho, caracterizando a tradicional relação de emprego.

Em 13 de julho de 2012, com objetivo de aprimorar o projeto do Deputado Eduardo Valverde, o deputado Jean Wyllys de Matos – PSOL/RJ – apresentou ao Parlamento Brasileiro

um projeto denominado “Lei Gabriela Leite” visando à regulamentação do trabalho sexual pago, baseado na Lei de Prostituição Alemã. O projeto 4.211/2012 conceitua em seu art. 1º: “Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração”.

O Projeto lida com o comércio sexual e estabelecia a distinção entre a exploração sexual e o ato de prostituir-se voluntariamente, fatos tradicionalmente marginalizados no Brasil e não fiscalizados pelas autoridades competentes. Isto significa que é necessário regulamentar a prática de prostituição e tipificar a exploração sexual para que esta sim seja punida e prevenida, a partir de uma distinção clara entre elas. Além disso, o Projeto também previa as diversas formas de trabalho sexual, que deve ser autônomo ou realizado em cooperativas. Autorizando, ainda, a prevalência das casas de prostituição, desde que nestas não ocorram as formas de exploração previstas na legislação brasileira.

O Projeto do Deputado representa enormes avanços a esta categoria de trabalhadores, que luta com o intuito de garantir seus direitos sociais elementares, pois o trabalho da sexualidade pode ser entendido como uma profissão, já que, por profissão, José Renato Nalini (2009, p. 293), entende ser “uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros e a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em relação à dignidade da pessoa humana”.

De fato, não se pode proclamar que o trabalhador do sexo é indigno ou uma pessoa não honrada, pois estas características não estão relacionadas, a priori, ao uso que se faz do próprio corpo, assim como não fazem referência ao comércio do sexo. O direito de dispor do próprio corpo para a venda de prazer – e não o corpo em si – está bem mais ligado ao que chamamos de autodeterminação sexual, de liberdade da pessoa humana do que à dignidade da pessoa humana.

O que previa o Projeto de Lei da regulamentação da prostituição

No Início dos anos 2000, Fernando Gabeira foi o primeiro deputado federal a realizar a tentativa de tramitação, no Congresso Nacional, de um Projeto de Lei – PL nº98/2003 a favor dos profissionais do sexo. No entanto, o deputado não foi reeleito e o PL foi arquivado.

Antes de destacar parte dos preceitos que o Projeto de Lei 4211/2012 dispunha, é importante ressaltar que o Projeto de Lei Gabriela Leite foi assim batizado em homenagem à escritora do livro “Filha, mãe, avó e puta – a história de uma mulher que decidiu ser prostituta”, presidente da Organização Não-Governamental (ONG) Davida, a qual possui o objetivo de

fortalecer a cidadania das prostitutas por meio da mobilização e organização da categoria, e ex-aluna de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que decidiu virar prostituta aos 22 anos. Em 2010, foi candidata à deputada federal pelo Partido Verde, mas não se elegeu.

Para a análise do PL, é fundamental ressaltar a justificativa do referido Projeto, dada por seu autor:

O objetivo principal do presente Projeto de Lei não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana. Mais que isso, a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço (PROJETO DE LEI 4211/2012).

De acordo com o artigo 1º do PL Gabriela Leite, é considerada profissional do sexo: “toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração”. Cabe destacar, assim, que a eventual aprovação da lei, não garantiria direitos trabalhistas aos menores e considerados incapazes. Além disso, as condições que indicassem a exploração sexual dessas pessoas continuariam sendo crimes passíveis de punição.

O artigo 4º do PL contemplava uma modificação do Código Penal, alterando a redação de cinco dispositivos, a saber, os artigos 228, 229, 230, 231 e 231-A, com o intuito de descriminalizar a prostituição e diferenciá-la, como atividade profissional, da exploração sexual considerada crime.

O Projeto de Lei Gabriela Leite possuía como um de seus objetivos centrais a diferenciação entre “prostituição” e “exploração sexual”. Por isso, não dava margem para se falar em prostituição de crianças e adolescentes, pelo contrário, o termo correto a ser atribuído nesses casos é exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, situações caracterizadas como crime— inclusive hediondo —, devendo ser severamente punidos pelo Código Penal Brasileiro nos artigos 214 e 218 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 240 ao 241-E.

Neste passo, no artigo 5º definia o direito de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço para o profissional do sexo, legalizando as casas de prostituição sempre que nelas não se exerça exploração sexual e que possuam condições dignas para exercer a profissão, nos termos do Art. 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 - Lei de Benefícios da Previdência Social.

Os principais argumentos dispostos na justificativa do Projeto de Lei são: redução dos

riscos danosos da atividade; efetivação da dignidade humana para acabar com uma hipocrisia que priva pessoas de direitos elementares; combate à exploração sexual, pois possibilitaria a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço; descriminalização das casas de prostituição, tornando a fiscalização obrigatória e reduzindo a corrupção de policiais; e promoção de melhores condições de trabalho, higiene e segurança.

Em pesquisa realizada junto ao site da Câmara Legislativa Nacional¹, a situação do Projeto é de arquivamento, desde a data de 31/01/2019 pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA), nos termos do Art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, de forma que sua última atualização ocorreu no dia 27/05/2013 com a presente atualização do Despacho às CSSF, CDHM, CTASP e CCJC, sujeito à apreciação do Plenário.

Apesar de relevante, o Projeto foi arquivado pela falta de empenho e interesse dos parlamentares, já que o deputado responsável por ele – Jean Wyllys – abriu mão de seu mandato; num claro indicativo de que o Congresso Nacional persiste em manter sua característica conservadora diante de demandas urgentes, como a regulamentação da prostituição.

Ainda que o Projeto Gabriela Leite tenha sido arquivado, este trabalho de conclusão de curso considerou relevante a sua exposição, uma vez que a lei em questão traria condições mais favoráveis aos profissionais do sexo. Além disso, o arquivamento é revelador de fatos significativos da sociedade brasileira: o peso de sua moral religiosa, do conservadorismo, do preconceito e da incapacidade do Parlamento Nacional em deliberar acerca de assuntos contra majoritários perante a opinião pública. Entende-se, aqui, que os parlamentares devem atender aos diversos setores da sociedade civil em suas demandas específicas, sobretudo, quando estas não ferem princípios basilares da civilidade e da democracia.

Diante de muitas opiniões contrárias na sociedade em relação à regulamentação da prostituição e à garantia dos direitos trabalhistas do grupo, é indiscutível que o tema em estudo divide opiniões de grupos religiosos, cidadãos comuns e até dentro dos grupos feministas e políticos. Porém, trazer dignidade aos profissionais do sexo não obriga ninguém a prostituir-se, tampouco fomenta a prostituição, apenas garante condições de similaridade em relação aos demais trabalhadores. Por isso, o arquivamento do Projeto em realce não condiz com o direito à regulamentação da prostituição, que ainda persiste e carece de atenção institucional.

¹Fonte: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>>. Acesso em: 06 de nov. de 2019.

Regulamentações da prostituição: relação de emprego x relação de trabalho

Relação de emprego e relação de trabalho são duas situações diferentes. No entanto, segundo a autora Tania Navarro Swain (2004, p27):

Confundir prostituição e trabalho é dotá-la de uma dignidade que não possui no imaginário e na materialidade social – o linguajar popular exprime o desprezo social em relação à prostituta e nenhuma legislação irá modificar esta imagem: é a forma falaciosa de justificar o completo assujeitamento das mulheres a seu corpo sexuado, mergulhando-as na total imanência.

Propunha o Projeto de Lei Gabriela Leite, porém, o registro na carteira de trabalho, como trabalhador (a) autônomo (a); ou coletivamente em cooperativa. No entendimento do PL, os profissionais do sexo seriam assim classificados por não precisarem obedecer às ordens de um superior ou de um chefe.

Em contraponto, Tania Navarro Swain (2004, p26-27) afirma que:

Por vários motivos, a prostituição não pode ser assimilada a um trabalho, a uma profissão: numa relação profissional ou mercantil, o que se vende é o trabalho ou o produto do trabalho. Na prostituição, o corpo das mulheres seria seu produto? Como ser força de trabalho e ao mesmo tempo seu produto? Isto é a re-naturalização do sexo feminino, a sua transformação de ser humano em carne, cujo destino é a satisfação do desejo de outrem.

Mesmo diante de tais controvérsias e divergências, no dia 11 de agosto de 2015, aconteceu a reunião do Conselho Internacional da Anistia que tratou o assunto de proteção aos direitos humanos dos profissionais do sexo. A reunião enfatizou, sobretudo, a importância de legalizar o trabalho sexual.

Tendo como base a Constituição Federal, juntamente com os direitos fundamentais e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, entende-se que existem formas de proteção jurídica para todos, inclusive aos profissionais do sexo, os quais não podem sofrer distinções por parte do Estado e da sociedade civil, considerando as prerrogativas do Artigo 5º, §2º da CF/88, que resguarda os direitos e garantias de todos igualmente.

Os direitos humanos, especificamente, adotam a dinâmica de proteção às minorias e, devido à evolução da sociedade, devem servir de orientação à inclusão dos trabalhadores do sexo sem distinções e diferenças entre os demais. Tal inclusão contribui para que a igualdade, a liberdade e a segurança sejam, de fato, atribuídas para essas pessoas, de modo que estas garantias não fiquem apenas no ordenamento jurídico pátrio formal, mas que sejam praticadas, inclusive perante a concretização da “Liberdade Sexual” que demandam estes indivíduos.

A sexualidade é característica de todos os seres humanos e é evidente que os direitos sexuais são, de fato, humanos. O direito a autonomia sexual e a integridade sexual habilitam o ser humano a tomar suas próprias escolhas a respeito do seu corpo e de sua vida sexual. Os profissionais do sexo merecem o respeito, a inclusão na sociedade e o reconhecimento profissional com o apoio e proteção dos direitos humanos, a partir de instrumentos construídos pelo Estado. Os preceitos jurídicos devem passar por mudanças para o reconhecimento legal da profissão, pois os direitos fundamentais já estão objetivados e precisam ser cumpridos com rigor.

Em entrevista ao site *Nexo*, publicada no dia 28 de outubro de 2016¹, Cida Vieira, presidente da Aprosmig (Associação de Prostitutas de Minas Gerais), afirma que a regulamentação deve fortalecer e dar visibilidade à categoria das prostitutas, o que poderia impulsionar políticas públicas para essas trabalhadoras. A presidente defende a proposta de regularização das casas de prostituição, que permitiria às prostitutas cobrar condições de ventilação e higiene melhores.

Assim, é possível perceber que a formalização profissional da prostituição pode trazer benefícios ao grupo, além de colaborar para a efetivação de direitos já positivados. Por isso, este trabalho visa a desmarginalização da categoria, entendendo-a como um grupo que merece respeito e amparo legal, como os demais profissionais. O intuito do artigo é ressaltar que os trabalhadores do sexo necessitam de reconhecimento jurídico diante de suas atividades, fazendo valer, de forma integral, a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a liberdade e a segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo ciência de que o presente trabalho se trata de um tema extremamente polêmico, muitas questões foram abordadas no que tange a prostituição e sua relação de emprego na sociedade. Considerando a evidência da atividade, que é extremamente antiga e ainda vigente, nota-se que é preciso debater esta questão, social e juridicamente.

Ao longo do artigo, destacaram-se os direitos gerais de liberdade e igualdade, bem como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana da Constituição Federal, que esmiúça entre a autodeterminação sexual, a livre disposição do próprio corpo sexual, a liberdade de ofício, a proibição de discriminação e, acima de tudo, os direitos sociais e trabalhistas que devem

¹Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/28/Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil-a-proposta-as-cr%C3%ADticas-e-poss%C3%ADveis-cen%C3%A1rios>>. Acesso em: 23 de out. de 2019.

proporcionar a viabilidade da regulamentação da profissão.

Colocou-se em pauta a discussão do projeto de Lei Gabriela Leite, elaborado pelo então deputado Jean Willys, que visava garantir os direitos trabalhistas e previdenciários dessa classe de trabalhadores. De maneira que este estudo defende que prestações de serviços sexuais não só podem, mas devem ser cobradas, constituindo-se, dessa forma, caráter empregatício formal. Pode-se destacar, como contraponto, as palavras da escritora, militante feminista e férrea detratora do Projeto de Lei discutido acima, Maria Gabriela Saldanha (2016), em matéria do site *El País*, no que diz:

A regulamentação legitima a mercantilização do corpo feminino. O projeto se atém a tirar da ilegalidade as casas de prostituição e os exploradores, e coloca o Brasil como pólo de exploração sexual de mulheres. O projeto é fraco e o discurso é de cafetinagem, não da mulher explorada. [...] Não há um país onde a regulamentação tenha dado certo. Nós precisamos nos ater a políticas públicas para acolher mulheres que desejam sair ou para evitar que entrem na prostituição. [...] Seria mais honesto fazer um grande debate público e pensar nessas políticas públicas.

Porém, esta pesquisa não compactua com a visão de Saldanha (2016), por entender a necessidade real de regulamentação da prostituição, a fim de romper com preconceitos históricos diante da prática, gerando formas legais ao exercício da atividade. Além disso, ainda que o Estado crie políticas para evitar a prostituição, como propõe a autora, isso não implica no imediato fim da profissão, de modo que desamparar aqueles e aquelas que seguem vendendo prazeres sexuais é um ato de omissão do poder público.

O que se quer, aqui, é ressaltar os aspectos positivos relacionados à regulamentação jurídica da prostituição como um trabalho comum. Ainda que a administração pública incentive caminhos alternativos ao da comercialização sexual do corpo – que devem, sim, ser valorizados – entende-se que também deve receber atenção do Estado o processo concomitante de desestigmatização social da conduta, a partir de sua formalização.

A adoção desse entendimento, de fato, proporcionaria maior eficácia aos direitos fundamentais dos profissionais do sexo no âmbito social e jurídico, ao atribuir-lhes a cidadania, o valor essencial da democracia, a desmarginalização, além de minimizar o estigma social desses indivíduos que estão intrinsecamente relacionados à violência e às doenças sexualmente transmissíveis.

Destarte, faz-se necessário a efetivação da Constituição Federal, para que se faça uma sociedade realmente mais justa e solidária, que promova a justiça social e valorize as distintas formas de trabalho, disseminando a pluralidade de pensamentos e oportunizando melhores condições de vida para as pessoas que vivem da prostituição.

CONCLUSÃO

Conforme apontado pelo artigo, a prostituição sofreu transformações ao longo da história, passou de atividade de elevação do espírito à prática moralmente condenável. Diante de argumentos discriminatórios e de desvalorização dos serviços sexuais, urge repensar, social e juridicamente, a forma como estes profissionais são tratados pela sociedade civil e pelo Estado, a fim de criar espaço para a efetivação das garantias relativas ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. No Brasil, uma dessas ferramentas que poderiam respaldar a formalização da prostituição era o Projeto de Lei Gabriela Leite – PL 4.211/2012, de autoria do então deputado Jean Wyllys, que visava à regulamentação profissional da atividade enquanto um trabalho convencional. No entanto, prevalecendo forças conservadoras e moralistas, o referido Projeto foi arquivado pelo Congresso Nacional, apesar de inequívocos benefícios que traria à categoria em questão.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Os direitos de trabalhadores e trabalhadoras sexuais são direitos humanos. Disponível em: <<https://anistia.org.br/os-direitos-de-trabalhadores-e-trabalhadoras-sexuais-sao-direitos-humanos/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

CAMARA LEGISLATIVA. Projeto de Lei n. 4211/2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=32BFF66F055813F2879DA1BD87681B56.node2?codteor=1019532&filename=Avulso+-PL+4211/2012> Acesso em: 06 nov. 2019.

DIAS, Rodrigo Bernardes. A incorporação dos direitos sexuais aos direitos humanos fundamentais. Tese (Doutoramento em Direito). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

EDUCADORES DIA A DIA. Declaração dos Direitos Sexuais. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dedi/declaracao_direitos_sexuais.pdf> Acesso em: 19 out. 2019.

EL PAÍS. Regulamentação da prostituição confronta prostitutas e feministas radicais: Projeto de lei enfrenta o Congresso mais conservador da história do Brasil e a oposição

de um grupo de mulheres à legalização das casas de prostituição. Rio de Janeiro, 31 jul. 2016. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/28/politica/1469735633_689399.html> Acesso em:
28 nov. 2019.

MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira. **Trabalhadores do Sexo e seu Exercício Profissional. Delimitações entre as Esferas Penal e Trabalhista.** 1 ed. São Paulo: Editora LTR, 2015.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional.** 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **A prostituta sagrada: a face eterna do feminino.** 5. Ed. São Paulo: Paulus, 2005.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história.** Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988.** 7 ed. rev. atual. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SOUZA, Francisca Elizabeth Nascimento. **Prostituição e os Direitos Humanos.** Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/prostituicao-e-os-direitos-humanos/66145>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

SWAIN, Tania Navarro. **Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica.** In: Unimontes Científica. Revista da Universidade Estadual de Montes Claros, volume 6, n2, julho/dez 2004.

O SUJEITO DE DIREITOS FORA DA HETERONORMATIVIDADE: PENSANDO A (IN)VISIBILIDADE DA DIVERSIDADE SEXUAL

MATHEUS MOREIRA MENDES¹
DR. MARCELO RODRIGUES LEMOS²

RESUMO

Introdução: Este artigo busca, sobretudo, refletir sobre a discriminação sofrida pela comunidade (LGBTQIA+), a partir da exaltação de padrões sociais impositivos e fundamentalismos que potencializam um cenário de violência e intolerância diante do grupo. Entre tais padrões, destacamos a heteronormatividade, vista como o único meio correto de expressão das sexualidades existentes. **Materiais e Método:** O trabalho se estruturou a partir de pesquisa bibliográfica e documental de orientação exploratória e, mediante o método dedutivo, o intuito foi avaliar a situação específica das “minorias sexuais” no Brasil. **Resultados:** Um conjunto de textos relacionados com a temática foi selecionado para a análise, assim como algumas leis brasileiras em defesa da diversidade sexual, consideradas essenciais à regulamentação de um sujeito de direitos fora da heteronormatividade, tais como: o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a adoção por pais homoafetivos, o uso do nome social em situações públicas para pessoas “trans”, criminalização da homofobia. **Conclusão:** Induzidos ou forçados a acreditar que todos devem viver segundo uma dinâmica heteronormativa pautada no binarismo, aqueles indivíduos pertencentes à comunidade (LGBTQIA+) acabam sofrendo com a insegurança social que os persegue, de modo que a liberdade do sujeito enquadrado nesse grupo carece de suporte institucional diferenciado.

Palavras chave: Direitos. Diversidade. Heteronormatividade. LGBTQIA+. Política.

THE SUBJECT OF RIGHTS OUTSIDE HETERONORMATIVITY: THINKING OF THE (IN)VISIBILITY OF SEXUAL DIVERSITY

ABSTRACT

Introduction: This article seeks, above all, to reflect on the discrimination suffered by the community (LGBTQIA +), from the exaltation of imposing social patterns and fundamentalisms that potentiate a scenario of violence and intolerance towards the group. Among such patterns, we highlight heteronormativity, seen as the only correct means of expression of existing sexualities. **Material and Methods:** The work was structured from exploratory bibliographic and documentary research and, through the deductive method, the purpose was to evaluate the specific situation of the "sexual minorities" in Brazil. **Results:** A set of texts related to the theme was selected for the analysis, as well as some Brazilian laws in

¹ Bacharel em Direito pelo UNICERP. Pós-graduando em Ciências Criminais pelo Complexo de Ensino Renato Saraiva. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. E-mail: matheusconexao@hotmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pela UNESP. Professor no UNICERP. Patrocínio, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcelo.lemos@hotmail.com.

defense of sexual diversity, considered essential to the regulation of a subject of rights outside heteronormativity, such as same-sex civil marriage, adoption by homosexual parents, the use of the social name in public situations for “trans” people, criminalization of homophobia. **Conclusion:** Induced or forced to believe that everyone should live according to a heteronormative dynamic based on binary, those individuals belonging to the community (LGBTQIA +) end up suffering from the social insecurity that persecutes them, so that the freedom of the subject in this group lacks differentiated institutional support.

Keywords: Diversity. Heteronormativity. LGBTQIA +. Politics. Rights.

INTRODUÇÃO

A fim de elencar os fundamentos históricos e sociais, antes de analisarmos as questões jurídicas do trabalho, traçaremos uma breve jornada histórica acerca da diversidade sexual; passando pela etnogênese da questão nas civilizações Bárbara e Romana, entre meados do século V a. C., em busca de assimilar e demonstrar como alguns aspectos da história humana se repetem ou se adequando a cada realidade temporal.

Voltando um pouco no tempo, mais especificamente no século V a. C., em uma época onde “as pessoas tinham maneiras diferentes, mas igualmente poderosas, de se identificarem e diferenciarem umas das outras e de mobilizarem estas identidades com finalidades políticas” (GEARY, 2011, p. 49), nos deparamos com um cenário de disputa entre Romanos e Bárbaros. Bárbaro era uma “categoria inventada, projetada numa variedade de povos, que continha todos os preceitos e suposições de séculos de etnografia e imperialismo” (GEARY, 2011, p. 71). É preciso questionar, porém, quem deu a esses povos tal identidade?

Os Bárbaros eram assim chamados pelos Romanos, os quais compilavam os demais povos que os cercavam como inferiores, imputando-lhes características, estereótipos e classificações que os distinguiam dos então considerados “civilizados”. As identidades bárbaras eram múltiplas (francos, hunos, godos, visigodos, vikings, zulus e etc), no entanto, essas populações não eram autoproclamadas por tais identificações, mas eram classificadas dessa forma pelos Romanos. Ou seja, o imperialismo romano, além de conquistar e dominar esses povos, criava identidades para os mesmos, impondo-lhes padrões civilizacionais externos, a fim de acentuar o processo de dominação e imposição da lógica de mundo romana.

Ainda dentro desse espaço temporal, surge a expansão do cristianismo, e com ela uma nova identidade: a identidade cristã. Assim, em determinado ponto entre os séculos V e VI a. C., essa classificação de Romanos e Bárbaros passa a ser replicada como “cristianismo” e “paganismo”, de modo que o bárbaro deixou de ser aquele povo que não era romano (civilizado) e passou a ser aquele povo que não era cristão. Como resultado final dessa classificação e

exclusão étnica, vemos nascer o nacionalismo exacerbado, manifesto em formas de intolerância, como a xenofobia.

Diante desta breve contextualização histórica, não é difícil assimilar semelhanças entre o passado e o presente, falando em termos políticos, culturais, sociais e religiosos. Mas onde está a ligação entre a etnogênese Bárbara e Romana do século V a. C. com o atual cenário político, cultural e religioso brasileiro?

Fácil se torna o entendimento de que a comunidade hoje identificada e segregada pela sigla (LGBTQIA+) – e aqui toma-se como eufônico incluir o movimento feminista –, pode ser metaforicamente comparada aos Bárbaros do século V a. C.; já que a comunidade se vê envolta por uma ótica social discriminatória de cunho sexual. Diante de mecanismos de exaltação da heteronormatividade, como o fundamentalismo cristão, a xenofobia de outrora, hoje pode ser comparável à homofobia.¹

Portanto, posto que tal enfrentamento dos grupos (LGBTQIA+) pode ser visto como algo intrínseco à história da espécie humana, até mesmo como ferramenta política de classificação e dominação, é fundamental discutir alternativas de valorização da diversidade sexual. Diante disso, torna-se interessante analisar as ações que possibilitam contornar o preconceito, por meio dos mecanismos legais de proteção/garantia das “minorias sexuais” presentes no ordenamento jurídico brasileiro e sua (in)eficácia.

Vale ressaltar que tais garantias, arduamente conquistadas após um passado de intolerância, de brutalidade e de desumanização, estão sempre em sobressalto, à mercê de retrocessos ocasionados por novos contextos sociopolíticos. Logo, é preciso trabalhar para que os direitos até aqui adquiridos não sejam extirpados pelo fundamentalismo religioso, pelo conservadorismo político e pela heteronormativa jurídica.

Destarte, verifica-se que a pesquisa é justificada por abordar pontos cruciais pouco

¹ Seguindo este raciocínio, pode-se estabelecer hipóteses e cenários possíveis para um futuro pouco distante. Tendo em vista a ascensão tecnológica que já nos cerca – e com o possível ajustamento e inclusão da diversidade sexual e de gênero, as “minorias sexuais” deixariam de figurar como os Bárbaros do século V a. C. e quem assumiria esse papel seria o chamado *Homo Digital* (espécime humano modificado pela tecnologia). Analisando a questão sob o prisma de uma ótica cristã – a qual sempre aparecerá desempenhando algum papel dentro de um contexto histórico, estamos a estabelecer um prognóstico entre os seres que são considerados “divinos” e os “não divinos”, entre o “nós” e “eles”, de modo que o não divino passaria a ser representado pelo *Homo Digital*, ser “bárbaro”, modificado pela tecnologia, uma outra raça, de outra espécie ou coisa. O resultado disso, como já pudemos constatar ao longo da história, seria a exclusão, a estereotização, a subalternização deste novo grupo. Assim, nesse futuro fictício, a xenofobia e a homofobia (agora no passado), ainda que continuassem a existir de forma mais branda, dariam lugar à *digitofobia* (discriminação contra um espécime humano modificado pela tecnologia), e a história, mais uma vez, se repetiria, adequando-se a uma nova realidade cultural, social, e política futurística.

discutidos e muito censurados no âmbito social e acadêmico, como a discriminação em relação à diversidade sexual – fato que não deveria vigorar, já que nosso ordenamento conta com um emaranhado de cláusulas e tratados, reunidos em uma Constituição, que visa à dignidade da pessoa humana. Portanto, o presente estudo mostra-se essencial para que os direitos fundamentais do cidadão, seja ele incluso em uma ótica heteronormativa ou não, possam ser realmente respeitados, saindo da esfera do “pensar” para a “ação” e, assim, colaborando para que as normas possam realmente cumprir a suas funções garantistas.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho se estruturou a partir de pesquisa bibliográfica e documental de orientação exploratória, de modo que um conjunto de textos relacionados com a temática foi selecionado para a análise, assim como algumas leis brasileiras em defesa da diversidade sexual, consideradas essenciais à regulamentação de um sujeito de direitos fora da heteronormatividade.

O método utilizado para a organização da pesquisa foi o dedutivo, pois, partindo de premissas gerais (leis, teorias e conceitos acadêmicos), a intenção foi elaborar um quadro mais específico do cenário relativo às “minorias sexuais” no Brasil (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Com isso, fundamentalmente autores como Jacques Derrida, Judith Butler e Michel Foucault deram sustentação teórica à análise jurídica das leis brasileiras relacionadas à diversidade sexual, como o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a adoção por pais homoafetivos, o uso do nome social em situações públicas para pessoas “trans”, criminalização da homofobia.

Logo, o objeto desta análise é a formação de um sujeito de direitos para além da heteronormatividade, observado a partir de discussões conceituais gerais e construções jurídicas vinculadas ao contexto brasileiro. Com isso, o objetivo do trabalho foi o de elaborar conclusões mais específicas acerca da condição jurídica das “minorias sexuais” no Brasil, diante do tratamento social e institucional dado à diversidade sexual em território nacional.

Por fim, mediante as análises dos textos estudados, o trabalho firma a insegurança jurídica presente no meio da diversidade sexual, vez que o ativismo judicial, a hermenêutica, que na maioria das vezes é favorável às pautas (LGBTQIA+), pode a qualquer momento mudar seu entendimento, causando um retrocesso prejudicial à esses corpos, tudo isso potencializado pela heteronormatividade, que embora atualmente não interfira na autonomia judicial tanto quanto nos séculos passados, impõe uma normatização desses corpos segundo a

heterossexualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mito da lógica binária: a invenção da heteronormatividade

Até o século XVIII, o modelo de “sexo único” era dominante, não havia uma preocupação em fixar fronteiras rígidas entre o masculino e o feminino, de modo que o trânsito entre a feminilidade e a masculinidade não era combatido. Contudo, em virtude de uma pluricausalidade advinda do pensamento moderno e das novas demandas do contexto político – entre elas a moral religiosa e a noção jurídica de “sujeito de direito”, frisada pela repartição entre esfera pública e privada que exigia a identidade civil dos indivíduos, a diferenciação entre homens e mulheres tornou-se essencial, superando o modelo de “sexo único” (FOUCAULT, 1998).

É a partir da ascensão da burguesia e da consolidação do modo de produção capitalista que se estabelece uma moral sexual fundada no binarismo de gênero, na qual a família tradicional burguesa é escolhida como o único espaço de existência legítima da sexualidade. Foi nesse período, na transição do século XVIII para o XIX, que a sexualidade e as subjetividades divergentes do modelo heterossexista começaram a sofrer incessantes processos de patologização e sucessivas perseguições. Com isso, em todo o Ocidente o confronto contra qualquer tipo de orientação sexual, que fosse diversa ao padrão heterossexual, torna-se ponto crucial para garantir a segurança da ordem social (FOUCAULT, 1998).

Nessa época, o modo de produção capitalista dependia do sistema patriarcal heterossexista, reprodutor de condições simbólicas e materiais para o seu mantimento. Enquanto os homens eram os provedores da família, trabalhando na esfera pública, as mulheres davam sustentação à reprodução da força de trabalho de seus pais, esposos e filhos, dedicando-se às atividades domésticas. Essa lógica, portanto, mantinha as condições desse sistema patriarcal, inclusive com a perseguição das identidades assimétricas da regra, tais como aquelas que hoje são identificáveis pela sigla (LGBTQIA+).

No entanto, ao longo da história, as chamadas “minorias sexuais” sempre lutaram em defesa de suas liberdades, de modo mais ou menos aguerrido. Desde meados da década de 1960, com o respaldo dos movimentos feministas e *hippies*, mulheres e homossexuais travam uma luta contra a discriminação, questionando a imposição masculina, branca e heterossexual. Foi essa luta por espaço e direitos que colocou os debates de gênero lado a lado com os de classe e

etnia, frente às análises sociais.

Nesse ínterim, repleto de dúvidas acerca dos usos dos corpos, das identidades de gênero e da liberação sexual, emergem as primeiras indagações sobre as consequências da desmistificação da lógica binária e da norma heterossexual sob o sistema de governo e de dominação vigente à época. Com isso, é colocada em suspeição a heterossexualidade como o único meio correto de expressão das sexualidades existentes. Os discursos que surgiram pós a década de 1960 fizeram aflorar a crença que gênero e natureza não compartilham de uma ligação única e sólida.

Ou seja, do ponto de vista biológico, existem distinções naturais entre macho e fêmea, por outro lado, de acordo com critérios sociais, a identidade de gênero dos indivíduos é definida socialmente, por critérios de orientação cultural. Não há, com isso, como associar a masculinidade ao macho de modo genético, assim como não é possível atribuir a feminilidade à fêmea de forma inata (BUTLER, 2003).

Essas variáveis afirmam o fato de que os gêneros masculino e feminino não são determinações biológicas, mas, como quaisquer formas de identidade humana, fazem parte de uma construção sociocultural não essencializada ou universal (SOUZA, 2009).

Os estudos de gênero e sexualidade possibilitaram, assim, análises que trouxeram à tona informações importantes ao entendimento da expressão “heteronormatividade”. A expressão, por sua vez, é identificada por uma maior valoração social pela heterossexualidade e pelos corpos tidos como masculinos, o que garante um lugar de destaque e uma posição de poder aos homens heteros, sendo essa identidade, inclusive, imposta como norma geral. Com isso, a masculinidade heterossexual passa a estruturar as relações de poder nos espaços públicos e privados. Em síntese, essa identidade heteronormativa pode ser chamada como “masculinidade hegemônica” (CONNELL, 1995).

A masculinidade hegemônica não é completamente engessada, mas, sim, variável, devendo ser analisada de acordo com o contexto histórico, social e territorial no qual está inserida. Ela cria maneiras de pensar e agir e as estampa, sobretudo, em quem ocupa posições de poder, fazendo com que todos os indivíduos achem que deve ser replicada – e que não replica-la é um atentado contra a própria existência.

A maioria das sociedades que passaram por complexos processos de colonização dispõe de uma masculinidade hegemônica, heterossexual, branca e burguesa (CONNELL, 1995). Logo, aqueles corpos que fogem dessa realidade – mesmo que semelhante a heteronormativa, e que não são bem vistos em termos de etnia, são os principais grupos segregados pela masculinidade hegemônica.

Por tudo isso, é crucial entender a masculinidade hegemônica e o papel que ela desempenha na nossa sociedade, a fim de se compreender como ela interfere nas esferas social e institucional. Desse modo, a heteronormatividade instalou-se nos diferentes setores da vida sociopolítica, potencializando debates de exaltação ou de depreciação da diversidade sexual, como será apresentado nos próximos capítulos.

O ódio como Política: heteronormatividade e poder

É muito comum nas sociedades humanas haver uma distinção entre os membros aceitos e partícipes da comunidade daqueles que são recusados por um exercício perverso de alteridade, tornando-se os “outros”, numa divisão entre “nós” e “eles”. Essa distinção pode acontecer nos variados campos sociais, políticos, culturais, religiosos e sexuais, de forma que, em certos casos, ela divide internamente a sociedade entre quem tem direito/acesso a certas coisas e quem não tem. Um bom exemplo é o sistema de castas na Índia ou, trazendo para uma realidade mais próxima, a discriminação e a intolerância instauradas contra as mulheres, os negros e, de acordo com o interesse deste estudo, contra quem foge do padrão heteronormativo imposto (DERRIDA, 1991).

O filósofo francês Jacques Derrida (1991) analisou detalhadamente esse processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. "Nós" e "eles", por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam.

Não seria equivocado dizer que quase todos os momentos históricos de genocídio, aculturação ou de disputa sangrenta entre povos, foram instaurados por meio da polarização “nós” e “eles”, e aqui podemos elencar três momentos em que isso pode ser confirmado. Em primeiro plano, o período escravocrata, que era justificado, entre outros argumentos, pelo fato de que o negro não era considerado um ser humano. O cristianismo, juntamente com outras instituições, defendia essa premissa de que o negro era uma ferramenta de trabalho e, por isso, não havia problema em extirpa-lo a vida. Nesse contexto, o ódio instaurado contra o negro vai possibilitar e sistematizar o genocídio da população negra.

(...) o negro foi estilhaçado pela escravidão tanto quanto pela pseudoliberalidade e igualdade que conquistou posteriormente. (...) Negros e mulatos se viram condenados a ser o outro, ou seja uma réplica sem grandeza dos “brancos de segunda classe” (FERNANDES, 1989 p. 46).

Outro exemplo seria a ascensão dos regimes nazifascistas na Europa, quando o nazismo e o fascismo acontecem na Alemanha e na Itália no curso da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse momento, nota-se um sentimento de que o judeu, o cigano, o homossexual, não são pessoas dignas, mas, sim, sub-raças. Subordinadas a uma supremacia genética tida como “ariana”, tais ideologias apregoavam que determinadas pessoas nascem superiores a outras e, num extremismo violento, consideram que os indivíduos inferiores devem ser exterminados, por serem tidos como deformações identitárias.

O que vai possibilitar tanto a escravatura quanto o holocausto é uma ferramenta política de olhar para o outro não como um ser humano, mas como um objeto, que pode ser destituído de sua vida. Isso nos leva a crer que, historicamente, quando uma população é destituída da sua humanidade e substituída por uma “reificação” (um valor de coisa), adentramos em um território no qual o atentado contra a vida se torna livre e permitido (DERRIDA, 1991).

Em um recorte mais próximo, pensando em nossa contemporaneidade, o terceiro exemplo da segregação pode ser definido pela ascensão política da extrema direita em alguns países (incluindo o Brasil) e o ataque à população (LGBTQIA+). O que se vê, com a ascensão de regimes fundamentalistas religiosos, é a taxação da sexualidade não hetero como “desviante”, que foge do modelo normal e convencional heteronormativo. Assim, o “outro” agora pode ser identificado nos grupos (LGBTQIA+) ou na pessoa com uma orientação sexual ou uma identidade de gênero não descrita em uma “escritura sagrada”.

É neste cenário que o debate social acerca de formas de discriminação e intolerância perante as “minorias sexuais” alcança a esfera jurídica. No Brasil, o tratamento concedido à diversidade sexual pela sociedade civil não é de plena aceitação. Ao contrário, casos reais de violência e hostilização são comuns. Por isso, o Estado brasileiro tem dado respostas em defesa da comunidade (LGBTQIA+), respaldando a liberdade sexual como proteções jurídicas específicas. Entre essas garantias, este artigo vai se dedicar à análise do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, da adoção por pais homoafetivos, do uso do nome social em situações públicas para pessoas “trans” e da criminalização da homofobia, por considerá-las ferramentas relevantes de valorização da cidadania do grupo em realce.

A necessidade de desconstrução da heteronormatividade: as leis que respaldam a

diversidade sexual no Brasil

Embora pareça fácil e, para muitos, até mesmo desnecessário, tratar sobre a proteção às “minorias sexuais” é de extrema complexidade. Na maioria das vezes em que os indivíduos se deparam com algum assunto envolvendo a comunidade (LGBTQIA+) não se atentam ao fato de que está contido na sigla não apenas um grupo singular que luta por garantias, mas, sim, uma pluralidade de identidades formada respectivamente por Lésbicas, Gays, Bissexuais, “Trans”¹, Queer, Interssexuais, Assexuais. Além de todas essas identidades que compõe a sigla, que se expressam de maneiras completamente diferentes – por isso necessitam de garantias e proteção também diferenciadas, ainda há de se atentar ao caractere de adição “+” que, embora apareça por último, não é menos importante, já que representa as mais variadas formas de se expressar o gênero e a sexualidade, incluindo as já existentes e as que ainda surgirão (TEIXEIRA, 2013).

O “+” só ressalta o fato de que as formas de apresentação da sexualidade não podem ser listadas de maneira taxativa, pois cada ser humano expressa sua sexualidade de uma forma particular, até mesmo dois indivíduos encaixados em um mesmo grupo (dois heterossexuais; dois homossexuais), possuem desejos diferentes, fantasias diferentes. Por isso, há a necessidade de compreender que o gênero e a sexualidade podem ser múltiplos e maleáveis.

Ultrapassado isso, fácil se torna a compreensão de que o ponto em comum na luta desses grupos identitários é, sobretudo, a busca pela liberdade e pela igualdade, todavia, cada qual com as suas subjetividades e necessidades de proteção que divergem umas das outras. Necessário se faz uma análise das formas de opressão e segregação desses grupos, que utilizam a biopolítica e a heteronormatividade instauradas também em nosso plano nacional.

Esse sistema de opressão e censura dos corpos desviantes, mecanismos intrínsecos a um poder que Michel Foucault (2011) chama de “jurídico-soberano”, não vigora mais com tanta força nos dias atuais. Essa maneira de controlar os corpos que predominou até meados do século XVIII, abriu espaço para novas táticas e formas de sujeição das identidades, cujos efeitos não são mais vistos em termos de delimitar o livre arbítrio, ou de opressão total das minorias sexuais, mas atuam como fábrica de identidades e comportamentos impostos como aceitáveis (FOUCAULT, 2008; 2010).

Tal forma brutal e proibicionista de reduzir os sujeitos desviantes foi convertida ao que

¹ No decorrer do texto é usada a palavra “trans” entre aspas, como forma de descrever todas as formas de expressar a sexualidade representadas pela letra “T” na sigla “LGBTQIA+”, transsexuais, travestis, transgêneros. Segundo Flavia Teixeira (2013), nenhum termo parece dar conta de exprimir a totalidade de experiências de pessoas “trans”. Sua utilização nesses moldes busca “questiona[r] a própria estabilidade da categoria” (TEIXEIRA, 2013, p. 36).

Michel Foucault (2011) chama de “polícia do sexo”. Por tal termo, o autor deseja demonstrar a “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2011, p. 31). Posteriormente, a partir do século XVIII e XIX outros contornos passam a suscitá-lo, e “o sexo é visto como área de interesse da demografia, da biologia, da medicina, da psiquiatria, da psicologia, da moral e da crítica política” (FOUCAULT, 2011, p. 40).

Fazendo um recorte para o Brasil, muitas garantias foram conquistadas pela população (LGBTQIA+) nas últimas décadas, no entanto, tais conquistas se veem ameaçadas pelo perigo constante de retrocesso, pretendido pela ala política da extrema direita fundamentalista baseada na sociedade civil patriarcal e conservadora. Adiante, será apresentada uma linha parcial da trajetória sócio-jurídica percorrida pelas minorias sexuais, em busca da conquista de algumas garantias, tais como a união estável entre casais formados por pessoas do mesmo sexo, direito ao uso do nome social pelos corpos “trans”, adoção por casais do mesmo sexo, criminalização da homofobia, dentre outros.

No ano de 2011, o Supremo Tribunal Federal, em seção de julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADIN de nº 4277-DF, se posicionou favorável à vedação de discriminação contra a união estável pleiteada por casais do mesmo sexo, reconhecendo, na decisão, que a manifestação da sexualidade compreende fator da autonomia de cada indivíduo, garantia protegida pela Constituição Federal de 1988, ao tratar do direito a preservação da intimidade e da vida privada. Portanto, faz-se necessário estender a interpretação do dispositivo que concebia como legal apenas a união entre casais heterossexuais.

A Suprema Corte entendeu que, a norma elencada na CF, ao ser interpretada de forma sistemática, não pode ser aplicada a ponto de reduzir o direito a determinados grupos, tendo em vista a vedação de preconceito, como capítulo do constitucionalismo fraternal (PIOVESANI; SILVA, 2015).

Porém, essa conquista, como várias outras que ainda trataremos, trouxe consigo um problema, união estável não é sinônimo de casamento (aquele que como visto anteriormente só era aceito dentro de um contexto binário e patriarcal). Por isso, vários casais de pessoas do mesmo sexo tiveram suas solicitações para celebrar casamento indeferidas pelo próprio judiciário.

Dentre tantas demandas nesse sentido, uma foi deferida, o Superior Tribunal de Justiça, em uma seção de julgamento em que os efeitos da decisão não eram vinculantes, em outras palavras, se aplicavam apenas às partes integrantes do processo, foi favorável ao reconhecimento do direito de conversão da união estável em casamento. Posteriormente, no ano

de 2013, o Conselho Nacional de Justiça, tornando esta decisão como preceito, aditou a Resolução de nº 175, que proíbe os órgãos competentes de recusar a habilitação de casais do mesmo sexo para o casamento, resolução tal que fora submetida a Ação Direta de Inconstitucionalidade, autuada sob o nº 4.966, de iniciação do Partido Social Cristão, ainda em julho de 2013. Diante disso, o STF poderá se manifestar sobre a matéria e a restrição da incidência do artigo 226, § 3º da CF¹, sobre qualquer forma de união estável, seja entre casais homossexuais ou com outras orientações sexuais e de gênero, que pretendem constituir família (aquela que, até então, só era aceita legalmente no berço patriarcal).

Em uma visão mais recente, o STJ, em julgamento de um recurso especial de nº 1.540.814-PR, prolatou uma decisão a respeito de adoção por casais formados por pessoas do mesmo sexo. Porém, assim como a decisão que autorizou a conversão de união estável em casamento, essa decisão também não possui efeito vinculante, restando os outros órgãos do poder judiciário desobrigados a reconhecer o direito de indivíduos (LGBTQIA+) adotarem.

No ano de 2018, mais precisamente em 1º de março, o STF, ao analisar a ADIN nº 4275/DF, por unanimidade decidiu que as pessoas “trans” possuem o direito de alterarem o seu nome e a classificação de sexo no registro civil, ainda que não tenham se submetido a intervenção cirúrgica, e mesmo sem autorização judicial. O direito ao uso do nome social foi uma grande conquista para a comunidade “trans”, visto que esses grupos lidam com a marginalização, um tanto quanto mais que os outros.

Neste caso em específico, pode-se notar empregado do instituto da discriminação positiva, como forma de medida afirmativa de inclusão social, como bem explica Flávia Piovesan (2009, p. 189):

As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumpre uma finalidade pública decisiva ao projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar pelo respeito à diferença e à diversidade. Por meio delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva.

Atualmente, embora ainda não haja nenhum projeto de lei em tramitação, grande se mostra a discussão em torno do fato de médicos determinarem o sexo biológico de crianças intersexuais, submetendo-as a intervenção cirúrgica logo após nascerem, ato que hoje é tido

¹ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

como obrigatório.

A corrente contrária à essa ação da medicina nos corpos intersexos fundamenta que, para a concretização de tal ato, é levado em consideração a ideia de existir apenas um modo correto de se expressar a sexualidade, bem como o gênero e o desejo, qual seja, o modo determinado pela natureza do órgão genital. Se nascido com pênis, menino e, respectivamente, atração por mulheres; se vagina, menina, e atração direcionada à homens, tese essa ultrapassada e que contraria o que é descrito por Judith Butler em, *Problemas de Gênero*, que traz a construção do sexo biológico dada pelo gênero, em sua performance atuante, e não o contrário (BUTLER, 2016).

Fazendo um recorte mais recente, em 13 de fevereiro de 2019, o STF em mais uma seção de julgamento envolvendo temáticas (LGBTQIA+), analisou a possibilidade de aplicação de pena em casos em que haja discriminação do sujeito por sua orientação sexual e de gênero, a criminalização da homofobia. Em um ato de ativismo judicial¹, a Suprema Corte decidiu sobre o tema, haja vista as inúmeras vezes que projetos de leis – como o PCL 122/06 que abordava a temática – pereceram à espera de análise no Congresso.

Perante essa inércia do Poder Legislativo, duas ações chegaram até o Supremo Tribunal Federal, sendo elas, o Mandado de Injunção² 4733/2012, de iniciativa da (ABGLT) Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos. A segunda ação, a ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão) de nº 26, de iniciativa do Partido Popular Socialista (PPS), no ano de 2013. Ambas requeriam a mesma coisa, qual seja: a

¹ “O Ativismo Judicial tem face positiva, significa que o Poder Judiciário está atendendo demandas sociais importantes que não foram atendidas a tempo e a hora pelo Poder legislativo, e a negativa é a de que o Poder Legislativo muitas vezes não consegue atuar para atender essas demandas sociais, mais evidentemente não é desejável a expansão crescente indefinida e ilimitada do Poder Judiciário. Portanto, o desejável mesmo é que o Poder Legislativo resgate sua capacidade de produzir consensos, operar de maneira funcional e conseqüentemente atender, ele, essas demandas social. [...] Ao contrário do que supõe o imaginário social, as decisões do Supremo, embora envolvam a judicialização das matérias, normalmente não são decisões ativistas, são decisões de alto contencção, algumas das questões mais complexas que foram judicializadas, o Judiciário decidiu preservando a vontade do Legislativo. [...] O quadro muda de figura quando o Legislativo não tenha atuado em uma matéria que a Constituição demandava sua atuação ou quando estivesse em jogo direitos fundamentais. E aí, diante da eventual inercia do legislador ou da omissão do Executivo, o Judiciário não só pode, como deve atuar, porque ele tem o dever de fazer valer a constituição e o dever de tomar decisões envolvendo os casos concretos, e aí, sim, podem-se considerar como decisões mais expansivas do Judiciário a decisão que chancelou as uniões homoafetivas equiparando-as uniões estáveis heterossexuais. [...] Portanto, não havendo lei e havendo relação homoafetivas, é um fato da vida, e o que vale na vida são nossos afetos e, conseqüentemente, o Judiciário, numa decisão, ousada, importante e corajosa, estabeleceu que as uniões homoafetivas devem ser tratadas da mesma forma das uniões estáveis comuns, porque baseadas no mesmo pressuposto: afeto e um projeto de vida em comum” (BARROSO, 2012).

² Instrumento processual utilizado para se pedir a regulamentação de uma norma da Constituição quando os Poderes competentes não o fazem.

criminalização da homofobia no Brasil, equiparando a discriminação dos sujeitos por sexo e gênero ao crime de racismo, punido na Lei 7.716/1989 com pena de reclusão de 1 a 5 anos. As duas ações tem em seu corpo de texto o fundamento do art. 5º, incisos XLI e XLII, da CF/88, que aduz que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Com a maioria dos votos favoráveis, a Suprema Corte brasileira decidiu, em um ato de ativismo judicial, que a homofobia agora se equipara o crime de racismo, elucidado na Lei 7.716/1989, incorrendo nas sanções desta lei.

O quadro acima apresentado, mostra, ao menos parcialmente, o quão grande e recorrente é a busca dos grupos (LGBTQIA+) por tutela jurídica. A (in)visibilidade dessas minorias perante os poderes estatais – que agem com indiferença e hostilidade diante de suas demandas – é o que justifica, contraditoriamente, a real necessidade de suporte institucional e normativo.

No atual cenário político nacional, composto em sua maioria por círculos fundamentalistas, por religiosos e conservadores, pouco envolvidos com as causas pleiteadas pelas “minorias sexuais”, buscam formas de apagar esses grupos, marginalizando-os, negando-lhes direitos, elaborando projetos de leis que tem como escopo unicamente o retrocesso. Um desses retrocessos é, inequivocamente, o caso da chamada “cura gay”, relacionada ao projeto de lei nº 4931/2016 ainda em tramitação.

O projeto da “cura gay” propõe, para nosso espanto, o auxílio à mudança da orientação sexual quando o “paciente” desejar alterar seu status de homossexual para o de heterossexual, fazendo clara alusão à repatologização da homossexualidade. Seu proponente, o então deputado Ezequiel Teixeira (PODEMOS/RJ) – pastor evangélico da Associação Missionária Vida Nova, atua contra a comunidade (LGBTQIA+), pois não reconhece a diversidade como uma possibilidade. Sua proposta de orientar psicologicamente os homossexuais, a fim de possibilitá-los a correção de sua condição sexual, estimula a discriminação e a estigmatização, já que potencializa a invisibilidade das variadas identidades de gênero a partir de um discurso heteronormativo de correção.

Além disso, no atual contexto brasileiro, requerer os direitos das “minorias sexuais”

acabou se tornando, equivocadamente, “ideologia e gênero”¹, como se a comunidade (LGBTQIA+) estivesse disposta a combater a heterossexualidade, impondo padrões sexuais alternativos aos jovens. A história tem mostrado, entretanto, que o único padrão impositivo ao exercício sexual tem sido o heteronormativo, constringendo as múltiplas identidades de gênero e variadas formas de expressão da sexualidade, do desejo e do afeto.

Pleitear direitos no campo da diversidade sexual não é o mesmo que criticar a heterossexualidade impondo ao mundo a homossexualidade, mas, ao contrário, é exigir tolerância e respeito à pluralidade, ressaltando que a conduta sexual e de gênero não são engessadas e exclusivamente vinculadas a um único modelo coerente, o heteronormativo.

A necessidade de proteção jurídica às “minorias sexuais”

A heteronormatividade instaurada nos três poderes, em grande parte das vezes, passa despercebida, inclusive pelos indivíduos partícipes da sigla (LGBTQIA+). Basta constatar, porém, que as pautas pleiteadas por grupos heteros são prioritariamente concedidas, enquanto as demandas das “minorias sexuais” dependem de muita luta e disposição política. Assim, é nítida a condição de privilégio histórico dos heterossexuais em sociedades moralistas como a brasileira.

Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que as vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre os aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral (WARNER apud MISCKOLCI 2007, p.05).

Fazendo essa análise, pode-se verificar que a concessão de garantias que deveriam ser inerente a todos os seres humanos, tendo em vista a base principiológica pautada no princípio da dignidade da pessoa humana, na liberdade e na igualdade, está condicionada a identidade do sujeito que pretende pleitear a tutela do Estado. Sendo a garantia de iminente parecer favorável aplicada a um grupo restrito, qual seja: o de indivíduos heterossexuais. O que elucidado que nosso ordenamento jurídico se tornou essencialmente heteronormativo.

¹ Termo utilizado de modo pejorativo com vistas a deslegitimar todos os avanços e conquistas obtidos no campo das discussões a respeito de gênero, sexualidade e diversidade, bem como na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, pautada no respeito pela pluralidade de expressão e manifestação dos afetos (ARAÚJO, 2018)

O órgão judiciário se vê controlado por preceitos moralistas e de norma, a norma em questão, segundo Macherey (1989), não é a norma determinante do que é “permitido” e “proibido”, mas, sim, o fator que cria corpos tidos como normais e anormais, esta que vem anteriormente à norma jurídica, e que possibilita sua existência. Nas palavras de Portocarrero (2004), a norma é tida como “expressão de uma preferência e instrumento de uma vontade de substituição de um estado preferível de coisas ao qual se tem aversão por um outro considerado preferível (PORTOCARRERO, 2004, p. 145).

Na conjuntura à qual o sujeito se encontra inserido atualmente, a norma coloca em realce a heterossexualidade, como requisito de normalidade, o que coloca todos os corpos desviantes de tal padrão em posição de anormalidade (BUTLER, 2016). Judith Butler (2003) elucida a “inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (2003, p. 216).

Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente construídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p. 155).

Essa filosofia construída e predominante em nossa sociedade cria a heteronormatividade e a insere no campo judiciário, fazendo com que a engrenagem que move o judiciário trabalhe aproximando os corpos marginalizados da anormalidade, Sendo assim, quanto mais próximos da suposta normalidade, maior a probabilidade de concessão de direitos e garantias que deveriam ser intrínsecos a qualquer ser humano, independente de sexo e gênero.

Assim, faz-se necessário a desconstrução da heteronormatividade, principalmente no interior do campo jurídico, pois a cada demanda conquistada pelas minorias sexuais, maior a normalização desses indivíduos em termos heterossexuais, fator que não se pretende adotar, mas, sim, fazer ver que cada indivíduo possui sua singularidade, seja ela no quadro sexual, de gênero, de desejo, étnico, de classe, religioso, etc. e isso não pode, de maneira alguma, implicar como fator concessório ou negatório de tutela e proteção.

A trajetória dos corpos desviantes no campo da sexualidade, desde a antiguidade até os dias de hoje, é cercada de empecilhos à existência desses grupos. Sendo assim, a demanda por direitos e proteção junto ao órgão judiciário, que é o que possibilita esse pleito no quadro social nacional, torna-se importante e necessária. Entretanto, com tal demanda emergem os problemas

anexos às concessões de direitos e fundamentados pela heteronormatividade, incluindo os mais próximos da normalidade e lançando às margens os que se destoam do que Foucault (1998) chama de “heterossexualidade natural.”

As reflexões contidas neste trabalho não buscam colocar em voga as conquistas alcançadas até aqui pela comunidade (LGBTQIA+), tampouco colocar em cheque o fato de o Judiciário ser o berço para o nascimento de novas garantias. Mas, sim, buscam apontar que o Judiciário, envolto à sociedade como um todo, compreende um grande campo de batalhas constantes, entre elas, as técnicas que possam ajudar a desmontar o fator normatizador dos corpos.

Sobretudo, busca-se instigar um pensamento acerca das consequências da heteronormatividade, confrontando a norma positivada e a realidade social destes corpos, sendo possíveis alguns questionamentos: solvida a questão da união estável entre casais do mesmo sexo, poderão todas as possibilidades de casais possíveis celebrar casamento? Atribuídas sanções à discriminação contra os sujeitos por motivo de sexo e gênero, sanar-se-á marginalização, a perseguição, a intolerância, a violência contra os sujeitos? Concedida a faculdade de adoção, terão todos os corpos identitários, independente se cisgênero¹ ou “trans”, chances de legitimar tal direito?

A heteronormatividade estabelece uma seção de hierarquia dentro dos próprios grupos marginalizados, segregando-o. Ela inclui/exclui todos os sujeitos a partir do grau de proximidade/distanciamento do padrão convencional, de modo que garantias ligadas a pessoa humana sejam cerceadas por uma lógica binária, na medida em que opera apreendendo sujeitos e fazendo-lhes aceitar uma performance engessada na normalidade.

Enquanto de um lado da moeda se vê um cerceamento de direitos à população (LGBTQIA+) e um quadro de intolerância que ramifica nas mentes da sociedade, sugerindo até a morte, do outro lado, se nota a concessão de garantias condicionadas a uma assimilação ao típico padrão heterossexual, o que não garante a eficácia positiva dessas garantias conquistadas.

CONCLUSÃO

Este artigo, por meio de um recorte jurídico e sociológico, tratou da comunidade (LGBTQIA+), de sua posição perante a sociedade civil e o Estado brasileiros. Considerando a

¹ Cisgênero é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos com o seu “gênero de nascença”.

fixação da heteronormatividade enquanto o único padrão socialmente aceito para o exercício da sexualidade, um conjunto de disputas se estabelece no plano social e legal. Assim, as ditas “minorias sexuais” precisam, constantemente, reafirmar sua condição de normalidade, já que são relegadas à marginalização em razão da normatização da heterossexualidade.

Mesmo com a tutela do Estado diante de demandas dos grupos (LGBTQIA+), como as tratadas neste texto (casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção por pais homoafetivos, uso do nome social em situações públicas para pessoas “trans”, criminalização da homofobia, entre outros), a (in)visibilidade do sujeito de direitos fora da heteronormatividade carece de mais atenção, sobretudo, se considerarmos um quadro de ascensão do conservadorismo baseado na marginalização e discriminação das sexualidades ditas alternativas.

No Brasil, portanto, a luta pela valorização da diversidade sexual passa não apenas pelo reconhecimento institucional do Estado, mediante leis específicas, mas, também, pela transformação da sociedade civil em direção à tolerância e ao respeito com as múltiplas formas de expressão da sexualidade e do afeto.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Dhyego Câmara de. Heteronormatividade jurídica e as identidades LGBTI sob suspeita. **Revista Direito e Práxis**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.640-662, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2017/25191>

BARROSO, Luis Roberto 17 mar.15 Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=idAWyb9QGDs&t=1681s>>. Acesso em: 23 de out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. London and New York: Routledge, 2011.

CONNELL, [Raewyn] Robert. **Masculinities**. Berkeley, CA: University of California Press. 1995.

DERRIDA, Jacques. Limited Inc. Campinas: Papiros, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Dignificado do protesto negro**, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1976). (Tradução de Eduardo Brandão) – 1ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. curso no Collège de France (1975-1976). (Tradução de Maria Emantina Galvão). – 2ª. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade – Vol. I: A vontade de saber**. (Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. **História da sexualidade III: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Sobre a história da sexualidade**. (Tradução de Angela Loureiro de Sousa). In: *Microfísica do Poder*. 25ª ed. São Paulo: Editora Graal, 2012, ps. 363- 406.

FROEMMING, Cecília Nunes et al. Diversidade Sexual e Políticas Públicas em Tempos de Neoliberalismo. **Jornada Intelectual de Políticas Públicas**, São Luís, p. 01-22, 25 ago. 2019. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/mesas/diversidade-sexual-e-politica_ok.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

GEARY, Patrick., **O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo**, Lisboa, Gradiva, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHEREY, Pierre. **Pour une histoire naturelle des normes**. In: *Rencontre internationale, Michel Foucault philosophe*, 9-11, jan. 1988, Paris. *Anais...* Paris: Éd. Du Seuil, 1989, p. 203-221.

MILSKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. *Sociologias*. Porto Alegre, Dossiê, ano 11, nº 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

PIOVENSAN, Flávia; SILVA, Sandro Gorski. **Diversidade sexual e o contexto global: desafios à plena implementação dos direitos humanos LGBTI**. *Quaestio Iuris*. Rio de Janeiro, vol. 08, n. 4, Número Especial, p. 2213-2650, 2015.

_____. **Temas de Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PORTOCARRERO, Vera. **Normalização e invenção: um uso do pensamento de Michel Foucault**. In: *Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra*. Tereza Cristina Barreto Calomeni (Org.) – Editora Faculdade de Direito de Campos: Rio de Janeiro, 2004, p. 133-187.

SOUZA, Rolf Malungo. **As representações do homem negro e suas conseqüências**. *Revista Forum Identidades*. a. 3, v. 6, jul-dez de 2009.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Dispositivos de dor: poderes que conformam as**

transexualidades. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013

WARNER, Michael. Unsafe. In: HALPERIN, David M. What do gay men want? An essay on risk, subjectivity. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007, ps. 155-167.

DIREITO E LINGUAGEM: O PORTUGUÊS JURÍDICO E A LÍNGUA PORTUGUESA COMO FONTES DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM DIREITO

ROGÉRIO WENDERSON FERREIRA CAIXETA¹
FÁTIMA YUKARI AKIYOSHI FRANÇA²

RESUMO

Introdução: A abordagem, neste trabalho, se volta para a importância de oferecer, ao acadêmico em Direito, uma grade curricular que mescle o Português Jurídico com a Língua Portuguesa para uma formação profissional de excelência. Direito e Linguagem são elementos fundamentais e necessários para uma prática jurídica eficaz e coerente. É evidente que, os profissionais da área jurídica, precisam dominar o vocabulário para a confecção de peças processuais e demais textos científicos que fazem parte deste ofício. **Objetivo:** Apresentar ao Operador do Direito, a importância do domínio da linguagem culta gramatical, aliada à estrutura da linguagem jurídica, visando a uma formação profissional e pessoal de excelência. **Materiais e Métodos:** O trabalho científico foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas qualitativas, com intuito de obter uma análise crítica a qual a descrição dos estudos está embasada nas revisões literárias com abordagens sobre o assunto. **Resultados:** É visível, na prática jurídica, a ausência de coesão e coerência textual, seja pelo não domínio de elementos articuladores ou pelo simples fato de desconhecerem as regras da gramática normativa. É primordial a junção da estrutura jurídica com a estrutura gramatical. Os resultados aplicam-se em qualquer sujeito com ênfase em autores nos estudos de linguagem e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Conclusão:** Portanto, este trabalho demonstra ao final de sua produção que, para o aprimoramento da formação do Operador do Direito, é indissociável o Português Jurídico da Língua Portuguesa de modo que Direito e Linguagem são imanentes.

Palavras-chave: Direito. Linguagem. Formação Profissional. Coesão. Coerência.

LAW AND LANGUAGE: LEGAL PORTUGUESE AND PORTUGUESE AS SOURCES OF TRAINING FOR PROFESSIONALS IN LAW

ABSTRACT

Introduction: The approach, in this work, turns to the importance of offering the legal academic a curriculum that mixes Legal Portuguese with Portuguese for an excellent professional training. Law and Language are fundamental and necessary elements for an

¹ Graduado em Direito, pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP (2019). Endereço eletrônico: rogerwenderson19@gmail.com.

² Mestre em Teoria Literária pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia/MG; docente do curso de Administração no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio-MG. Endereços eletrônicos: fyaf@unicerp.edu.br; fyaf@hotmail.com.

effective and coherent legal practice. It is evident that legal professionals need to master the vocabulary for making procedural documents and other scientific texts that are part of this profession. **Objective:** To present to the Law Operator, the importance of the mastery of cultured grammatical language, allied to the structure of legal language, aiming at a professional and personal training of excellence. **Materials and Methods:** The scientific work was carried out based on qualitative bibliographic research, with the aim of obtaining a critical analysis on which the description of the studies is based on literary reviews with approaches on the subject. **Results:** In legal practice, the absence of cohesion and textual coherence is visible, either due to the lack of mastery of articulating elements or the simple fact of not knowing the rules of normative grammar. It is essential to join the legal structure with the grammatical structure. The results apply to any subject with an emphasis on authors in language studies and in the National Curriculum Parameters. **Conclusion:** Therefore, this work demonstrates at the end of its production that, in order to improve the training of the Law Operator, the Legal Portuguese of the Portuguese Language is inseparable so that Law and Language are immanent.

Keywords: Law. Language. Professional qualification. Cohesion. Coherence.

INTRODUÇÃO

A Linguagem como peça fundamental para o exercício do Direito é o objeto que vai nortear a presente pesquisa, com o objetivo geral de apresentação do Operador do Direito, a importância do domínio da linguagem culta gramatical aliada à estrutura da linguagem jurídica, visando a uma formação profissional e pessoal de excelência.

Além disso, alicerçados ao objetivo geral, os desdobramentos que fortalecem o texto, estão discriminados nos objetivos específicos, que buscam analisar documentos jurídicos que apresentem a ausência de elementos coesivos e coerentes na construção gramatical; esclarecer sobre a importância do domínio da linguagem culta para o exercício pessoal e profissional; comparar o padrão culto e coloquial em textos jurídicos; identificar as dificuldades que levam o estudante de Direito a ter acesso à linguagem gramatical adequada; verificar os mecanismos para aproximar os futuros Operadores do Direito com a gramática normativa e com a estrutura dos textos jurídicos elaborados com linguagem adequada.

Enfim, o trabalho toma como objeto de estudo “a Linguagem como peça fundamental para o exercício do Direito”.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho se desenvolve mediante pesquisa bibliográfica, utilizando método de dedutivo, por meio de autores e documentos que fundamentam a análise aprofundada do objeto

do trabalho científico. O trabalho está dividido em partes, explora inicialmente os conceitos indissociáveis de Direito e Linguagem, posteriormente, o texto apresenta as diferentes formas de linguagem e, como consequência, o domínio que a linguagem padrão tem na formação de um profissional de excelência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É notório que a cada dia as pessoas, em sua maioria, estão se distanciando do hábito de leitura e das questões inerentes às normas trazidas pela linguagem padrão da nossa língua materna. É visível que discentes e profissionais da área do Direito, em grande número comparado, têm dificuldades de redação em questões abertas, peças processuais diversas e não dominam as normas gramaticais estabelecidas na Língua Portuguesa.

A carga horária destinada ao Português Jurídico e o próprio conteúdo prima por ministrar aulas que desenvolvam a estrutura de peças processuais diversas, mas não possibilita o ensino revisional do Português Gramatical como o uso adequado de regência, concordância, emprego de palavras e expressões, pronomes, ortografia, pontuação, etc.

A palavra, instrumento jurídico

A linguagem padrão, culta, formal é indispensável a qualquer profissional que pretende desenvolver seu trabalho com segurança e competência. Assim sendo, o Operador do Direito não foge a essa regra, de modo que na seara jurídica a palavra (falada e escrita) é o instrumento fundamental para alcançar os objetivos almejados em cada caso concreto. Desta forma, a linguagem dentro do universo jurídico é indispensável para que o profissional do Direito se forme e desenvolva seu trabalho de forma coerente e coesa, sendo, portanto, Direito e linguagem indissociáveis:

[...] o Direito, mais que qualquer outro saber, é servo da linguagem. Como Direito posto é linguagem, sendo em nossos dias de evidência palmar constituir-se de quanto editado e comunicado, mediante a linguagem escrita, por quem com poderes para tanto. Também linguagem é o Direito aplicado ao caso concreto, sob a forma de decisão judicial ou administrativa. Dissociar o Direito da Linguagem será privá-lo de sua própria existência, porque, ontologicamente, ele é linguagem e somente linguagem (PASSOS, 2001, p.63-64).

Inicialmente, é salutar compreender que linguagem, língua e fala são conceitos distintos e que se completam dentro do universo da comunicação. É evidente que o emprego adequado destes conceitos, na prática profissional, são pressupostos essenciais para a formação

de um profissional de excelência. Enquanto a fala é individual e se pauta nas variedades linguísticas, a língua é universal e busca por meio de um conjunto de normas apresentar um padrão adequado para o emprego da língua materna dos interlocutores.

Desta forma, a junção coesa da língua e da fala devem estabelecer ao Operador do Direito uma linguagem adequada para o exercício profissional. Neste aspecto, a linguagem é conjunto de signos linguísticos que promove a manutenção da língua e da fala dentro de um contexto adequado às normas gramaticais com o objetivo de usá-la de modo coerente em todos os textos e espaços necessários no mundo do trabalho.

Além disso, a palavra, enquanto signo linguístico, deve ser projetada em conceitos mentais e materiais, de modo que ela, a partir de imagens, símbolos e regras possa ser transposta na linguagem falada ou escrita de forma gramaticalmente adequada, na medida em que o significado e o significante possibilitem aos profissionais da área jurídica o uso coeso e coerente da língua portuguesa no exercício da prática profissional.

A Língua Portuguesa enquanto código verbal convencionalizado, isto é, um conjunto de sinais que são usados socialmente para transmissão da mensagem propriamente dita, tem regras distribuídas na gramática normativa para que a linguagem estabelecida em processos de interações pessoais e principalmente profissionais sejam vinculadas de forma adequada entre emissores e receptores a partir de padrões normativos advindos da Morfologia, da Sintaxe, da Semântica e da Fonologia.

O ensino de língua materna, desde as primeiras letras até o estudo da nossa tradição literária, tem sido alvo de preocupação de especialistas das mais variadas áreas. Assim, o ensino de linguagem, de um modo geral, vem sendo há algum tempo tema de discussão de gramáticos, pedagogos, psicólogos etc. que, evidentemente, centraram seus estudos e críticas segundo pressupostos e pontos de vista próprios às suas áreas de conhecimento (FARACO; CASTRO, 2008, p. única).

Ademais, é indubitável para o alcance da excelência profissional o distanciamento da linguagem coloquial e a aproximação da linguagem culta. Com as tecnologias, o uso desenfreado de gírias e as abreviações inadequadas dos vocábulos são limitadores da competência no trabalho e estão distanciando os profissionais do domínio padrão da Língua Portuguesa.

A linguagem coloquial, advinda das variações linguísticas é pouco elaborada e fragmentária, de modo que não segue normas de concordância, regência e ortografia, por exemplo. Por outro lado, a linguagem culta está sistematizada no padrão gramatical formal, ou seja, a comunicação é bem elaborada e não fragmentária, o que permite ao Operador do Direito

ter a confiança dos receptores na execução das tarefas profissionais.

Portanto, o Operador do Direito, que tem na palavra (escrita e falada) o seu instrumento principal de trabalho, deve dominar a Língua Portuguesa e suas nuances de modo a desenvolver seu trabalho com a garantia de produções gramaticalmente adequadas que reflitam em suas práticas profissionais o uso coerente da linguagem.

A disciplina de Português Jurídico, para os discentes do curso de Direito, é primordial para a estrutura dos textos que devem ser desenvolvidos na prática jurídica, mas não é suficiente para a formação do Operador do Direito.

Inicialmente, é visível observar a falta do hábito de leitura cotidiana por partes dos brasileiros. Neste sentido, os discentes que adentram a Academia, em sua maioria, possuem dificuldades em elaborar textos coesos e coerentes que atendam às normas do Português Gramatical, bem como pela falta de hábito de leitura os discentes e, como conseqüente, uma gama de profissionais da área possuem dificuldades de interpretação trazida pela normatização gramatical.

Desta forma, é imprescindível que junto ao Português Jurídico seja incorporada o Português Gramatical no currículo dos cursos de Direito, de modo que o Operador do Direito em formação possa conhecer e dominar as regras normativas da língua com o objetivo de sustentar uma prática jurídica exitosa na e para além da Academia.

Enquanto o Português Jurídico prima pela teoria e elaboração de peças processuais importantes na prática do Direito, usada em estágios e nas relações profissionais consolidadas, por sua vez não consegue pela carga horária dada à disciplina, aliar-se ao Português Gramatical para estabelecer os conhecimentos necessários de ortografia, concordância e regência imprescindíveis para a boa prática e o bom desempenho dos Operadores do Direito. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001, p. 21):

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes lingüísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (PCN, 2001, p. 21).

É notório no transcurso da história jurídica, que em tempos de outrora, os Operadores do Direito mantinham uma oratória e uma retórica exemplar de modo a executar na prática, com domínio, textos escritos e falados com a devida junção das normas jurídicas aliadas às normas gramaticais. Desde os pronomes adequados a cada saudação e endereçamento, àqueles que devem ser colocados coerentemente no corpo do texto (falado e escrito), a junção do

Português Jurídico e o Português Gramatical elevou inúmeros nomes do Direito dentro do Brasil e com reconhecimento internacional.

Com a evolução do tempo, o hábito pela leitura e o gosto pelo conhecimento e domínio das regras da língua materna brasileira, foram e estão se distanciando dos interlocutores, verdade consistente encontrada nas salas e nos espaços acadêmicos e profissionais. Com o aceleramento de mídias modernas e tecnologias diversas, emissores e receptores trabalham mensagens descontextualizadas, com grafias agramaticais e vocábulos coloquiais que até mesmo inexitem no vocabulário da língua portuguesa.

Não são neologismos, tampouco jargões profissionais utilizados na prática jurídica e social do Operador do Direito, são gírias diversas, palavras abreviadas sem aprovação gramatical e períodos desenvolvidos com incoerência morfológica, sintática, fonológica e semântica, de modo a apresentar vários vocábulos com erros preocupantes que põe em risco a credibilidade do profissional.

Não obstante, é nítido observar a importância da linguagem para o exercício do Direito. A linguagem jurídica deve ser desenvolvida a partir da linguagem gramatical, isto é, a partir de normas gramaticais que respaldem de forma coerente e coesa a aplicabilidade do Direito em todos os meios e casos concretos de sua prática. Uma vez sendo a linguagem um processo de interlocução é por meio dela que os interlocutores conseguem elaborar representações diversas acerca do mundo e das experiências sociais e profissionais de cada indivíduo, na certeza de que cada marca linguística pressupõe que a comunicação, em seus vários sistemas de códigos, traz marcas históricas, sociais e ideológicas de uma determinada cultura.

É primordial o aluno dominar a leitura e a escrita, pois é pela linguagem que os indivíduos se comunicam, tem acesso a informações e conseguem acompanhar os avanços. O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social [...] (PCN, 1998, p19).

Desta forma, há uma dupla face do signo linguístico, qual seja, o significado e o significante que geram a unidade de significação adequada da palavra de modo que qualquer atividade desenvolvida pela linguagem não fique prejudicada quando do momento de sua utilização.

O significado passa pelo conteúdo intelectual a partir da própria ideia que o vocábulo estabelece, enquanto o significante exerce a função de suporte para que a ideia se desenvolva na sequência lógica de sons que se combinam na formação das palavras. Daí, compreender a importância da gramática normativa e do domínio da mesma para a consistente formação do

profissional do Direito, uma vez que, as palavras formadas por letras, fonemas e imagens devem ser escritas e faladas adequadamente na construção de períodos que não se tornem prolixos e agramaticais.

Linguagem Culta e Linguagem Coloquial: impasses no exercício do ofício do Operador do Direito

A inserção da disciplina de Língua Portuguesa no currículo do curso de Direito além de somar com as necessárias produções textuais da disciplina Português Jurídico, objetiva melhorar a formação do respectivo discente e futuro profissional em sua prática acadêmica e no mundo do trabalho.

Inicialmente essa junção é necessária para combater as práticas inadequadas da linguagem coloquial frente ao uso adequado trazido pela linguagem culta. A linguagem coloquial, também chamada de linguagem não-padrão ou informal, se distancia do português adequado para práticas de trabalho ou ocasiões formais que exigem do profissional o uso coerente e coeso da língua materna. Por sua vez, a linguagem culta, intitulada também de linguagem padrão ou formal é aquela que dá ao interlocutor maior prestígio dentro do meio em que é utilizada.

Além disso, quando se diferencia linguagem culta de linguagem coloquial, é salutar observar o uso despreocupado, em textos diversos (fala e escrita), de vocábulos que nascem a partir das variedades linguísticas. Elas são sistemas em que a língua se diversifica em função das possibilidades de variações de elementos de vocabulário que fogem às regras da gramática normativa. Assim sendo, para a formação do profissional em Direito, é indispensável o efetivo hábito de leitura e estudo das normas gramaticais para que o mesmo se distancie da linguagem coloquial advinda das variações regionais, sociais e estilísticas, para utilizar a linguagem culta que garante um maior prestígio ao profissional em situações formais e de trabalho.

Cada língua é o produto de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias. Desta maneira, a diversidade das línguas depende da diversidade dos cérebros e órgãos dos homens, de acordo com as suas raças. E a língua é associada à raça de maneira indissolúvel. Ela é o critério mais adequado para se proceder à classificação racial da humanidade (MUSSALIM E BENTES, 2004, p. 22).

A partir das variedades linguísticas e estilísticas os termos gíria e jargão tomam formas diferentes, assim sendo, é necessária fazer tal diferenciação no presente estudo. É nítido constatar nas falas e em textos elaborados pelos profissionais a incursão de palavras coloquiais

em situações extremamente formais em que cabem o titular e sua prática. Portanto, com as normatizações trazidas pela Língua Portuguesa e ensinadas na formação deste profissional, o mesmo se distanciaria das gírias, que são meramente palavras informais de grupos sociais e passaria a utilizar os jargões, que são adequados ao seu grupo profissional, desta forma, dominando a língua e estabelecendo uma linguagem coerente e coesa.

A relação entre oralidade e escrita para o profissional do Direito

A comunicação perpassa os conceitos de oralidade e escrita, de modo que, muitos interlocutores deixam em seu ofício a representação na escrita da linguagem oral. Essa realidade não foge aos profissionais da justiça, desde os discentes e após academia, no campo profissional, os Operadores do Direito na realização do seu trabalho, em muitas peças processuais e em suas relações formais, consolidadas profissionalmente, tendem a registrar na organização dos seus períodos escritos a maneira expressa da oralidade. Sendo assim, mais uma vez é notório o bom uso da Língua Portuguesa e seu domínio para a garantia da credibilidade do profissional, sendo indispensável o estudo da Língua Portuguesa aliado ao estudo do Português Jurídico na formação do profissional em Direito.

A língua é o sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala. Da fala, se ocupar-se-á a estilística, ou, mais amplamente, a Lingüística Externa. A lingüística, propriamente dita, terá como tarefa descrever o sistema formal, a língua. Inaugura-se assim, a chamada abordagem imanente da língua, que, em termos saussureanos, significa afastar “tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema. (MUSSALIM E BENTES, 2004, p. 23)

Desta forma, a escrita não é mero registro da fala, ou seja, escrever não é simplesmente transpor para o papel, sob formas de letras e fonemas, os enunciados da fala e do pensamento. A escrita como uso de um sistema alfabético coerente deve pressupor o domínio da língua materna resguardando as regras da gramática normativa que resultará uma ortografia adequada e bem elaborada na construção das peças processuais e de demais textos que são documentos indispensáveis para a prática do Direito.

Ademais, o profissional em questão, seja no Tribunal do Júri, audiências, magistério, peças processuais, despachos, ofícios diversos, etc. deve primar para que a estrutura jurídica esteja aliada ao português culto, formal, padrão para que a realização do seu trabalho possa ser segura e competente de modo a representar a escrita com os fundamentos gramaticais adequados.

A Teoria da Comunicação na formação do profissional em Direito

Há uma complexidade no uso da comunicação pelos interlocutores devido a vários fatores inseridos neste contexto, como por exemplo, a falta do hábito de leitura, a redução e ampliação de palavras nas mídias atuais e a influência da oralidade coloquial na escrita, dentre outras. Nesta perspectiva, o não domínio do Português Gramatical e sua prática adequada tem causado, aos profissionais em Direito, dúvidas diversas no que tange ao domínio da língua e seu uso na prática diária. Por estes motivos, conhecer e dominar os elementos que formam a teoria da comunicação são indispensáveis para a segurança da manifestação padrão da linguagem.

A Teoria da Comunicação elaborada pelo linguista Roman Jakobson (1896-1982) criou o estruturalismo linguístico para que, dentro da linguagem, seus elementos e fatores de comunicação estivessem separados na construção de uma comunicação adequada. Nesta análise, toda mensagem tem um objetivo predominante em cada caso concreto. Na Universidade e em cada espaço profissional em que o Operador do Direito realiza seu ofício ele necessita do domínio da palavra para, através da persuasão, convencer e fazer valer dentro da boa fé as causas que lhes são confiadas.

Neste sentido, é imprescindível o domínio da Língua Portuguesa na execução das tarefas que são direcionadas ao garantidor da justiça, de modo que seja necessário, ao profissional em questão, o conhecimento e o domínio dos elementos que forma a teoria da comunicação. O esquema por onde se projeta, de acordo com as teorias de Jakobson (1970), a manifestação da linguagem nasce no emissor locutor ou remetente que se encarrega de fazer fluir a comunicação, de forma que, quanto mais preparado e seguro do domínio da Língua Portuguesa o profissional da área jurídica irá realizar de maneira adequada o exercício do Português Gramatical em sua prática.

O contexto é o elemento da comunicação indispensável para uma linguagem exitosa, no contexto prático dos Operadores do Direito uma vez que é por meio do espaço, em que este profissional está inserido, que seus textos (falados e escritos) devem proporcionar e assegurar a excelência profissional. O canal de comunicação é o meio físico por onde circula a mensagem entre emissor e receptor para que possam comunicar-se, uma vez que os interlocutores utilizem o Português gramaticalmente adequado, a linguagem dará aos profissionais mencionados caminhos promissores na realização do seu trabalho com resultados efetivos e esperados.

A mensagem é o elemento determinante da prática laboral coesa e coerente, isto é, para

a realização de textos adequados a partir das normas linguísticas é fundamental o domínio das regras e das normas da língua oficial por parte do profissional da justiça. O código é o elemento em que a mensagem é transmitida, isto é, trata-se do sistema normativo utilizado pelos falantes de modo que estabeleça signos convencionados e regras normatizadas que determinem uma organização linguística adequada ao exercício profissional. O receptor é o elemento da comunicação que recebe a mensagem elaborada com objetivo de atingir e concretizar o ato comunicativo.

Português Gramatical: Estruturas sintáticas, morfológicas, semânticas e fonológicas

A relevância do Português Gramatical na prática acadêmica e profissional do Operador do Direito está na importância do domínio das regras normativas e pragmáticas da Língua Portuguesa, a fim de que, na elaboração dos seus textos verbais (falados e escritos) o profissional possa destacar-se na realização do seu ofício.

Regência de alguns verbos na prática escrita e na oralidade

- Verbo Assistir: O verbo “assistir” nos permite regências diferenciadas na construção do discurso a partir do significado que ele projeta no período.

A) Assistir no sentido de “ver”/”presenciar” – pede complemento com a preposição “a”.

Exemplo:

Assistimos ao júri ontem.
Regente Regido

B) Assistir no sentido de “cabere”/”pertencer” – pede complemento com a preposição “a”.

Exemplo:

Assisti ao Tribunal julgar os acusados.
Regente Regido

C) Assistir no sentido de “dar ajuda”/”prestar assistência” - pede complemento sem preposição.

Exemplo: O advogado assiste dois clientes, Meritíssimo.

- Verbo Obedecer – o verbo “obedecer” pede complemento com a preposição “a”.

Exemplos:

A) Ele **obedece** ao **regulamento** internacional.
Regente Regido

B) Os poderes **obedecem** à **Constituição** da República Federativa do Brasil.
Regente Regido

- Verbo Chegar/ir – os verbos “chegar”/”ir” pedem complemento com a preposição “a”.

Exemplos: **Vamos** ao **Fórum** fazer o protocolo.
Regente Regido

- Verbos Perdoar/Pagar – os verbos “Perdoar/Pagar” possuem a mesma regência, isto é, quando estes verbos estiverem acompanhados de uma “pessoa” no termo regido pedem a preposição “a”, e por outro lado, quando estiverem acompanhados de uma “coisa” não pedem preposição.

Exemplos:

A) O Tribunal **perdoará** aos **acusados**.
Regente Regido

B) Uma das partes **perdoa** a **dívida**.
Regente Regido

C) O cliente do escritório **pagou** ao **advogado** novato.
Regente Regido

D) A estagiária **pagará** o **documento** agora.
Regente Regido

- Verbo Preferir – o verbo “Preferir” pede dois tipos de complementos, um sem preposição e o outro com a preposição “a”. Este verbo não exige em sua regência palavras como “mais”, “menos”, “antes”, “depois”.

Exemplo: O advogado **prefere trabalhista a criminal**.
Regente Regido

- Verbo Aspirar – o verbo “Aspirar” admite duas regências distintas a partir de qual significado ele assume no contexto.

Aspirar no sentido de “almejar” pede complemento com a preposição “a”.

Aspirar no sentido de “sorver”/”cheirar” pede complemento sem preposição.

Exemplos:

A) A advogada **aspira** ao **cargo** de delegada no concurso.
Regente Regido

B) A juíza **aspirou** o **odor** desagradável da fumaça.
Regente Regido

- Emprego das palavras Sessão, Seção(ou secção) e Cessão:
 - “Sessão” é o intervalo de tempo que dura uma reunião, uma assembléia.
 - “Seção” (ou secção) significa “parte de um todo”.
 - “Cessão” é o ato de ceder.

Exemplos:

- A) Reuniram-se em uma **sessão** extraordinária vereadores e advogados.
- B) Lemos na **seção** (ou secção) de economia um artigo sobre a reforma tributária.
- C) Ele fez a **cessão** de seus direitos autorais.
 - Emprego das palavras A/Há:
 - “A” é para indicação de tempo futuro.
 - “Há” é para indicação de tempo transcorrido (equivale a faz).

Exemplos:

- A) O júri será daqui **a** duas semanas.
- B) **Há** dois anos que ele foi condenado.
 - Emprego das palavras Mas/Mais
 - “Mas” é uma conjunção coordenativa que introduz uma contrariedade, uma adversidade, uma oposição. Ela pode ser substituída pelas conjunções e locução conjuntiva equivalentes: **porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto**.
 - Mais é, na maioria das vezes, um advérbio (contrário de **menos**).

Exemplos:

- A) Ganhou a causa, **mas** não ficou satisfeito.
- B) Hoje, recebeu **mais** processos.
 - Variação em número da palavra “cidadão”
 - O plural do vocábulo “cidadão” é feito “cidadãos”.

Exemplo: Os **cidadãos** receberam a medalha de honra.

CONCLUSÃO

Direito e Linguagem são conceitos indissociáveis e se completam na realização da prática jurídica. Ao incluir-se, na Academia, a carga horária destinada ao estudo da Língua Portuguesa, a formação dos futuros Operadores do Direito, se dará de forma completa e efetiva,

uma vez que o Português Jurídico não se sustenta sozinho face às regras gramaticais necessárias para o preparo destes profissionais no mercado de trabalho.

Diante do texto exposto, é visível a importância do estudo da Língua Portuguesa no curso superior em Direito. Portanto, disponibilizar espaço para o estudo da disciplina, em suas regras fundamentais de utilização da língua, permitirá uma linguagem adequada dentro de todos os contextos formais em que o profissional e, até mesmo o acadêmico, irá precisar em sua prática profissional e acadêmica. A inclusão do estudo da língua materna, em formato de linguagem padrão, possibilitará profissionais melhores preparados para a realização do seu ofício na prática jurídica.

Portanto, urge a necessidade da inclusão, no currículo acadêmico dos discentes do curso de Direito, da disciplina Língua Portuguesa, de modo a ser reforçado e, até mesmo, aprimorado os conhecimentos gramaticais da língua oficial brasileira.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, T.; CAMACHO, R. G. **Sociolingüística**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à lingüística. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-76.

AZEREDO, J. C. S. **Texto, sentido e ensino de português**. In: Claudio Cezar Henriques; Darcília Simões. (Org.). Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino. 1 ed. Rio de Janeiro: Europa, 2004.

PASSOS, CALMON J. J. **Instrumentalidade do processo e devido processo legal**. Revista de processo, v. 102, São Paulo, 2001.

FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto de. **Por uma teoria linguística que fundamente o ensino de língua materna (ou de como apenas um pouquinho de gramática nem sempre é bom)**. Disponível em:. Acesso em: 08 dez. 2008.

JAKOBSON, Roman. **A lingüística e suas relações com outras ciências**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MIRA MATEUS, Maria Helena et. al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 5.ed. rev. e aument. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 2001. _____ Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997. _____ Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ANEXO

FIGURA: Teoria da Comunicação (Roman Jakobson)



O REGIME FECHADO E O SISTEMA PROGRESSIVO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA PENA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA EPISTEMOLOGIA

WESLEY ANTONIO GONÇALVES¹
STHÉFANI FIDÉLIX SALDANHA²
LUCIANO DOS REIS GUIMARÃES³

RESUMO

Introdução: O estudo objetiva suscitar o conhecimento relativo ao conteúdo do regime fechado, por meio da análise epistemológica encontrada na literatura. Sua justificativa recai sobre a importância que a teoria adotada tem para com a configuração da legislação penal pertinente, assim como as dimensões de suas políticas, princípios e processos. **Materiais e Método:** Oriundo do paradigma da pesquisa qualitativa, sob o método denominado por pesquisa de revisão sistemática, possui a missão de descrever a respeito de um determinado tema. **Resultados:** O contexto alimenta a dialética, na qual se assenta na perspectiva do desenvolvimento de estudos com o objetivo de explorar esta vertente. **Conclusão:** Como principal resultado hermenêutico, destaca-se que, a falta de nitidez sobre esse ramo do conhecimento que poderá ocasionar danos críticos quanto a sua utilização equivocada dentro dos aspectos epistemológicos para com os ontológicos.

Palavras-Chave: Sistema de Progressão de Regime. Regime Fechado. Código Penal Brasileiro. Lei de Execução Penal.

THE CLOSED REGIME AND THE PROGRESSIVE SYSTEM FOR COMPLIANCE WITH THE PENALTY: A SYSTEMATIC REVIEW OF EPISTEMOLOGY

ABSTRACT

Introduction: The study aims to raise knowledge regarding the content of the closed regime, through the epistemological analysis found in the literature. Its justification falls on the importance that the adopted theory has for the configuration of the pertinent criminal legislation, as well as the dimensions of its policies, principles and processes. **Materials and Method:** Coming from the qualitative research paradigm, under the method called systematic review research, it has the mission of describing about a certain theme. **Results:** The context feeds the dialectic, which is based on the perspective of developing studies in order to explore this aspect. **Conclusion:** As the main hermeneutic result, it is noteworthy that the lack of clarity about this branch of knowledge that can cause critical damage as to its misuse within the epistemological aspects towards the ontological ones.

¹ Aluno do curso de bacharelado em Direito no UNICERP - e-mail: wesleygoncalves@msn.com.

² Aluna do curso de bacharelado em Direito no UNICERP - e-mail: sthefanifidelix@gmail.com.

³ Professor e orientador. Curso de Direito do UNICERP - e-mail: lucptc@gmail.com.

Key-words: Regime Progress System, Closed Regime, Brazilian Penal Code, Law of Criminal Enforcement.

INTRODUÇÃO

Da necessidade de promover a ordem e a paz entre os Estados que compem a União Federativa do Brasil e, aliados aos princípios constitucionais dessa república, em destaque os relativos aos direitos humanos e sociais, assim como de caráter pedagógico, o Código Penal Brasileiro e a Lei de Execução Penal estabelecem diversos fatores, quanto a função social da pena, assim como uma forte ênfase perante a necessidade de ressocializar o agente.

Nesse sentido, é unânime para a doutrina contemporânea a finalidade de enfatizar as melhorias quanto a pena - dentre os fatores históricos, como a substituição da teoria da tortura pela teoria da função social - essa que, menciona-se o conceito, aceção, características, entre outros.

Dentre as melhorias, identifica-se o sistema de regime penal brasileiro, na qual segundo Bitencourt (2012), Mirabete (2015), Greco (2017), Damásio (2017), entre outros, mencionam-se a segurança como item necessário para que se garanta a paz, ao passo que se puna aqueles que causam desordem e cometem atos delitiosos. Assim, a pena possui função restabeecedora, ao passo de gerar divergência dentre a concepção pública/popular, podendo conceber, ou simplesmente gerar desconfiança, quanto a sua efetividade pedagógica.

Estudos realizados por Toledo (2007), já evidenciavam o funcionamento e a evolução do sistema progressivo do regime penal, quanto ao cumprimento da pena, na qual demonstrou-se objetividade, quanto a sua eficiência teórica, todavia, nada eficaz quanto as políticas governamentais para que se realmente venha obter eficácia.

Nesta linha e nos termos da Lei nº 2.848 (1940) e lei nº 7.210 (1984), os regimes penais são subdivididos por: (1) Regime fechado; (2) Regime semiaberto; (3) Regime aberto, assim como as suas regras e critérios, os quais serão detalhados ao fluir do texto.

Em concordância com os fundamentos apresentados e levando em consideração a literatura encontrada, analisada e utilizada para redigir o presente estudo, percebe-se a relevância por descrever a epistemologia apreciada - ainda mais quando está observação é feita por acadêmicos do Curso de Bacharelado em Direito - lacuna esta que, possivelmente possa causar falta de nitidez sobre a orientação adotada por esse teor e que reflete diretamente sob a perspectiva prática e teórica da ação para com os desdobramentos em seus futuros estudos e/ou atuação.

Tal consideração é o objetivo do presente estudo: suscitar essa epistemologia, dialogando e descrevendo o contexto sobre a compreensão dos estudos que venham contribuir com a definição dos objetivos do código penal e da lei de execução penal, quanto ao sistema progressivo de cumprimento da pena. O intuito foi de fomentar a importância que este contexto exerce e as ações que poderão ser adotadas por estudantes e profissionais de direito ao desenvolver ou adotar conceitos teóricos, articulados e/ou que permitam prever e entender os efeitos das práticas e seu funcionamento.

Tal recorte justifica-se devido a incumbência que a teoria adotada pode dar para a configuração da legislação penal pertinente, assim como as dimensões de suas políticas, princípios e processos, contribuindo, ora com os estudantes.

Assim, este estudo propõe suscitar a literatura especializada, lançando luz para os principais aspectos, quanto a real reflexão sobre o sistema progressivo, assim quanto ao cumprimento da pena e definição do termo “ressocialização pedagógica”. Foi justamente este *insight* que deu o *start* ao design do presente estudo no qual definiu a metodologia da redação científica denominada por revisão sistemática da literatura a ser utilizada (MENEGETTI, 2011).

Nesse contexto, a forma epistemológica da literatura, produz reflexões referentes aos acontecimentos da época até os mais relevantes. Sua força, apesar de não estar atrelada ao rigor metodológico, como acontece na produção científica (estudos com pesquisa de campo), ela está na capacidade reflexiva para compreender a realidade. Assim, “o essa revisão epistemológica, caracteriza-se pela sua natureza reflexiva e interpretativa, diferente da forma classificatória da ciência” (MENEGETTI, 2011, p. 3) .

Para tanger o objetivo e o intuito proposto, verificou-se a consonância da literatura, doutrina, contidos em base epistemológica nacional, assim como no próprio ordenamento jurídico a que se envolvem.

O estudo foi ganhando força e proporções diferentes, na medida em que foi sendo realizadas as leituras, ouvindo as explicações proferidas por meio dos docentes de diversas unidades curriculares do curso de bacharelado em direito, ao passo que, o texto foi sendo redigido por seus autores, os quais são, atualmente, discentes do curso de bacharelado em direito de um instituição de ensino privada, sediada em um município do interior de Minas Gerais, sob a orientação de um professor da área.

Nesta perspectiva, o artigo foi estruturado com as seguintes subseções: o primeiro recai na trajetória jurisdicional para a aplicação de pena, passando pelo regime fechado, progressão de regime, legado dos regimes prisionais, os três tipos de regimes prisionais brasileiros, as

condições para concessão da progressão, o objetivo da punibilidade, o Cálculo da Pena e por fim, as considerações finais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Partindo das premissas de Marconi e Lakatos (2003), os aspectos metodológicos (metodologia) devem estruturar e guiar (conduzir) o estudo, quanto a sua filosofia, grau de abstração, finalidade, entre outros aspectos.

Neste contexto, em um estudo envolvendo a cientificidade é fundamental que seus métodos estejam relacionadas as determinadas crenças e/ou pressupostos que conduzem a realidade. É essencial que haja reflexão sobre a visão de mundo e de construção do conhecimento que embasa o estudo (SACCOL, 2009).

Assim, esse estudo adotou o paradigma de Pesquisa Qualitativa, utilizando-se do Método de Revisão Sistemática da Literatura, sob a ótica descritiva (MEZZARROBA e MONTEIRO, 2009; MENEGHETTI, 2011; MARCONI e LAKATOS, 2003; SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013; SILVA e ROSA, 2018).

Vale ressaltar que, na revisão sistemática, a unidade de análise, considerados como sujeitos da pesquisa, são as epistemologias selecionadas por meio de método sistemático pré-definido (SILVA e ROSA, 2018). Dessa forma, optou-se por fazer um estudo de coorte a respeito do tema regime fechado, na qual seu intuito foi de indicar futuras questões (lacunas) de pesquisas.

De acordo com os autores (*op cit*), esta abordagem situa, geralmente, na contribuição por descrever os fatos com certa renovação do olhar lançado sobre os problemas sociais/epistemológicos e sobre os mecanismos jurídicos.

Nesta concepção, a opção pela abordagem da revisão sistemática justifica-se em função do seu caráter informativo, descritivo, progressivo e estritamente articulado com a literatura.

Dessa forma, o recorte foi realizado por meio de fontes primárias de dados, nos quais utilizou-se de bibliografias clássicas e renomadas, das quais possuem conceito A pela CAPES, conforme quadro 1.

Quadro 1: fontes primarias utilizadas para o recorte da literatura

Bibliografias	(GRECO, 2017); (MIRABETE, 2015); (NUCCI, 2014); (BITENCOURT, 2012); (JESUS, 2011); (TOLEDO, 2007).
Legislação	(BRASIL LEI 8.072, 1990); (BRASIL LEI Nº 2.848, 1940); (BRASIL LEI Nº 7.210, 1984); (CNJ, 2018); (STJ SÚMULA 231, 1999); (STJ SÚMULA 241, 2000).

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A busca e o fichamento das literaturas ocorreram entre os meses de fevereiro a julho de 2019. Todavia, o estudo só foi redigido em forma de artigo nos meses entre fevereiro a julho de 2020.

Como se trata de um recorte sistemático, após analisar as fontes de informações, foi delimitado as seguintes temáticas a serem compreendidas, sendo elas: (a) Trajetória jurisdicional; (b) para a aplicação de pena; (b) Regime Fechado; (c) A progressão de regime; (e) O legado dos regimes prisionais; (f) Os três tipos de regimes prisionais brasileiros; (g) Condições para concessão da progressão; (h) Objetivo da punibilidade; (i) Cálculo da Pena.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SISTEMATIZADA

Trajetória jurisdicional para a aplicação de pena

De acordo com a Lei nº. 2.848, artigo 59, para que o magistrado transforme o réu em condenado é preciso que o processo passe por toda a análise do julgamento penal, verificando as circunstâncias jurídicas, as quais fazem parte da primeira fase. Examina-se assim, a culpabilidade (dolo), assim como os antecedentes criminais (se o agente já possui outras condenações transitadas em julgado), seguida pela conduta social do réu (relacionamento socio-cultural e familiar), a personalidade do delituoso (se o agente possui perfil para a criminalidade), a motivação, conjuntura, decorrência do crime, até a conduta da vítima.

Nessa linha, até meados dos anos 2000, haviam diversas teses defendendo (ou não) a consideração da reincidência como agravante e conjuntura judicial (GRECO, 2017). Todavia, segundo o autor, com a publicação da súmula 241 do STJ, “a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial” (STJ SÚMULA 241, 2000, p. 3). Dessa ótica, ao perfazer a segunda fase, nos termos da lei nº. 2.848, artigos 61, 62, 65 e 66, o juiz determinará a pena considerando os agravantes circunstanciais, assim como os atenuantes.

Ainda no contexto da segunda fase, Grego (2017) faz uma observação pertinente, na qual ressalta a vital importância de se observar a súmula 231 do STJ, ao passo que, “a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal” (STJ SÚMULA 231, 1999).

Por fim, passa-se à para a terceira fase, na qual aplica-se a pena, ao passo de fixar a

penalidade sentenciada. O magistrado deverá observar a parte geral e especial do Código Penal, no intuito de ajuizar os motivos de diminuição ou aumento de pena (GRECO, 2017).

O sistema do regime fechado

A fixação do regime de cumprimento de pena, sendo eles: regime fechado, semiaberto e aberto é orientada pelo art. 59 do código penal. Nesse âmbito, Nucci (2014, p. 324) enumera os elementos presentes no referido artigo: “culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime e comportamento da vítima”. Nesse sentido, tais pressupostos devem ser considerados pelo juiz para fixação de sentença condenatória.

Segundo Grego (2017), o regime fechado é o regime de cumprimento de pena no qual o condenado permanece retido em estabelecimentos de segurança máxima ou média. Além disso, como salienta Bitencourt (2012), o regime fechado só é aplicado para réus condenados a um período de reclusão superior a quatro anos, podendo ser excepcionalmente aplicado a reincidentes condenados a período igual ou inferior a quatro anos.

Dessa forma, Nucci (2014) discorre à cerca de duas correntes quando a aplicação do regime fechado para crimes de detenção. Sendo que, a primeira defende a teoria, na qual o regime fechado poderia ser aplicado à crimes de detenção, desde que, o réu fosse reincidente. Já a teoria majoritária afirma que ainda que o réu seja reincidente, só seria possível aplicar o regime semiaberto.

Isso posto, Grego (2017) traça um parâmetro geral acerca das regras para o cumprimento do regime fechado, sejam elas: a exigibilidade da guia de recolhimento para que o condenado seja encaminhado à penitenciária, a submissão do mesmo à exame criminológico e a subordinação do condenado ao trabalho no período diurno e ao isolamento durante o noturno.

No que concerne a esse último quesito, percebe-se a divergência doutrinária entre os autores Bitencourt (2012) e Grego (2017), já que, aquele é contrário a remissão de pena quando o Estado não oferece as ferramentas necessárias para o trabalho do recluso, enquanto este se posiciona favoravelmente com relação a esse entendimento, visto que “o Estado não pode, por arbítrio, intransigência, inércia ou péssima administração interferir, ainda mais, sobre o direito de liberdade de seus cidadãos” (GRECO, 2017, p. 640). Nesse mesmo sentido, Machado e Sloniak (2015) concluem através de suas pesquisas que o trabalho, apesar de possuir papel central para a reabilitação dos detentos, não é objeto de preocupação para os governantes, que negligenciam sua implantação.

Ademais, Bitencourt (2012) tece outra crítica no que tange a esse requisito, pois devido à superlotação, quanto aos presídios brasileiros é inconcebível que os detentos sejam isolados durante o período noturno. Segundo dados coletados pelo Banco Nacional de Mandatos de Prisão e divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2018 a população carcerária brasileira era de 602 mil presos, sendo 262.983 mil cumprindo regime fechado, como apresentado na ilustração 01 a seguir.

Ilustração 01: Distribuição da população carcerária brasileira:



Fonte: Cadastro Nacional de Presos - BMP 2.0

Ademais, o CNJ também divulgou que no ano de 2018 o número de estabelecimentos penitenciários do país era de 1456 penitenciárias, sendo que a taxa de ocupação correspondia a 175%, ou seja, 75% além do pertinente. Tais dados evidenciam, além do não atendimento ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, a importância da progressão de regimes nesse sistema insustentável.

Ainda nesse contexto, dissertando acerca da imprescindibilidade do regime fechado, Nucci (2014) se posiciona contrariamente ao dispositivo legal que fixava o cumprimento de pena inicial em regime fechado para crimes hediondos, ou seja, o autor concorda com o posicionamento do STF de 2012, o qual possuiu como relator o Ministro Dias Toffoli, de acordo com o qual o regime inicial de cumprimento de pena não pode ser pré-estabelecido, levando em consideração o princípio da individualização da pena.

Por conseguinte, a pena deve ser medida de acordo com o delito cometido por cada indivíduo, que naturalmente possui particularidades. Nessa ótica, Nucci (2014, p. 65) ressalta que nem mesmo “[...] a prática de idêntica figura típica não é suficiente para nivelar dois seres

humanos.”. Dessa forma, o regime inicial seja qual for, deve ser estabelecido pelo juiz através de motivação idônea.

A progressão de regime

Segundo Bitencourt (2012, p. 1.357), no Direito Penal, a realização da pena orienta-se para o aumento ou diminuição impetra de intensidade e continência da liberdade para com o agente delituoso, na qual para o autor “sempre foi produto de uma sentença penal condenatória”. A medida punitiva ao detento poderá progredir ou regredir com relação ao regime, implicando diretamente no status *libertatis* (liberdade) do réu.

Nesses moldes, o artigo nº. 33, § 2º, do Código Penal, assim como o artigo nº. 112 da Lei de Execução Penal preveem que, o momento propulsor para a obtenção de perda de maior prerrogativa quanto a realização da pena privativa de *libertatis*, baseia-se no mérito ou demérito do agente.

Sob essa constatação, autores como por exemplo, Toledo (2007), caracteriza a progressão de regime como um direito universal a todos e qualquer pessoa, que tenha sido condenada devido a sua prática delituosa prevista em lei, sendo-a privativa de liberdade (BRASIL LEI Nº 2.848, 1940).

Perante essa hermenêutica, trata-se da possibilidade do detento de progredir do regime fechado para a realização da sanção (pena) em outro regime que seja mais benéfico, posto que, nos termos da Lei, recaí como medida punitiva com efeitos pedagógicos. Tal medida, necessita obrigatoriamente de certos requisitos, com a contabilização do tempo de progressão (entre outros critérios) até chegar em seu mérito. Ainda sob essa compreensão, vale apenas ressaltar que, O ordenamento jurídico penal deixa claro que a progressão acontecerá quanto ao regime e não quanto a pena.

Nessa concepção, Bitencourt (2012, p. 1.359) argumenta que, “... a partir do regime fechado, fase mais severa do cumprimento da pena, possibilita o Código a conquista progressiva de parcelas da liberdade suprimida.” Nesta ótica, a legislação vigente concede a possibilidade do condenado vir a conquistar, pouco a pouco, a sua liberdade, este, durante a efetivação da sua pena, na qual haja uma escada pedagógica, não sendo sempre a mesma penalidade a qual foi aplicada.

O legado dos regimes prisionais

Com o objetivo de punir e disciplinar as pessoas, as quais não cooperem com a convivência e com a ordem social perante a sociedade organizada, o ordenamento jurídico, ao longo do tempo, dotou-se de sistemas e metodologias coersivas e restritivas quanto a liberdade do homem, como forma punitiva daqueles os quais fogem das condutas aceitáveis perante legislação, punindo-se com a restrição da liberdade (GRECO, 2017).

Para o mesmo autor, no início, os tipos de coersões (penas) eram desumanas, ou seja, a pessoa era submetida a condições de tortura física e/ou psicológicas. Relatos de diversos autores, remetem as primeiras metodologias penais para a condição de inteira submissão, denominado (conhecido) por sistema penitenciário pensilvânico - sistema no qual os condenados permaneciam em estado de confinamento total, não sendo possível o contato e a comunicação com outras pessoas, sendo impostas a somente rezar – fato que desencadeavam uma proporção de insanidade, assim como de suicídio.

Ainda na mesma linha, Grego (2017) reconhece certo avanço quanto a metodologia punitiva denominada por sistema auburniano, no qual, por sua vez, já previa a possibilidade do condenado exercer as atividades (trabalho) no período diurno e matutino (durante o dia), sendo o seu isolamento efetuado durante o turno da noite. Todavia, ainda consistia o retrocesso dos castigos físicos.

Dentre esse e outros avanços, outras metodologias foram surgindo e outras diversas formas de punibilidade foram ganhando força, sendo que, a maioria delas ainda causavam certas torturas, seja ela física ou psicológica (GRECO, 2017).

Ao longo do tempo, no Brasil, os regimes prisionais também foram evoluindo até alcançar o princípio da dignidade humana prevista na Constituição Federativa do Brasil de 1988 (JESUS, 2011). Na contemporaneidade do ordenamento jurídico Brasileiro, seu reconhecimento se concretiza por meio da força da lei, advinda da doutrina majoritária, esta a qual compreende a condenação penal de forma pedagógica, visto que, proporciona paulatinamente a reinserção do condenado ao convívio para com a sociedade.

Os três tipos de regimes prisionais brasileiros

De acordo como o Código Penal Brasileiro, a condenação de um agente se dá pela tipicidade de sua conduta, na qual o Juiz da vara penal determinará a pena condenatória por meio de uma sentença, esta se dará na condição de regime inicial a ser cumprida (MIRABETE, 2015). Desta completude, o regime dependerá da duração da pena (condenação), assim como da anterioridade da lei penal, seguindo o princípio da legalidade, efetivando-as por medidas

coercitivas, legitimadas por meio do Estado.

Nesse contexto, dá-se destaque especial ao princípio da legalidade que segundo Bitencourt (2012) é um limitador do poder punitivo do Estado, impedindo que esse intervenha, por exemplo, nos direitos humanos fundamentais. Desse princípio, advém a presunção, na qual a Lei deve definir claramente o ato criminoso, sendo que se a mesma não o fizer, não configura ilícito. Tal definição deve ser construída de modo a evitar locuções vagas, indeterminadas ou imprecisas, que por ventura, venham a proporcionar interpretações deturpadas do conteúdo regulamentado.

Por sua vez, Greco (2017) ressalta que, trata-se do princípio mais importante do direito penal, visto que veda a punição do cidadão caso a mesma não esteja prevista em texto legal, além de conter o arbítrio do poder estatal. O autor ainda ressalta que, esse princípio está presente em nosso ordenamento, desde o império. Para ele, decorrem desse princípio as concepções, na qual a lei não deve retroagir, salvo se em benefício do réu, e que não se pode criminalizar por costume ou analogia *in malam partem*.

De acordo com a Lei de Execução Penal de 1984, os regimes prisionais são denominados conforme o quadro 2 a seguir.

Quadro 2: os tipos de regimes prisionais

OS TIPOS DE REGIMES PRISIONAIS	
Regime fechado	- Cumprimento em instituto de segurança máxima ou mediano. - Suscetível a trabalhar comumente dentro do período do dia com insulamento noturno.
Regime semiaberto	- Realização em colônia agrícola, colônia industrial e/ou colônia semelhante; - Permanência nem sempre direta; - Suscetível a trabalho.
Regime aberto	- Parte da pena poderá ser cumprida em sua residência, onde estiver abrigado e/ou local casa de parentes; - Permite ao detento sair durante o dia para estudar ou trabalhar; - Norteada pelo princípio da autodisciplina e sentido de responsabilidade do agente condenado.

Fonte: elaborado pelos autores com base em (BRASIL LEI Nº 7.210, 1984).

De acordo com a lei nº 7.210/84, o Regime inicial poderá ser cumprido de forma fechado, aberto ou até mesmo semiaberto. Greco (2017) comenta que, o fato típico (tipicidade do crime) antevê pena de detenção, sendo recluso perante o Estado. O autor sintetiza que, as penas são estabelecidas dentro da lei nº 2.848/40, na qual estabeleceu o Código Penal Brasileiro.

Condições para concessão da progressão

No entender de autores como Toledo (2007), Bitencourt (2012), Mirabete (2015), entre outros, o detento possui o direito de progredir de regime, desde que, este consiga cumprir uma parte da sua pena, sendo que, esta temporalidade poderá ser variável a cada caso. Todavia, segundo os autores, para concessão da progressão é necessário que sejam cumprido alguns requisitos conforme apresentado no quadro 3 a seguir:

Quadro 3: requisitos para a progressão de pena

OS TIPOS DE REGIMES PRISIONAIS	
Réu primário ou reincidente?	<ul style="list-style-type: none"> - Caso o agente não tenha outro crime com condenação em trânsito em julgado; - Nesse caso, trânsito em julgado se dá quando não há mais possibilidade de recorrer de uma decisão ação judicial, isso porque, os meios recursais já se esgotaram. - Caso já exista outra condenação, na qual possui condenação com trânsito em julgado, o agente será caracterizado com reincidente.
Crime simples ou Crime Hediondo?	<ul style="list-style-type: none"> - Crimes Hediondos: são os quais são vistos ou tidos perante a lei como os de maior gravidade. São ordenados pela Lei nº. 8.072/90 (BRASIL LEI 8.072, 1990); - Crimes Simples: são todos aqueles, nos quais estão disponíveis na própria Lei 2.848/40, a qual estabelece o Código Penal (BRASIL LEI Nº 2.848, 1940). - Cálculo: Para cada característica apresentada, a porcentagem da pena a qual deverá ser cumprida como obtenção a progressão se diferenciará. - Os autores comentam que, para o cálculo da matemática básica, a porcentagem utilizar-se-á da fração mínima da pena, na qual o agente terá que cumprir como condição para a progressão, dependendo da situação enquadrado.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Toledo (2007), Bitencourt (2012), Mirabete (2015).

Outro requisito interpelado é o denominado requisito objetivo, o qual compreende-se por meio do cálculo da pena (abordado na próxima subseção e por meio do quadro 4 a seguir), ou seja, não se alterará por razão e/ou motivo unipessoal do preso. Também existe o requisito denominado por requisito subjetivo, o qual deriva da própria denominação, ou seja, subjetivo ao comportamento regimental (bom comportamento) do preso, atestado por meio de autoridade prisional (diretor ou coordenador do sistema prisional), onde se cumpre a pena.

Desses requisitos, os autores comentam que, não basta ter realizado tempo necessário, também obrigatoriamente necessitará do mérito (bom comportamento) do agente (preso) para que ocorra a progressão para um regime menos rígido.

Os autores fazem uma observação pertinente, quando sinalizam a possibilidade de perda dos direitos da progressão quanto aos benefícios concedidos (progressão de regime). Poderá ser revogado quando o detendo não cumprir as determinações legais, podendo retroagir de regime, dentre as seguintes hipóteses: (a) Realizar conduta tipificada como crime doloso ou falta grave; (b) Deferimento de condenação, por delito tipificado anteriormente, no qual sua condenação, unida ao restante da sua pena atual, apresente inadmissível ao regime. (c) Entre outros. Os autores ainda ressaltam o direito de ampla defesa do condenado, que perfaz o princípio constitucional do contraditório, presente no art. 5º, LV, da CFBR/88.

Objetivo da punibilidade

A Lei Penal Brasileira, possui caráter amplamente pedagógico, pela qual objetiva-se a articulação, por meio da aplicação da pena, favorecendo a ressocialização do agente condenado. O intuito é que o agente retorne à sociedade com a oportunidade de refletir perante as suas ações e com isso não mais cometer atos delituosos, distanciando-se da reincidência penal (BITENCOURT, 2012).

Nesses moldes, a pena privativa de liberdade opera de maneira progressiva, com mudança de regime com menos rigor, a ser deliberado por meio do juiz, isso se o detento já tiver cumprido, pelo menos, um sexto da sua detenção em regime anterior, assim como se estiver em pleno bom comportamento penitencial, devidamente comprovado pela autoridade carcerária, ou seja, pelo diretor do presídio (BRASIL LEI Nº 2.848, 1940).

Cálculo da Pena

Segundo Mirabete (2015), para se calcular o que a lei nº. 11.464/07 prevê, utiliza-se das informações conforme quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Cálculo da pena

1. Data base	Poderá ser apartir da reclusão em flagrante (sem háver interrupção), da detenção e após o acontecimento (ocasião da prisão preventiva), da detenção preventiva (mediante transito em julgado)	A falta grave perante o cumprimento da pena, poderá ser modificada em defluência do acontecimento (caso haja e considerando-se a mais atual), assim como superveniência de pena transitada em julgado.
2. Requisito objetivo	1/6 (um sexto da pena)	Para condenado, quando na condição de primário ou reincidente, nos casos de crimes comuns, consumado a qualquer tempo, assim como os casos de crimes hediondo ou análogo.
	2/5 (dois quintos da pena)	Para condenado primário mediante a crime hediondo consumado.
	3/5 (três quintos da pena)	Para condenados reincidente, mediante crime hediondo ou análogo.
	De acordo com a Lei nº 2.848/1940, artigo 75, no caso de pena acima de 30 (trinta) anos, a progressão acontecerá baseada na pena total compulsoriamente judicial e não baseada em pena unificadora.	
	Em face de crime comum e hediondo, os elementos a serem conceituadas para o cálculo beneficiário precisarão ser diferentes, no intuito de conservar a especificidade para cada condenação.	
3. Requisito Subjetivo	Além do requisito objetivo, exige-se que, o condenado tenha bom comportamento carcerário, isto é, mediante comprovação do diretor da instituição penitencial (BRASIL LEI Nº 7.210, 1984).	

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Toledo (2007), Bitencourt (2012), Mirabete (2015).

Mediante ao quadro 4, os autores mencionam a obrigatoriedade de juntamento de atestado de permanência e de conduta prisional. Já no tocante ao exame criminológico, explica Mirabete (2015) que, o Juiz da Execução Criminal necessitará requisitar, todas as vezes que lhe for necessário, como por exemplo, para aqueles crimes, nos quais foram consumados perante

grave ameaça a pessoa e com uso de violência. Nesse contexto, Bitencourt (2012), faz menção que o exame criminológico poderá contribuir para com a fundamentação da decisão do juiz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi suscitar a epistemologia ligada ao tema Regime Fechado, sobre o método sistemático de análise literária do sistema progressivo quanto ao cumprimento da pena, dialogando o contexto com a necessidade de realização de futuros estudos que venham a contribuir com a definição dos objetivos do código penal e da lei de execução penal. O intuito foi fomentar a importância que este contexto exerce e as ações que poderão ser adotadas por estudantes e profissionais de direito ao desenvolver ou adotar conceitos teóricos, articulados e/ou que permitam prever e entender os efeitos das práticas e seu funcionamento.

Diante do recorte sistemático analisado, compreendeu-se que, a progressão do sistema penitenciário brasileiro possui todos os requisitos necessários para promover a ressocialização dos condenados, sendo obstáculo à essa consecução: a estruturação inadequada do sistema carcerário que não comporta sua população, além das dificuldades encontradas na própria sociedade, como por exemplo, o preconceito.

Nesse sentido é importante que toda a população exerça sua cidadania, de forma à solicitar melhorias frente à negligência do Estado, bem como, promover campanhas de conscientização que visem o acolhimento daqueles que foram submetidos ao cerceamento de sua liberdade como medida disciplinar.

Dessa forma, o estudo lança luz para a necessidade de pesquisas empíricas, nas quais tentem compreender os aspectos que possam impactar a comunidade para com a importância dos aspectos pedagógicos dos agentes condenados e que venham contribuir, de alguma forma, para com a ressocialização desses sujeitos.

Como limitação, destaca-se a metodologia adotada, na qual limitou-se apenas em compreender a epistemologia por meio de um recorte sistemático da literatura doutrinária.

Sugere-se então que novas pesquisas utilizem do método de interação sujeito-objeto, buscando dados empíricos que possam esclarecer melhor o fenômeno da pedagogia dentro do regime prisional, assim com a revitalização do agente para com a sociedade na qual ele será reintegrado.

REFERÊNCIAS

ALVIM, S. C.; OLIVEIRA, L. F. A eficácia da progressão de regime no sistema penal brasileiro diante das normas e políticas públicas de ressocialização. **Revista da Faculdade Evangélica de Goianésia**. Goiás, v. 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/859>>. Acesso em: maio 2019.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2012. BRASIL LEI 8.072. Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990. **Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências**, 25 julho 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8072.htm>. Acesso em: 2019 mar. 22.

BRASIL LEI Nº 2.848. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 21 março 2019.

BRASIL LEI Nº 7.210. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal.**, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 2019 março 21.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Presos - BNMP 2.0**, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cadastro-nacional-de-presos-bnmp-2-0>>. Acesso em: 2019 maio 25.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Impetus, v. 1, 2017.

JESUS, D. D. **Direito penal, volume 1: parte geral**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MACHADO, B. A.; SLONIAK, M. A. Disciplina ou Ressocialização? Racionalidades Punitivas, Trabalho Prisional e Políticas Penitenciárias. **Revista Direito GV**, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000100189&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 2019 abr. 01.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Métodos Específicos das Ciências Sociais. In:

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica I**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 4.7, p. 106-114.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar.abr. 2011.

MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. Método. In: MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. **Manual de Metodologia de Pesquisa no Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Cap. II, p. 47-91.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito: parte geral**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUCCI, G. D. S. **Manual de Direito Penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, 2014.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Rev. Adm. UFSM, Santa Maria**, 2009. 250-269.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

STJ SÚMULA 231. Superior Tribunal de Justiça - terceira seção. **Jurisprudência/STJ - Súmulas**, 1999. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=SUMU&livre=@docn=%27000000231%27>>. Acesso em: 2019 maio 21.

STJ SÚMULA 241. Superior Tribunal de Justiça - Terceira Seção. **Jurisprudência/STJ - Súmulas**, 2000. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2011_18_capSumula241.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

TOLEDO, F. D. A. **Princípios Básicos de Direito Penal**. São Paulo : Saraiva, 2007.

LITERATURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

KAROLAYNE APARECIDA GUIMARÃES¹
FÁTIMA YUKARI AKIYOSHI FRANÇA²

RESUMO

Introdução: Pode-se afirmar que o contexto de literatura é pertinente na educação, pois busca propor uma educação voltada para ensinamentos que ocasionarão experiências na vida do estudante. Observa-se que a forma de lidar com a literatura está cada vez mais perdendo adeptos na ação educativa, pois, além da falta de conhecimento sobre o que realmente é a literatura, o que se lê e a garantia de saberes que as mesmas proporcionam, ainda existe o problema da carga horária que é utilizada de forma que a literatura é deixada para segundo plano. **Objetivo:** A pesquisa teve como objetivo compreender a literatura como contribuição do processo de alfabetização, pois, quando o(a) aluno(a) é instigado(a) a ler de forma lúdica e observa a proposta da leitura, este(a) a levará para o resto de sua vida como algo prazeroso. **Material e Métodos:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, revistas especializadas, documentos em *sites* oficiais. **Resultados:** A pesquisa mostrou que a falta de conhecimento sobre a literatura e suas contribuições para o aprendizado, pode provocar consequências não muito agradáveis no ambiente escolar, pois, poderá acarretar a falta de uma alfabetização adequada e segura para o(a) estudante, levando este problema para a vida adulta. **Conclusão:** Conclui-se que a literatura é uma das principais ferramentas para a educação, visto que, se é utilizada de maneira contínua pode-se conseguir extrair experiências para cada fase de ensino, que servirá de conhecimento e sabedoria para toda a vida.

Palavras-chave: Aprendizagem. Leitura Literária. Socialização da Leitura.

LITERATURE IN THE LITERACY PROCESS

ABSTRACT

Introduction: It can be said that the context of literature is relevant in education, as it seeks to propose an education focused on teachings that will bring experiences in the student's life. It is observed that the way to deal with literature is increasingly losing adherents in educational action, because, in addition to the lack of knowledge about what literature really is, what is read and the guarantee of knowledge that they provide, There is still the problem of the workload that is used so that the literature is left to the background. **Objective:** The research aimed to understand the literature as a contribution of the literacy process, because when the student is

¹ Graduanda de Pedagogia pelo UNICERP (2019); karolayne@hotmail.com.

² Mestre em Teoria Literária pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia/MG; docente do curso de Administração no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio-MG. Endereços eletrônicos: fyaf@unicerp.edu.br; fyaf@hotmail.com

encouraged to read in a playful way and observes the proposal of reading, this will take for the rest of your life as something pleasurable. **Material and Methods:** A bibliographic search was performed through books, scientific articles, specialized journals, documents on official websites. **Results:** The Research has shown that lack of knowledge about the literature and its contributions to learning can have unpleasant consequences in the school environment, as it may lead to a lack of adequate and safe literacy for the student, leading to problem for adulthood. **Conclusion:** It is concluded that literature is one of the main tools for education, since, if used continuously, it is possible to extract experiences for each phase of education, which will serve as knowledge and wisdom for life.

Keywords: Learning. Literary reading. Reading Socialization.

INTRODUÇÃO

A leitura é indispensável na construção e reconstrução da sociedade, pois as experiências são reveladas por meio das variadas formas de leitura. Assim, a literatura se torna parte dessa construção. Pode-se afirmar que o contexto de literatura é essencial para a educação, pois, procura propor uma educação voltada para ensinamentos significativos. Ao questionar o que é literatura muitos brasileiros já possuem um pensamento negativo, vendo-a como chata e sem graça.

A utilização da literatura está cada vez mais perdendo espaço na educação, o que pode ocorrer é a falta de conhecimento sobre o que realmente é literatura e a garantia dos saberes que a mesma proporciona. Portanto, a finalidade desse trabalho é proporcionar ao leitor, informações que os oriente sobre o que é a literatura e o que ela oferece na alfabetização, bem como maneiras de alfabetizar a criança e os pontos positivos que este ato busca proporcionar para os educandos na sua caminhada escolar.

Por essa razão, é necessário que se identifique as dificuldades e as formas de oferecer a literatura com prazer, ou seja, despertar nos alunos o gosto pela leitura. Contribuir para a formação do hábito de ler, reconhecer a importância da leitura no contexto da sala de aula, identificar os tipos de leitura e os fatores que facilitam como processo de aprendizagem.

Vários são os fatores que podem contribuir para que a criança goste ou não do ato de ler, ou da própria literatura, pois, acredita-se que os primeiros estímulos ocorrem nos primeiros anos de vida. Por essa razão, é necessário compreender a forma que a leitura literária é passada para as crianças, inclusive nos primeiros anos do Ensino Fundamental, a sua prática, o material e a maneira de motivar os(as) alunos(as) pelos profissionais que atuam nesta fase de ensino.

É preciso analisar e colocar em prática as modalidades de leitura, pois o ideal seria que a leitura literária pudesse ocupar um lugar privilegiado na educação do cidadão brasileiro. O

conceito de leitura passou por várias alterações nos últimos tempos e que todos os métodos para o ensino e a aprendizagem da leitura têm seus pontos fracos e fortes. O que se constata é que a alfabetização é indispensável na vida do cidadão perante as suas conquistas e a sociedade.

Porém, com todos os recursos que poderão ser utilizados para que a leitura literária possa fluir agradavelmente e dentro do almejado, existem ainda outros problemas, inclusive, a questão da carga horária que é utilizada de forma que a literatura é deixada para segundo plano. Presume-se que a literatura possa contribuir no processo de alfabetização, porém, é necessário que haja o tempo pertinente para desenvolver tais leituras e levar a criança a obter experiências que lhe valerão para a vida.

O estudioso Darnton (1992, p. 18) diz que, “A leitura não é simplesmente uma habilidade, mas uma maneira de estabelecer significado, que deve variar de cultura para cultura”, por essa razão, foram tomadas como base, os estudos de Darnton (1992), para que o foco da leitura e literatura seja compreendido, em sua importância, sobre as crianças em seu processo de alfabetização, para que estes levem como forma de adquirir conhecimento, prazer, experiências e obter autonomia em suas decisões.

É imprescindível que haja estímulo sobre a leitura, inclusive a literária, nas escolas, para isso, os profissionais devem estar capacitados a lidarem com esta questão, mesmo que a carga horária seja comprimida, pois é relevante que reveja a importância em trabalhar o lúdico dentro do processo de alfabetização e letramento. Assim, a criança defronta-se com um mundo cheio de atrações referentes à literatura e se adentrará neste mundo de forma participativa, de forma criativa e prazerosa.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia científica é uma ferramenta essencial de trabalhos acadêmicos, onde visa a utilização de métodos e técnicas para a compreensão dos resultados.

A Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Entende-se por metodologia um meio de investigação onde busca obter resposta por meio da mesma. Ao definir métodos e provocar uma ordem, uma organização, os processos de investigação que busca é ressaltada no momento que se obtém um resultado satisfatório. Para tal, instigou-se sobre a elaboração da pesquisa explicativa, pois esta por sua vez, preocupa-se

em identificar os fatos e fenômenos. Porém, para os procedimentos técnicos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica.

Como suporte teórico e instrumento de análise geral sobre o tema, foram realizadas pesquisas por meio de livros, revistas, artigos, internet, documentos monográficos e acervos que condizem com o tema em questão, a fim de abrir caminhos para que possam provocar reflexão sobre a proposta estudada, o que possibilitou um conhecimento teórico mais amplo do problema apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A notoriedade da literatura no processo escolar

A literatura é uma das artes que compõem a formação do cidadão em sua totalidade, portanto, pode-se afirmar que o contexto de literatura sempre foi essencial ao longo dos anos para a educação, pois procura propor uma educação voltada para abrir os conhecimentos, as experiências e apreciar a arte de escrever.

Ao questionar o que é literatura muitas pessoas já possuem pensamentos contraditórios, muitos afirmam ser grandes leitores, já outros, não têm muito que dizer, mas pode-se observar que a literatura ou a falta de leitura acarreta na falta de experiência e contestações quando existe a necessidade de o cidadão realizar a sua argumentação perante assuntos que se julgam necessária obter uma decisão. Por essa questão, é notório que existam alguns questionamentos propícios para tal, um deles é se “a literatura é só uma questão de leitura?” Pode-se afirmar que literatura é muito mais que isso, uma leitura sem fundamento pode acarretar em um pensamento ou opinião sem justificativa, assim, não haverá concretude acerca dos temas.

A literatura é uma manifestação do ser humano que proporciona trabalhar prosas ou versos, onde as palavras têm o papel fundamental. A literatura busca despertar imaginação, juntamente com a diversão, ao se trabalhar literatura na educação, observou-se a necessidade de saciar a tal questionamento: quais objetivos podem ser trabalhados? É necessário que se compreenda que antes de tudo, a leitura é dar possibilidade para o cidadão refletir sobre assuntos que desejam buscar respostas. Por isso, compreende-se que a alfabetização seguida do letramento deverá ser cuidadosamente trabalhada e de forma contínua desde a infância e, principalmente, no Ensino Fundamental, de forma mais elaborada.

A leitura literária proporciona saberes, mas que ao longo do tempo vem perdendo adeptos, por motivos talvez, da própria forma de induzi-la na escola, já que as aulas de literatura

têm sido reduzidas em sua carga horária. Por essa razão, é necessário que o próprio educador, busque formas inovadoras para salientar e motivar os alunos a lerem. Quando as primeiras leituras são feitas de forma prazerosa, buscando saciar a imaginação da criança, esta levará para sempre tal método para a vida adulta quando o assunto for leitura. Assim, resultará também em um leitor que realmente coloca em prática tal ação, sem se iludir e dizer que apenas gosta de leitura e não o faz.

Por isso, o papel do professor é fundamental para que a leitura seja proposta de maneira criativa e, assim, o aluno passe realmente ser um bom leitor. Porém, é importante observar, além da forma do professor trabalhar esta questão, é saber que o próprio educador domine e seja um leitor assíduo, assim terá o domínio do assunto com coerência e conseguirá resultados benéficos e eficazes.

Caso contrário, podemos resultar em falta de conhecimento por parte de alguns dos educadores ou até mesmo as abordagens sem sucesso, ou seja, resultados insatisfatórios no quesito sobre a formação de bons leitores na escola. Quando a própria escola se depara com resultados não satisfatórios é preciso que auxiliem os profissionais envolvidos, que busquem diferentes abordagens, métodos ou até mesmo um pouco de diálogo entre educador e educandos, pois ao trabalhar a literatura como ferramenta promissora da alfabetização, vale lembrar que as crianças estarão passando pelas fases de descobertas, será necessário que os educadores estejam preparados para lidarem com essas questões.

Assim, vale lembrar que ao repassar o que é literatura para o público mirim é preciso ser cuidadoso, pois a literatura não é uma disciplina que ficará esquecida, a literatura busca formar seres críticos e pensantes. Ao trabalhar a literatura na alfabetização é possível abrir caminhos que poderão encadear conhecimentos e saberes que proporcionam uma educação de sucesso. A grande mudança em um país ou na educação começa pela escola e é o que se ensinam nas mesmas.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para o Ensino Infantil (RCNEI) a esse respeito ressaltam que:

Os professores deverão organizar a sua prática de forma a promover em seus alunos: o interesse pela leitura de histórias; a familiaridade com a escrita por meio da participação em situação de contato cotidiano com livros, revistas, histórias em quadrinhos, escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor, escolher os livros para ler e apreciar. Isso se fará possível trabalhando conteúdos que privilegiem a participação dos alunos em situações de leitura de diferentes gêneros feitos pelos adultos, como contos, poemas, parlendas, trava-línguas, etc. propiciar momentos de reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda do professor (BRASIL, 1998, p.117).

Portanto, pode-se dizer que ao falar da literatura é classificar que tipo de leitura pretende ensinar nas escolas. “Apreciadores da leitura ou bons leitores”, não é o suficiente, vai muito além do que só simpatizar com a leitura, observa-se que a leitura para ser ensinada não é preciso uma classificação, a literatura em si já é cultura e cultura é o que diferencia uma sociedade da outra, simpatizantes de leituras não pensariam nem uma vez para abandoná-las e deixá-las de lado.

Ao terminar um livro, é necessário que se pense na experiência vivida, caso não haja nenhuma mudança se resultará em só mais um para sua lista de grandes livros ou até mesmo grande autores, pois, se não proporcionou nenhuma mudança em seu interior muitas vezes é porque houve uma leitura superficial, assim, acredita-se que todos os livros passam um ensinamento importante, que seja bom ou ruim.

Bons leitores, sempre buscam mudanças em seu interior, apreciam o silêncio para poder embarcar no mundo imaginário que os livros proporcionam e, em geral, resultam em grandes saberes adquiridos. Bons leitores sabem reconhecer a literatura e seus benefícios e seus pontos positivos e negativos, o livro nunca será só um livro para eles.

Os educadores devem transformar seus educandos em bons leitores, devem incentivá-los, pois, o incentivo é um método para transformação de uma boa educação e a motivação deve crescer a cada incentivo. Os métodos que tiveram falhas ou até mesmo porcentagens de acertos ou erros devem estar sempre em mudança com o contexto da criança, para que possa instigar para que a mesma busque sempre querer mais.

Por meio de observações escolares é possível analisar que a literatura quase não está sendo presente no cotidiano das crianças, e quando se faz presente é por meios de livros que são levados para casa para serem lidos com os pais. Ao retomarem com os livros não são questionados sobre a leitura, apenas devolvem o livro para a biblioteca da escola e retomam a mesma rotina de antes. É preciso, bem mais do que levar um livro para casa, que o educador deva planejar aulas que inclua a literatura e seu real propósito. Assim, é necessário que se busque associar a literatura com a alfabetização, juntamente com a interpretação, ganhando dessa forma, tempo e qualidade.

A leitura abre a mente e amplia os horizontes. Quando isso é feito na primeira infância, tudo acontece de uma forma muito mais natural e prazerosa. E é essa geração de leitores que poderá transformar o mundo através da Educação e do conhecimento. Tenho absoluta convicção disso (ISA COLLI, 2016).

Quando o aluno é incentivado de maneira correta e prazerosa, consegue obter resultados satisfatórios, tornando-se ferramenta essencial para o aprendizado, assim, entra-se em concordância com a alfabetização, métodos diferenciados e divertidos.

Alfabetização é uma construção da leitura e escrita, afirma-se que uma completa a outra. Assim, a alfabetização juntamente com a literatura, tem papel fundamental na educação, transformam e sempre buscam desafiar os alunos em suas primeiras fases, de forma que não seja simplesmente passageira.

Sobre isso Rego (1995, p. 50) afirma que:

Em termos de linguagem, assim como em muitos outros domínios, à criação e a descoberta não ocorrem no vazio, existem convenções linguísticas que a criança necessita dominar. Temos de oferecer-lhes oportunidades de contato com diferentes modelos, contextualizando a língua escrita através de seu uso, mesmo antes de se tornarem efetivamente capazes de ler e escrever. É a partir desse contato que as crianças farão descobertas fundamentais ao seu processo de alfabetização.

Compreende-se que o processo de ensino da alfabetização, vai muito além do que apenas ler e escrever. Alfabetização é uma forma de superar dificuldades, de viver em um mundo de descobertas onde o imaginário não tem limites e quando consegue vencer suas dificuldades é onde o fundamental aparece que é a “literatura”. Portanto, a literatura é uma das principais ferramentas da alfabetização, quando se consegue ter uma junção satisfatória e bem planejada.

Uma breve história da literatura e suas definições

Afirma-se que a literatura está totalmente amarrada com o período histórico. Literatura é a representação do pensamento do homem de um determinado período histórico. O homem da Idade Média tinha um pensamento o qual procurava expressar-se por meio de texto, com essas construções de textos se deu um nome na literatura, foi uma produção literária dentro de um período, ou seja, o homem daquele período estava se expressando.

A forma de expressar do homem vem muito antes da Era Medieval, observa-se que as pinturas rupestres também são formas para o homem se expressar. Na época de Aristóteles já existia uma maneira de se expressar. Mas, em nível de estudo, abordar-se-á a partir da Era Medieval.

De tempos em tempos, no momento histórico da época ocorre alguma mudança, assim, a maneira do homem se expressar conseqüentemente muda, o tipo de literatura que perpassa recebe novas características. A literatura recebe movimentos e nomes específicos, que pode ser

chamada de escolas literárias, representadas pelo pensamento humano em determinados contextos históricos, por meio da escrita, da pintura, da música ou de outras artes.

Logo após a Era Medieval veio outro período histórico onde o pensamento do homem mudou, mudando assim, o tempo literário e, até mesmo, a escrita. A literatura nada mais é do que a representação literária do pensamento do homem daquele período. Já os gêneros literários são os tipos de literatura produzida, pois nem todos os textos são iguais. Aristóteles dividiu a literatura em três, o gênero narrativo mostra o mundo externo uma história narrada, pode ser em primeira, segunda e terceira pessoa. O gênero lírico está diretamente ligado à poesia. O gênero dramático é uma ação, pessoas que encenam com finais surpreendentes.

Ao estudarmos a história das culturas e o modo pelo qual elas foram sendo transmitidas de geração para geração, verificamos que a literatura foi o seu principal veículo. Literatura oral ou literatura escrita foram as principais formas pelas quais recebemos a herança da tradição [...] (COELHO, 2000, p. 16).

A tradição é passada de geração em geração, a literatura está presente em todo o meio do homem, tanto na escrita como na oralidade, pois, a literatura foi e segue sendo um veículo para a cultura de cada sociedade é por meio das histórias contadas que a literatura se faz presente, principalmente quando é passada de pais para filhos, de forma natural e informal.

A literatura tem como obra prima as palavras, mas não só na forma escrita, pois a literatura começou de forma oral, assim, a palavra foi a grande pioneira para a construção da história literária, que busca trabalhar a realidade e a expressão do homem.

Outro fator sobre a literatura é que esta pode apresentar-se por textos verossímeis, pois podem assemelhar-se à verdade, ações que são possíveis no nosso mundo. Além disso, ao falar de literatura também se exprime sobre textos de plurissignificação, de muitos sentidos e significados, pois a literatura explora todas as possibilidades da palavra, que é a sua maior ferramenta de trabalho.

A obra literária só se realiza quando há um contato com o leitor, quando o leitor se desliga da realidade e se entrega inteiramente a leitura. A leitura torna-se catártica que busca o contato do leitor com o seu livro, pois resgatam suas emoções, ele se vê no livro, como se vivesse o que está acontecendo. Nesse sentido, observa-se que a função lúdica está em evidência, portanto, naturalmente busca-se o prazer pela leitura do livro, os questionamentos e a vontade de querer sempre mais é uma característica desse sentimento e, assim, o envolvimento da leitura leva o leitor a ter a sensação de não estar satisfeito ou, até mesmo, sentir o que está sendo proposto na leitura, visando à diversão e a criatividade do leitor.

Contribuições da literatura para o processo de alfabetização

A maior dificuldade encontrada nas escolas é a falta de interesse das crianças com a leitura, pois, hoje em dia, o único incentivo poderá prover da escola, pois, muitas vezes, em seu ambiente familiar não terá um incentivo significativo, visto que não são todos os pais que incentivam os seus filhos.

Atualmente, a tecnologia está invadindo tanto o ambiente escolar como o familiar, por essa razão, esgotam-se todas as possibilidades de um livro ser uma prioridade. Os adultos são os espelhos para as crianças, as crianças ao chegarem em casa sempre encontram seus pais com a atenção voltada para os celulares. Assim, os celulares são prioridades para os mesmos que, conseqüentemente, acabam tornando-se prioridades para as crianças.

[...] é por meio da leitura que podemos formar cidadãos críticos, uma condição indispensável para o exercício da cidadania, na medida em que torna o indivíduo capaz de compreender o significado das inúmeras vozes que se manifestam no debate social e de pronunciar-se com sua própria voz, tomando consciência de todos os seus direitos e sabendo lutar por eles (BRITO, 2010, p. 1)

É por meio da leitura que a formação do cidadão é convertida, pois é essencial para o crescimento de uma sociedade que reconhece seus direitos e deveres. É necessário que a leitura, inclusive a literária, se torne significativa para a vida em sociedade.

Se a prática da leitura não está incorporada, o desenvolvimento da cidadania também fica comprometido. Se não se lê, não se pode aumentar o repertório crítico. Sem a crítica, o poder de julgamento fica limitado e a capacidade de intervenção e inserção cultural, também (LOIS, 2010, p. 19)

As crianças são seres em descoberta, querem realizar algumas tarefas ao mesmo tempo, com isso a curiosidade é uma característica natural que proporciona o crescimento em varias esferas como o cognitivo, emocional e biológico. Inicialmente, as crianças são movidas pelo ato da observação, logo, constata-se que o exemplo dado pelos adultos pode fazer a diferença.

Segundo Ferreira e Teberosky (1991, p.25), conhecer os processos de compreensão infantil é um valioso instrumento na identificação dos momentos adequados para as intervenções que o professor pode realizar que contribuirão para os avanços na aprendizagem da criança. Diante disso, analisa-se que a literatura é uma fonte que poderá despertar a imaginação, os sentimentos e a crítica e, se bem induzida, poderá utilizar-se de maneira prazerosa e significativa. Lembrando que as crianças são “um público” bastante exigentes.

Uma vez que a criança desperta o interesse, ela irá extrair tudo que se pode de um livro e ao despertar a sua curiosidade será possível trabalhar, de forma natural, a alfabetização que

se adapta ao livro proposto, sem que deixe a magia do livro falecer para a criança. Assim, espera-se que um livro proporcione à criança realizar uma viagem em um mundo repleto de novidades e descobertas, que busque suprir algumas de suas dúvidas, que a faça sentir todo o efeito estimulante e enriquecer seus saberes e conhecimentos.

A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. (...) A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência (COSSON, 2006, p. 17).

A literatura está sempre em mudanças, mudanças essa que ocorrem para o crescimento do pensamento humano. Ao experimentar a grandiosidade que a literatura apresenta, realiza-se de maneira lúdica. Afirma-se que a literatura é a identidade do homem, pois o que ele está lendo muitas vezes expressa o que ele é, o que está sentindo, podendo ser as suas frustrações e, também, suas emoções.

As vezes, recebemos queixas dos professores sobre os alunos que não sabem ler e que não se interessam pela leitura. Mas vale lembrar que a falha não está somente nas crianças. Essa falha já vem caminhando de forma lenta e que tomou grande proporção. Pois alguns alunos sofrem com as dificuldades apresentadas na aprendizagem escolar. A literatura não pode ser vista como forma de cobranças nas escolas, pois nesse sentido retira toda a magia do prazer pela leitura.

Segundo as reflexões de Rubem Alves, a respeito do prazer da leitura:

[...] de tudo o que as escolas podem fazer com as crianças e os jovens, não há nada de importância maior que o ensino do prazer da leitura. Todos falam na importância de alfabetizar, saber transformar símbolos gráficos em palavras. Concordo. Mas isso não basta. É preciso que o ato de ler dê prazer. As escolas produzem, anualmente, milhares de pessoas com habilidade de ler, mas que, vida a fora, não vão ler um livro sequer. Acredito piamente no dito do evangelho: “No princípio está a Palavra...” É pela palavra que se entra no mundo humano (ALVES, 2008, p. 61).

Os docentes devem buscar introduzir a literatura de maneira prazerosa, pois a mesma é a principal ferramenta de trabalho para alfabetização, visto que a literatura é significativa, criativa, divertida, que busca distrair, encantar, fazer sonhar, solta a imaginação para que possa expandir o pensamento, abre horizontes, faz o cidadão tornar-se sujeito mais crítico.

A literatura é fundamental para o fator cognitivo, pois auxilia no desenvolvimento da atenção, concentração estimula a competência narrativa, aprende a analisar os fatos. A criança desenvolve também a sensibilidade, pois a literatura é humanizada, acima de tudo. A literatura

fornece ferramentas enriquecedoras, pois ela proporcionará a possibilidade de respeitar o ponto de vista do outro, de perceber que existem outras formas de pensar, além da própria.

Abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de ser um instrumento de emoções, diversão ou prazer, desempenhada pelas histórias, mitos, lendas, poemas, contos, teatro, etc., criadas pela imaginação poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a educação integral da criança, propiciando-lhe a educação humanística e ajudando-a na formação de seu próprio estilo (COELHO, 1991, p. 5).

A literatura nasce com o intuito de proporcionar valores, rompendo barreira para que haja a aceitação de sua identidade, em diferentes estilos literários, visto que, cada um tem o seu momento de crescer e adaptar-se, tanto pela mentalidade mais avançada ou pelas emoções embaralhadas, a literatura é uma ferramenta precisa para a formação de um ser em repletas ocasiões.

Na atualidade a escola deve incentivar não só os alunos, mas sim as famílias. É na família que se inicia a base educacional, ao incorporar à sociedade por meio do ambiente escolar, a criança se desenvolve, porém, é com o auxílio e incentivo dos pais que a criança se desenvolverá humanamente na sociedade que lhe pertence e de forma crítica.

A literatura no processo de aprendizagem do ouvir e falar

A literatura, além de ser um método que pode ser utilizado no auxílio de ensino é a transmissora quando o assunto é ouvir e falar, pois, só se desenvolve a literatura quem tem respeito de apreciá-la, pois com uma boa apreciação pode render aventuras intrigantes no mundo da literatura.

A leitura de textos por lazer/prazer permite que os alunos estabeleçam relações com outras áreas do conhecimento, extraindo diferentes conteúdos, fazendo diversas conexões a partir de suas experiências do dia a dia (CORSO; OZELAME, 2009, p. 72).

O ato de ler e se auto-rever, descobre-se um apreciador, ou até mesmo um fã de leitura quando é incentivado de maneira prazerosa, assim, o lúdico deve ser o braço direito dos educadores, pois, é por meio dele que consegue-se chamar a atenção dos(as) pequenos(as) leitores iniciantes.

Ao contar uma história para o público mirim, o que vale ressaltar é que são bastante exigentes, é preciso que ao contar a história deva passar emoções, aventura, expressões faciais, incentivar e, o principal, mergulhar no mundo da imaginação como vivesse o que está sendo contado, viver o personagem daquela história.

O primeiro passo é desenvolver a audição da criança e fazê-la entender que tem a hora de falar e de ouvir, respeitando as opiniões dos demais pensamentos. Quando é trabalhada a questão do ouvir, conseqüentemente é desenvolvida a atenção, compreensão, crítica e, naturalmente, há um enriquecimento do vocabulário.

O vocabulário é a chave fundamental para uma leitura, inclusive porque sempre está em fases de descoberta e ocorre a absorção do saber. Nesse sentido, a criança compreende o real significados das palavras. Para isso, é necessário que haja um conhecimento prévio, o preparo à criança, para que possa entender significados.

[...] é necessário que o professor seja um leitor [...], um bom leitor. Que tenha uma rica bagagem de leitura. E aqui reside um dos grandes problemas da educação no país, acho que certamente o maior dos problemas: boa parte dos professores que saem das faculdades, formados nos cursos de letras ou pedagogia, ostenta um diploma de licenciatura, mas infelizmente não são leitores. [...] enquanto os alunos-futuros-professores não construírem suas histórias de leitor, enquanto não enraizarem em suas vidas a leitura como prática emancipatória, a leitura como espaço de conhecimento e experiência, enquanto não se tornarem leitores autônomos, leitores plenos, pouca condição terá de formar leitores em suas salas de aula. Formar leitores deve ser prioridade, porque é uma questão estratégica para o desenvolvimento de um povo (MARIA, 2009, p. 160-161).

Encontramos nas escolas muitos alunos que sabem ler, mas não sabem o significado da palavra, o que a mesma representa dentro do contexto proporcionado. Com isso, é preciso trabalhar também, com os educadores, alguns métodos de ensino que possa suprir o conhecimento do significado das palavras para que não ocorram falhas.

As únicas soluções plausíveis é que, antes de tudo, o professor busque aprimorar a sua leitura, reveja o que carrega consigo na bagagem em questão da sua própria leitura, os tipos de leitura e os bons livros que já obteve como material. Assim, poderá usar-se da maestria para sinalizar a leitura sendo boa ou não, para que assim, atribua às crianças de forma segura.

O processo da leitura literária precisa ser levado de maneira adequada para cada faixa etária, pois a criança deverá ter contato com vários gêneros textuais e, é com esses contatos e em diversas faixas etárias que os(as) alunos(as) irão experimentar os livros e, seguramente, terão resultados diferentes. Pois, os conhecimentos estarão passando por novas ideias e críticas. “A leitura é um momento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas em outros tempos e lugares que não o seu” (BRASIL, 1998, p.143).

A literatura é o veículo que emerge o imaginário, pois, oferece caminhos amplos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico das crianças, tornando-as mais críticas,

autônomas e criativas, capazes de realizar ações que sejam significativas e que possibilitem obter observações mais amplas do mundo.

CONCLUSÃO

Observou-se que, é primordial que a criança desenvolva seu lado leitor na escola, mas é fundamental ter exemplos em casa para que esta função seja completa e eficiente. Os hábitos e as estratégias de leitura devem ser desenvolvidos de acordo com a faixa etária, e para isso, é necessário que haja profissionais aptos para mediar este processo nos educandários de nosso país, visto que, muitas crianças possuem acesso ao livro somente na escola.

A leitura é a forma mais eficaz para a criança tornar-se um sujeito ativo no processo de sua formação como leitor crítico e autônomo, assim, pressupõe que esta seja uma ação que poderá começar pela escola, incentivado pelos profissionais da educação. Compreendeu-se que a literatura contribui no processo de alfabetização, auxilia a identificar o que a literatura proporciona para a alfabetização e para a vida da criança.

A literatura contribui para o desenvolvimento do homem onde é possível expressar suas emoções e seus sentimentos. Com isso, é possível trabalhar os métodos educativos por meio da literatura, pois, é no contexto da educação que a criança se auto-expressa. Este seria o ideal para a realização das leituras, inclusive das literárias, pois, durante muito tempo, a leitura literária foi uma atividade básica para qualquer nível de escolaridade.

É necessário, antes de tudo, pensar na condição que são oferecidas em varias realidades escolares de nosso país, pois é notável que antes os profissionais se preocupem com a questão do letramento, para que assim, promova as atividades literárias com mais êxito. Por isso, é preciso que haja criatividade, por parte dos professores e educadores de forma geral, metodologias eficientes, estímulos e estratégias alternativas para que tenha seguimento na leitura durante a vida toda do(a) aluno(a), de forma prazerosa e crítica ao mesmo tempo.

Portanto, conclui-se que é primordial que haja uma sequência na forma de incentivar a leitura, primeiro vem a necessidade do estímulo à leitura literária nos primeiros anos da escola e, conseqüentemente, ao longo dos anos escolares, que os(as) alunos(as) sintam a leitura como uma atividade social. Somente desta forma a leitura das literaturas significativas chegará à vida adulta de forma autônoma e crítica, porém, prazerosa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 1998, volumes 1, 2 e 3.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.1 e 3.
BRITO, Danielle Santos de. **A importância da leitura na formação social do indivíduo**. Revela, ano IV, n. 8, jun. 2010.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indo europeias ao Brasil contemporâneo. 4 ed. Ática, 1991.

_____, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: 14548 Moderna, 2000.

COLLI, Isa. **Pensador**. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MjA2NTY4Mg/>>. Acessado em: 15 set 2019.

CORSO, Gizelle Kaminski; OZELAME, Josiele K. Corso. **Escola, leitura, leitores – Literatura**. *Visão Global*, Joaçaba, v. 12, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2009.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DARNTON, Robert. **História da leitura**. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. 1991.

LOIS, Lena. **Teoria e prática da formação do leitor**: leitura e literatura na sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARIA, Luzia de. **O clube do livro: ser leitor – que diferença faz?** São Paulo: Globo, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REGO, Lúcia Lins Browne. **Literatura Infantil**: uma nova perspectiva da alfabetização na pré-escola. 2º ed. São Paulo: FTD, 1995.

SANTOS, R. A. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

ALESSANDRA DAS GRAÇAS PEREIRA MAGALHÃES¹
FÁTIMA YUKARI AKIYOSHI FRANÇA²

RESUMO

Introdução: A violência doméstica é um fenômeno comum na sociedade atual, suas causas são fatores alarmantes na sociedade. Assim, como um processo social, a escola também vivencia esta problemática em meio à ação educativa, perante as crianças que presenciam a violência em seus lares, que acabam interferindo diretamente no processo de aprendizagem. **Objetivo:** Apresentar os problemas de socialização, cognitivo e, até mesmo, baixo auto-estima que as crianças e adolescentes exteriorizam, no dia a dia na escola, pelo fato de presenciarem ou sofrerem a violência doméstica. **Materiais e Métodos:** O estudo foi embasado por meio uma pesquisa bibliográfica qualitativa, alicerçada por livros e artigos científicos. Realizou-se também uma pesquisa de campo, em uma escola municipal da cidade de Patrocínio-MG, onde foram aplicados questionários a doze servidores (gestor, especialista e professores). **Resultados:** Os profissionais envolvidos na pesquisa mencionaram os tipos de violência, sofrida ou vivenciada por algumas crianças ou adolescentes, dentro da própria casa. Estes apresentam, geralmente, dificuldades quanto à socialização, aprendizagem e, até mesmo, demonstram ter baixa auto-estima. Essas vítimas acabam não tendo um rendimento escolar desejado pelos profissionais da educação. **Conclusão:** A violência traz consequências graves para as vítimas durante muito tempo ou até mesmo para a vida toda. É necessário, que haja uma boa estrutura familiar para que a criança ou adolescente cresça com dignidade e a escola tem um papel primordial para detectar tais problemas e, assim, com estratégias adequadas, tais problemas poderão ser amenizados ou superados.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Violência Doméstica. Ensino. Aprendizagem.

THE CONSEQUENCES OF DOMESTIC VIOLENCE IN THE LEARNING PROCESS

ABSTRACT

Introduction: Domestic violence is a common phenomenon in today's society, its causes are alarming factors in society. Thus, as a social process, the school also experiences this problem in the midst of educational action, before children who witness violence in their homes, who end up directly interfering in the learning process. **Objective:** To present the problems of socialization, cognitive and, even, low self-esteem that children and adolescents exhibit, in their daily lives at school, due to the fact of witnessing or suffering domestic violence. **Objective:**

¹Autora: Graduanda em Pedagogia pelo UNICERP. E-mail: alemagalhaes2018ptc@gmail.com.

² Mestre em Teoria Literária pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia/MG; docente do curso de Administração no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio-MG. Endereços eletrônicos: fyaf@unicerp.edu.br; fyaf@hotmail.com

To present the problems of socialization, cognitive and even low self-esteem that children and adolescents experience in their daily lives at school, due to the fact that they witness or suffer domestic violence. **Materials and Methods:** The study was based on a qualitative bibliographic search, supported by books and scientific articles. A field research was also carried out in a municipal school in the city of Patrocínio-MG, where questionnaires were applied to twelve civil servants (manager, specialist and teachers). **Results:** The professionals involved in the research mentioned the types of violence, suffered or experienced by some children or adolescents, within their own homes. They generally have difficulties with socialization, learning and even demonstrate low self-esteem. These victims end up not having a school performance desired by education professionals. **Conclusion:** Violence has serious consequences for victims for a long time or even for a lifetime. It is necessary that there is a good family structure so that the child or adolescent grows with dignity and the school has a primary role in detecting such problems and, therefore, with appropriate strategies, these problems can be alleviated or overcome.

Keywords: Children and Adolescents. Domestic violence. Teaching. Learning.

INTRODUÇÃO

Existem vários problemas que os cidadãos brasileiros têm enfrentado, e um dos aspectos que mais atingem a sociedade é a violência doméstica. Todos os dias chegam até os lares brasileiros, por meio da mídia, notícias de vários tipos de violência vivenciados na sociedade e, mesmo em âmbito internacional, ela se tornou um dos problemas que mais agrava a imagem do Brasil.

Essa problemática, muitas vezes, se transforma em um círculo vicioso, pois, as atitudes violentas se repetem consecutivamente de geração em geração, as quais os filhos imitam os pais. A violência atinge, a grosso modo, as mulheres, as crianças, as pessoas idosas, os deficientes físicos e mentais e diversos outros. Por essa razão, a escolha desse tema se deu a partir da observação de acontecimentos vividos por crianças de várias faixas etárias, tendo em vista que a violência física, psicológica e sexual, prejudica diretamente na aprendizagem e socialização na escola.

Em vista disso, para o presente trabalho, foram destacados os tipos de problemas que acarretam crianças e adolescentes na vida escolar, afetando o lado cognitivo, social, emocional e psicológico, no que resulta-se em desenvolver baixo auto-estima, em decorrência do que vivenciam em seus próprio lares. Portanto, tudo isso acaba afetando o processo da aprendizagem dessas vítimas, levando muitas vezes, tornar-se um outro agressor ou perdendo o desejo de buscar objetivos significantes na vida.

Para melhor compreensão do tema, foi necessário utilizar a metodologia baseada em

pesquisa bibliográfica, artigos, no sentido de eleger um referencial teórico que propiciasse uma visão qualificada sobre a temática. Ao fazer essa reflexão constata-se a complexidade que este fato atinge diretamente os valores culturais e morais da sociedade, proveniente de problemas familiares e/ou sociais.

Esse problema torna-se cada vez mais evidente, pois as marcas não estão presentes apenas no meio social, sabe-se que tais problemas estão interligados à saúde pública e, os cuidados são itens necessários para sanar o sofrimento das vítimas que sofrem esse tipo de violência. É inegável a necessidade de implementar técnicas nas escolas, para orientar crianças e adolescentes, por meio de palestras produtivas e outras atividades para que haja compreensão sobre o assunto. Ademais, é preciso que os profissionais da educação estejam alertas e percebam quando um(a) aluno(a) está sendo vítima de violência, principalmente, dentro de seus próprios lares e buscar ajuda ao poder público e autoridades competentes para assegurar os direitos fundamentais da criança e adolescente.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para o estudo foi embasado na pesquisa bibliográfica explorativa e pesquisa de campo. Está embasada nas teorias de Viana (2002) e Sposito (1998), portanto, o presente artigo toma como referência, a pesquisa bibliográfica, de acordo com as consultas realizadas por meio de livros, artigos científicos, *sites* confiáveis e outras fontes que abordam como temática a violência doméstica e as consequências que traz para a vida do estudante.

Em função da natureza citada, por meio dos aspectos bibliográficos e artigos, foi realizada a pesquisa de campo, em uma escola municipal da cidade de Patrocínio-MG, onde foram aplicados questionários a doze servidores (gestor, especialista e professores).

O desenvolvimento do estudo atendeu as normas nacionais e internacionais de ética em pesquisa, no qual foram envolvidos seres humanos. Os dados foram coletados mediante a utilização de questionário aplicado pela própria aluna pesquisadora, na busca de informações que pudessem dar veracidade a problemática estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consequências da violência doméstica no ensino-aprendizagem

Observou-se que a cada ano os impactos gerados por causa da violência, de modo geral, têm afetado o aprendizado e rendimento escolar dos jovens, que acabam carregando esse trauma

para o resto de suas vidas. É necessário que nos dias de hoje, com as informações e auxílios por parte dos profissionais que têm estado cada vez mais cuidadosos com o tema, observe o comportamento e o físico das crianças e adolescentes já nos primeiros dias de aula, como por exemplo, se não há lesões corpóreas, hematomas ou estado emocional abalado.

É necessário também, que haja ciência sobre o assunto, principalmente na área humana, pois, segundo Viana:

Entender a violência exige conhecimento de suas causas que torna-se imprescindível, no campo da educação, fazer o levantamento da situação atual de forma a contribuir como o corpo gestor escolar, em particular, com a sociedade em geral, na verificação dos problemas relacionados com a violência e na viabilidade de possíveis soluções (VIANA, 2002).

Assim, facilita para os profissionais avaliarem os principais *déficits* de aprendizagem da criança, quando se tem um diagnóstico da vida particular da criança e adolescente, por consequência, o professor poderá trabalhar de forma mais ampla e aprofundada para contribuir com seu conhecimento.

Segundo SPOSITO (1998), “A violência escolar espalha aparência desvirtuadas do comportamento humano que às vezes parece sem controle, se constitui de processo de naturezas amplas, ainda assim pouco tratado com os pesquisadores pouco conhecido e que de fato requer investigação”. Pensando nesta questão, é necessário investigar as manifestações de violência que causam interferência no ensino aprendizagem e suas implicações na formação integral do estudante e na autoridade docente e para o espaço escolar como ambiente de formação humana.

Ao identificar as causas da violência que a criança presencia, o professor poderá realizar uma análise sobre este assunto, pois muitas vezes, alguns jovens estão sujeitos a viverem tais ações, de forma direta ou indireta. Na maior parte dos casos, as agressões sofridas interferem na aprendizagem e na vida social do aluno, quando a violência é identificada fica mais fácil trabalhar, desenvolver e melhorar o desempenho do aluno.

JAREZ (2007) acrescenta ainda que “a violência consiste num fenômeno que impede a auto realização humana gerando assim diversos prejuízo aqueles que a sofre”. Neste sentido, a violência representa tudo aquilo que afeta uma pessoa ou um grupo, de modo que não seja possível revelar seu potencial, realizar seus desejos e objetivos, nas dimensões da existência humana.

Ao observar o desempenho da criança e o convívio dela na sociedade, o profissional da área da educação deve analisar as circunstâncias do(a) aluno(a) mediante aos aspectos que presencia no âmbito social e educacional, mostrando que devem, através disso, colocar um ultimato a esse tabu que rodeia os cidadãos, atingidos por esse ato de crueldade que afligem

muitos jovens e crianças.

A relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão de conhecimento, esse processo não se configura apenas no fato de que se ter um professor que ensina para o aluno que aprende. Ao contrário é uma relação recíproca na qual se destacam o papel do dirigente, do professor e da atividade dos alunos (NAVARRO, 2012).

Podemos entender ainda a violência como uma ação intencional, realizada por um indivíduo, um grupo, instituição, classe ou ainda por nações, dirigindo ações para o outro de modo a causar prejuízo, danos físicos, psicológicos, sociais, entre outros (MINAYO; SOUZA, 1998).

Quando o assunto é violência, inclusive a doméstica, deve ser pensado na forma que as vítimas estão sujeitas, podendo ser classificadas nas formas como sexual, física, abuso incestuoso, assédio sexual, violência psicológica, negligência e, até mesmo a violência fatal, pois, todas elas apresentam consequências desastrosas na vida de uma criança ou adolescente.

Crianças vitimadas sofrem, geralmente, de problemas físicos e psicológicos. Em sua vida adulta, tendem a ter baixa auto-estima e experiência de depressão. Frequentemente tem alto grau de sensação de medo, ansiedade, culpa, vergonha, desamparo, depressão ou problemas com álcool, comparadas a uma pessoa que não teve a mesma experiência na infância (Ma, Stewin e Mah,2001).Assim como os agressores, as vítimas não só carregam as consequências para a vida adulta como podem repassá-las às gerações seguintes.

A escola deve cumprir seu papel na socialização de novas gerações, no entanto, segundo Santos (2001), essa função parece estar comprometida em um momento de crise da educação. As incivildades presentes nas escolas mostram que está em curso um conflito de código de orientação da conduta e que o recurso a violência aparece como uma das formas de obtenção de ganho material ou simbólico e de resolução de conflitos em disputas interpessoais (SANTOS,2001).

A violência perversa nas famílias, constitui uma engrenagem infernal difícil de ser detectada, pois tende a transmitir-se de uma geração a outra. É o caso dos maus-tratos psicológicos que escapam muitas vezes a vigilância dos que estão a volta,mas que produzem devastações cada vez mais (MARIE-FRANCE HIRIGOYEN, p. 47).

O trauma vivido implica em uma reestruturação da personalidade e uma relação diferente com o mundo em torno. Ele deixa um traço que não mais se apagará, mas sobre o qual é possível reconstruir. Essa experiência dolorosa de vida é muitas vezes ocasião de uma remobilização pessoal. Dela se sai mais forte, menos ingênuo, pode-se decidir que de ora em diante se vai ser respeitado (Marie–France Hirigoyen,p. 210).

Portanto, é preciso compreender que auxiliar a uma criança ou adolescente que está sofrendo maus tratos em casa é propiciar uma nova chance de vida, é criar condições para o desenvolvimento de um(a) jovem seguro(a) capaz de enfrentar desafios, transmitir confiança, ensinar. Fazer parte da vida destes(as) em qualquer situação, pode ser o papel do educador(a). A cura do trauma se dá pela integração do ser agredido na sociedade, esse seria o ponto pertinente para que se promova uma vida mais saudável.

Parâmetros Curriculares Nacionais

Além dos programas específicos voltados a questão da violência nas escolas, destaca-se também o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL,2007),enquanto marco legal na discussão acerca da ética na formação humana enquanto forma de prevenção e redução da violência nas escolas. Neles são abordados os valores promovidos pela dignidade humana, a partir do respeito, a cooperação, justiça, solidariedade e o diálogo como forma de combater e prevenir a violência.

O ECA trouxe muitas conquistas, mas sua errônea interpretação tem jogado em uma avalanche de impunidades. Faz-se necessário buscar uma sociedade com direitos e deveres iguais para todos, nesse cenário se faz presente a família, os professores, os jovens e as crianças. Nossa cultura está alicerçada em injustiças. Assim, faz-se necessário propiciar na comunidade, valores que promovam com veemência uma sociedade verdadeiramente democrática (MOEHLECKE, 2010).

O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) prevê:

Art 4. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, a alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art 5. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais(BRASIL,1990).

Estes são alguns dos direitos, garantidos pela Lei n 8069, de 13 de junho de 1990. Os jovens e crianças têm a lei clara que os ampara diante de qualquer injustiça, violência ou negligência que possam sofrer (BRASIL, 1990).

As situações de violência psicológica e física destroem a auto-imagem da criança e adolescente, provocam traumas que afetam seu psiquismo, as atitudes e as emoções, traduzindo-se até na incapacidade da criança em interagir socialmente dentro das condições próprias da sua

idade, podendo tornar-se passiva ou agressiva.

Menciona-se ainda a dominação sexual contra criança e adolescente que pode incluir desde a manipulação das genitais, *voyeurismo*, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual (com ou sem penetração). Além de ser considerado crime, a violência sexual e a negação do direito da criança e adolescente a sua sexualidade em desenvolvimento, assim como, provoca a desestruturação da sua identidade (FALEIRO E FALEIROS, 2007).

A violência, independente de sua natureza e característica, “caminha contra criança e adolescente, há uma relação de poder na qual estão presente e se confrontam/forças com peso/poderes desiguais de conhecimento, de força de autoridade, experiência, maturidade, estratégia e recursos” (FALEIROSE Faleiris, 2007).

Acredita-se que, primeiramente a escola, deverá propor atividades como palestras educativas, debates, orientação pedagógica, tomar medidas preventivas de forma geral e discreta para que assim se busque ajuda, caso necessário, e também é dever promover diálogos acerca do assunto de forma coletiva ou individual perante o tema proposto.

Relatos de violência e suas consequências na ótica do(a) educador(a)

Para melhor compreender como a temática da violência ocorre no ambiente escolar, provenientes da violência doméstica, realizou-se uma pesquisa por meio de questionários com servidores atuantes e não atuantes em uma escola municipal, localizada no meio urbano da cidade de Patrocínio-MG.

A seguir, serão apresentados alguns tipos de respostas sobre todos os tipos de violência que os profissionais da educação puderam detectar, de alguma forma, sobre seus/suas alunos(as). Foram criados nomes fictícios para os participantes da pesquisa, conforme as normas técnicas atribuídas pela instituição, logo, foram eleitas algumas respostas, que aparecem a seguir, que a pesquisadora achou relevante apresentar na íntegra, porém, de forma geral, foram demonstradas as respostas por meio de gráficos e as categorias representam o nível escolar.

1ª categoria (2º período) - Fez se a seguinte pergunta: “Na sua opinião, de que forma o professor pode contribuir para ajudar o(a) aluno(a) vítima de violência escolar, decorrente da violência que é submetida em casa? Por sua vez, (MARIA, 2019), classifica “Primeiramente ouvindo, não menosprezando a dor do outro e tomar providência para que o gestor do educandário tome as providencias cabíveis.

Fizemos a seguinte pergunta os profissionais: “Na sua opinião, como trabalhar a

temática da violência no ambiente acadêmico?” A resposta de (JOÃO, 2019) foi: “Devemos educar para o respeito, favorecendo o diálogo e a reflexão e denunciando para as autoridades competentes”. Segundo (ROSA, 2019), “Deixe que Deus e não a religião seja pregada na escola, por meio de projetos que elevam a auto-estima e o respeito por si próprio e pelo outro”. (CARLA, 2019), responde a mesma pergunta com os seguintes dizeres: “Por meio de uma educação que forme cidadãos capazes de pensar sobre os problemas sociais e coletivos, escola e família unidas falando a mesma língua”.

Perguntamos: O que você entende por violência física na escola? (JOSÉ, 2019), “Toda e qualquer forma de agressividade que pode ser desde um puxão de cabelo até uma grave lesão”. (SUSY, 2019): “São as violências que ocorrem no dia a dia, como os episódios de racismo as piadinhas, por questões de gêneros ou religião, considero ser uma transgressão da ordem e das regras da vida em sociedade”.

2ª categoria (série: 6º ao 9º ano) - “Na sua opinião, de que forma o professor pode contribuir para ajudar ao/a aluno(a) vítima de violência escolar? Segundo (ANA, 2019), “Seria através de diálogo, atividades lúdicas e dinâmicas explorando valores, auto-estima e o próprio tema, aliar a família quando possível, procurar apoio de profissionais específicos como psicológicos ou outros tipos de terapeutas”. (ELZA, 2019) afirma que é “através de trabalho de conscientização, debate, filmes. A escola precisa ter um psicólogo e assistente social”. Já (OTÁVIO, 2019) disse que “é importante promover palestras, trabalhos escolares e projetos que envolvem a escola, família, sociedade, religião e políticas públicas”.

Fizemos a próxima pergunta: “Na sua opinião, como trabalhar a temática da violência nas escolas?” (JOANA, 2019) relata que seria “através de práticas mencionadas anteriormente, diálogo, palestras, conscientização do que atos e atitudes violentas são ruins para a sociedade, para a escola e para a própria vida do educando”. Já (DANIEL, 2019) disse: “com projetos e trabalho indisciplinados, campanhas, palestras educativas”.

Por todas essas questões que apresentaram-se seguidas das respostas, subentende-se que o fator “violência na escola” é respondida por teóricos como (MINAYO; SOUZA; 1998), em que diz: “Podemos entender ainda a violência como uma ação intencional, realizada por um indivíduo, um grupo, instituição, classe ou ainda por nações, dirigindo ações para o outro de modo a causar prejuízos danos físicos psicológicos, sociais”. Para compreender melhor sobre as respostas retiradas pelo teórico citado, é instigante que se analise ou continue questionando sobre o tema.

Segundo (CARLOS, 2019) “Quando os alunos agem impulsivamente ou de maneira premeditada em um momento de fúria, geralmente se agredem verbalmente e não consideram

suficiente, partem para a agressão física, com empurrões, chutes, socos ou até com algum instrumento que possa ferir.(BRUNA, 2019), responde “Por meio de força física, atos que atinja diretamente alguém, como socos e tapas, ou com qualquer outro objeto. Já (KELLY, 2019), diz: “Seria por meio de ações em que acontecem dentro da escola, onde intencionalmente uma pessoa possa ferir fisicamente a outra”.

3ª categoria (gestores e especialistas): Fizemos as seguintes perguntas: “Na sua opinião, De que forma o professor pode contribuir para ajudar o/a aluno(a) que foi vítima de violência doméstica?” “Na sua opinião como trabalhar a temática da violência nas escolas?”; “O que você entende por violência física na escola?”

Na primeira questão (TONY, 2019), relata que “Seria com conversas coletivas, diálogos sobre o tema e conscientização de pais e alunos. Já (VALÉRIA, 2019), relata que “A forma de trabalhar seria por debates reflexivos; assembleias frequentes, envolvendo pais, alunos e docentes, uma abordagem coletiva (filmes, palestras e projetos). A segunda questão: (TONY, 2019), relata que além do que ele citou nas questões anteriores, “A escola poderá incentivar o bom convívio entre as crianças, jovens e adultos, através de gincanas jogos, rodas de leituras, teatro e passeios. Durante a terceira pergunta (TONY, 2019) menciona a questão das agressões como brigas ou qualquer contato físico de maneira brutal.

4ª categoria (servidores que atuaram na área da educação que já se aposentaram), servidores que atuaram na área da educação, que hoje em dia não trabalham mais nessa área, se disponibilizaram a responder de forma mais ampla e clara, com intuito de relatar algumas experiências que presenciaram ao longo de vários anos. Antigamente, pouco se falava sobre violência na escola e ao seu redor, hoje em dia, houve uma quebra no tabu relacionado a esse tipo de assunto. Alguns servidores se disponibilizaram a responder a seguinte questão: “Pela sua experiência há alguma história que sensibilizou para nos contar?(JOAQUINA, 2019), presenciou um relato de uma criança maltratada em casa, que não dizia o que estava acontecendo, até que um dia ela contou para seu colega, e “Foi aí que tivemos condições de ajudar, precisou acionar o conselho tutelar”. Este foi um relato que partiu de um fato ocorrido na escola.

Segundo (JAIME, 2019), “O pai de um aluno chegou embriagado em casa se confrontaram fisicamente (pai e filho), onde, após o conflito, o aluno foi para a escola ferido, pelas agressões, apresentando escoriações e com bastante sangue em sua roupa”. Segundo (LAURA, 2019), ela se deparou com um aluno agredido pelo seu padrasto, “Uma agressão cometida por uma barra de ferro nas costas da criança, não teve consequências mais trágicas, pois a vítima já havia alertado que sofria violência doméstica em casa, foi então que a escola

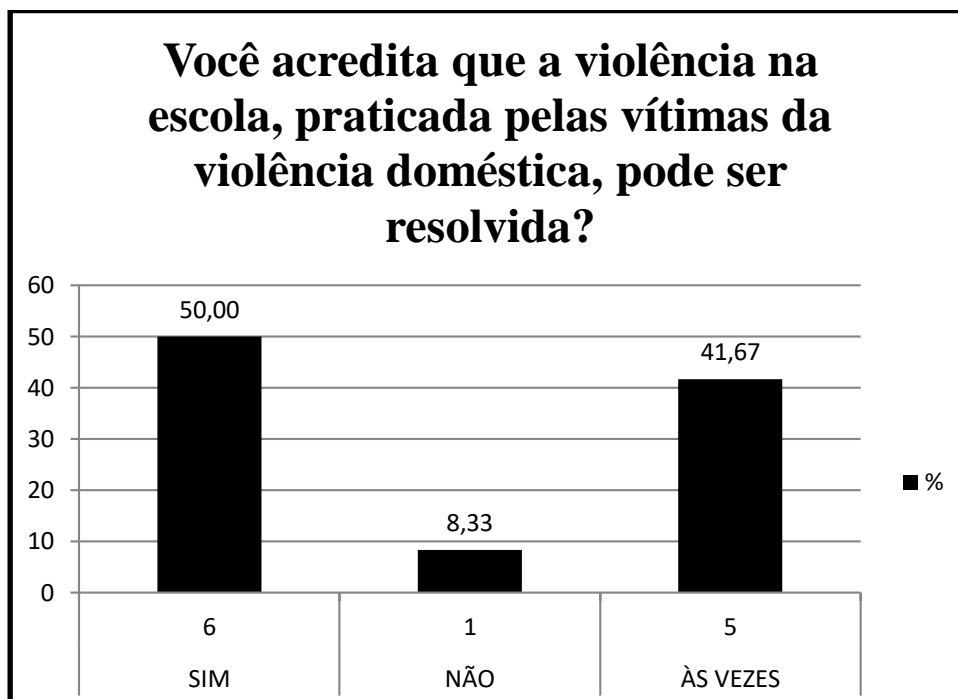
acionou o conselho tutelar para ajudar”.

(JUDITH 2019), presenciou uma história muito triste, onde uma aluna do Ensino Fundamental era abusada pelo seu tio, o homem ameaçava a criança, dizia que iria fazer algo ruim contra sua família, o agressor obrigava a criança a colocar as mãos em suas partes genitais e oferecia balas, doces, para que ela não dissesse o que estava acontecendo. Em um determinado dia a criança passou a ter um comportamento diferente no convívio escolar, ela passou ter atitudes não adequadas, foi aí que, através de um desenho, a jovem expressou o que estava acontecendo, “Eu como profissional da área da educação, pude ajudar a criança buscando ajuda profissional e psicológica, acionei a ajuda do conselho tutelar, foi quando a criança conseguiu se socializar melhor”.

Perguntamos para os servidores se eles acreditam que a violência nas escolas praticada pelas vítimas da violência doméstica pode ser resolvida. Por meio de porcentagens, seguem os resultados:

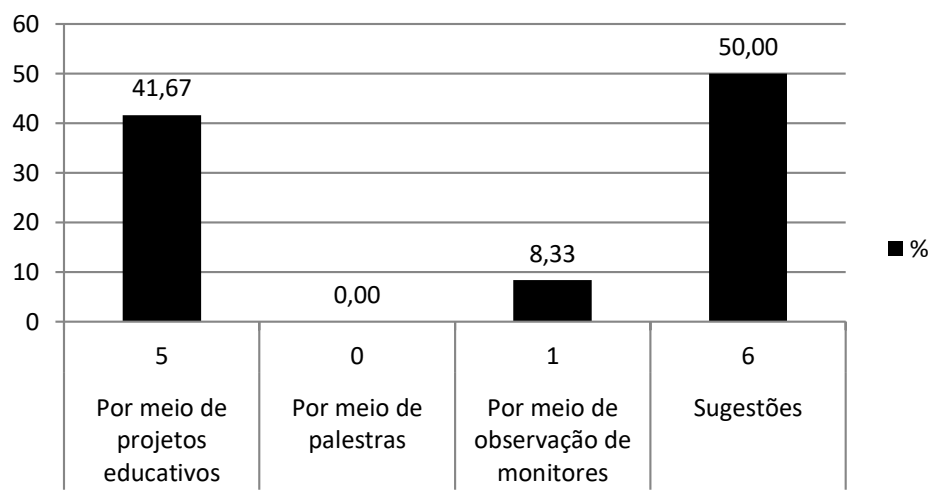
- 50% (cinquenta) disseram que acreditam que a violência pode ser resolvida.
- 41,67% (quarenta e um, sessenta e sete) acreditam que às vezes.
- 8,33% (oito, trinta e três) acreditam que não.

Confirmam-se os resultados por meio dos gráficos a seguir:



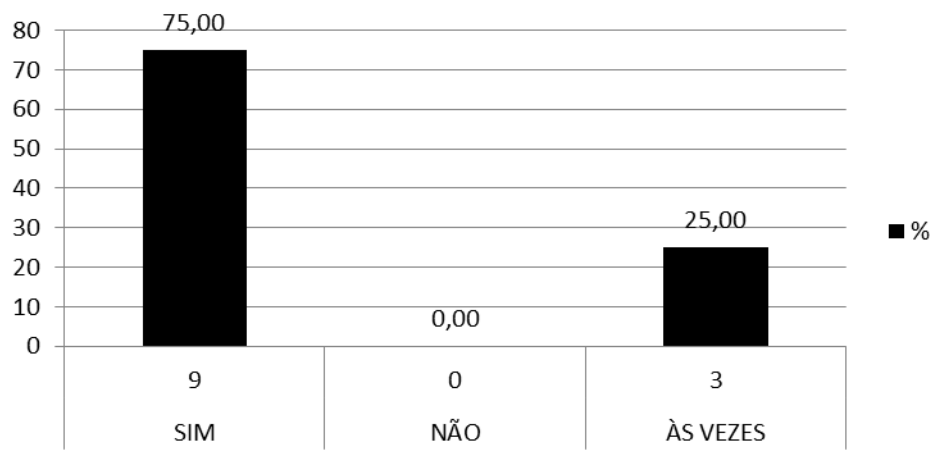
(Fonte: Dados da pesquisa, 2019)

Como a violência, praticada pelas vítimas da violência doméstica, pode ser resolvida?

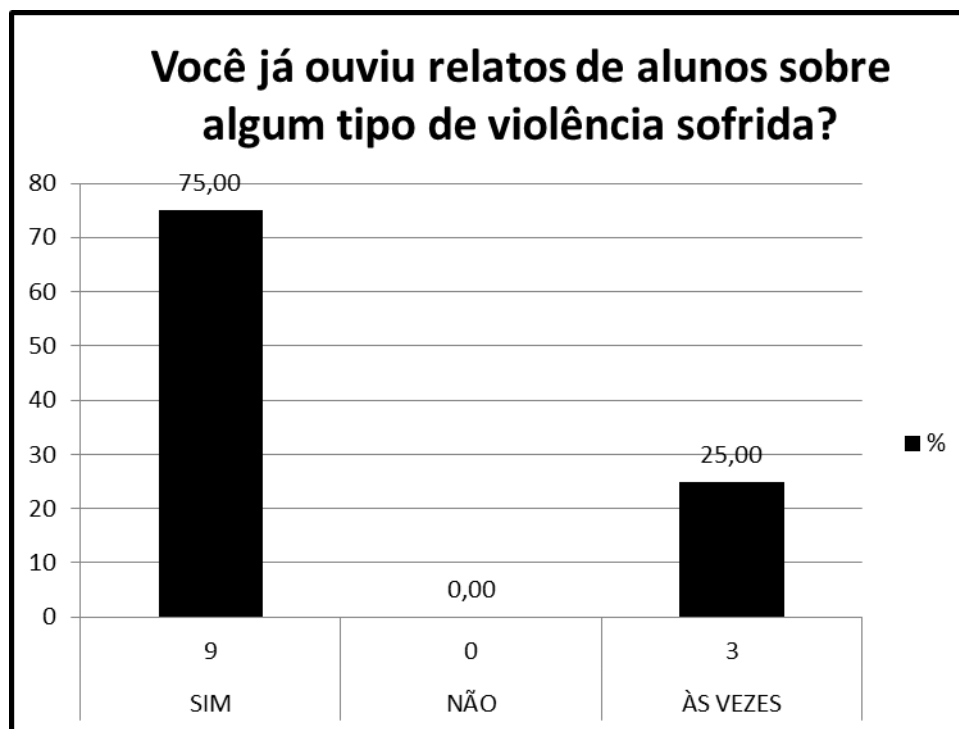


(Fonte: Dados da pesquisa, 2019)

Você acredita que a violência faz parte de uma rede completa e ela pode ser erradicada através da educação?



(Fonte: Dados da pesquisa, 2019)



(Fonte: Dados da pesquisa, 2019)

Os profissionais da educação conseguiram distinguir, mesmo diante das dificuldades que ocorrem no âmbito escolar, alguns motivos que levam os alunos a agir com agressividade. Na violência, não existe a possibilidade de diálogo entre os indivíduos, baseando-se apenas na ruptura com o uso da força, o que exclui toda e qualquer forma de relação social mediada pela comunicação e pelo diálogo (SPOSITO, 2001). Muitas vezes, o ato de violência na escola é consequência da violência que sofrem nas próprias casas. Por isso é necessário detectar primeiro a causa das agressões que ocorrem na escola para compreender que podem ser resultados obtidos de seus reflexos recebidos em seus lares.

CONCLUSÃO

Após a realização da pesquisa, concluiu-se que, a violência afeta diferentes áreas, entre elas destacamos, a partir desse trabalho, a educação, em seu âmbito escolar e no processo de aprendizagem de crianças e jovens.

Ao ser analisado os resultados obtidos por meio da pesquisa, observam-se que as sugestões das pessoas questionadas são favoráveis para contribuir na melhoria do ensino aprendizagem das crianças e jovens que sofrem ou sofreram algum tipo de agressões, a partir das propostas de intervenção, entre elas, a importância da presença da família na escola, criação de projeto educativo, palestras, diálogos e outras pequenas atividades do dia a dia.

Ao ser analisado os resultados obtidos por meio da pesquisa, observou-se as sugestões

das pessoas questionadas, pois, estas podem contribuir com propostas de intervenção, entre elas a importância da presença da família na escola, criação de projetos educativos, palestras, diálogos e outras pequenas atividades do dia a dia. A escola é o principal ambiente em que crianças e jovens têm um contato social, por isso, boa parte dos casos de agressões partem desse ponto, gerando violência verbal, física, psicológica e o *bullying*.

A escola é o principal ambiente onde as crianças e jovens têm um contato social, por isso, boa parte dos casos de agressões partem desse ponto, gerando violência verbal, física, psicológica e o *bullying*. Porém, é necessário ficar atentos as consequências adquiridas pela violência perante o preparo dos profissionais da educação em lidarem com essas questões, pois, por parte dos alunos que foram vitimados por qualquer categoria da violência sofrida em casa, estes podem apresentar indisciplina e a falta de respeito, gerando desconforto aos profissionais.

Com base em estudo relatado, pôde ser observado os principais aspectos relacionados à violência, enquanto fenômeno que pode afetar a vida escolar dos indivíduos no que se refere ao fator cognitivo, emocional e psicológico. Para que minimize os casos de violência, é necessário haver uma certa atenção da escola para com a família e sociedade, pois, é preciso mudar a maneira de pensar e agir, fazendo com que todos trabalhem de forma interligada com o propósito de reduzir os índices de agressões e, assim, encontrar soluções para combater a violência.

Portanto, o artigo apresentou a realidade dos profissionais da educação que confrontam os problemas vivenciados na escola, pelos jovens e crianças, que sofrem a violência doméstica. Estes profissionais percebem as consequências geradas pelos maus tratos, violência de forma geral, na maioria das vezes, estes(as) alunos(as) apresentam condições emocionais, cognitivas e psicológicas abaladas.

É necessário que a escola ofereça condições para amenizar essa problemática, mas antes é preciso apontar, diagnosticar tais eventualidades para buscar possíveis soluções causadas pela violência que jovens e crianças sofrem em seus lares. Porém, é pertinente obter auxílio da própria sociedade e poder público para conter tais violências cometidas nos lares, lugar onde as crianças e jovens deveriam sentir-se seguros.

Definitivamente, a escola é o lugar onde poderá contribuir para reduzir a situação da violência, inclusive a doméstica, que tem se agravado na atualidade. É necessário que se entenda que o lar deveria ser o porto seguro e acaba sendo um lugar vulnerável para as crianças e adolescentes, prejudicando-os na sua formação acadêmica, resultado de um processo aprendizagem com falhas e conseqüentemente, mal sucedido no convívio em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARTIGO: MORAES, Régis de. **Violência e educação**. São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- ARTIGO: SPOSITO, PAULA. **A instituição escolar e a violência**. Caderno de pesquisa, SÃO PAULO, V. 104, P. 58 -75, 1998.
- ARTIGO: ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Escola e Violência**. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.
- ARTIGO: BARROS, Jussara. **Escola x Violência**. Brasil Escola. São Paulo, 2014.
- ARTIGO: CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam esta questão**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432-443. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>> Acesso em: 24. ago 2019.
- ARTIGO: CHAUI, M. **Ética e violência**. Teoria & Debate. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, vol. 11, nº 39, out/dez 1998.
- ARTIGO: FANTE, C. & PEDRA, J. A. **Bullying Escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- ARTIGO: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SITE*: IBGE. Taxa de homicídios. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/default_minimos.shtm>. Acesso em: 19 set 2019.
- ARTIGO: MALTA, Deborah Carvalho et al. **Vivência de violência entre escolares brasileiros resultados de Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE)**. Ciências e saúde coletiva. 201, vol.15, supl.2, p.3053-3063. ISSN 1413-8123.
- ARTIGO: MARRIEL, Lucimar Câmara; ASSIS, Simone G.; AVANCI, Joviana Q. e OLIVEIRA, Raquel V. C.. **Violência escolar e autoestima de adolescentes**. Cad. Pesquisa. [online] 2006, vol.36, n.127, pp. 35-50. ISSN 1980-5314.
- ARTIGO: MORAES, Régis de. **Violência e educação**. São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- ARTIGO: PERALVA, Angelina (1997). **A generalização da violência como modo de regulação das interações humanas na região metropolitana do Rio de Janeiro: a violência juvenil**. São Paulo, Relatório de Pesquisa/CNPq, mimeografado.
- ARTIGO: NAVARRO, Elaine Cristina. **A Relação Professor-aluno no processo de ensino aprendizagem**. Revista Eletrônica da Univar (2012) n.º8 Vol –3 p. 95 -100.
- ARTIGO: PERNAMBUCO. **Secretaria de Educação**. Gráfico 2 –Informações dos resultados avaliativos do SIEPE. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=36&art=1047>>. Acesso em: 19 ago 2019.
- ARTIGO: RONDELLI, Elisabeth. **Dez observações sobre mídia e violência**. Revista Comunicação & Educação, São Paulo> CCA-ECA-USP/Moderna, no. 7, set./dez., 1996, p. 34-37.
- ARTIGO: SCHILLING, Flávia. **Violência/ emergência: um cenário de confrontos**. Perspectivas (São Paulo), v. 31, p. 13-28, 2007.

ARTIGO: SEVERINO, Cap. II: **O trabalho acadêmico**: Orientações gerais para o estudo na universidade, Item 2.3: A estrutura lógica do texto. 23. Ed. São Paulo: Cortez. 2007.

ARTIGO: NAVARRO, Elaine Cristina .A Relação Professor –aluno no processo de ensino aprendizagem .Revista Eletrônica da Univar (2012)n 8 Vol -3 p .95 -100.

BIBLIOGRAFIA. ISBN 85-7060-465-3. 1. Violência na escola – Brasil2. Violência na escola – Diagnóstico3. Violência na escola – PrevençãoI. Alves, RenatoII. Cubas, Viviane de Oliveira III. Título.

BROGNA, Magdail. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes**. Art. Blog, abr 2019. Disponível em: <<https://www.magdail.com.br/Violencia-Domestica-Contra-Criancas-e-Adolescentes>>. Acessado em: 08 jun 2019.

CHAUÍ, MARILLEN DE SOUZA .ETICA. **Política e violência**.

IN:CAMACHO, THIMOTEO. (Org) Ensaio sobre a violência. Vitória:EDUFES,2003.

COLOMBIER, CLAIRE. A Violência na escola. Disponível em:

<<https://www.Claire/Colombier/GilbertMangel,MargueritePerdriault>>. Acessado em: 10 set 2019.

Tradução de Roseana Kligerman.

MURRAY, -SÃO PAULO; SUMMUS, 1989, -(NOVAS BUSCA EM EDUCAÇÃO ;V.35)1 .Agressividade em crianças 2.Disciplina escolar 3.violência nas escolas I

Mangael, Gilbert.II.PEDRIALT, MARGAGUERITE, III.TITULO.IV.SERIE.89-1165 CDD-371.58-155.418

FERNÁNDEZ, Isabel.**Prevenção da violência e solução de conflito**: o clima escolar como fator de qualidade.São Paulo:Madras2005.

JAREZ, XESÚS.**Educar para a paz em tempo difíceis**.São Paulo:Palas Athena,2007.

LEI: BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.LEI: BRASIL. Decreto Legislativo nº28, de 14 de setembro de 1990. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=111657>>. Acesso em: 08 out 2019.

MAXIN; STEWIN Len L .& MAH, Deveda L .Bullying in school: nature, effects and remedies. Research Papers in Education, London, 16(3)p.247-2001. Disponível em:

<<http://www.educationarena.com/educationarena /Sample /Sample-pdfs8/rred16 -3.pdf>>. Acesso em: 08 set 2019.

MILANI, Feizi M. **Cultura de paz x violência** – Papel e desafio da escola. IN: MILANI, FEIZI M; JESUS, RITA DE CASSIA D .P. Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas.

MINAYO, MARIA CECILIA S .ET AL. FALA GALERA: JUVENTUDE, VIOLENCIA E CIDADANIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Garamond, 199.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. **Conceito, teórico e tipologias de violência**: a violência faz mal a saúde .IN: NJAINE, KATHIE; ASSIS, SIMONE

GONÇALVES; CONSTATINE, PATRIA. (ORGS.) IMPACTO DA VIOLENCIA NA SAUDE

.RIO DE JANEIRO:EDITORA FIOCRUZ,2009.

MINAYO,MARIA CECÍLIA DE SOUZA;SOUZA,EDINILSA RAMOS.**Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**.Historia, Ciência, Saúde, Manguinho. V 4 ,N 3,P .513-531,1998. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3a06.pdf>>. Acesso em: 10 ago 2019.

RUOTTI, CAREN. **Violência na escola**: um guia para pais e professores / Caren Ruotti, Renato Alves, Viviane de Oliveira Cubas. – São Paulo: Andhep:Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 264p.

SALVADOR: INPAZ,2003.**Política nas escolas**. Disponível em:<<http://www.inpaz.org.br/pra-ler.asp>>. Acesso em: 08 set 2019.

SANTOS, JOSE V .T.A.**Violência na escola**: conflitualidade social e ações civilizatória. Educação e Pesquisa, SãoPaulo, v 27,n L, P .105-122,jan/jun2001.

TESE: SILVA, Vinicius de Araújo. **Percepção de violência em casa amarela**:um estudo sobre a Escola Dom Vital (2007 a 2010). 2015. f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Pernambuco, Recife,2015.

VIANA,NILDO.Escola e violência.In:VIANA, N.;R.(ORG).Educação,cultura e sociedade :abordagens críticas da escola. Goiânia: Edições Germinal,2002.

ZAMBON M.P., JACINTO A.C.A, MEDEIRO M.M, GUGLIELMINETTI R., MARMO D.B. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**: um desafio. Revista Associação Médica Brasileira, p. 465-464, 2012.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS: EMPREENDEDORISMO POR MEIO DAS *STARTUPS*

ARTHUR FERNANDES CAETANO¹
FÁTIMA YUKARI AKIYOSHI FRANÇA²

RESUMO

Introdução: O grande avanço tecnológico vem fazendo com que ocorra grandes mudanças em vários setores da economia mundial, como é o caso dos novos empreendedores digitais, que são responsáveis pela criação e desenvolvimento das *startup*. É considerado um novo tipo de empreendedorismo digital que está diretamente ligada as inovações tecnológicas que apresentam manutenção muito baixa, crescimento rápido, alta difusão e altos lucros. **Objetivo:** Discorrer maneiras que uma *startup* pode conquistar investidores, principalmente no início de mercado, para assim, começar a tracionar, gerar lucros, conquistar clientes fiéis, retirando a ideia do papel e transformando o projeto em realidade. **Materiais e Métodos:** Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, por meio de fontes confiáveis como projetos acadêmicos, livros, periódicos e artigos científicos, que abordam a temática das *startups* no Brasil e no mundo. **Resultado:** Pelo fato das *startups* serem algo em expansão no mercado, é necessário compreender que há muito a se desenvolver, pois, observou-se que é preciso que haja envolvimento e destemor por parte dos empreendedores. **Conclusão:** Conclui-se que o mundo está em constante evolução diariamente, basta que os empreendedores consigam visualizar as inovações presentes ao seu redor, de forma simples, rápida e não necessariamente com um alto capital financeiro vinculado. É necessário que o empreendedor tenha uma boa ideia e um problema para ser resolvido, pois estas ações são inerentes à competitividade que é a característica do novo perfil de empreendedor deste século.

Palavras-chave: Modelo econômico. Empreendedorismo digital. Tecnologia.

CONTEMPORARY TECHNOLOGICAL INNOVATIONS: ENTREPRENEURSHIP THROUGH *STARTUPS*

ABSTRACT

Introduction: The great technological advancement has caused great changes to occur in several sectors of the world economy, as is the case of new digital entrepreneurs, who are responsible for the creation and development of startups. It is considered a new type of digital

¹ Graduado em Administração pelo Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP (2019). Endereço eletrônico: arthurptcpc@yahoo.com.br.

² Mestre em Teoria Literária pela UFU – Universidade Federal de Uberlândia/MG; docente do curso de Administração no Centro Universitário do Cerrado Patrocínio – UNICERP, Patrocínio-MG. Endereços eletrônicos: fyaf@unicerp.edu.br; fyaf@hotmail.com.

entrepreneurship that is directly linked to technological innovations that have very low maintenance, rapid growth, high diffusion and high profits. **Objective:** To discuss ways that a startup can win investors, especially in the beginning of the market, so as to start tractioning, generating profits, winning loyal customers, create an idea and take it off the paper and turning the project into reality. **Materials and Methods:** The qualitative bibliographic research method was used, through reliable sources such as academic projects, books, periodicals and scientific articles, that showcase the theme of startups in Brazil and worldwide. **Conclusion:** It is concluded that the world is constantly evolving on a daily, it is enough for entrepreneurs to be able to visualize the innovations present around them, in a simple, fast way and not necessarily with a high linked financial capital. It is necessary for the entrepreneur to have a good idea and a problem to be solved, as these actions are inherent to the competitiveness that is the characteristic of the new entrepreneur profile of this century.

Keywords: Economic Model. Digital Entrepreneurship. Technology.

INTRODUÇÃO

A inovação tecnológica é algo que vem rapidamente mudando a vida do planeta e, inclusive, dentro do empreendedorismo. Por essa razão, o presente trabalho, instigou-se na necessidade de apresentar um modelo de empreendedorismo que vem crescendo cada vez mais, a *startup*.

Para alguns autores, o tema, trata ser um grupo de pessoas que trabalham em ideias diferentes que, apresente ou não um problema, ou seja, é a formação de uma pequena empresa, não necessariamente do ramo de tecnologia em seu período inicial, com custos de manutenção muito baixos, mas que conseguem crescer rapidamente e gerar lucros a procura de um “modelo de negócios repetível e escalável” segundo SBCoaching (2018). Entretanto, os fundadores dessas pequenas empresas sofrem com as condições de extrema incerteza e escassez de investidores.

Existem diversas políticas governamentais de fomento ao desenvolvimento das *startups*. No Brasil, destacam-se o programa Startup Brasil e o BrasilmaisTI do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e governos de países como EUA, Israel e Índia, têm investido também em programas dessa natureza, com a convicção de que o empreendedorismo é capaz de trazer benefícios como crescimento econômico e diminuição de desigualdades sociais (Grin et al., 2015).

Em contraponto a essas definições, entendem que: Os startups também possuem um norte verdadeiro, um destino em mente: criar um negócio próspero e capaz de mudar o mundo. Para alcançar essa visão, os startups empregam uma estratégia, que inclui um modelo de negócios, um plano de produto, um ponto de vista acerca dos parceiros e dos concorrentes, e as ideias a respeito de quem são os clientes. O produto é o resultado final dessa

estratégia [...]Rodrigues et al. (2013, p. 2).

As *startups* possuem muitas coisas em comum e uma delas são os problemas enfrentados, a dificuldade em se começar um novo empreendimento, as incertezas do momento, no contrato às pessoas certas e capacitadas, tracionar, faturar e se estabelecer no mercado, burocracias impostas pelo governo, falta de incentivos fiscais e alta tributação, são empecilhos para o sucesso de uma *startup*. Portanto, pensou-se na problemática deste trabalho e é pertinente que se pense na dificuldade das *startups* em achar investidores ou um investidor “anjo”. Termo utilizado por Yuri Gitahy, fundador da *startup* Aceleradora, para conceituar este novo tipo de empreendedor.

Portanto, a justificativa pela escolha desse tema foi por ser uma proposta que está em alta na atualidade, não só no Brasil como no mundo, onde um grupo de pessoas se reúne em torno de uma mesma ideia que, na maioria das vezes, para solucionar algum problema enfrentado pela população no seu dia a dia e, se tudo der certo e correr bem, torna-se uma empresa com pouco investimento inicial e altos lucros no futuro (como é o caso da *startup* Uber, fundada em 2009, que em 2018 foi avaliada com valor de mercado três vezes maior que a Ford fundada em 1903).

O objetivo geral do presente artigo foi discorrer maneiras que uma *startup* pode conquistar investidores, principalmente no início de mercado, para assim, começar a tracionar, gerar lucros, conquistar clientes fiéis, retirando a ideia do papel e transformando o projeto em realidade. É um modo de expressar e mostrar que pensar e agir fora do eixo normal da humanidade pode tornar-se uma grande ideia e ótima oportunidade para mudar de vida e, ainda assim, facilitar a vida das pessoas.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi baseado no critério qualitativo em razão de o determinado assunto abordado aproximar-se ao conhecimento do tema pesquisado. Este trabalho possui como fonte de pesquisa livros, artigos acadêmicos, *sites* confiáveis entre outros métodos seguros que garantem a qualidade da pesquisa.

Para Oliveira (1999, p.57), metodologia é o estudo de conjunto de processo que torna possível se conhecer uma realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos. Assim, o trabalho apresentou como foco de pesquisa baseado em um novo estilo de empreendedorismo e seu histórico como era antigamente e os

métodos que definem o que é uma *startup*.

A metodologia adotada para este trabalho foi baseada em pesquisa descritiva, qualitativa e revisão bibliográfica, com o objetivo da pesquisa de analisar e investigar sobre as *startups* brasileiras, pois, é necessário a compreensão desse novo modelo de empreendedorismo que vem revolucionando o mercado mundial.

A pesquisa bibliográfica foi o caminho escolhido para saciar a fundamentação desejada, assim, Gerhardt e Silveira (2009), descrevem que a pesquisa bibliográfica, é o fundamento básico, pois, discorre a partir dos dados obtidos por fontes escritas, com base em competências específicas documentais, referentes às obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e organizadas em bibliotecas.

As formas simplificadas das pesquisas foram necessárias para a conclusão do trabalho, cujo tema é pertinente no mundo do empreendedorismo que pertence à última década, pois é fato que a temática é inovadora. Por essa razão, esta pode vir a ser uma fonte para que o leitor que pretende realizar leituras sobre o tema proposto tenha acesso às informações para obtenção de conhecimento atualizado.

Na acepção científica, problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento pode-se dizer que um problema é testável cientificamente quando envolve variáveis que podem ser observadas ou manipuladas (GIL, 2006, p. 49).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Empreendedorismo digital

Alguns novos termos para definir o novo conceito de empreendedorismo surgiu nos últimos anos, inclusive após a chamada “bolha da internet” cuja denominação foi utilizada entre os anos de 1996 e 2001 e, assim, no Brasil inovou-se com a chamada *startup*, com o conceito de “iniciar uma empresa e colocá-la em funcionamento”, de acordo com Yuri Gitahy. Mas existem outros conceitos para definir o que é uma *startup*, no mundo dos negócios.

Para Steve Blank (2012), “A *startup* é uma organização temporária projetada para buscar um modelo de negócios repetível e escalável”. O mais importante para uma *startup* não é buscar o crescimento rápido e desenfreado, mas sim o de realizar testes concretos até encontrar um negócio considerado ideal, aquela empresa que se consolidada no mercado.

Atualmente, as *startups* possuem algo em comum umas com as outras sobre a

criatividade e inovação, que está presente em basicamente todas as empresas de sucesso e que são destaque no mercado nacional. Outro ponto importante é o empreendedorismo digital, pois funciona como um princípio ativo nas *startups* com referência aos baixos custos envolvidos.

O mundo atual do empreendedorismo é altamente competitivo, sendo assim, a busca por inovação deve ser constante, essas duas características unificadas (competitivo e inovador) possibilitam que o negócio possa brigar pelo sucesso de mercado atingindo o mais alto nível de concorrência e se sobressaindo aos demais. Porém, inovação não é apenas buscar algo novo, vai muito além disso, o empreendedor que busca por inovar no seu negócio aplica ideias próprias, adotadas de estratégias claras e objetivas, criam soluções novas e, muitas vezes, muito melhores do que aquelas já existentes no mercado.

O empreendedorismo digital surge como uma nova via no mercado brasileiro, onde os empresários utilizam uma ferramenta com baixo custo, retorno rápido e que atinge milhões de pessoas, a internet é um meio cada vez mais simples e rápido dos profissionais começarem a empreender com um bom planejamento. Possuir noção de mercado e entender que o mercado virtual é diferente da forma física faz com que se evitem frustrações futuras como a perda de lucros.

Existem alguns motivos para que o mercado brasileiro venha a desenvolver-se cada vez mais de forma digital acompanhados do crescimento de ambiente virtual, como a facilidade de acesso à internet, as negociações dinâmicas e instantâneas, a facilidade em atingir o público alvo, investimento inicial e custo de operações reduzidas.

Perfil do empreendedor

“O empreendedorismo de oportunidade, onde o empreendedor visionário sabe aonde quer chegar, cria uma empresa com planejamento prévio, tem em mente o crescimento que quer buscar para a empresa e visa geração de lucros, empregos e riqueza” (DORNELAS, 2005, p.28).

O empreendedor moderno que possui uma visão ampla da sua empresa e do mercado e área de atuação tem a segurança de saber aonde quer chegar e onde arriscar, pois, possui planejamento detalhado e uso de estratégias claras e objetivas.

“O empreendedorismo de necessidade, em que o candidato a empreendedor se aventura na jornada empreendedora mais por falta de opção, por estar desempregado e não ter alternativas de trabalho” (DORNELAS, 2005, p.28). É o que acontece muito no Brasil hoje em dia, onde o trabalhador perde seu emprego formal e se vê obrigado a arriscar e empreender, até mesmo de forma ilegal, por falta de alternativas de trabalho.

Segundo Chiavenato (2007), na verdade, o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Com esse arsenal transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal estruturada em algo concreto e bem-sucedido no mercado.

Empreendedor é aquela pessoa que consegue transformar algo perdido ou inutilizável, ou seja, consegue criar o próprio negócio e, mesmo com todas as adversidades do mercado, gerar lucro e obter resultados positivos.

E, ainda, segundo Chiavenato (2007), para ser bem-sucedido o empreendedor não deve apenas saber criar seu próprio empreendimento. Deve também saber gerir seu negócio, para mantê-lo e sustentá-lo em um ciclo de vida prolongado e obter retornos significativos de seus investimentos. Isso significa administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relacionadas direta ou indiretamente com o negócio.

Muitos empreendedores, atualmente, possuem uma ideia muito boa, mas não sabem gerir seu próprio negócio, é preciso ter o conhecimento para administrar o empreendimento, só assim ele conseguirá manter-se no mercado e obter retorno financeiro para a empresa.

Para Chiavenato (2007), existem três características básicas para um empreendedor, são elas: 1-Necessidade de realização: uma necessidade pessoal, o que o diferencia dos outros. 2-Disposição para assumir riscos: riscos financeiros e de demais ordens assumidos ao iniciar o próprio negócio. 3-Autoconfiança: segurança ao sentir que pode enfrentar os desafios e problemas.

Um empreendedor deve possuir um espírito vencedor, guerreiro e que goste de desafios, que queira se sentir realizado, com coragem para assumir riscos e que acredite em si mesmo para alcançar os objetivos.

Chiavenato (2007), plano de negócios, também chamado "plano empresarial", é uma descrição detalhada de todos os aspectos de um novo empreendimento, e projeta aspectos mercadológicos, operacionais e financeiros dos negócios.

Um plano de negócios bem elaborado irá dar ao empreendedor uma visão detalhada de todos os aspectos da empresa, projetando mercado futuro, clientes em potencial, finanças e observar a maneira como a empresa está situada atualmente no mercado.

“Empreendedores precisam saber planejar suas ações e delinear as estratégias da empresa a ser criada ou em crescimento. A principal função de um plano de negócios é a de

promover uma ferramenta de gestão para o planejamento e desenvolvimento inicial de uma *start-up*” (DORNELAS, 2005, p.93).

Empreendedores de sucesso possuem uma característica em comum, sabem planejar antes de tomar qualquer decisão, criando assim, estratégias para o crescimento financeiro e mercadológico.

Plano de negócios: inovação

O plano de negócios é uma das principais ferramentas para auxiliar o gestor da empresa no momento inicial de mercado. Tal plano movimenta todos os aspectos do novo empreendimento, pois, representa um levantamento exaustivo de todos os elementos que compõem o negócio, sejam internos - o que deverá ser produzido, como, onde, quanto - sejam externos - para quem produzir, qual é o mercado, quais são os concorrentes, etc. (CHIAVENATO, 2007).

O plano de negócio é usado como um alicerce para a empresa com dados internos e externos da composição do negócio, organiza-se as ideias e traça um planejamento para alcançar os objetivos e, no final, o empreendedor poderá visualizar se investir naquele negócio será viável ou não.

Não seria possível falar de empreendedorismo, sem citar a inovação, pois esta é peça chave para o nascimento e manutenção de um empreendimento "os empreendedores inovam. A inovação é o instrumento específico do empreendedor" (DRUCKER, 1987, p. 39).

Atualmente, a palavra inovação está associada a se criar algo novo, modificar algo já existente, adaptação, e para que as empresas possam obter resultados e continuar competitivas no mercado, a inovação é essencial para que ocorra mudanças estruturais, culturais, sociais e econômicas na empresa.

Segundo Drucker inovação é a habilidade de transformar algo já existente em um recurso que gere riqueza. "[...] Qualquer mudança no potencial produtor-de-riqueza de recursos já inexistentes constitui inovação..." (DRUCKER, 1987, p. 40).

É o que acontece atualmente com algumas *startups*, ideias inovadoras muito bem planejadas transformadas de algo já existente, como é o caso do *Uber* que foi criado como um meio alternativo ao taxi, com algumas inovações aplicadas, como: o preço praticado mais justo ao cliente; facilidade ao acesso do aplicativo e comodidade, tanto para o usuário quanto para o “funcionário” do aplicativo.

“A inovação sistemática, portanto, consiste na busca deliberada e organizada de

mudanças, e na análise sistemática das oportunidades que tais mudanças podem oferecer para a inovação econômica ou social" (DRUKER, 1987, p. 45).

Todo empreendedor deve possuir uma visão sistêmica que se o negócio não está rendendo lucro como o esperado, o melhor a se fazer é ir atrás de novas ideias e mudanças, aproveitando as oportunidades.

"O empreendedor faria bem, portanto, em renunciar as inovações baseadas em ideias brilhantes, por mais atraentes que sejam os casos de sucesso" (DRUKER, 1987, p. 183).

O empreendedor não pode basear-se em apenas ideias que deram certo em algumas empresas, é necessário que se tenha noção se é aquilo mesmo que sua empresa precisa para o momento.

Empreendedorismo não trata apenas de pequenas empresas e novos empreendimentos. Não "aborda apenas a criação de novos produtos ou serviços, mas, sim, nas inovações em todos os âmbitos do negócio" (CHIAVENATO, 2007, p. 261). Portanto, o empreendedor não deve usar a inovação apenas como forma de criação ou alteração de algum produto ou serviço, ele deverá inovar em todas as áreas da empresa, para assim, obter o sucesso completo do seu empreendimento.

CONCLUSÃO

Os resultados alcançados devido a pesquisa deste trabalho demonstraram que para uma *startup* sair do papel e entrar no mercado é necessário muito trabalho, dedicação e estarem preparados para lidarem com riscos e as concorrências, entretanto não adianta ter apenas uma boa ideia de negócio criativo ou revolucionário, é preciso de investimento financeiro para que a ideia se concretize

Encontrar o investidor certo para uma *startup* em início de mercado, não é fácil, porém se o empreendedor possuir uma boa estratégia como também visão de mercado, ele irá saber onde focar suas atenções para encontrar possíveis investidores potenciais.

O empreendedor também pode utilizar técnicas que contribuam e facilitam o acesso a potenciais investidores, são eles: a criação de um plano de negócio completo, projeções financeiras, previsão de receita, custos para começar a operar, conhecimento do mercado, além disso, é preciso que o empreendedor busque conhecimento além de capital. Buscar investidores com conhecimento prático no negócio em questão é um dos meios mais rápidos para que uma *startup* alcance seus objetivos com êxito.

Para garantir o sucesso do empreendimento é preciso ter uma equipe engajada e alinhada

com as diretrizes da empresa, para assim, alcançar a qualidade desejada. A melhoria da produtividade, aumento da segurança, redução do desperdício, isso tudo são resultados de uma equipe que possui engajamento, além de ser um exemplo de qualidade alcançada.

A análise de crescimento da *startup* é pertinente para compreender o modelo de mercado e é necessário para que os fundadores e investidores tenham noção da evolução, desenvolvimento e crescimento do seu empreendimento. Esta análise pode ser feita observando alguns pontos do mercado em contrapartida, pois, é preciso observar qual o cenário de mercado para o futuro do produto ou serviço e se o plano de negócio se apresenta de forma realista e coerente com o que a empresa apresenta, para assim, obter uma observação esclarecida de possíveis obstáculos no mercado futuro.

A busca por conhecimento do mercado e pela área de atuação é pertinente para a vida útil da *startup*, tanto por parte do empreendedor como também por investidores, pois não basta apenas o aporte financeiro para que a empresa comece a tracionar e gerar renda, vai depender de qual nível de conhecimento estratégico o empreendedor e os investidores possuem, evitando assim, imprevistos pela falta de conhecimento do produto/serviço como também de mercado.

Por fim, este não é um tema que se encerra neste momento, é necessário que haja continuidade nessa era que tanto se investe na tecnologia, assim, acreditou-se que este trabalho sirva como base para aqueles que almejam aprofundar-se nos conhecimentos sobre *startups*, como também, que possa contribuir como fonte de material para alguns pesquisadores da área, devido à escassez no momento, de materiais disponíveis para pesquisa.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, IDALBERTO. **Empreendedorismo Dando Asas ao Espírito Empreendedor**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DORNELAS, JOSÉ CARLOS ASSIS. **Transformando ideias em negócios**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUKER, PETER FERDINAND. **Inovação e espírito empreendedor**. Editora Pioneira, 1987.

GUSMÃO, AMANDA. **Empreendedorismo digital: o que é, como começar e razões para se aventurar!** Disponível em: <<https://sambatech.com/blog/insights/empreendedorismo-digital/>> Acesso em: 19 abr 2019.

GERHARDT, TATIANA ENGEL E SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GITAHY, YURI. **O que é uma startup?** 2011. Disponível em:
<<http://www.empreendedoronline.net.br/o-que-e-uma-startup/>>. Acesso em: 20 out 2019.

GRIN, et al. (2015). **Desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo em estados e município**. Disponível em:<dehttp://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/file/Pesquisas/POLITICAS_PUBLICAS_sit e.pdf>. Acesso em: 16 fev 2019.

MARCONI, M. A.&Lakatos, E. M. **Metodologia Científica** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NORONHA, D; Ferreira, S. Revisões da literatura. In: Campello, B. S; Cendón, B. V; Kremer, J. M. (Eds). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

OLIVEIRA, M. M.de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

RIES, E. **A startup enxuta**. São Paulo: Leya, 2012.

RODRIGUES, R. B.; Oliveira, R. T. A. de; Souza, R. R. de. **Startups Dirigidas à Inovação de Software: Da Universidade ao Mercado**. III Escola Regional De Informática, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. Editora Atlas S.A.: São Paulo, 1987.

A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DE ESTOQUE NO VAREJO: VISÃO DOS GESTORES E RESPONSÁVEIS DA ÁREA DE COMPRAS

LUCAS CORRÊA COSTA¹
JOÃO BATISTA FERREIRA²

RESUMO

Introdução: Em um cenário cada vez mais competitivo em que as empresas enfrentam, força a busca de redução de custos, sem interferir na qualidade de seus processos e produtos como forma de sobreviver. Sabe-se que a gestão de estoques e de compras contribui para a eficiência nos processos, e como consequência à minimização de custos. **Objetivo:** Nas empresas varejistas há necessidade de manter estoques reduzidos, mas tendo como visão um aumento da demanda, para não perder mercado para a concorrência, a gestão de estoques e de compras é fundamental. Neste sentido, esse trabalho tem como objetivo analisar como os gestores executam a gestão de estoques em uma empresa varejista. **Material e Métodos:** O procedimento adotado é uma pesquisa aplicada, descritiva, qualitativa e estudo de caso. **Resultados:** Os resultados demonstraram, que podem-se entender então, que para empresas que tendem a se destacar no mercado com alta competitividade ela deve sempre fazer com que seu estoque auxilie nas tomadas de decisão a curto e longo prazo, se levando em consideração todos os fatores expostos neste trabalho. **Conclusão:** Conclui-se que para uma gestão de estoque eficiente, deve-se analisar o estoque da empresa, verificar o prazo de entrega de seus fornecedores ao se adquirir uma compra, e também compreender o giro de estoque.

Palavras-Chave: Gestão de estoque. Compras. Estoque.

THE RELEVANCE OF STOCK MANAGEMENT IN RETAIL: VISION OF MANAGERS AND RESPONSIBLE FOR THE PURCHASING AREA

ABSTRACT

Introduction: In an increasingly competitive scenario in which companies face, it forces the search for cost reduction, without interfering in the quality of its processes and products as a way to survive. It is known that inventory and purchasing management contributes to process efficiency, and as a consequence to minimizing costs. **Purpose:** In retail companies there is a need to maintain reduced inventories, but with a view to increasing demand, in order not to lose market competition, inventory and purchasing management is fundamental. In this sense, this work has the objective of analyzing how the managers execute the inventory management in a retail company. **Material and Methods:** The procedure adopted is an applied, descriptive, qualitative and case study. **Results:** The results showed that it can be understood that for companies that tend to excel in the market with high competitiveness, it should always make

¹Graduado em administração pelo UNICERP: lucascorrea.financeirostr@gmail.com.

² Docente do curso de administração do UNICERP, Doutorando em Administração (UFLA/MG). Mestre em Gestão Organizacional (UFG/GO): joao@unicerp.edu.br.

its stock to aid decision-making in the short and long term, taking into account all the factors exposed in this work. **Conclusion:** It is concluded that for an efficient inventory management, one must analyze the company's inventory, check the delivery time of its suppliers when buying a purchase, and also understand the stock turnover.

Keyword: Inventory management. Purchasing. Inventory.

INTRODUÇÃO

Devido a um cenário atual de variações constantes, muitos gestores de estoque formulam estratégias para conseguirem manter-se num mercado competitivo, tendo como vista a excelência em suas compras para ressuprir a necessidade atual, e em diversos casos acabam adquirindo produtos com um preço um pouco elevado por não ter feito uma boa negociação.

Assim, surge a seguinte problemática: Como manter o estoque otimizado para um bom fluxo dentro da organização?

Evidente que se as empresas conseguirem ter estoque à disposição, minimizando o custo total, provavelmente terão bons resultados financeiros. Caso contrário, encontrarão dificuldades tendo estoques parados, levando a custos adicionais e possíveis perdas.

No cenário atual, a gestão de compras torna-se um diferencial para a empresa que busca a minimização de perdas e a redução de custo com mercadorias, também visando à satisfação do consumidor.

Viana (2006) (colocar na referência) afirma que a gestão dos estoques é um conjunto de atividades com a finalidade de atender as necessidades da empresa, com a máxima eficiência e menor custo, maior giro do capital investido em materiais, tendo como objetivo encontrar o equilíbrio entre estoques e consumo.

Assim a justificativa de escolha do tema se deu devido à relevância das compras e do controle de estoque no varejo, sendo fatores determinantes para a escolha. O conteúdo a ser exposto poderá ser estudado por outros que também se interessarem a estudar gestão de compras e estoque.

De acordo com os objetivos específicos, este trabalho tem como objetivo analisar como os gestores executam a gestão de estoques em uma empresa varejista.

MATERIAL E MÉTODOS

Tipos de Pesquisa

O procedimento adotado é uma pesquisa aplicada, descritiva, qualitativa e estudo de caso. A pesquisa aplicada objetiva-se gerar conhecimento para aplicação prática dirigida a solução de problemas específicos (GERHARD, SILVEIRA, 2009).

Para Gil (2008) a pesquisa descritiva relata as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está no uso de técnicas de coleta de dados, tais como questionário, entrevistas e a observação.

Gerhard e Silveira (2009) comentam que a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão sobre o assunto, a organização e um grupo social.

Já o estudo de caso deve ser utilizado quando pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (PRODANOV, FREITAS, 2013).

Este trabalho trata-se de um estudo de caso em um supermercado varejista do Alto Paranaíba/MG, no intuito de compreender os procedimentos adotados na gestão de estoque e suprimentos.

Coletas de Dados

A empresa pesquisada conta com sessenta e quatro (64) colaboradores, população total. Foi retirada uma amostra de sete (7) respondentes, totalizando 100% da amostra, sendo um (1) gerente, três estoquistas (3) e três (3) responsáveis pelas compras, que participam dos processos em estudo.

Foram aplicados questionários com a amostra em questão, contendo também uma entrevista direta com o gestor da empresa a fim de captar informações relevantes sobre gestão de estoque e compras.

Segundo Aragão e Mendes Neta (2017) o questionário caracteriza-se por um conjunto de perguntas dirigidas aos respondentes, sendo claras diretas e objetivas.

Procedimentos para análise de dados.

A partir dos dados coletados serão descritos as informações relevantes elencadas que auxiliarão na discussão do assunto da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestões de Suprimentos

A função compras é a atividade empresarial que se preocupa em adquirir produtos para os clientes no local certo, no tempo exato e na condição desejada (ATAMANCZUK, KOVALESKI, FRANCISCO, 2008).

Sabe-se que a logística engloba o todo, ou seja, a aquisição de materiais, gestão, acondicionamento e manuseio destes materiais, bem como a distribuição física. Dentro deste contexto surge a administração de materiais, que envolve diversas atividades, dentre elas a gestão de compras e a gestão de estoques que é o foco deste artigo.

O conceito logístico e o reconhecimento de sua relevante importância no contexto da competitividade entre empresas têm feito de tal maneira com que a consciência de integração da cadeia de suprimentos seja altamente difundida. Empresas vêm buscando diferenciar seus produtos e serviços, somando diferencial através de atividades de armazenamento, distribuição, planejamento, integração, gestão de estoque e outras técnicas baseadas no conceito logístico (SAMPAIO, 2008).

Quando falamos em gestão de suprimentos (ou compras) devemos colocar em análise a necessidade dos materiais a serem adquiridos e também analisar o custo que ele terá, pois a área de compras auxilia de certa forma ao setor financeiro da empresa, e também pode ser colocado em observação o tempo de espera até a entrega da mercadoria para que se possa atender o consumidor no momento adequado.

A gestão de suprimentos é um dos principais pilares de qualquer instituição, tendo relevante importância estratégica, pois é um dos locais em que se aplicam os recursos orçamentários existentes, por meio da efetivação dos processos de compras de materiais, bens e serviços necessários para os objetivos da instituição. Entende-se como gestão de suprimentos: compra aquisição e guarda dos materiais, bens e serviços tendo importância na manutenção e no desenvolvimento das atividades realizadas na instituição (BATISTA, MALDONADO, 2008).

Suprimentos englobam todas as atividades e processos necessários para fornecer um produto ou serviço a um consumidor final. Qualquer empresa pode ser ligada em uma cadeia de suprimento. Um cliente poderá exercer a função de ser fornecedor de outro cliente de modo que a cadeia total possua muitas relações do tipo fornecedor-cliente (PONCE, CABANAS,

2013).

Apesar da importância dos suprimentos, retratada na responsabilidade pela execução dos gastos da empresa, ela foi considerada, durante muito tempo, uma atividade de caráter tático e administrativo dentro das organizações, exercendo um perfil reativo às decisões tomadas pelas outras funções (departamentos), principalmente a produção. As empresas buscam sua integração na cadeia de suprimentos, passando dentre os fornecedores primários até o consumidor final (SAMPAIO, 2008).

Pode-se perceber que as empresas estão buscando cada vez mais desenvolver novos fornecedores que lhe ofereçam melhores condições aos que já estão no processo, com a mesma qualidade e eficiência ou superiores (PONCE, CABANAS, 2013).

De maneira geral, a função compras consiste em obter do exterior da empresa os materiais, produtos e os serviços que serão necessários ao seu funcionamento, nas quantidades e prazos estabelecidos em seu planejamento estratégico, obedecendo aos níveis de qualidade predefinidos ao menor preço que seja possível no mercado (CHAVES, 2002).

Levando em conta as afirmações de redução de custos, o que as empresas estão adotando são gerenciar as áreas que exercem movimentação direta ao seu fluxo de caixa, como a área de compras (PONCE, CABANAS, 2013).

A área de compras tem como objetivo ser eficaz para adquirir as matérias primas necessária à produção e a comercialização sendo comprovada sua importância, pois, caso a área de compras não exerça adequadamente sua função, a empresa poderá deixar de ser competitiva (CHAVES, 2002).

Adquirir o produto certo, no tempo exato para o consumidor, sem que necessite da manutenção do mesmo nos estoques é praticamente impossível para o ramo de comércio varejista (ATAMANCZUK, KOVALESKI, FRANCISCO, 2008).

Para Rodrigues (2013) o preenchimento do pedido engloba todas as atividades necessárias para definir as necessidades do cliente, de projetar e planeja ruma cadeia, e de capacitar uma empresa a encontrar as necessidades do cliente, enquanto minimiza o custo total entregue.

O departamento de compras, em razão de sua natureza, busca manter relacionamentos com os públicos interno e externo da empresa. Por sua vez, o público interno é de atenção especial para o adequado atendimento dos clientes finais. Esse relacionamento é importante para garantir o bom atendimento das necessidades das várias áreas da empresa (THESE, MATOS, BRAMBILLA, 2010).

O processo de gestão de suprimentos (ou compras), não pode ser visto como uma única área, mas sim como um conjunto de atividades multifuncionais que englobam: identificação de

fornecedores; seleção e homologação de fornecedores; análise das necessidades; ordem efetiva de compra e avaliação periódica de fornecedores (SENAPESCHI NETO, 2008).

O processo suprimentos em uma organização é o responsável pela interligação entre o cliente e o fornecedor, sendo as compras um dos fluxos coordenados por esse processo (CHAVES, 2002).

Gestões de Estoques

O estoque gera valor de tempo ao produto, pois ocorre o envolvimento da disponibilidade do mesmo a ser entregue para o consumidor final. É essencial se manter estoques, porém sua administração é de tal forma desafiadora para as empresas, pois deverão manter os níveis sempre mais baixos possíveis, pelo alto custo, mas ao mesmo tempo, acarretará uma disponibilidade certa de mercadoria para que possa atender as necessidades dos consumidores, e isso requer uma administração cuidadosa (SOUZA, 2014).

As empresas buscam atender seus clientes, para isto mantêm estoques de modo que a demanda possa ser atendida. Caso essa demanda seja constante, a empresa poderá atendê-los com a quantidade certa de produtos (TOLEDO, 2011).

A administração de estoques tem como objetivo relevar o efeito feedback de vendas e melhorar o planejamento da produção. Deve-se minimizar sempre o capital investido em estoques, pois são de alto valor e sempre estão aumentando. As empresas não podem trabalhar sem utilizar dos estoques e quanto maior este estoque, mais responsabilidade. Os gerentes financeiros têm como objetivo buscar a redução dos estoques (SOUZA, 2014).

A gestão de estoques apresenta responsabilidade aos gestores de logística das empresas, pois se tem que saber lidar com o risco, tanto de falta, quanto do exagero de estoque, e também com os custos incorridos (TOLEDO, 2011).

Para uma agregação de valor dinâmico ao estoque, deve-se haver uma boa localização para facilitar a aquisição dos consumidores. Manter várias localizações de estoque gera um alto custo, fazendo com que os produtos armazenados tenham adicionados ao seu valor de mercado de 25 a 30% por ano, por isso requer uma administração bem cautelosa (SOUZA, 2014).

Manutenções de estoques geram custos por serem aqueles resultantes do armazenamento, ou propriedade, de produtos durante um determinado período proporcionais à média das quantidades de mercadorias disponíveis (ORTIZ, 2015).

Para se proteger da falta de produtos para clientes as empresas dimensionam estoques de segurança, além dos estoques operacionais, em função de sempre terem o produto disponível

para o consumidor (RODRIGUES, 2013).

Podem ser notados os custos com a falta de estoques, que ocorre quando um pedido não pode ser atendido (ORTIZ, 2015).

Planejamento e Controle de Estoque

Ao se falar em controle de estoques, deve-se observar o fluxo do produto em relevância com do tempo, ou seja, o tempo destinado para o consumo dos materiais e a quantidade disponível no estoque (AMARO, GUARNIERI, STREIT, 2017).

O estoque é composto por diversos materiais e produtos como: matéria-prima, material auxiliar, material de manutenção, material de escritório, material e peças em processos e produtos acabados (SOUZA, 2014).

O processo de gestão e controle dos estoques está diretamente relacionado às decisões de suprimentos dentro do processo logístico. A exatidão no processamento das quantidades a serem adquiridas depende de informação precisa dos níveis de estoques para determinar a capacidade de absorção de novas aquisições dentro da empresa (ATAMANCZUK, KOVALESKI, FRANCISCO, 2008).

Os produtos são definidos por classes A, B ou C. Sendo que a classe A são os produtos com maior importância que devem manter uma atenção especial pela administração; classe B são os produtos de importância mediana e já os da classe C são produtos de baixa importância, já que não representam tanto no valor monetário da empresa (SOUZA, 2014).

Sendo o controle de estoques uma das atividades bastantes relevantes desenvolvidas dentro de uma organização, tem função importante, pois, compõe uma parcela dos custos operacionais e a administração eficiente dos níveis de estoque, é necessária executar manutenção das atividades da empresa sem que ocorra paradas repentinas, podendo ter melhor decisão da quantidade que se deverá pedir no momento da compra (ATAMANCZUK, KOVALESKI, FRANCISCO, 2008).

APLICAÇÃO PRÁTICA

De acordo com o questionário aplicado para colaboradores de um supermercado varejista, podemos entender que ao serem questionados a respeito dos temas Suprimentos, Estoque e Controle de Estoque os mesmos entendem que:

Suprimentos

Quanto à integração entre empresa e fornecedor, segundo a visão dos responsáveis pelas compras depende de muitas variáveis, considerando o modelo de trabalho do fornecedor, prazos de entrega entre outros, pois o processo de integração aonde o fornecedor trabalha lado a lado com a loja avaliando a movimentação do estoque.

As estratégias adotadas para se garantir preços baixos, de acordo com os responsáveis das compras são fazendo constantes cotações de preço, negociando volumes de produtos que são considerados carros chefes da loja, negociando também produtos agregadores de valor, sempre tomando o cuidado de fazer essa previa avaliação de mercado.

A respeito dos produtos substitutivos, os estoquistas entendem que a empresa busca ter os dois, o produto de elevada qualidade e os substitutos, para atender todas as classes e clientela. Caso o produto original não tenha a disposição é importante ter o substitutivo para oferecer ao cliente.

Os produtos substitutivos para os responsáveis das compras têm importância de atender o cliente na falta do produto principal desejado pelo consumidor.

Existe comunicação entre empresa e fornecedor. De acordo com o gerente geral ela existe para que não ocorram atrasos nos prazos de entrega das mercadorias, para algum eventual acontecimento, para não deixar que falte mercadoria para a empresa e manter uma relação empresa/fornecedor forte impactando na competitividade.

Em relação a compras de fornecedores dentro e fora do estado, segundo o gerente geral utiliza-se a aquisição dos produtos de dentro do estado, pois a entrega é mais rápida e também sai mais em conta, mas tendo também aquisições de outros estados sendo que a quantidade adquirida faz com que o produto saia mais em conta do que no mesmo estado.

Para efetuar as compras os responsáveis pelas compras analisam o estoque virtual e físico, buscando olhar o giro diário, semanal, quinzenal e mensal verificando assim os prazos de entrega do fornecedor e buscando os preços mais baixos.

Estoque

À hora certa (Just in time) que a empresa visa reabastecer seu estoque, os responsáveis das compras executam no momento que detectam a falta da mercadoria olhando de acordo com o prazo de entrega de seu fornecedor para que não ocorra nenhuma ruptura.

As movimentações do estoque o gerente geral diz que são todas registradas sendo estas desde a entrada e saída, sendo assim registradas pelo software no qual a empresa utiliza,

realizando após a conferência e lançamento (entrada) e a saída (venda).

Quanto à organização do estoque, os estoquistas efetuam em pallets, produtos da mesma categoria são colocados próximos para facilitar o controle e movimentação. As ruas são separadas por nichos, produtos de limpeza, alimentação, higiene pessoal e outros. É feito o sistema PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) assim é feito o rodízio por data de validade.

Quanto às datas comemorativas o gerente geral verifica o histórico de anos anteriores, mas considerando o crescimento do mercado e do próprio estabelecimento em si. As negociações são realizadas com antecedência (em média de três meses antes) para que possa evitar a falta de produtos e também preços baixos e futuros atrasos na empresa.

Quando o estoque da empresa se encontra elevado o gerente geral diz que são realizados gôndolas extras no estabelecimento, encarte em jornais, ofertas relâmpagos e divulgação em redes sociais para que chame a atenção do cliente e venda a mercadoria.

De acordo com os responsáveis das compras, a empresa precisa ter estoque para manter o abastecimento diário da loja e atender uma eventual demanda em maior escala.

Controle de Estoque

Em relação a produtos de baixa rotatividade os responsáveis das compras explicam que são realizados acompanhamentos diários, a quantidade que se tem do mesmo no estoque e seu giro e avaliando a real necessidade de se manter este produto na loja.

As identificações dos produtos a serem supridos os responsáveis das compras realizam baseando-se em relatórios de curva ABC, dando prioridade aos produtos da curva A. Também se mantém um acompanhamento do responsável de compras e do responsável do controle do estoque, verificando o que ocorre de venda do produto no estoque físico.

O investimento no estoque, segundo o entendimento dos estoquistas, é de maneira razoável visando assim garantir o abastecimento da loja e não se ter a perda do cliente, sendo este investimento mais em produtos da curva A que se tem um giro mais elevado.

Os produtos com baixa rotatividade de acordo com os responsáveis das compras têm-se uma avaliação diária, semanal, quinzenal e mensal desse produto e trabalha-se praticamente apenas com estoque de giro.

O software utilizado pela empresa de acordo com o gerente geral é o Profit da Getway, ele auxilia no controle do estoque, fiscal, financeiro e administrativo.

O software na qual é utilizado para o gerente geral é de confiança, pois já é utilizado a mais de uma década, ele é apenas atualizado e ajustado de acordo com as necessidades. Ele tem

um fácil aprendizado e treinamento online e presencial, contando com um suporte de 24 horas.

O sistema apresenta pontos fortes e fracos, o gerente geral explica que os pontos fortes e fracos são: Pontos fortes, sistema didático e autoexplicativo com fácil manuseio, contem partes fiscais e cadastros de produtos gerando relatórios gerenciais para auxilio, várias funções indo da mais simples as mais avançadas sendo alguns destes a política de preços, faturamento x rentabilidade, inventario x giro do estoque e comportamento da loja. Pontos fracos: não se ter um suporte técnico da empresa fornecedora do software na cidade.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados da pesquisa, pode-se concluir que para uma gestão de estoque eficiente, deve-se analisar o estoque da empresa, verificar o prazo de entrega de seus fornecedores ao se adquirir uma compra, e também ficar por dentro do giro do estoque.

A empresa, no cenário atual, de alta concorrência tende sempre a reduzir seus custos, e para isto, a gestão de estoque executada de maneira correta pode auxiliá-la. Sempre antes de efetuar uma compra para reabastecer o estoque da empresa, necessita de analisar a importância e quantidade de se efetuar a compra, um sistema que auxilia a empresas no controle e manuseio de seu estoque é de supra importância para ser realizada de maneira eficaz.

Quando os custos do processo de compras são muito altos, comprar um lote maior pode reduzir os custos para adquirir o material, levando a necessidade de armazenagem/estocagem. Ao se aproximar de datas comemorativas as empresas tem grande movimentação no estoque, e para isto os responsáveis por executarem as compras, o controle e o armazenamento da empresa devem sempre ficar atentos, para que os produtos não se danifiquem, ou também não se tenha perdas devidas à perecibilidade dos produtos no qual a empresa necessita ter para atender a certa parte de seus consumidores. Ao se comprar um produto de baixa rotatividade na empresa, os responsáveis pelas compras estão correndo um risco na qual a perda do mesmo caso não se consiga vender dentro do prazo das datas comemorativas. Caso ocorra um fato deste dentro da empresa, o mais viável a se fazer é rebaixar os preços (mesmo gerando perdas financeiras para a empresa) para se tentar vender em vez de deixar os produtos vencerem nas gôndolas ou ate mesmo no estoque.

Conclui que, pode entender que as empresas que desejam destacar-se no mercado com alta competitividade, devem sempre fazer com que seu estoque auxilie nas tomadas de decisão a curto e longo prazo, se levando em consideração todos os fatores expostos neste trabalho. Os gerentes e responsáveis que trabalham sempre com a movimentação e ressarcimento da falta de

mercadorias, sempre tem que estar atentos, tanto com o giro de estoque de sua empresa e também o seu crescimento, quanto com o crescimento da concorrência e da necessidade de determinado produto para seu consumidor final.

REFERENCIAS

AMARO, F. V.; GUARNIERI, P.; STREIT, J. A. C.. **Gestão de compras e estoques: avaliação dos processos de uma empresa de construção civil**. Brasília, UnB, 2017.

ARAGÃO, J. W. M. de; MENDES NETA, M. A. H.. **Metodologia Científica**. Salvador: UFBA, 2017.

ATAMANCZUK, M. J., KOVALESKI, J. L., FRANCISCO, A. C.. **O papel do controle de estoque na centralização de compras**. Ponta Grossa: EETCG, PR, 2008.

BATISTA, M. A. C., MALDONADO, J. M. S. V.. **O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde**. Rio de Janeiro: FGV EBAPE, RJ, 2008.

BONFIM, E. L. S.; SILVA, M. A.; SILVA, R. A. M. da; SPONTON, L. R.; VENDRAME, F. C.; LIMA, A. B.. **Gestão de Estoques – Unificação do cadastro de materiais**. **Revista Científica do Unisalesiano**, Lins, SP, n.2, jul./dez. de 2010.

CHAVES, A. F. A. R.. **Estudo das variáveis utilizadas na decisão de compras no comércio varejista de alimentos de auto-serviço – supermercados**. São Paulo: USP, SP, 2002.

GERHARD, T. E; SILVEIRA, D. T.. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFTRGS, 2009.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed., São Paulo: Atlas, 2008.

LOMBA, C. P.; SOUZA, M. L. S.. **O controle de estoque como ferramenta competitiva nas organizações**. Três Lagoas: AEMS, 2013.

ORTIZ, E. C. M.. **Aplicação de modelos para gestão de materiais e estoque em uma empresa de remanufatura**. Sorocaba, UFSC, SP, 2015.

PONCE, A. D. M., CABANAS, L. A.. **Vantagens e Desvantagens da centralização de compras: um estudo de caso em uma multinacional brasileira**. 2013.

PRODANOV, C. C.. FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científica: Métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: ASPEUR/ Universidade Feevale, RS, 2013.

RODRIGUES, E. F.. **A economicidade dos centros de distribuição: uma análise para o varejo brasileiro**. Rio de Janeiro: PUC, RJ, 2013.

SAMPAIO, A. S. F. **Gerenciamento de estoque por meio da ferramenta Vendor Managed Inventory – VMI: Um estudo de caso em uma empresa do Pólo Industrial de Manaus.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2008.

SENAPECHI NETO, A. **Gestão estratégica de compras em uma empresa do segmento de material escolar: estudo de caso longitudinal.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade federal de São Carlos, SP, 2008.

SOUZA, E. A.. **Gestão de estoques e armazenagem: estudo de caso na empresa Tito Embalagens na Cidade de Lins/SP.** Lins, FATEC, SP, 2014.

THESE, D.; MATOS, S. D. de; BRAMBILLA, F. R. Vantagens e Desvantagens da Centralização de Compras no Varejo. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**, v. 02, n. 6, Jul. 2010.

TOLEDO, L. G. C.. **Aplicação dos modelos clássicos de estoques em uma rede de varejo supermercadistas.** Bauru, UEP, SP, 2011.

VIANA, J.J., **Administração de Materiais – um enfoque prático.** São Paulo: Atlas, 2006.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

SUPRIMENTOS

- 1.1. Na busca de ser mais competitivo no mercado existe alguma integração em que se envolva empresa e fornecedor?
- 1.2. Os consumidores buscam preços baixos, qual a estratégia adotada neste cenário, a fim de garantir preços baixos e o suprimento ideal das mercadorias?
- 1.3. Se o fornecedor não tiver a mercadoria solicitada no momento, você adquiriria um produto substitutivo para oferecer ao seu cliente?
- 1.4. Qual a importância dos produtos substitutos?
- 1.5. Há comunicação entre a empresa e seus fornecedores em caso de imprevistos de ambas as partes?
- 1.6. Na prática como ocorrem as compras da empresa são feitas com fornecedores da região ou de outros estados? Pode dizer que fornecedores de outros estados possuem preços mais baixos?
- 1.7. Quais os procedimentos preliminares adotados para efetuar as compras?

ESTOQUE

- 2.1. Qual a hora certa de reabastecer o estoque da empresa?
- 2.2. As movimentações dos estoques são todas registradas? De qual maneira?
- 2.3. Qual a maneira que organização o estoque de sua empresa?
- 2.4. Em relação às datas comemorativas, como é o planejamento na empresa para que não faltem produtos?

2.5. Se o estoque da empresa estiver com quantidade elevada de mercadorias, qual a alternativa adotada?

2.6. Por que a empresa precisa ter estoques?

CONTROLE DE ESTOQUE

3.1. Considerando que tem produtos com baixa rotatividade, como você manuseia estes em seu estoque?

3.2. É primordial a verificação dos produtos a serem supridos. Assim, quais os procedimentos adotados para identificar quais os produtos com maior necessidade de abastecimento? E qual a quantidade ideal?

3.3. Os investimentos em estoque na sua empresa são elevados? Por quê?

3.4. A qualidade e a perecibilidade dos produtos devem ser uma preocupação constante para os gestores. Como é feito o suprimento dos produtos com baixa rotatividade levando em consideração estes fatores?

3.5. É utilizado algum software para auxiliar no controle do estoque? Qual?

3.6. O software utilizado pela sua empresa é confiável?

3.7. Quais os pontos fortes e fracos do software utilizado pela empresa?

Cargo:

Tempo de empresa:

Idade:

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DIGITAL PARA AS ORGANIZAÇÕES NOS DIAS ATUAIS

AMANDA APARECIDA DO AMARAL¹
MAÍRA DOS REIS ARAÚJO²

RESUMO

Introdução: O marketing digital é uma ferramenta relevante para que as organizações se mantenham ativas no mercado competitivo nos dias atuais. É uma área que detecta os desejos e as necessidades do público alvo. Utiliza-se as melhores estratégias para manter o contato com o cliente, sendo o marketing digital uma delas. **Objetivo geral:** O objetivo deste estudo foi demonstrar sua importância dentro das organizações, fomentando como pode auxiliar a empresa para aumentar sua rentabilidade com investimento no marketing digital diante da competitividade e os desafios atuais. **Material e métodos:** A metodologia utilizada decorreu de um trabalho caracterizado por pesquisa bibliográfica, buscando através dos autores o embasamento teórico para fundamentar este trabalho. **Resultados e discussão:** O marketing digital é uma estratégia diferenciada, pois auxilia a empresa a expandir seus portfólios de produtos e campanhas, atingindo assim um grande público. **Conclusão:** Conclui-se que o marketing digital se tornou uma ferramenta muito eficaz dentro das organizações uma vez que serve de apoio para as vendas e com ferramenta ROI, pode-se mensurar a rentabilidade do investimento de marketing digital, demonstrando necessidades de cortes nos custos, aumento de lucros e acompanhamento dos resultados mais duradouros nas organizações.

Palavras-chaves: Marketing digital. Rentabilidade. E-commerce.

THE IMPORTANCE OF DIGITAL MARKETING FOR ORGANIZATIONS TODAY

ABSTRACT

Introduction: Digital marketing is a relevant tool for organizations to remain active in the competitive market today. It is an area that detects the desires and needs of the target audience. The best strategies are used to keep in touch with the customer, digital marketing being one of them. **General objective:** The objective of this study was to demonstrate its importance within organizations, promoting how it can help the company to increase its profitability with investment in digital marketing in the face of current competitiveness and challenges. **Material and methods:** The methodology used resulted from a work characterized by bibliographic research, seeking through the authors the theoretical basis to support this work. **Results and discussion:** Digital marketing is a differentiated strategy, as it helps the company to expand its product and campaign portfolios, thus reaching a large audience. **Conclusion:** It is concluded that digital marketing has become a very effective tool within organizations since it serves as a

¹ Aluna do curso de Administração do UNICERP.

² Administradora e professora especialista do curso de Administração do UNICERP.

support for sales and with ROI tool, it is possible to measure the profitability of digital marketing investment, demonstrating the need to cut costs , increased profits and monitoring the most lasting results in organizations.

Keywords: Digital marketing. Profitability. E-commerce.

INTRODUÇÃO

Atualmente o mercado empresarial mostra-se cada vez mais competitivo, e diante de um mundo globalizado o que é um diferencial é a prestação de serviços. Os clientes estão cada vez mais exigentes, e o nível de insatisfação é cada vez maior.

O marketing digital pode ser considerado uma grande estratégia fundamental para que as organizações consigam sair à frente de seus concorrentes e consigam vantagem competitiva, pois com os consumidores cada vez mais informados e exigentes dos seus direitos, cabe o marketing digital adequar às organizações a essa nova realidade. Por meios nas mídias digitais as organizações conseguem levar seu produto e/ou serviço com mais rapidez e agilidade para seus clientes.

De acordo com o autor Torres (2009):

Quando você ouve falar de marketing digital, publicidade on-line, marketing web, publicidade na internet ou quaisquer outras composições criativas que se possa fazer dessas palavras, estamos falando em utilizar efetivamente a internet como uma ferramenta de marketing envolvendo comunicação, publicidade, propaganda e todo o arsenal de estratégias e conceitos na teoria do marketing (TORRES, 2009, p. 45).

O marketing digital é uma estratégia empresarial que engloba um conjunto de atividades para conseguir otimização de lucros por meio da criação, planejamento e desenvolvimento de produtos ou serviços para atender as necessidades e preferencias dos consumidores, recorrendo à pesquisa de mercado, design, campanhas, atendimentos pós-vendas, para saber aonde, quando e como atuar.

A problemática deste estudo abordou como conscientizar os empresários a implantar o marketing digital como ferramenta para gerar rentabilidade nas organizações frente aos desafios atuais.

Esse trabalho justificou-se por mostrar a importância do marketing digital para as organizações como ferramenta para gerar rentabilidade, verificando os benefícios satisfatórios e como o marketing digital pode ajudar na melhoria da imagem da empresa perante o cliente.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica qualitativa, na qual serão utilizadas para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho fontes de autores conceituados, artigos, revistas e a internet, através de sites relacionados ao assunto pesquisado,

pois através dessa pesquisa, pretendeu-se mostrar a importância do marketing digital para as organizações nos dias atuais.

Objetivos gerais

Demonstrar a importância do marketing digital dentro das organizações, enfatizando seu uso para aumentar a rentabilidade e o potencial competitivo nos dias atuais.

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa foram escolhidas abordagens dentro do marketing, para ressaltar a sua importância nos dias atuais em um mercado competitivo. O marketing é um processo social que atende as necessidades dos consumidores.

Segundo Las Casas (2005):

Colabora com a definição da temática afirmando que marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientada para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem-estar da sociedade (LAS CASAS, 2005, p. 26).

O marketing engloba várias estratégias para conseguir satisfazer os seus consumidores e divulgar seus produtos e serviços, e um dos meios mais utilizados para essa divulgação nos dias atuais são os digitais.

Quanto aos objetivos a pesquisa é qualitativa, pois identifica a importância do marketing para as empresas nos dias atuais para sair à frente de seus concorrentes, e como o meio de comunicação digital pode influenciar no desenvolvimento da empresa.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa desenvolvida é uma pesquisa bibliográfica qualitativa, na qual foram utilizadas para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho fontes de autores conceituados, artigos, revistas e a internet, através de sites relacionados ao assunto pesquisado, pois através dessa pesquisa, pretende-se mostrar a importância do marketing para as organizações para gerar rentabilidade.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa foi baseada na importância do marketing nas organizações, e como pode ser feito para conscientizar os empresários a implantar o marketing como estratégia para o crescimento econômico das organizações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relacionamentos e Redes do Marketing

A finalidade do marketing é criar valor e satisfação no cliente. A empresa deve saber a percepção do cliente e das demais partes interessadas sobre o nível de atendimento de suas necessidades, levando em consideração as características do produto e ou serviço, o seu valor, a facilidade de manutenção de seu uso e de aquisição, ao longo de todo o seu ciclo de vida, para atingir a satisfação e assim manter um bom relacionamento com seu cliente.

O marketing de relacionamento tem como objetivo estabelecer relacionamentos mutualmente satisfatórios de longo prazo com partes-chaves - clientes, fornecedores, distribuidores -, a fim de ganhar e reter sua preferência e seus negócios no longo prazo. (KOTLER, 2000, p.35).

O marketing tem como objetivo conquistar clientes em longo prazo, ter um relacionamento duradouro, para que esse se torne fiel à empresa.

A administração de marketing como a arte e a ciência da escolha de mercados-alvos e da captação, manutenção e fidelização de clientes por meio da criação, entrega e da comunicação de um valor superior para o cliente (KOTLER, 2006, p. 4).

Kotler (2000), afirma também que a construção de um patrimônio corporativo singular é um resultado final de marketing de relacionamento, denominando rede de marketing.

Deve buscar um relacionamento não somente com compradores, mas também com fornecedores e distribuidores, buscando sempre estratégias para se conquistar um bom relacionamento, para esses se tornarem duradouros.

Atualmente as redes têm influenciado grandes organizações, porque e através desse segmento que as empresas vêm conseguindo maiores destaques e reconhecimento.

Vivan (2005), afirma que as redes estão:

Acarretando mudanças nas relações entre os indivíduos, e instituições públicas e entre indivíduos e instituições privadas. A partir de um computador ligado à rede, é possível que as pessoas possam trabalhar estudar, comunicar-se, trabalhar-se afetivamente sem sair de casa e, até mesmo, desenvolver relacionamentos comerciais eficientes entre empresas e seus consumidores. A internet possibilitou uma nova maneira de interação social entre os indivíduos; relações próprias do mundo virtual (VIVAN, 2005, p.5).

As empresas estão cada vez mais buscando aprimoramento para se comunicarem de maneira fácil e mais rápida com seus consumidores através de sites, blogs, grupos, mídias sociais, buscando sempre levar a marca de seus produtos e serviços para o dia a dia dos seus clientes.

Segundo Kotler (2006):

Um dos principais objetivos do marketing é, cada vez mais, desenvolver relacionamentos profundos e duradouros com todas as pessoas ou organizações que podem, direta ou indiretamente, afetar o sucesso das atividades de marketing da empresa (KOTLER, 2006, p.16).

Através das mídias sociais as empresas estão conseguindo manter relacionamentos cada vez mais duradouros, buscando sempre levar o nome de sua empresa para o dia a dia de seus clientes.

O Marketing de Relacionamento é uma estratégia que tem como objetivo criar e manter um relacionamento próximo à empresa e seus clientes. Envolve todas as ações que a empresa promove para conquistar clientes e fidelizar os antigos.

“O marketing de relacionamento envolve cultivar o tipo certo de relacionamento com o grupo certo”. (KOTLER, 2006, p.16).

Por esse motivo, buscam o melhor atendimento, e a atenção, não somente no ato da compra, mas também após ter adquirido o produto.

As empresas devem identificar seus clientes alvos, porque através dessa identificação, fica mais fácil direcionar seus investimentos, e diminuir gastos desnecessários.

Marketing de Relacionamento Segundo Kotler e Armstrong (2000):

Para conquistar e manter clientes é necessário muito mais do que oferecer bons produtos e a orientar os vendedores a efetuar um grande volume de vendas. É primordial saber resolver os problemas do cliente e construir relacionamentos de longo prazo com eles. “o marketing é visto agora como a ciência e a arte de descobrir, reter e cultivar clientes lucrativos” (KOTLER E ARMSTRONG, 2000; p 474).

Deve-se ressaltar que, o marketing de relacionamento é o contato que a empresa tem com o cliente: antes, durante e após a aquisição do seu produto, para que o mesmo fique satisfeito e se torne um cliente fiel. Para isso deve se observar quais são suas necessidades e desejos, para a empresa saber o que fazer para pode suprir essas necessidades.

De acordo com Gordon (2002):

[...] o marketing de relacionamento possui cinco dimensões que diferem materialmente dos conceitos históricos de marketing. São eles: Procurar criar novo valor para os clientes e compartilhar esse valor entre o produtor e o consumidor; Reconhecer o papel fundamental que os clientes individuais têm não apenas como compradores, mas na definição do valor que desejam. O cliente ajuda a empresa a fornecer o pacote de benefícios que ele valoriza. O valor é assim criado com os clientes e não por eles; É um esforço contínuo e não colaborativo entre o comprador e o vendedor. Desse modo, funciona em tempo real; Reconhece o valor dos clientes por seu 20 período de vida de consumo. Ao reconhecer o valor do período de vida (ou vitalício), o marketing de relacionamento procura unir progressivamente a empresa aos clientes; Procura construir uma cadeia de relacionamento dentro da organização para criar o valor desejado pelos clientes (GORDON, 2002, p. 86).

“Para desenvolver relacionamento forte, é preciso entender as capacidades e os recursos

dos diferentes grupos, assim como suas necessidades, metas e desejos.” (KOTLER E KELLER, 2006, p.16).

As organizações devem sempre buscar novas motivações, melhorias, novos produtos, qualidade superior, para que os clientes se tornem fieis a sua marca.

A empresa não deve somente pensar em vender, ela deve criar estratégias para conseguir manter um relacionamento com o cliente em período a longo prazo, assim esse vai gerar lucros e diminuir custos porque dessa forma a empresa não vai precisar investir para conquistar novamente um cliente que ela já conquistou e por falta de estratégias ela perdeu.

Kotler (2002), diz que o marketing de relacionamento é uma estratégia de relações que satisfação os consumidores, fornecedores e distribuidores em longo prazo para ter preferência e manter suas relações comerciais, as empresas devem tentar desenvolver estratégias para ganhar confiança e relacionamentos satisfatórios com consumidores, distribuidores, revendedores e fornecedores para assim construir um bom relacionamento e mantê-los por longo tempo.

É importante a relação da empresa com seus fornecedores e distribuidores, porque são através deles que os produtos chegam até o consumidor e se não houver um bom relacionamento não vai haver uma boa comunicação podendo atrasar nas entregas, ou ate mesmo ocorrer falhas na distribuição, é através desses erros vão trazer futuros problemas com seus clientes, porque desse modo às entregas de mercadorias e serviços vão atrasar e conseqüentemente gerar conflitos com os clientes.

A satisfação do cliente externo é construída por meio de produtos de qualidade e que tenham benefícios que atendam suas necessidades, dessa forma, a oferta de produtos e serviços passa a ser o diferencial que determina a vantagem competitiva em relação a outras empresas no mercado.

Freemantle (2001) afirma que:

Atender bem o cliente é mais do que abordá-lo de forma correta e agradá-lo. E ter sensibilidade para detectar o que ele sente naquele momento, procurando agir da forma em que ele que. Em alguns momentos o cliente só quer permanecer em silêncio e ficar à vontade. Aí está à necessidade dos funcionários terem sensibilidade é necessário estar conectado emocionalmente com o mesmo. (FREEMANTLE, 2001, p.22).

A essência da empresa é o cliente, por essa razão, deve-se sempre cultivar o bom relacionamento com o cliente, inovando, treinando os funcionários, adequando a cada tipo de perfil, saber qual é a melhor forma de se comunicar, de relacionar com cada cliente.

O bom funcionário durante um atendimento ele deve saber analisar a situação que o cliente se encontra e saber agir conforme ele necessita por essa razão os funcionários devem

detectar as emoções e saber qual é a melhor forma de atender o cliente naquele exato momento, para isso é importante à empresa oferecer um treinamento antes para os funcionários porque assim eles ficarão mais bem preparados para atender de forma correta os clientes.

Imagem da Empresa

Atualmente com a crescente competitividade, as empresas estão cada vez mais em busca da imagem ideal. Esse fator se tornou de suma importância para a conquista no mercado moderno.

A imagem é a união das percepções que as pessoas constroem em suas cabeças no decorrer do tempo. É através de uma imagem positiva que as empresas conquistam de seus clientes a credibilidade e a confiança, tendo na maioria das vezes como resultado a conquista e fidelização de clientes.

Segundo Philip Kotler (1998), desenvolver uma imagem forte exige criatividade e muito trabalho. Ela não pode ser implantada na mente do público da noite para o dia nem difundida apenas por um veículo de mídia. Deve ser conduzida através de todos os veículos de comunicação disponíveis e disseminada continuamente.

O desenvolvimento da imagem ou programas de melhoria tem que ser de acordo com a realidade da empresa, não se deve tentar planejar algo que a empresa não é, porque assim já é um fator negativo para a construção dessa imagem.

Um dos principais fatores relevantes para a imagem da organização é a comunicação, porque é através dela que a imagem é projetada.

A imagem da empresa é construída de acordo com a percepção de cada cliente, essa imagem é construída nos primeiros contatos, quando o cliente é bem atendido, ele já começa a criar uma imagem boa em sua cabeça, influenciando para futuras compras, já se acontecer ao contrário, se logo de começo ele for mal atendido, não ter as informações que deseja ele de imediato criará uma péssima imagem da empresa.

A imagem de uma empresa decorre da maneira como o público decodifica os sinais emitidos pela empresa por meio de seus produtos, serviços, empregados, programas de comunicação e trato com as questões ambientais (TAVARES, 1998, p.65).

A empresa não constrói uma boa imagem perante o público somente com base em seus serviços e produtos, mas sim em uma série de fatores que influenciam na percepção da imagem. O poder da imagem de uma organização empresarial reside em fonte de energia para enfrentar o mercado competitivo.

Marketing digital, conceito e tendências no Mercado

Nos dias atuais com a constante globalização e o comportamento de compra do consumidor na internet as organizações vêm enfrentando cada vez mais a dificuldade de manter a fidelidade de seus clientes, por esse motivo, a organização deve investir em novas estratégias, atualmente uma delas é o marketing online, que busca através dos meios de comunicação nos canais digitais, leva para o consumidor as informações, produtos e serviços oferecidos pela empresa.

Através do marketing online, as empresas podem divulgar e comercializar seus produtos e serviços, conquistar novos clientes e manter e melhorar sua rede de relacionamento.

A internet está incorporada cada vez mais na vida das pessoas, e por causa disso é quase impossível viver sem ela. Desde coisas simples até as mais complexas. Através dessa era digital os consumidores estão cada vez mais procurando produtos e serviços na internet, por essa razão as empresas que não se adaptarem com essa nova era, conseqüentemente ficara para trás daquelas que investirem nesse novo conceito do marketing digital, essas provavelmente terá melhores resultados e maiores lucros. Mas para isso acontecer deve trabalhar com o marketing, comunicação, publicidade, entre outros meios, buscando mostrar sempre para o consumidor sua importância.

Vaz (2008, p.53) afirma que:

O marketing como conhecemos está mudando radicalmente, e que tal acontecimento se deve ao aparecimento de toda essa onda digital e tecnologias, sendo considerada a era da informação, que está criando um novo tipo de consumidor, proporcionando novas perspectivas, desafios e oportunidades para que os que sabem lidar com esta nova máquina (VAZ, 2008, p.53).

O marketing digital permite que as empresas aproximem mais dos seus clientes, levando mais informação através dos canais de comunicação online, isso pode ser um grande diferencial para a organização, pois os clientes estão cada vez mais exigentes, procurando por produtos e serviços de qualidade e preços mais baixos. O profissional de marketing na era da internet deve buscar satisfazer os desejos e necessidades dos consumidores de maneira mais eficaz e eficiente, pois a marca da empresa deve ser lembrada constantemente.

Ainda segundo Vaz (2008, p.54) “o marketing destes novos tempos interage com o consumidor de maneira completa e faz dele, em tempo real, seu objeto de estudo e de direcionamento de suas táticas”.

Uma empresa para ser bem sucedida é aquela que se mantém atual, que busca sempre por renovação e está sempre acompanhando a evolução no mercado. E o marketing digital esta dentro dessas tendências de inovação, pois através dele a informação chega ao seu público alvo por um dos meios mais utilizados atualmente, que é a internet.

Planejando a Presença Online

O planejamento é extremamente importante para a organização que quer ter sucesso, principalmente através dos meios digitais, pois sem planejar a empresa não consegue bons resultados, podendo levar até ao fracasso.

“Planejar é essencial para o êxito de qualquer programa de marketing. Isto é especialmente verdadeiro no caso do marketing online” (JANAL, 1996, p. 33).

O primeiro passo que um bom profissional de marketing online deve fazer é o planejamento, deve traçar seus objetivos e especificar claramente no que deseja com o marketing digital, e quais os resultados esperado, para que o planejamento seja bem focado.

Através do planejamento pode-se observar que o profissional de marketing deve criar alguns requisitos como, criar metas e tempo para que elas sejam desenvolvidas para que os resultados sejam alcançados em menor tempo. Deve-se fazer uma pesquisa das características do público alvo que a empresa quer atingir, fazer uma análise para definir quais são os canais mais apropriados para divulgação da marca, escolher as pessoas mais capacitadas para desenvolver esse trabalho, disponibilizar conteúdo informativo para impactar sobre o público alvo desejado, montar um cronograma de ações, o profissional de marketing deve definir como vai ser feito o monitoramento, como vai acompanhar os resultados obtidos.

Quando se faz o planejamento e segue esses requisitos a chance de sucesso para a empresa é grande, pois assim as empresas vão conseguir um alto poder de segmentação, e com isso vão focar nas necessidades do cliente, ajudando esse ter mais assertividade em suas compras, além disso, permite uma interatividade direta com os clientes, aumentando seu relacionamento com eles, e conseqüentemente gerando maior rentabilidade.

Uns dos primeiros passos para trabalhar com o marketing online é fazer uma análise de mercado, saber se na internet existe o público alvo que quer alcançar, se através dos meios digitais a informação será bem passada e entendida, se é eficaz para expor os determinados produtos e se esses meios conseguem pagar as despesas e gerar lucros para a empresa.

Qual é o orçamento? O mais importante é saber de onde vem à verba: publicidade,

promoções, tecnologia? Estabeleça um orçamento que permita tirar o melhor aproveitamento das ferramentas online (JANAL, 1996, p.35).

É extremamente importante fazer um orçamento, para saber o capital que se tem para investir nessa ferramenta, como deve ser aplicado, qual é o melhor meio para aplica-lo, e fazer uma análise para saber de qual meio vem à verba, e como pode aproveitar o máximo das ferramentas online.

A criação de mensagens é outro fator importante que deve constar no planejamento, pois é através dela que seu produto e/ou serviço estará chegando aos consumidores. A empresa deve estar ciente qual a mensagem que estará passando, se o seu material de marketing online é bom comparado com dos concorrentes para transmitir as mensagens e quais são necessários, se a equipe escolhida para exercer essa tarefa de criação de mensagens esta bem capacitada, e preparada, pois a mensagem estará levando seu produto junto é através dela que os consumidores vão interessar na sua marca ou não, para isso deve disseminar a mensagem para que o mundo perceba sua presença online.

Qual é sua mensagem? Você está tentando vender um produto, fazer com que os consumidores se tornem leais a uma marca, dissipar rumores? A internet e os serviços de informação online poderão ajuda-lo a alcançar estes e outros objetivos. (JANAL, 1996, p.35).

A mensagem deve ser criada de forma bem cuidadosa, pois é através dela que seus produtos estão sendo expostos para o mercado, e uma mensagem mal passada pode ser a ruína para o negocio, pois assim os consumidores vão criar uma imagem negativa da empresa, e não vão conhecer o que seu produto e/ou serviço é realmente. Mas quando a mensagem é bem criada, passada de maneira correta, através das ferramentas certas, conseqüentemente vão trazer os consumidores para dentro da empresa para conhecer seus produtos e posteriormente vão se concretizar as vendas gerando lucros para a empresa. Por essa razão a empresa deve analisar bem a mensagem que será passada, pois uma vez emitida para seus clientes eles já formaram uma perspectiva sobre a empresa, tornando assim difícil de mudar a ideia.

E-commerce

O E-commerce ou comercio eletrônico trata-se da comercialização de bens comerciais através dos dispositivos eletrônicos, facilitando o processo de venda e compra pela internet, utilizando como base plataformas eletrônica, através dele as pessoas conseguem comprar o melhor produto pelo menor preço, economizando tempo e custos. Por ser um grande benefício para os consumidores é de extrema importância à empresa adotar o e-commerce como estratégia

de crescimento, pois é uma ferramenta muito eficaz e ajuda a empresa a manter o contato com o cliente, pois na primeira compra é feito um cadastro com login e senha criando assim um contato de fidelização.

“O termo e-commerce descreve uma ampla variedade de transações eletrônicas, como o envio de pedidos de compra para fornecedores via EDI (troca eletrônica dos dados), o uso de fax e e-mail para conduzir transações, o uso de caixas eletrônicas e cartões magnéticos para facilitar o pagamento e obter dinheiro digital, assim como o uso da internet e serviços on-line. Tudo isso envolve fazer negócios no espaço de mercado, em vez de no mercado físico” (KOTLER; 2000; p.681).

Os clientes buscam por comodidade, preços acessíveis e menor custo, e o e-commerce oferece essas essas vantagens, pois através dele o cliente vai diminuir seus custos para se locomover até uma loja, vai encontrar produtos diferenciados e com mais variedades, a qualquer momento, pois seu funcionamento é 24 horas por dia e 365 dias no ano, facilitando assim para as pessoas que quase não tem tempo para ir a lojas fazer suas compras, ou até mesmo para quem deseja fazer um curso ou estudar a distancia é uma ótima opção.

Após cinco anos o e-commerce veio para o Brasil, chamando muita atenção, pois ele tinha como propósito revolucionar o comércio varejista, como já era sucesso nos EUA, várias empresas começaram a usar esse método inovador e com grandes chances de sucesso.

Segundo Teixeira (2015):

No Brasil, atualmente, 45,6% de sua população tem acesso à internet (cerca de 90 milhões de pessoas). Se fizermos uma comparação entre os anos de 2000 e 2012, percebemos um aumento significativo, aproximadamente 1.500%, do número de usuários da internet no Brasil (TEIXEIRA, 2015, p.19).

Nos dias atuais o número de pessoas que tem acesso à internet aumenta constantemente, por esse motivo as empresas devem usar o marketing online como estratégia para seu crescimento, pois as pessoas estão cada vez mais ligadas no mundo digital, sendo um dos melhores canais para a empresa vender seus produtos e/ou serviços para seus clientes em qualquer parte do mundo.

O avanço tecnológico tem influenciado muito no comércio eletrônico, pois através da internet as empresas vêm fazendo seus negócios, comprando, vendendo, negociando e fechando seus pedidos de compras com seus fornecedores, realizando transações, e até mesmo pagamentos, através dos caixas eletrônicos. O e-commerce tem facilitado à vida de muitas empresas, economizando tempo e diminuindo custos, é uma ferramenta de extrema importância para a empresa que busca o melhor desenvolvimento em um mundo cada vez mais globalizado.

O ROI (Retorno sobre investimento) é uma das ferramentas para mensuração da rentabilidade do marketing digital

Nos dias atuais no mercado cada vez mais competitivo as empresas investem em grandes quantidades no marketing digital, com objetivo de cada vez mais aumentar seus lucros. E através da análise do ROI (Retorno sobre investimento) é possível analisar os resultados obtidos nas campanhas do marketing digital.

Chiavenato (2008, p. 384) define ROI (Retorno sobre investimento) como o “valor que o treinamento agregou à organização em termos de retorno sobre o investimento feito”.

O Retorno sobre investimento além da mensuração de resultados ele ajuda as empresas a terem certa compreensão sobre o desempenho e rentabilidade sobre seu plano de marketing digital.

É extrema importância à empresa mensurar seus resultados, para saber se a campanha digital está sendo um bom investimento, pois existem muitas empresas que não tem controle dos gastos nas campanhas, e acaba investindo muito e ganhando pouco.

O ROI é uma métrica utilizada para saber os resultados obtidos em relação aos custos de uma campanha de publicidade. O ROI é um indicador se houve lucros ou prejuízos em relação ao investimento. Através dessa ferramenta a empresa vai saber se os investimentos valem a pena ou não, e como criar condições favoráveis em relação aos que a empresa já utilizava para que fiquem cada vez melhor.

Fala-se especificamente do marketing digital, mas deve lembrar que o ROI não é utilizado somente no marketing digital, por ser uma ferramenta de análises de resultados pode ser utilizados em outras campanhas.

O ROI é um cálculo que deve ser feito para saber o que a empresa teve de retorno em relação ao que foi gasto em uma campanha. Através do ROI será mostrado se as campanhas estão gerando lucros, prejuízos ou se esta no “zero a zero”.

Para calcular a métrica, basta pegar o ganho obtido e subtrair o valor investido da receita obtida no período e dividir o resultado pelo valor investido (<https://mindminers.com/marketing/calcular-roi-marketing-digital>).

$$\text{ROI} = \frac{\text{ganho obtido} - \text{valor do investimento inicial}}{\text{valor do investimento inicial}}$$

Segundo o site Mindminers, um bom exemplo do cálculo do ROI é:

Uma empresa investiu R\$ 2 mil em uma campanha de marketing digital no mês em questão. Essa ação gerou R\$ 6 mil em resultado para o negócio. Se usarmos a fórmula (R\$ 6 mil – R\$ 2 mil), o resultado será R\$ 4 mil. Dividindo esse valor pelo que foi investido (R\$ 2 mil) o resultado será 2. Isso quer dizer

que para cada R\$ 1 investido naquela campanha, a empresa teve um retorno de R\$ 2. Ou seja, dobrou o investimento. (<https://mindminers.com/marketing/como-calculiar-o-roi-de-uma-campanha-de-marketing-digital>).

Calcular o retorno através do ROI em uma campanha digital possibilita a equipe analisar se esta tendo rentabilidade satisfatória e receitas para as organizações, se os resultados estão conseguindo atingir metas esperadas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

O marketing digital é importante, pois é uma ferramenta acessível a todas as empresas e através dela os gestores podem trabalhar seus portfólios, as estratégias empresariais de vendas, expansão de negócios, promoções, anúncio de marcas dentro do nicho de produtos, campanhas, entre outros.

O meio eletrônico o e-commerce veio para potencializar os negócios na internet, todavia eles atingem uma massa grande de público de uma maneira mais rápida e efetiva.

Marketing online é um processo destinado a vender produtos e serviços para um público alvo que utiliza a Internet e sistemas de informação online, mediante a adoção de ferramentas e serviços online de uma maneira estratégica e coerente com o programa de marketing global da empresa (JANAL, 1996, p.18).

Tais estratégias são de suma relevância para as organizações, pois as empresas necessitam de estrutura de Marketing para se manterem no mercado cada vez mais competitivo. E hoje as empresas podem investir sem medo, pois existe ferramentas para mensurar se o investimento naquela estratégia está sendo rentável ou não, como o ROI.

CONCLUSÃO

No mercado globalizado e competitivo a presença online é indispensável para atingir o cliente que vive conectado no mundo virtual. O marketing digital é uma estratégia utilizada para que a empresa consiga ficar mais próximo de seu público alvo, fazendo da internet seu canal de comunicação.

Foi mostrado também que é muito importante à empresa calcular o ROI, porque assim é possível analisar os resultados obtidos, se a empresa obteve retorno em relação ao que foi gasto em uma campanha.

Objetivo geral deste estudo foi demonstrado, pois evidenciou a importância do marketing digital dentro das organizações, enfatizando seu uso para aumentar a rentabilidade e

o potencial competitivo que as empresas necessitam para expandirem seus negócios.

Foi ressaltado que o marketing digital é uma excelente ferramenta para os gestores ampliarem seus lucros, e ficarem cada vez mais conectados com seu público alvo, ajudando manter um bom relacionamento, fazendo com que a empresa fique sempre no dia a dia dos seus clientes.

É importante fomentar para os gestores que o marketing digital é um grande diferencial para a organização que quer atingir o sucesso, pois através dele a empresa vai conseguir diminuir custos, e vender seus produtos e serviços com mais eficaz.

Conclui-se que o trabalho não é conclusivo, indica-se o trabalho para estudiosos da área, gestores, gerentes administrativos, para assim ampliar seus conhecimentos sobre os assuntos abordados do marketing ora estudados.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos Recursos Humanos nas organizações**. 3ª edição Rio de Janeiro: Elsevier 2008.

FREEMANTLE, D. **Incrível atendimento ao cliente. Tradução Elaine Kanner**. São Paulo: Makron Books, 2001.

JANAL, Daniel S. **Como fazer marketing na internet: Como anunciar, promover e vender seus produtos e serviços na internet e nos sistemas de informação online**. Rio de Janeiro: INFOBOOK, 1996.

KOTLER Philip. **Administração de Marketing**. 10. Ed. São Paulo: Afiliada, 2002.

KOTLER, P. KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. Ed. São Paulo: Pearson Hall, 2006.

KOTLER, Philip ; ARMSTRONG, Gary. **Introdução ao marketing**. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: A bíblia do marketing**. 12 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Pearson-Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: A edição do novo milênio**. 10. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise de planejamento, implementação e controle**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAS CASAS, Alexandre L. **Marketing - Conceitos, exercícios, casos**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2005.

MINDMINERES. **Como calcular ROI em marketing digital?** Disponível em: <https://mindminers.com/marketing/calcular-roi-marketing-digital>. Acesso em 04 de outubro

de 2017.

TAVARES, Mauro Calixta. **A força da marca**. São Paulo: Harbra, 1998.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Comércio Eletrônico: Conforme o Marco Civil da Internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec Editora, 2009.

VAZ, Conrado Adolpho. **Google Marketing: o guia definitivo de marketing digital**. 2 ed. São Paulo: Novatec Editora, 2008.

VIVAN, Luiz Alberto. **Publicidade Interativa e Marketing de relacionamento na internet**. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/handle/1904/17465>. Acesso em 05 de maio de 2017.

CONTABILIDADE PÚBLICA: UMA ANÁLISE DOS GASTOS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG

FERNANDA FERREIRA FIGUEIREDO¹
RAFAEL SILVA²

RESUMO

Introdução: Os gastos municipais, estão relacionados diretamente ao uso dos recursos repassados pelo Governo. Portanto, para reconhecer esses é de fundamental importância que haja conhecimento das secretarias, suas funções e quais projetos se encaixam em cada uma, para assim, dar melhores condições a realização das atividades propostas. Portanto, ao fazer a análise dessas unidades é possível analisar qual encerrou o período com mais despesas empenhadas e pagas vendo as projeções dos órgãos públicos. **Objetivo:** Estudar e analisar os setores da divisão pública e verificar qual encerrou com mais despesas empenhadas e pagas no município de Patrocínio/MG. **Material e métodos:** Tratou-se de um estudo de caso, com métodos descritivos, onde na sua elaboração foi considerado os dados dos órgãos públicos em relação a despesa e sua amostra o próprio município de Patrocínio/MG. A coleta dos dados para a pesquisa foi feita através de documentos públicos, por meio do site da Prefeitura de Patrocínio/MG. Os dados foram analisados a partir de materiais publicados que nos permitiu responder ao objetivo proposto. **Resultados:** Os setores que mais tiveram empenhos no período de 2018 foram as Secretaria Municipal de Saúde, de Educação, de Finanças, de Obras e Serviços Urbanos e a Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, expostas em ordem de maiores valores empenhados. Os setores que encerraram com mais despesas pagas foram as Secretarias Municipais de Saúde, de Educação, de Obras e Serviços Urbanos, de Finanças e a Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, também apresentado em ordem de maiores valores pagos. **Conclusão:** A prefeitura de Patrocínio/MG tem uma boa gestão, visto que através das informações, controles e demonstrativos financeiros apresentados no Portal da Transparência, nenhum setor teve gastos maiores do que os orçados.

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Gastos. Governo.

PUBLIC ACCOUNTING: AN ANALYSIS OF SPENDING IN THE CITY OF PATROCÍNIO/MG

ABSTRACT

Introduction: Municipal spending is directly related to the use of resources passed on by the government. Therefore, to recognize these fundamental factors, it is important to know which departments are their functions and which projects will be set in each one, so as to give the best conditions for carrying out the applied activities. Therefore, by doing an analysis of these units,

¹ Discente do curso de Ciências Contábeis do UNICERP. E-mail: figueiredofernanda.97@gmail.com.

² Professor do curso de Administração e Ciências Contábeis do UNICERP. Administrador, Contador. Especialista em Gestão empresarial E-mail: m.r.consultoria@hotmail.com.

it is possible to analyze the period ended with more expenses involved and paid as projections of public agencies. **Objective:** To study and analyze the sectors of the public division and to verify which one ended with the most committed and paid expenses in the municipality of Patrocínio/MG. **Material and methods:** This is a case study with descriptive methods, where its analysis was considered as data from public agencies in relation to a research and its sample in the municipality of Patrocínio/MG. Data collection for a survey was done through public documents, through the website of the Municipality of Patrocínio/MG. Data were analyzed from published materials that allowed to respond to the proposed objective. **Results:** The sectors that struggled the most in 2018 were the Municipal Secretariat of Health, Education, Finance, Urban Works and Services, and the Municipal Secretariat of Administration and Economic Development, which were exposed to requests for greater commitment. The sectors that ended up with the most expenses paid, such as Municipal Secretariats of Health, Education, Urban Works and Services, Finance and a Municipal Secretariat of Administration and Economic Development, were also launched in requests for higher paid amounts. **Conclusion:** The Municipality of Patrocínio/MG has a good management, visualized through information, controls and financial statements published in the Transparency Portal, no sector had higher expenses than budgeted.

Keywords: Public Accounting. Spending. Government.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é considerada peça fundamental dentro de uma organização, pois ela controla, organiza, estuda e avalia o patrimônio das entidades e tem como seu principal objetivo gerar informações. Logo, se torna indispensável o uso dessa ciência para obter sucesso, visto que através dos registros das ações financeiras, o administrador tem a possibilidade de averiguar o passado e presente da organização o que viabiliza tomar decisões certas em busca do seu êxito.

Com o mesmo conceito, porém com a atuação voltada as pessoas jurídicas do direito público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), a Contabilidade Pública, é exigida para todas as organizações que recebem direta ou indiretamente recursos públicos. No Brasil a Contabilidade Pública baseia-se principalmente na Lei 4.320/64, ela é responsável por instituir normas para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados e Municípios.

A Contabilidade Pública se presta a coletar, registrar e controlar os atos e fatos que afetam o patrimônio público, com destaque para os atos e fatos de natureza orçamentaria. Assim, de acordo com o art. 83 da Lei nº 4.320/64 a Contabilidade evidenciara perante a Fazenda Pública a situação de todos aqueles que, de algum modo, arrecadem receitas, efetuam despesas, administrem ou guardem bens pertencentes ou confiados a Administração Pública. (LIMA e CASTRO, 2007, p. 3 - 4).

Além disso, pode-se dizer que a Contabilidade Pública é um dos ramos da Contabilidade que intensifica o estudo sob cada conta ligada ao setor público, tendo como objetivo fornecer

informações legítimas aos administradores e cidadãos sobre os gastos presentes e projeções futuras dos órgãos públicos e se submete ao controle interno e externo, sendo o primeiro a própria administração pública e o segundo o uso dos recursos disponível para repasse e bens de uso comum.

O gasto municipal está relacionado diretamente ao uso desses recursos repassados pelo Governo. Portanto, para reconhecer esses é de fundamental importância que haja conhecimento das secretarias, suas funções e quais projetos se encaixam em cada uma, além do valor recebido para dar condições da realização das atividades propostas.

Portanto, ao fazer a análise dessas unidades é possível determinar qual vem recebido mais recursos e conseqüentemente qual vem encerrado o período com mais despesas pagas.

Visando a importância de conhecer tais dados, desenvolveu-se esta pesquisa, cuja delimitação busca levar ao cidadão a compreensão de forma simples, sobre os recursos recolhidos em forma de: impostos, taxas e contribuições e o montante repassado pelo Governo Estadual e Federal, vem fazendo efeito na própria sociedade.

A motivação para conclusão deste justifica-se por trazer ao leitor informações de como vem distribuindo os recursos diante as despesas do município sobre os gastos presentes e projeções futuras dos órgãos públicos e se submete ao controle interno e externo.

Este estudo trouxe como objetivo principal o estudo e a análise os setores do município de Patrocínio, no estado de Minas Gerais (MG). Os objetivos específicos foram: conceituar, compreender os setores públicos, sendo eles; os gastos com a Administração e Desenvolvimento Econômico, Finanças, Planejamento e Recursos Humanos, Procuradoria, Educação, Saúde, Agricultura e Pecuária, Obras e Serviços Urbanos, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte e Lazer, Segurança Pública, Trânsito e Transporte, Meio Ambiente, fazer a análise de qual setor recebeu mais recursos e qual encerrou com mais despesas pagas.

Por fim, o estudo teve como problema a seguinte questão: qual setor apresentou mais despesas, essas despesas estavam previstas no orçamento anual?

MATERIAL E MÉTODOS

Tipo de pesquisa

Para a realização desta pesquisa serão escolhidas as abordagens segundo Beuren (2004) que dentro das ciências sociais aplicadas a autora classifica os tipos de pesquisa em relação aos objetivos, aos procedimentos e quanto a abordagem do problema.

Tipo de pesquisa quanto aos objetivos

Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos objetivos a pesquisa será descritiva, pois se pretende relatar como o município de Patrocínio/MG vem alocando seus recursos e fazer uma análise de qual setor mais acarretou gastos e se este esteve dentro do orçamento anual.

Tipo de pesquisa quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos, a pesquisa a ser desenvolvida será um estudo. Gil (1999) ressalta que o elemento mais importante para identificação de um delineamento é o procedimento que será escolhido.

O estudo se deu através de um estudo de caso, pois demonstrou os dados dos órgãos públicos em relação a receita e despesa do município analisando os dados conforme fornecido no ano de 2018 pelo Portal da Transparência.

Tipo de pesquisa quanto à abordagem do problema

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa será descritiva pois se utilizará de dados financeiros do município no ano de 2018.

Richardson (1986) afirma que a abordagem quantitativa se caracteriza através de aplicação de técnicas estatísticas, sejam elas mais simples ou complexas.

Local do estudo

Esta pesquisa foi realizada no município de Patrocínio/MG. A coleta dos dados para a pesquisa foi feita através de documentos públicos, por meio do site da Prefeitura de Patrocínio/MG. Os dados foram analisados a partir de materiais publicados que nos permitiu responder ao objetivo proposto.

População e amostra

A população e amostra considerados nesse estudo foram os dados dos órgãos públicos em relação aos setores públicos (Administração e Desenvolvimento Econômico, Assessoria de Gabinetes, Finanças, Planejamento e Recursos Humanos, Procuradoria, Educação, Saúde, Agricultura e Pecuária, Obras e Serviços Urbanos, Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte e Lazer, Segurança Pública, Trânsito e Transporte, Meio Ambiente) de Patrocínio/MG.

Coleta dos dados

Kerlinger (1980) defini a coleta de dados como forma de categorizar, ordenar e sumarizar os dados. Para que se alcancem os objetivos propostos neste estudo, a coleta dos dados para a pesquisa foi feita através de documentos públicos, objeto do estudo de caso, site da Prefeitura de Patrocínio.

Análise dos resultados

Beuren (2004) infere que a análise e tratamento dos dados busca compreender melhor o discurso, aprofundar e extrair momentos importantes para a pesquisa.

Os dados colhidos receberam tratamento matemático, onde foram feitas as observações através de análise documental e os resultados foram interpretados e atribuídos a sua significação. Para ilustração das informações obtidas foram utilizadas tabelas e gráficos utilizando as ferramentas do editor de texto *Word* e da planilha eletrônica *Excel*, ambos da *Microsoft*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contabilidade

A Contabilidade que é considerada como o conjunto de informações capazes de registrar, agrupar, divulgar e compreender as ocorrências monetárias que afetam os cenários financeiros, econômicos e patrimoniais de um ente. Ela não tem um marco exato na história de onde e quando surgiu, mas a ciência contábil desde os primórdios provém da necessidade dos homens em conhecer a dimensão de seus pertences, esclarecer seus gastos e analisar como alcançar os propósitos traçados.

Pfaltzgraff, (1956), a definiu como a ciência que tem por objeto o estudo dos livros, documentos, cálculos e contas por meio dos quais se registram e classificam os atos e fatos

administrativos cujos efeitos sobre o patrimônio ela ensina a pôr em evidência, dando normas para apresentação gráfica dos mesmos.

Os primeiros registros do patrimônio encontrados eram feitos de diferentes formas, como: pedra, pedaços de madeira, placas de barro, pinturas rupestres, e outros objetos de fácil acesso da época, onde cada um fazia a representação de uma mercadoria e seu estado atual ou serviço prestado.

“Mesmo sem escrita a Contabilidade era utilizada pelo homem como um instrumento de controle do crescimento patrimonial. A utilização de pedras e fichas de barro de vários formatos representavam o controle e porque não dizer uma forma de registro contábil.

[...] cuja movimentação chamamos hoje de entrada e saída de ativos, débito e crédito e por extensão Partidas Dobradas. ” (MARTINS, Maria de Fátima Oliveira, 2001, p. 111)

Com a crise do Sistema Feudal, acontece a migração dos povos do campo para as cidades, que promoveu a expansão do Capitalismo. Nessa transformação social, o trabalho servil transitou para o assalariado, intensificou a prática comercial onde os comerciantes precisaram se adaptar da troca de produtos para o comércio que hoje conhece (produtos por dinheiro) e surgiu a relação de pagamento de impostos para os governantes.

Dessa forma, os empregadores, comerciantes e governantes necessitavam de um novo método capaz de representar em um só documento os interesses dos credores e devedores.

E assim, no renascimento, onde a arte e a ciência também passavam por um desenvolvimento significativo, o Frei Lucca Paciolo, autor do livro que expõem as Partidas Dobradas; princípio contábil do qual expõem que todo lançamento a crédito em uma conta faz com que apareça outra conta onde é registrada o mesmo valor a débito, com esse método resolvia a questão dos empregadores, comerciantes e governantes, impactava na evolução da profissão contábil e o Frei passava a ser conhecido como o pai da Contabilidade e a profissão ser membro das Ciências Sociais.

Campiglia (1966), discorre sobre a origem da contabilidade e seu significado:

A palavra contabilidade, originária do francês *contabilité* empregava-se para designar a arte de escriturar as contas revelando, pois, o aspecto meramente instrumental da disciplina. Os autores italianos a utilizavam apenas para indicar as aplicações especializadas aos diferentes setores da atividade econômica como contabilidade mercantil, bancária, agrícola, contabilidade pública. (CAMPIGLIA, 1966, p. 10).

O progresso da Contabilidade fez com que ela se tornasse indispensável na vida de todos, logo começavam a aparecer estudiosos de várias áreas, resultando em diferentes ramificações da ciência. Atualmente dentre todas as áreas da contabilidade, as que mais se destacam, são: Contabilidade Financeira, Contabilidade Fiscal, Contabilidade Comercial, Contabilidade Pública, Contabilidade Rural, Contabilidade Bancária, Contabilidade

Contabilidade Pública

Contabilidade Pública, parte da mesma premissa da Contabilidade, porem essa ramificação registra, controla e interpreta as situações econômicas, financeiras, patrimoniais e as variações dos bens de uso coletivo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além das autarquias públicas.

Para Franco (1997, p. 19) “os objetivos da contabilidade pública se findam em “fornecer informações, interpretações e orientações sobre a composição e as variações do patrimônio, para a tomada de decisões de seus administradores”.

D’Amore (1976, p. 21) diz que os objetivos da contabilidade “dizem respeito à colaboração eficiente e constante que ela presta à administração econômica, no exercício de suas funções.”.

Crepaldi (1995, p. 20), a contabilidade tem como objetivo: “controlar o patrimônio da entidade; apurar o resultado das entidades; prestar informações sobre o patrimônio, sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis.”.

Logo, pode se interpretar que o objetivo é a prestação de contas e as informações necessárias para a tomada de decisões à sociedade sobre os acontecimentos contábeis ligados à administração orçamentária, financeira, econômica e patrimonial do governo e suas variações.

No Brasil, essa ciência chegou em 1808, juntamente com a família real portuguesa. No mesmo ano, D. Fernando José de Portugal e Castro fora nomeado para presidência do Erário Régio e inaugurou o Conselho da Fazenda, que estabeleceria normas reguladoras da escrituração da contabilidade e ordenava que a escrituração fosse por partidas dobradas, por ser mais clara e com percentual de erros menores. Porem somente em 1964 foi definido em lei os procedimentos que já eram e em grande maioria continuam sendo usados, a Lei n. 4.320/64, essa instituí normas gerais de Direito Financeiro para elaborar e controlar os orçamentos e balanços públicos.

Em 4 de maio de 2000, foi sancionada a Lei complementar n. 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, onde é expressado que a divulgação das informações da execução orçamentária pública, nela deve haver extrema transparência, pois esse é o instrumento de maior importância para comprovação do uso responsável dos recursos do Estado para a sociedade.

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas

e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: (...)

II – Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público. (JUSBRASIL; Art. 48)

Ainda em determinação pela LRF, o regime contábil adotado pela contabilidade pública, é o regime misto, mesclando o regime de caixa e o regime de competência. Sendo assim a conta caixa representada pelas receitas e a de competência para despesas, uma fazendo contrapartida pela outra. Desse modo, ao fazer a análise das contas é possível extrair informações quantitativas e qualitativas sobre o patrimônio público, dando mais precisão às tomadas de decisões.

Importância e necessidades

A Contabilidade pública se faz importante e necessária para a sociedade por ser através dela que informações e controles essenciais para a tomada de decisões dos governantes seja firmada, dispondo então de uma melhor gestão dos negócios públicos e também por nela ser estabelecida normas.

Assumpção (2012), dizia o quão importante a Contabilidade Pública é, pois ela não se limita apenas às obrigações públicas, ela também busca demonstrar em seus demonstrativos a transparência dos feitos pelos governantes, assim permitindo que os cidadãos façam suas análises, podendo fazer sugestões e críticas sobre a governança no que diz respeito aos gastos públicos.

Além da importância já apresentada, a contabilização precisa ser feita de maneira transparente e legítima, pois por meio dessas será possível fazer análises e avaliações sobre o orçamento, sobre o empenho possível para pagar as despesas nos diferentes setores governamentais e também o pagamento, resultando em percentuais e comparações reais para as futuras tomadas de decisões, tanto dos governantes em prol dos cidadãos, quanto dos cidadãos para cobrar seus direitos e também para a escolha do seu melhor representante.

A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponde, necessariamente, à sua forma jurídica. (MCASP, 2017, p.26).

Assim, se torna indispensável que os dados fornecidos sejam lícitos para que quaisquer futuras análises sob as informações também tenham veracidade.

Despesas Públicas

Despesas são basicamente a saída de recursos financeiros da entidade, ou seja, os gastos que resultam ao aumento das perdas ou diminuição de algum benefício.

Araujo e Arruda (2009), definiram que despesa é o consumo de bens ou serviços que diminui o ativo ou aumenta o passivo com o objetivo de produzir uma receita, onde no final do exercício são comparadas para análise dos resultados. E ainda ressaltam que na Contabilidade Pública, se deve arrecadar para gastar e assim atender as necessidades de um povo.

Em legislações orçamentárias ou em leis especiais é definido como deve ser a execução dos serviços públicos e o uso dos recursos passados para o funcionamento das atividades e serviços prestados à população.

Silva (2009, p. 240), diz que, despesa pública é composta de “todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”.

O cumprimento desses deveres deve ser passado por orçamento e na data a ser realizada a atividade os gestores empenham os recursos financeiros destinados a determinado projeto e seu setor. A concretização desses é denominada Pagamento de Despesa Pública que pode ser representada por uma saída de recursos financeiros ou o reconhecimento de uma obrigação.

História da Cidade de Patrocínio

A história de Patrocínio está inserida na conquista do oeste brasileiro, a busca de ouro e índios promoveu a interiorização da colonização portuguesa. Os primeiros registros conhecidos sobre a cidade foram em 1668, quando Lourenço Castanho Taques começou a desbravar o território.

O desenvolvimento de Patrocínio, na época ainda chamado de arraial Nossa Senhora se deu a partir de 1800, quando foi aberto comércio para suprir as necessidades dos cidadãos que ali habitavam de forma mais ágil, e em especial um estabelecimento de troca de moedas de cobre chamada “quarentinhas” e uma nova estrada de Goiás a Ouro Preto era aberta, possibilitando a chegada de visitantes por uma via mais rápida do que a estrada real.

De acordo com o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE em 2010), a cidade possui 82.471 habitantes, sendo 75.758 habitantes da zona urbana do município e 9.713 residentes da zona rural.

Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG

Estrutura organizacional é a divisão de responsabilidades aos colaboradores de uma entidade de forma que permita com que todos realizem suas atividades e exerçam a autoridade que lhes competem.

Prevê, Moritz e Pereira (2010), conceitua estrutura organizacional como;

[...] formas de relacionamentos por meio de vias formais e informais, cuja prática e intensidade variam de acordo com o objetivo – se para produção de um bem ou serviço -, com a comunicação em seus diversos caminhos, com a forma praticada de autoridade, entre outros tantos fatores. (MORITZ E PEREIRA, 2010, p. 49)

Carreira (2009), define como a forma de representar aqueles que têm maior ou menor autoridade hierárquica em relação aos demais.

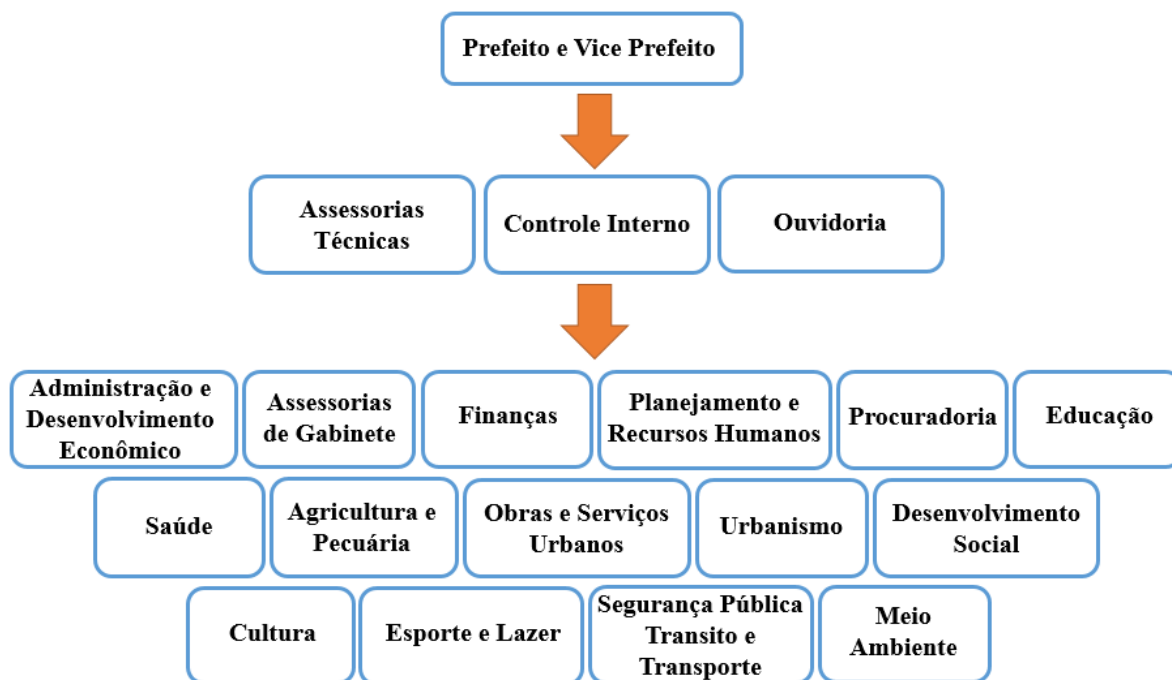
Na Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG, a estrutura organizacional é dividida de forma hierárquica, ou seja, existe superiores e suas categorias dependentes, assim oferecendo condições para planejar ações e definir projetos a serem realizados em prol dos cidadãos.

Conforme Cury (2010), afirma, o organograma é a representação gráfica e abreviada da estrutura da organização. Esse é composto por órgãos, os quais são compostos por cargos que são preenchidos por pessoas que possuem perfil profissional e psicológico adequados aos papéis que representarão.

É possível dizer que a administração municipal é dirigida pelo Prefeito e em sua falta o Vice-Prefeito assume comandando, supervisionando e coordenando os serviços de interesse da cidade, auxiliado pelos Secretários Municipais, Coordenadores ou Diretores de Departamento conforme vista na estruturação do organograma.

Por meio dessas informações será demonstrado por um organograma funcional, representando a estrutura organizacional existente na Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG e em seguida discriminado a função de cada setor e seus respectivos projetos que ajudam exercer suas atividades.

Figura 1 – Estrutura Organizacional Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG



Fonte: Figura inspirada e composta por dados do organograma existente no site Prefeitura de Patrocínio.

Os órgãos que compõem a Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG podem ser divididos em órgãos meio; que oferecem às Secretarias condições para suas operações, além de planejar, instrumentar e definir as ações a serem realizadas e órgãos considerados “fim”; que executam as ações propriamente ditas.

Os órgãos meio existentes e seus respectivos projetos que custeiam suas atividades serão expostos na **Tabela 1** a seguir:

ORGÃOS MEIO	
UNIDADE	FUNÇÃO/PROJETOS
Assessorias de Gabinete	Compete basicamente a coordenação das relações internas entre as diversas unidades da Administração e a coordenação e execução das relações com a comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Governo Participativo
Secretaria Municipal de Adm. e Desenvolvimento Econômico	Compete o planejamento administrativo, envolvendo organização, sistemas e métodos, bem como o gerenciamento das informações municipais; <ul style="list-style-type: none"> • Governo Participativo
Secretaria Municipal de Finanças	Compete toda a política e administração tributárias do município, bem como sua política econômico-financeira, as licitações e materiais públicos é atribuição da Secretaria de Finanças receber e gerenciar todos os recursos municipais e o pagamento das dívidas eventualmente contraídas. <ul style="list-style-type: none"> • Governo Participativo • Reserva de Contingência

Secretaria Municipal do Planejamento e Recursos Humanos	<p>Compete o planejamento municipal, nos seus aspectos econômicos, sociais e urbanísticos bem como a coordenação e o controle do desenvolvimento municipal. Para isso, dentre outras finalidades, elabora as propostas do Plano Plurianual de Investimentos, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual e procede a estudos e ações para elaboração, avaliação e revisão periódica do Programa de Metas do Município, ajustando-o ao desenvolvimento da Cidade e garantindo sua compatibilidade com o Plano Diretor Estratégico, com o Plano Plurianual e com as Leis Orçamentárias Anuais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governo Participativo
Procuradoria	<p>Compete a orientação jurídica do município, a representação judicial e extrajudicial da Fazenda pública ou da Administração direta municipal e a orientação normativa, no campo jurídico, da Administração indireta municipal;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governo Participativo

Fonte: ZMITROWICZ, W., BISCARO, C., MARINS, K.R.C.C., 2003, p.15

E os órgãos “fim” existentes e seus respectivos projetos que custeiam suas atividades serão expostos na **Tabela 2** a seguir:

ORGÃOS FIM	
UNIDADE	FUNÇÃO/PROJETO
Secretaria Municipal de Educação	<p>Compete a administração e a execução dos programas de educação e assistência escolar da Administração Municipal;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educar para desenvolver • Previdência Social
Secretaria Municipal de Saúde	<p>Compete a administração e prestação de serviços de saúde à população em geral e a execução de programas de prevenção;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações e Serviços de Saúde – Custeio • Ações e Serviços de Saúde – Investimento • Atenção de Média e Alta complexidade ambulatorial e hospitalar • Vigilância em Saúde
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	<p>Compete dispor, no plano municipal, sobre a política agropecuária e de abastecimento. Promove apoio às atividades rurais, bem como assistência técnica a pequenos e médios produtores rurais realizando pesquisa e experimentação agropecuária e irrigação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais desenvolvimento rural
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	<p>Compete administração dos serviços públicos urbanos municipais, tais como os de limpeza pública, de ajardinamento, de coleta de lixo, fiscalização de todas as obras do município, o controle do uso e ocupação do solo e dos projetos de obras de iniciativa particular na área municipal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nossa cidade melhor • Mais desenvolvimento rural
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	<p>Compete à secretaria atuar na criação, implantação e execução dos serviços, projetos, programas e benefícios vinculados a Política da Assistência Social. Visa o desenvolvimento inclusivo, justo e igualitário, assegurando o respeito às diferenças e o acesso aos serviços básicos oferecidos pelas políticas públicas municipais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governo Participativo, • Para cuidar da gente, • Mais segurança e cidadania
Secretaria Municipal	Compete o desenvolvimento e execução dos programas de preservação do

de Cultura	acervo documentário e de difusão cultural; <ul style="list-style-type: none"> • Mais cultura, esporte e lazer
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Compete planejar, coordenar e executar as políticas municipais de recreação, desporto e lazer, bem como a coordenação e promoção de espetáculos públicos, datas comemorativas e homenagens cívicas <ul style="list-style-type: none"> • Mais cultura, esporte e lazer
Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transito e Transporte	Compete estabelecer as políticas, diretrizes e programas de segurança pública no município, bem como executar as políticas públicas, a execução da programação da engenharia de tráfego e do transporte municipal, bem como o gerenciamento e a manutenção da frota de veículos pertencente ao município, tais como os carros oficiais, carros fúnebres, ambulâncias, tratores e caminhões; <ul style="list-style-type: none"> • Mais Segurança e Cidadania.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Compete a coordenação e a implantação da política de meio ambiente do município, observando a manutenção e a promoção do equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental. <ul style="list-style-type: none"> • Mais desenvolvimento com sustentabilidade • Nossa cidade melhor

Fonte: ZMITROWICZ, W., BISCARO, C., MARINS, K.R.C.C., 2003, p.15

Pode-se notar que os órgãos que compõem a Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG podem ser bem divididos em órgãos meio; que oferecem às Secretarias boas condições de trabalho.

Gestão Financeira Municipal

A gestão financeira incide sobre alocação do orçamento, previsão, execução orçamentária, contabilidade, relatórios financeiros e gestão da dívida e do investimento.

A melhoria da gestão financeira pública vem quando o cidadão exige conhecer as melhorias prestadas pelas instituições públicas para a sociedade ou que os investimentos realizados sejam de acordo com as necessidades de uma região, pois o cidadão bem informado, que compreende as demonstrações publicadas, não irá pactuar ou ser favorável à execução de obras de cunho eleitoreiro.

Para Lima (2007), o processo orçamentário é um procedimento de preparação que normalmente demonstra gastos e demandas prioritárias, bem como as condições quantitativas em que serão alocados os recursos financeiros da empresa, desenhando um cenário de construção de metas a serem alcançadas pelas equipes.

Welsch (1973), descreve orçamento como, plano administrativo que engloba as etapas das operações em um período futuro determinado, ou seja, é a expressão formal das políticas, planos, objetivos e metas formadas pela alta administração para a empresa como um todo, bem como para cada uma de suas subdivisões.

Desta forma o Orçamento Público é o método que o Estado adotou para demonstrar seus planos e programas de trabalho para o período proposto. Dando ao cidadão informações sobre como será empregado o dinheiro arrecadado e deixando organizado e cronometrado as metas do período.

Em Patrocínio, desde os anos 80, é aplicado a modernização da gestão. Em 2009, foi implantado o Orçamento Participativo, onde há participação da população em diversas assembleias para decisões tanto rurais quanto urbanas, dando ao governo condições de programar melhor a aplicação dos recursos públicos em cima das necessidades de cada região segundo os relatos da população.

Portanto, o uso do Sistema de Planejamento; que nada mais é que o conhecimento de seu orçamento que leva ao planejamento da alocação de recursos é usado pelos administradores do Estado. O Sistema de Planejamento é composto pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Conforme Manhani (2004) o Plano Plurianual (PPA) é uma lei que estabelece as diretrizes, metas e objetivos da Administração Pública para as despesas de capital, que são os investimentos, e outras delas decorrentes, bem como aos programas de duração continuada; a ele deverão ser compatíveis a LOA que fixa o planejamento de curto prazo estabelecido pela administração pública e a LDO que estabelece ligação entre os dois mecanismos de orçamento, dando mais possibilidade de atingir a meta traçada. É obrigatório pelo art. 165, I, e § 1º da Constituição.

[...]§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL; Art. 165).

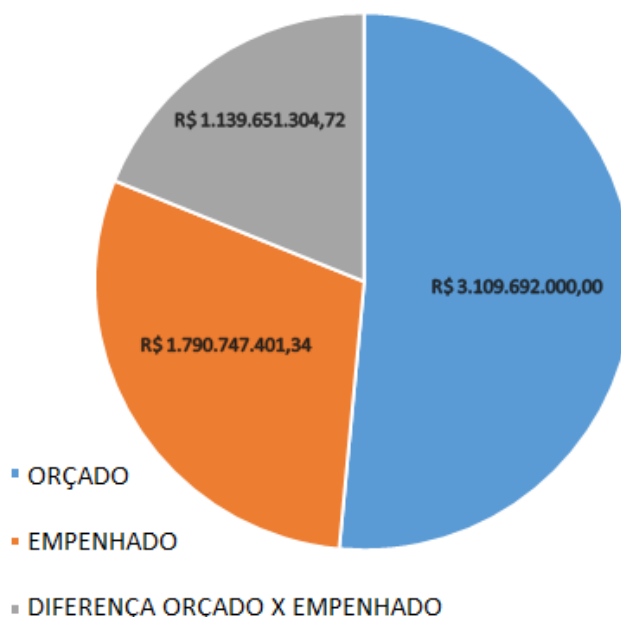
Isto posto, os dados a serem analisados para resolução da problemática desse trabalho foram extraídos dos portais disponibilizados do Portal da Transparência da Cidade de Patrocínio, sendo os valores monetários orçados a serem empregados no ano de 2018 na área de estudo deste trabalho.

Resultados da pesquisa

Ao analisar os setores da divisão pública foi possível verificar os recursos orçados, empenhados e fazer um comparativo entre o orçado com o empenhado.

No gráfico a seguir, esta apresentada os valores totais **orçados, empenhados e a diferença entre os dois.**

Gráfico 1 – Relação Balancete de Despesas Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG de 2018



Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores
 Pode-se observar que foi orçado para os gastos do ano de 2018 R\$3.109.692.000,00 e empenhado um total de R\$1.790.747.401,34, tendo um percentual de 58% empenhado.

Para chegar a esse total demonstrado no gráfico, foi preciso explorar todas as unidades, concluindo que os recursos orçados, empenhados e seus comparativos- diferença entre os dois foram de:

ASSESSORIA DE GABINETE	RS 32.083.200,00	RS 15.609.680,68	RS 16.473.519,32
Governo participativo	R\$ 32.083.200,00	R\$ 15.609.680,68	RS 16.473.519,32

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Assessoria de Gabinete houve um orçamento de R\$32.083.200,00 e um empenho de R\$15.609.680,68 tendo um percentual de 49% empenhado.

SEC. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLV. ECONÔMICO	RS 176.040.000,00	RS 85.953.361,99	RS 90.086.638,01
Governo participativo	R\$ 161.583.600,00	R\$ 84.847.424,97	RS 76.736.175,03
Mais emprego e renda, menos desigualdade	R\$ 14.456.400,00	R\$ 1.105.937,02	RS 13.350.462,98

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico houve um orçamento de R\$176.040.000,00 e um empenho de R\$85.953.361,99 tendo um percentual de 49% empenhado.

SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 415.263.840,00	R\$ 216.767.339,22	R\$ 198.496.500,78
Governo participativo	R\$ 403.263.840,00	R\$ 216.767.339,22	R\$ 186.496.500,78
Reserva de Contingência	R\$ 12.000.000,00	R\$ -	R\$ 12.000.000,00

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Finanças houve um orçamento de R\$415.263.840,00 e um empenho de R\$216.767.339,22 tendo um percentual de 52% empenhado.

SEC. MUNIC. PLANEJ. E RH	R\$ 11.388.000,00	R\$ 5.606.291,11	R\$ 5.781.708,89
Governo participativo	R\$ 11.388.000,00	R\$ 5.606.291,11	R\$ 5.781.708,89

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Planejamento e Recursos Humanos houve um orçamento de R\$11.388.000,00 e um empenho de R\$5.606.291,11 tendo um percentual de 49% empenhado.

PROCURADORIA	R\$ 35.968.800,00	R\$ 23.549.500,66	R\$ 12.419.299,34
Governo participativo	R\$ 35.968.800,00	R\$ 23.549.500,66	R\$ 12.419.299,34

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Procuradoria houve um orçamento de R\$35.968.800,00 e um empenho de R\$23.549.500,66 tendo um percentual de 65% empenhado.

SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$ 732.228.000,00	R\$ 350.706.294,24	R\$ 381.521.705,76
Educar para desenvolver	R\$ 711.126.000,00	R\$ 343.122.059,31	R\$ 368.003.940,69
Previdência Social	R\$ 21.102.000,00	R\$ 7.584.234,93	R\$ 13.517.765,07

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal da Educação houve um orçamento de R\$732.228.000,00 e um empenho de R\$350.706.294,24 tendo um percentual de 48% empenhado.

SEC. MUNIC. DE SAÚDE	R\$ 1.024.534.560,00	R\$ 713.205.076,79	R\$ 311.329.483,21
Ações e Serviços de Saúde - CUST.	R\$ 269.954.120,00	R\$ 171.329.607,01	R\$ 98.624.512,99
Ações e Serviços de Saúde - INVEST.	R\$ 11.675.800,00	R\$ 3.601.060,12	R\$ 8.074.739,88
Atenção Média e de Alta Complexidade Amb. e Hospitalar	R\$ 686.844.960,00	R\$ 497.558.009,32	R\$ 189.286.950,68
Assistência Farmaceutica	R\$ 27.624.000,00	R\$ 28.533.756,73	-R\$ 909.756,73
Vigilância em Saúde	R\$ 28.435.680,00	R\$ 12.182.643,61	R\$ 16.253.036,39

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Saúde houve um orçamento de R\$1.024.534.560,00 e um empenho de R\$713.205.076,79 tendo um percentual de 70% empenhado.

SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	R\$ 21.600.000,00	R\$ 14.077.109,04	R\$ 7.522.890,96
Mais desenvolvimento rural	R\$ 21.600.000,00	R\$ 14.077.109,04	R\$ 7.522.890,96

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária houve um orçamento de R\$21.600.000,00 e um empenho de R\$14.077.109,04 tendo um percentual de 65% empenhado.

SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$ 404.340.000,00	R\$ 215.954.754,55	R\$ 188.385.245,45
Nossa cidade melhor	R\$ 340.200.000,00	R\$ 192.888.513,18	R\$ 147.311.486,82
Mais desenvolvimento rural	R\$ 64.140.000,00	R\$ 23.066.241,37	R\$ 41.073.758,63

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos houve um orçamento de R\$404.340.000,00 e um empenho de R\$215.954.754,55 tendo um percentual de 53% empenhado.

SEC. MUNIC. DE URBANISMO	R\$ 18.732.000,00	R\$ 9.449.942,70	R\$ 9.282.057,30
Nossa cidade melhor	R\$ 18.732.000,00	R\$ 9.449.942,70	R\$ 9.282.057,30

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

SEC. MUNIC. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 120.504.000,00	R\$ 58.191.840,13	R\$ 62.312.159,87
Governo participativo	R\$ 31.896.000,00	R\$ 17.027.385,62	R\$ 14.868.614,38
Para cuidar da gente	R\$ 77.928.000,00	R\$ 34.630.078,94	R\$ 43.297.921,06
Mais Segurança e Cidadania	R\$ 10.680.000,00	R\$ 6.534.375,57	R\$ 4.145.624,43

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Urbanismo houve um orçamento de R\$18.732.000,00 e um empenho de R\$9.449.942,70 tendo um percentual de 50% empenhado.

Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social houve um orçamento de R\$120.504,00 e um empenho de R\$58.191.840,13 tendo um percentual de 48% empenhado.

SEC. MUNIC. DE CULTURA	R\$ 30.726.000,00	R\$ 27.114.906,79	R\$ 3.611.093,21
Mais cultura, esporte e lazer	R\$ 30.726.000,00	R\$ 27.114.906,79	R\$ 3.611.093,21

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Cultura houve um orçamento de R\$30.726.000,00 e um empenho de R\$27.114.906,79 tendo um percentual de 88% empenhado.

SEC. MUNIC. DE ESPORTE E LAZER	R\$ 29.247.600,00	R\$ 19.762.834,23	R\$ 9.484.765,77
Mais cultura, esporte e lazer	R\$ 29.247.600,00	R\$ 19.762.834,23	R\$ 9.484.765,77

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer houve um orçamento de R\$29.247.600,00 e um empenho de R\$19.762.834,23 tendo um percentual de 68% empenhado.

SEC. MUNIC. DE SEG. PÚBLICA, TRÂNSITO E TRANSPORTE	R\$ 40.548.000,00	R\$ 24.774.038,00	R\$ 15.773.962,00
Mais Segurança e Cidadania	R\$ 40.548.000,00	R\$ 24.774.038,00	R\$ 15.773.962,00

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte houve um orçamento de R\$40.548.000,00 e um empenho de R\$24.774.038,00 tendo um percentual de 61% empenhado.

SEC. MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	R\$ 16.488.000,00	R\$ 10.024.431,21	R\$ 6.463.568,79
Mais desenvolvimento com sustentabilidade	R\$ 16.340.000,00	R\$ 10.024.431,21	R\$ 6.315.568,79
Nossa cidade melhor	R\$ 148.000,00	R\$ -	R\$ 148.000,00

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Na Secretaria Municipal de Meio Ambiente houve um orçamento de R\$16.488.000,00 e um empenho de R\$10.024.431,21 tendo um percentual de 61% empenhado no período.

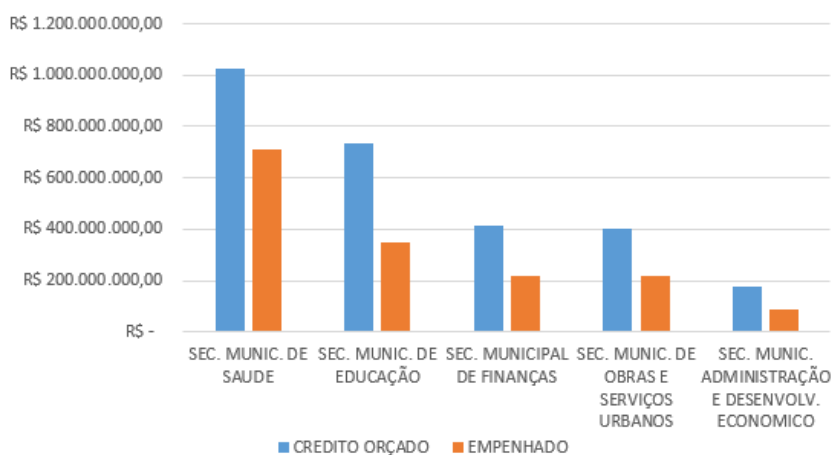
Portanto, os cinco setores que mais tiveram empenhos no período de 2018, conforme os balancetes de janeiro a dezembro disponíveis no Portal da Transparência de Patrocínio, foram:

UNIDADE E PROJETOS	CRED ORÇADO	EMPENHADO	COMPARATIVO ORÇADO X EMPENHADO		
			DIFERENÇA	%	MAIOR EMPENHO
SEC. MUNIC. DE SAUDE	R\$ 1.024.534.560,00	R\$ 713.205.076,79	R\$ 311.329.483,21	70%	R\$ 713.205.076,79
SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$ 732.228.000,00	R\$ 350.706.294,24	R\$ 381.521.705,76	48%	R\$ 350.706.294,24
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 415.263.840,00	R\$ 216.767.339,22	R\$ 198.496.500,78	52%	R\$ 216.767.339,22
SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$ 404.340.000,00	R\$ 215.954.754,55	R\$ 188.385.245,45	53%	R\$ 215.954.754,55
SEC. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLV. ECONOMICO	R\$ 176.040.000,00	R\$ 85.953.361,99	R\$ 90.086.638,01	49%	R\$ 85.953.361,99

Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Esses empenhos foram definidos com base no orçamento de 2018 do Município de Patrocínio/MG. O empenho é a fase em que os secretários, coordenadores ou diretores dos departamentos garantem ao credor que há recursos orçamentários para pagar as despesas das aquisições de bens adquiridos e serviços contratados no período.

Gráfico 2 – Comparativo de Despesas orçadas e empenhadas a serem pagas no Município de Patrocínio/MG de 2018



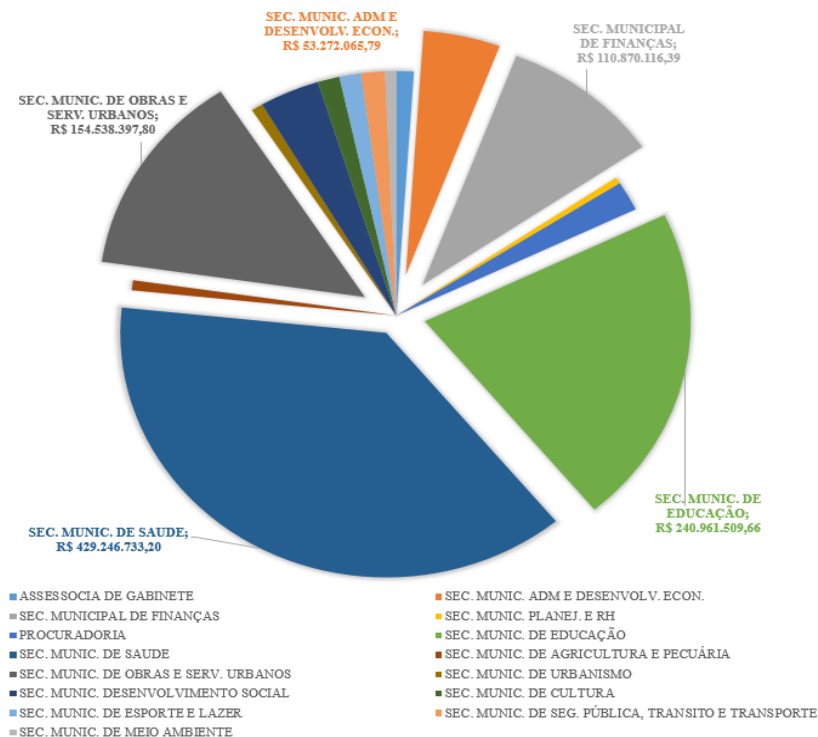
Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores
No exercício de 2018 o município de Patrocínio encerrou com mais despesas pagas nos seguintes setores e com os seguintes valores:

SETORES PÚBLICO COM MAIS DESPESAS PAGAS	VALORES
SEC. MUNIC. DE SAUDE	R\$ 429.246.733,20
SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$ 240.961.509,66
SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERV. URBANOS	R\$ 154.538.397,80
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 110.870.116,39
SEC. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLV. ECONÔMICO	R\$ 53.272.065,79

As secretarias acima foram as que finalizaram com o maior valor de despesas pagas. Despesas das quais foram orçadas, empenhadas e liquidadas com objetivo de dar maior qualidade de vida aos cidadãos da cidade de Patrocínio/MG.

A seguir está representado graficamente todos os setores e em evidência os setores que encerraram o exercício de 2018 com mais despesas pagas.

Gráfico 3 – Setores com mais despesas pagas no Município de Patrocínio/MG de 2018



Fonte: Portal da Transparência – Patrocínio/MG, Balancete de Despesas (2018), adaptado pelos autores

Análise dos resultados

Os setores que mais tiveram empenhos no período de 2018 foram: O primeiro setor foi a Secretaria Municipal da Saúde com orçamento de R\$1.024.534.560,00, empenho de R\$713.205.076,79, onde 70% de suas dívidas foram empenhadas a serem pagas e restando para empenhar R\$311.329.483,21 no próximo período. O segundo setor com um bom valor empenhado foi a Secretaria de Educação com orçamento de R\$732.228,00, empenho de R\$350.706.294,24, portanto, 48% de suas dívidas foram empenhadas a serem pagas e R\$381.521.705,76 ficaram para empenhar no próximo período. O terceiro setor foi a Secretaria Municipal de Finanças que foi orçado a pagar R\$415.263.840,00 e teve o empenho de R\$216.767.339,22, isto é, 52% de suas dívidas foram empenhadas a serem pagas e R\$198.496.500,78 ficaram para empenhar no próximo período. O quarto setor, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, orçou o valor de R\$404.340.000,00 e empenhou R\$215.954.754,55 tendo um percentual de 53% de suas dívidas empenhada e R\$ R\$188.385.245,45 para empenhar no próximo período. O quinto setor foi a Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico com o orçamento de R\$176.040.000,00, empenho de R\$85.953.361,99, onde 49% de suas dívidas foram empenhadas e R\$90.086.638,01 restaram para ser empenhadas no próximo período.

Os setores que encerraram 2018 com maior valor de despesas pagas foram: A Secretaria

Municipal de Saúde, em primeiro lugar, pagando o valor de R\$429.246.733,20 de suas despesas. Em segundo lugar a Secretaria de Educação, pagando R\$240.961.509,66 de suas despesas. Em terceiro lugar a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pagando R\$154.538.397,80 de suas despesas. A Secretaria Municipal de Finanças, em quarto lugar, pagando o valor de R\$110.870.116,39 de suas despesas. E em quinto lugar a Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, pagando R\$53.272.065,79 de suas despesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi alcançado, pois foi possível verificar qual setor apresentou mais despesas e comparar se essas despesas estavam previstas no orçamento anual.

Pôde-se compreender a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG, sendo ela dividida de forma hierárquica, para assim oferecer condições para planejar ações e definir projetos a serem realizados em prol dos cidadãos. No alto da hierarquia consta o Prefeito e Vice-Prefeito, responsáveis por comandar, supervisionar e coordenar os serviços de interesse da cidade, em seguida contém os secretários, coordenadores ou diretores dos departamentos para auxiliá-los.

As unidades que compõem a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Patrocínio/MG e seus respectivos projetos, são: Assessoria de Gabinete, com o projeto Governo Participativo, a Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, com o projeto Governo Participativo, Secretaria Municipal de Finanças, com os projetos Governo Participativo e Reserva de Contingência, Secretaria Municipal de Planejamento e Recursos Humanos, com o projeto Governo Participativo, Procuradoria com o projeto Governo Participativo, Secretaria Municipal de Educação, com os projetos Educar para desenvolver e Previdência Social, Secretaria Municipal de Saúde, com os projetos Ações e Serviços de Saúde – Custeio, Ações e Serviços de Saúde – Investimento, Atenção de Média e Alta complexidade ambulatorial e hospitalar e o de Vigilância em Saúde, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, com o projeto Mais desenvolvimento rural, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com os projetos, Nossa cidade melhor e Mais desenvolvimento rural, Secretaria Municipal de Urbanismo, com o projeto Nossa cidade melhor, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com os projetos Governo Participativo, Para cuidar da gente e Mais segurança e cidadania, a Secretaria Municipal de Cultura, com o projeto Mais cultura, esporte e lazer, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com o projeto Mais cultura, esporte e lazer, a

Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transporte, com o projeto Mais segurança e cidadania, e Secretaria Municipal de Meio Ambiente com os projetos Mais desenvolvimento com sustentabilidade e Nossa cidade melhor. De acordo com a pesquisa a unidade recebeu mais recursos foi a Secretaria Municipal de Saúde a qual também encerrou com mais despesas pagas.

Concluiu-se que a prefeitura de Patrocínio/MG tem uma boa gestão, visto que através das informações, controles e demonstrativos financeiros apresentados no Portal da Transparência, nenhum setor teve gastos maiores do que os orçados. As despesas das quais foram orçadas, empenhadas e liquidadas foram com o objetivo de dar maior qualidade de vida aos cidadãos da cidade de Patrocínio/MG.

Este trabalho não é conclusivo, uma vez que foi analisado dados de apenas um determinado período, sendo indicado para os pesquisadores da área, para estudantes de Ciências Contábeis, empresários, entre outros que por ventura venha fazer pesquisa nesta área da Contabilidade Pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2 ed. rev. E atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSUMPCÃO, Marcio José. **Contabilidade Pública**, Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. 160p.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional**. – 7. ed. – Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2017.

BRASIL. Lei complementar 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 de maio de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 25 mai.2019

BEUREN, I. M. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In. BEUREN, I. M. (Org.); COLAUTO, R. D.; LONGARAY, A.A.; PORTON, R.A.B.; RAUPP, F. M.; SOUZA, M.A.B. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. **Contabilidade básica**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: 1966. 432 p.

CARREIRA, Dorival. **Organização, sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de Contabilidade.** São Paulo: Ed. Atlas, 1995. 362 p.

CURY, Antonio. **Organização e métodos: Uma visão holística.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

D'AMORE, Domingos; CASTRO, Aducto de Souza. **Contabilidade geral.** São Paulo: Brasiliense, 1976, 334p.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997, 407 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDIKSEN, Eldon S., e VAN BRENDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

KERLINGER, Fred N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento conceitual. Tradução: Helena Mendes Rotundo; revisão técnica José Roberto Malufe. São Paulo: Epu; Edusp; [Brasília]: Inep, 1980.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração.** São Paulo: Saraiva, 2004. _____. **Dicionário de Negócios: mais de 6.000 termos em inglês e português.** São Paulo: Saraiva, 2009.

LIMA D.V.; CASTRO, R.G. **Contabilidade Pública,** 3.ed. São Paulo, Atlas,2007.

LIMA, M. S.; JORGE, J. L. **Planejamento orçamentário como fator de diferencial competitivo nas organizações: um estudo realizado em uma indústria do segmento eletroeletrônico.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

MANHANI, D. A. **Restos a pagar na Lei de Responsabilidade Fiscal.** Jus Navigandi. Teresina, ano 9, n. 542, 31 dez. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6145>>. Acesso em 25 de maio de 2019.

MARTINS, Maria de Fátima Oliveira. **Um Passeio na Contabilidade, da Pré- História ao Novo Milênio.** Adcontar, Belém, v. 2, nº 1, 2001, p.115

MINISTERIO DA FAZENDA (2011). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** In: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público para o exercício de 2017.7. ed.Brasília: [s.n.] . Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967b0acd3923f6d>>. Acesso em:25 mai. 2019

PFALTZGRAFF, Rogério. **Aspectos científicos da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Livraria Tupã, 1956. 240 p.

PATROCÍNIO. **Prefeitura Municipal de Patrocínio**. História do município. 2017. Disponível em: <<https://portal.patrocínio.mg.gov.br/pm/index.php/município/historia>> _____ . Portal da Transparência: Informação Financeiras – Balancete das Despesas. 2018. Disponível em:<<http://201.16.156.251:8085/Form/BalanceteDepesa>>

PRÉVE, Altamiro Damian; MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Administração Pública: Organização, processos e tomada de decisões**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFFS, 2010. 186 p.
RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

STONIER, Alfred W.; HAGUE, Douglas C. **Teoria econômica**. Tradução de Cassio Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WELSCH, G. A. **Orçamento Empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 1973/1983.

ZMITROWICZ, W., BISCARO, C., MARINS, K.R.C.C. **A Organização administrativa do município e o orçamento municipal**. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. São Paulo, 2003.

COMUNICAÇÃO INTERNA: A SAÚDE DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

DELBA DE DEUS DA SILVA¹
FÁTIMA YUKARI AKIYOSHI FRANÇA²

RESUMO

Introdução: O presente trabalho, visa apresentar a temática da comunicação dentro das organizações e suas formas de trabalhar, suas estratégias organizacionais para obter conhecimentos sobre as melhorias e diminuir as falhas no setor interno, para que assim, alcance o sucesso almejado. **Objetivo:** O objetivo desta pesquisa foi apresentar a importância da comunicação de uma empresa e sua funcionalidade, partindo-se das estratégias programadas pela equipe responsável por essa atribuição. **Materiais e métodos:** O trabalho foi pautado por meio de uma pesquisa básica, explicativa, qualitativa e bibliográfica. Foram realizados estudos em livros, artigos em *sites* considerados confiáveis tecnicamente. **Resultados:** Foram realizados estudos pensando na questão da atualidade, em meio às tecnologias e novas formas de realizar trabalhos corporativos que tenham uma maior atenção na questão da comunicação de uma empresa, pois, observou-se que é necessário buscar cada vez mais o envolvimento de todos que fazem parte da organização, não somente para melhorar o ambiente de trabalho, mas obter o sucesso dos negócios. **Conclusão:** Conclui-se que a interação entre as pessoas está sendo modificada ao longo dos anos, mas é necessário que se pense em organizações preocupadas em melhorar a comunicação dentro da empresa de forma a contribuir para o bem estar dos envolvidos. É preciso que haja engajamento por parte de todos, pois o alinhamento das idéias devem acontecer perante os valores e cultura empresarial, pois assim, os resultados poderão ser satisfatórios e a corporação, de modo geral, poderá sentir-se fortalecida.

Palavras-chave: Comunicação. Estratégias de Comunicação. Cultura Empresarial.

INTERNAL COMMUNICATION: THE HEALTH OF THE ORGANIZATIONAL SPHERES

ABSTRACT

Introduction: This paper aims to present the theme of communication within organizations and their ways of working, their organizational strategies to gain knowledge about improvements and reduce failures in the internal sector, so as to achieve the desired success. **Objective:** The objective of this research was to present the importance of a company's communication and its functionality, starting from the strategies programmed by the team responsible for this assignment. **Materials and methods:** The work was based on a basic, explanatory, qualitative and bibliographical research. Studies were conducted on books, articles

¹ Graduanda em Administração pelo UNICERP.

² Professora do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio-UNICERP-, Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU.

on sites considered technically reliable. **Results:** Studies were conducted thinking about the current issue, in the midst of technologies and new ways of doing corporate work that have a greater attention on the issue of communication of a company, because it was observed that it is necessary to increasingly seek the involvement of all who are part of the organization, not only to improve the work environment, but to achieve business success. **Conclusion:** It is concluded that the interaction between people is being modified over the years, but it is necessary to think about organizations concerned with improving communication within the company in order to contribute to the well-being of those involved. There needs to be engagement on the part of everyone, as the alignment of ideas must take place against corporate values and culture, so that the results can be satisfactory and the corporation in general may feel strengthened.

Keywords: Communication. Communication Strategies. Business Culture.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, as empresas têm se preocupado em oferecer qualidade aos seus clientes, e para isso, muitas estratégias e estudos têm sido realizados. Mas, o que se tem observado é que a maior dificuldade que as empresas têm se deparado está ligada à falta de comunicação dentro das organizações. Alguns administradores ainda estão deixando passar a falha na comunicação dentro da mesma e a falta de engajamento entre líderes e seus colaboradores estão fazendo com que o sucesso não seja alcançado como desejam.

Para esta questão, o presente estudo realizou pesquisas em livros, artigos digitais e periódicos para obter conhecimentos no assunto, no que diz respeito sobre o sucesso e as consequências de uma falha na comunicação interna de uma empresa. É necessário aclarar sobre esses conceitos que têm sido trabalhados nas empresas para minimizar tais problemas, pois, observou-se que quando há falhas na comunicação interna a imagem da empresa em sua totalidade é afetada.

Quando existe um envolvimento grande, organizado e eficaz sobre a comunicação interna, obtêm-se a base da ferramenta que pode ser a chave estratégica da empresa, a falta de clareza e transparência na organização pode gerar desalinhamento no entendimento a respeito das metas que a empresa deseja atingir.

O empreendedor ou empresa engajada, que está em busca de resoluções para obter qualidade em sua corporação, antes de buscar os seus clientes ele está preocupado em melhorar a funcionabilidade interna da empresa e, assim, a captação dos clientes acaba sendo focado com mais segurança.

Pensando nesta problemática o presente artigo iniciou-se com um breve discorrer sobre

o histórico da comunicação, da forma como se desenvolveu durante a história da humanidade, pois, subentende-se que a comunicação foi e sempre será tratada como uma das ferramentas para a sobrevivência, para que com ela sejam realizadas negociações e, conseqüentemente, obtenham-se resultados de sua subsistência.

Em seguida, salientou-se sobre a questão da comunicação dentro das empresas, pois, é necessário que estas tenham estratégias internas, muitas vezes organizadas pelo setor do *marketing*, para que haja engajamento e uniformidade entre todos os envolvidos em uma corporação. Para isso, é pertinente que haja definições entre líderes e sua equipe em busca de resoluções assertivas para oferecer aos seus clientes e, assim, realizar bons negócios.

Por fim, antes da conclusão do trabalho, analisou-se que não basta somente ter a comunicação interna fixada, pois, é necessário compreender que os colaboradores e toda equipe corporativa trabalhe com os mesmos seguimentos, que sigam a mesma cultura e tenham os mesmos padrões comportamentais da empresa. Assim, alimentar o êxito da organização será realizado com prazer, portanto, espera-se que todos trabalhem engajados na mesma filosofia com competência para lidar com os obstáculos.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo está embasado em pesquisa explicativa, qualitativa, básica e bibliográfica, onde se apresentam as necessidades da empresa em obter funcionários motivados, por meio de projetos e cuidados eficazes, organizados e pensados por profissionais capazes de amenizar tais problemas e, assim, conquistar o sucesso almejado.

O corpo do trabalho está fundamentado na revisão da literatura baseada em livros, revistas digitais, *sites* e artigos de autores da área. Foram utilizadas as obras de Fernandes (2017) e Pasold (1989) e (2002) para embasamento teórico do tema proposto. A utilização de tais pesquisas é a base dos espaços para aprofundamento do tema, para que se possa analisar as formas de realização das comunicações de uma empresa, partindo-se das estratégias programadas pela equipe responsável por este setor, para obter resultados satisfatórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunicação e o seu histórico

É necessário que se faça uma breve análise sobre a história das organizações, desde sua antiguidade, pois, a princípio, era vista sem foco, a palavra certa (precária), porém, nesse tempo

os empresários já estavam em busca de novos rumos para as organizações como uma ferramenta estratégica, visto que era necessário traçar novos objetivos no meio na comunicação.

Dentro da história da humanidade, podemos pensar cronologicamente, por conseguinte, que a escrita veio em primeiro lugar, de acordo com cada cultura e nação e, assim, foram criando suas formas particulares. Logo, surge a fala, a partir daí, houve então a capacitação da humanidade, em consequência de sua subsistência, surgiu a conversão e a negociação, nas quais, as atividades humanas puderam alavancar.

Pasold (1989), diz que “Processo comunicativo é a situação na qual, duas ou mais pessoas estão trocando ideias, utilizando uma ou mais formas de comunicação e exercendo uma ou mais funções ou papéis comunicativos”. O ser humano sempre teve necessidade de negociar para sua própria sobrevivência, por isso observa-se que a comunicação é uma atividade constante do ser humano, que com o passar dos tempos, modificou-se de acordo com as tecnologias que vieram para inovar cada época da história, pois a comunicação também é e sempre foi, um elemento social, na qual faz parte da história da humanidade.

Na opinião de Ávila (2012), a comunicação é um “processo de Inter-relação entre emissor e um receptor com o objetivo de aumentar conhecimentos do receptor.” Ou seja, subentende-se que a comunicação sempre foi a troca de informações, explícitas ou implícitas, que gera interação entre duas ou mais pessoas.

Ainda, de acordo com Ávila (2012), podemos observar que de certa forma, que no convívio das pessoas dentro das organizações, a comunicação e o relacionamento tem melhorado, porém, sempre se há trabalhado com novas estratégias, no que diz respeito à comunicação, para que dê bons resultados, já que as empresas, geralmente, trabalham para obter lucratividades.

O trabalho sempre teve o seu valor por ser o ato de maior destaque por referir-se ao sustento humano e, em decorrência disto, é e foi a definição da sua inclusão no meio social. Não obstante, o surgimento da palavra não condiz com o pensamento da atualidade, da vida moderna deste século, pois segundo Albornoz (1994), a palavra surge do latim *tripalium*:

Tripalium era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, registra tripalium apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois. A tripalium se liga o verbo do latim vulgar tripaliare, que significa justamente torturar. Ainda que originalmente o tripalium fosse usado no trabalho do agricultor, no trato do cereal, é do uso deste instrumento como meio de tortura que a palavra trabalho significou por muito tempo - e ainda conota - algo como padecimento e cativo (ALBORNOZ, 1994).

Contudo, a definição sugerida pelo autor mudou com o passar dos tempos, somente a ideia de cativo foi minimizada, quando se trata na forma física, no ato de permanecer nos espaços físicos estipulados por cada corporação, porém, sem sofrimentos. Hoje, o sofrimento, palavra utilizada na citação, tem mostrado outra proposta, outro olhar, com outras definições, pois, para que a empresa siga com êxito, é necessário que os funcionários, colaboradores e todos os envolvidos sintam-se bem, acolhidos e que seja o lugar onde lhe dará boas condições de vida, ao contrário e longe de ser um cativo.

Assim, novas formas de empreender e criar corporações foram desenvolvendo-se de forma criativa, com o objetivo de atender as demandas e exigências do mercado. Cada vez mais, surgem estudos para buscar formas e estratégias para melhorar e atender aos clientes, conseqüentemente, têm-se buscado inovações no trabalho e trabalhadores para que não sejam tratados como uma forma de castigo, pois o conceito de trabalho hoje é realização.

Segundo Chiavenato (2010), quanto à qualidade de vida no trabalho, diz:

Qualidade de vida no trabalho (QVT) é um conceito que se refere aos aspectos da experiência no trabalho, como estilo de gestão, liberdade e autonomia para tomar decisões, ambiente de trabalho agradável, camaradagem, segurança no emprego, horas adequadas de trabalho e tarefas significativas e agradáveis. Um programa de QVT procura estruturar o trabalho no sentido de satisfazer a maioria das necessidades individuais das pessoas e tornar a organização um local desejável e atraente (CHIAVENATO, 2010, p. 13).

Assim, observou-se que hoje, a qualidade de vida tem sido uma questão relevante nas empresas, pois quanto mais as pessoas trabalham com tal liberdade para criar, o trabalho passa a ser parte atraente da vida que lhe proporcionará a sensação de realização. Muito se tem discutido e definido nas organizações, inclusive na forma de melhorar o dia a dia com eficiência. Em conseqüência, é notório que os colaboradores buscam, a todo o momento, a modernização para que sejam atraentes por ambas as partes (empresa e clientes) e que haja bons resultados.

Observou-se, portanto, que a comunicação, na atualidade, e o uso das tecnologias são estratégias que podem garantir o sucesso das empresas, auxiliando na agilidade e bem estar dos funcionários e colaboradores, de forma geral, o uso das ferramentas como a internet e, conseqüentemente, as redes sociais, não deixando de lado os meios como o telefone e informações via correio, são necessárias, dado que, as corporações poderão atender todos os tipos de clientes, desde o mais moderno e tecnológico até àqueles que ainda resistem em utilizar tais tecnologias modernas para a atualidade.

A comunicação nas corporações

No cenário brasileiro, para que clientes e a empresa possam ter um bom relacionamento, constatou-se que o país vem investindo cada vez mais nas modernidades tecnológicas, por certo, os meios de comunicação e a forma com que as empresas têm lidado com seu modo de comunicar-se tem mostrado bons resultados, não ficando aquém dos países considerados de primeiro mundo.

Outro fator que tem dado destaque nas novas formas de empreender é que as empresas têm buscado melhorias na maneira de tratar seus colaboradores, pois o fator principal é fazer com que todos os envolvidos, dentro de uma empresa, sejam tratados como parte de uma família, assim, a forma de comunicar-se, inclusive nos setores internos, todos devem estar alinhados, utilizando-se da mesma linguagem e raciocínio, para que nenhum indivíduo esteja desfocado.

Torquato (1986) afirma que:

A comunicação exerce um formidável poder. Por meio da comunicação, uma pessoa convence, persuade, atrai, muda ideias, influi, gera atitudes, Desperta sentimentos, provoca expectativas e induz comportamento. [...] O poder da comunicação pode ser designado como poder expressivo, ele é capaz de alterar estados de alterar estados de comportamentos (...) o poder, expressivo viabiliza concordância em torno de metas e objetivos, valores e normas, meios políticos e práticas, grau de participação e obrigações de desempenho.

Portanto, sabe-se que colaboradores felizes produzem mais, dar *feedback* é uma ação significativa dentro das organizações, pois o líder pode colocar os pontos positivos e negativos do colaborador para serem revisados. Esta ação poderá ser realizada de forma a estar frente a frente com os funcionários, de forma geral, para que os temas ou conteúdos a serem tratados possam ser melhorados ou seguir com sensatez.

Dentro das organizações, os objetivos devem ser claros e diretos, pois, sua imagem poderá refletir fora dela, dessa forma, as atitudes dos líderes devem ser firmes e transparecer clareza, sem falhas na comunicação, para adquirirem confiança entre os colaboradores e inclusive aos seus clientes. Assim, pode-se dizer que estas são as inovações do mercado empresarial, algo que há muitos anos, o conceito de trabalho e as atitudes realizadas pelos envolvidos no meio corporativo eram totalmente distintos com os dias de hoje.

Torquato (1986), quando afirma que,

Por meio da comunicação, uma organização, estabelece uma tipologia de consentimento, formando congruência, equalização, homogeneização de ideia, integração de propósitos. Desta forma, a comunicação é uma, ferramenta importante de eficácia e produtividade.

Essas estratégias devem acontecer por meio de treinamentos para o grupo todo, assim,

poderá haver crescimento profissional por parte de todos, pois, é necessário que a empresa pense na imagem em sua totalidade. O desfecho poderá apontar bons resultados, porém, só será possível se a comunicação for eficaz e atingir a todos os envolvidos. .

Para Pasold (1987, p. 45), “a prática cotidiana da comunicação enseja um relaxamento a seu respeito. Pelo fato de ser ela um fator natural e inerente à nossa condição, tendemos a tratá-la com pouca atenção e pequeno ou nulo espírito científico quando de sua utilização”. É necessário que os líderes estejam sempre com uma boa equipe treinada para que as falhas banais, por falta de comunicação, não sejam fatores que levem ao fracasso de uma empresa.

Como já fora mencionado, a comunicação é um fator crucial nas empresas, já que, a partir dela é que ocorrem as transações e negociações, pois o objetivo da toda empresa é obter lucratividade, por essa razão, deve-se investir no potencial de todos os colaboradores, nos meios de comunicação que seja eficaz para cada um, de maneira profissional. Caso ocorra o contrário, o prejuízo pode ser fatal. Ávila (1977, p. 28) diz que, “na nossa prática diária, continuamos a cometer os mesmos erros, de comunicação, prejudicamos nosso próprio trabalho, toda nossa vida social se baseia sobre a comunicação”.

As empresas que têm buscado capacitação aos seus colaboradores estão lucrando e utilizando-se das melhores estratégias empresariais, pois, se os clientes estão satisfeitos, seguramente o trabalho e o investimento sobre seus funcionários e colaboradores foram positivos. De acordo com Pasold (1989), a comunicação é a base para que toda a funcionalidade da empresa ocorra com fluidez, assim, observa-se que todos os envolvidos trabalhem com mais alegria e a empresa trabalhe com o objetivo de obter lucros futuros com qualidade, com seguridade o êxito será alcançado.

Bekin (1995, p. 14), frisa que a comunicação interna na empresa é, “um processo cujo foco é sintonizar e sincronizar, para implementar e operacionalizar, a estrutura de *marketing* da empresa ou organização que visa ação-para-o-mercado”. Assim, é notório que construir relacionamentos, com o público interno e externo obtém harmonia e fortalece as relações. Em consequência, a empresa terá um grupo posicionado no mesmo alinhamento das idéias, engajados em suas funções e altamente motivados para exercer o seu trabalho.

A comunicação, a cultura e os padrões comportamentais de uma empresa

Um fator que deve ser levado em conta é a cultura que cada empresa adota, pois a cultura organizacional irá determinar a forma de agir e pensar de cada instituição, e isso caberá ao setor de comunicação intervir para que se definam os padrões de comportamento e ações que

formarão a identidade corporativa em um sentido coletivo. Segundo Kotler (2009), quanto mais a empresa esteja aberta às novas tendências tecnológicas, juntamente com seu grupo, estará preparado para lidar com essas questões e maior será a abertura para encarar os problemas e solucioná-los.

Porém, para que uma empresa afirme sua cultura é necessário que haja preparo em todos os setores que gerará desafios para que chegue a obter resultados satisfatórios, pois é necessário que se estabeleça a função de cada setor, onde todos possam interpretar os problemas que surgem e solucionem de maneira clara, pois, assim as partes envolvidas estarão trabalhando de forma coesa e as pessoas irão conviver com o grupo em um ambiente agradável onde sempre haverá harmonia sem que gere confusões quando o assunto é comunicação.

Quando o assunto é comunicação empresarial, é necessário também que as empresas estabeleçam regras para que todos os envolvidos possam seguir, facilitando no cotidiano e na saúde da corporação. Assim sendo, quando há planos de comunicação observa-se que existem vantagens, pois auxiliam a não gerar um mau entendimento sobre as informações. Outra questão é que todos possam falar e compreender de forma coesa e, assim, farão com que os colaboradores sintam-se mais valorizados, conseqüentemente, a produtividade da empresa será satisfatória.

Sabe-se que não basta apenas ter um líder; se o mesmo não sabe liderar. De acordo com Pasold (1989), não é unicamente liderar pessoas de sua equipe, a fim de não apenas formar uma boa equipe, e sim fazer com que todos os envolvidos sintam-se ser parte da uma família. Portanto, resume-se que uma boa comunicação com seus colaboradores atraem ações positivas dentro da organização, vindo a ter resultados desejáveis dentro dela. Evidentemente, os funcionários e colaboradores de uma empresa, passam pelo menos 1/3 do tempo entregues à vida laboral, observa-se que passam muito mais tempo dentro de seus trabalhos do que com a própria família.

O empreendedor ou empresa engajada, que está em busca de resoluções para obter qualidade em sua corporação, antes de buscar os seus clientes ele está preocupado em melhorar a funcionabilidade interna da empresa, e assim, a captação dos clientes acaba sendo focado com mais segurança.

A máquina propulsora de uma organização é a sua equipe, por essa razão, o investimento sobre ela deve ser valorizada, de acordo com Pasold (1989), é preciso que se atenda as necessidades básicas, de forma que resultam muitas vezes responsáveis pela cultura da organização e a identidade da empresa. Assim, constata-se que muito se tem pensado em adquirir formas de lidar com a equipe, procurando sempre ter interação, não só com seus

clientes, mas a princípio, com seus colaboradores.

Ainda, de acordo com Pasold (1989), investir em um relacionamento dentro da organização tem sido prioridade, pois aquilo que sua empresa apresenta para o mundo do lado de fora é apenas o reflexo do que acontece dentro dela. É necessário, portanto, que as empresas se atenham nas formas de realizar as comunicações, tendo em vista que as estratégias programadas pelo setor de comunicação estejam preparadas para enfrentar obstáculos com propósito de vencê-las e obter resultados satisfatórios.

Conclui-se que é indispensável que o setor de comunicação interna se responsabilize sobre a forma de conduzir e alimentar a comunicação dentro de uma corporação, auxiliando todos os setores a se comunicarem de forma coerente, engajada e alinhada. De acordo com Bekin (1995), todas as informações deverão ser repassadas por este setor, da comunicação interna, onde, estrategicamente, as corporações contemporâneas têm investido para que cuidem desde a imagem da empresa até na formação dos funcionários.

Para tanto, tal setor deverá estar sempre atualizado, ter objetivos traçados de acordo com a cultura da empresa, ter a iniciativa de incentivar a transparência e utilizar-se do *feedback* para sua própria melhoria, realizar ações e aproveitar-se de todas as ferramentas da comunicação. Infere-se assim, que este é um setor das lideranças, onde possam surgir idéias criativas para que envolvam a todos, inclusive fazer com que os colaboradores participem das ações propostas pela corporação. Isto só será possível se houver lideranças capazes de enfrentar os obstáculos, de maneira que a inovação esteja sempre presente. Estas são as estratégias que diferem do passado e que são úteis e primordiais para alimentar a saúde de uma empresa.

CONCLUSÃO

O trabalho buscou apresentar a importância da comunicação de uma empresa e funcionabilidade, pois, compreendeu-se que a comunicação é um instrumento de poder no dia a dia das organizações, principalmente na atualidade que tanto utilizam-se das tecnologias. No mundo cheio de informações instantâneas, é necessário que as empresas estejam preparadas para lidarem com essa velocidade de informações. Para melhor compreensão, foi necessário apresentar um histórico sobre o desenvolvimento da comunicação como ferramenta de sobrevivência do ser humano.

Apresentou-se a finalidade de todos os envolvidos em uma corporação em adaptar-se à cultura da empresa, tanto em comportamento quanto nas atitudes dos colaboradores em geral, para que assim, a participação de todos estejam alinhadas e favoráveis para alcançar o almejado.

Para isso, buscou-se compreender que é necessário criar estratégias para que a equipe participe de forma ativa, seguindo normas atribuídas pelos líderes e setor de *marketing*, pois, tal setor exerce e promove a ideologia organizacional.

Compreendeu-se que a comunicação é uma ferramenta fundamental para uma empresa, pois, na atualidade é o “termômetro” para medir o equilíbrio e o bom funcionamento da corporação. Portanto, é necessário buscar as causas das falhas, caso haja, para que sejam corrigidas e, assim, promover sempre a boa imagem da empresa. O *feedback* é um acessório eficaz, necessário nas organizações para que seja uma forma de refletir e incorporar novas ações, sem equívocos ou para não cometê-las em outras situações.

Por fim, é pertinente que as corporações invistam no capital humano para lidar com pessoas, estas são as ferramentas principais para manter a sobrevivência dos negócios. Portanto, é necessário que haja confiança, engajamento, estratégias bem definidas, *feedbacks*, pois, assimilou-se que a comunicação interna é parte expressiva dentro das organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que haja eficiência quanto ao planejamento referente à comunicação interna, pois as ações interferem na produtividade e no bom andamento de uma empresa. Assim, compreendeu-se que quando existe união entre os colaboradores e a empresa no modo geral, a corporação consegue manter a saúde desta em bom estado e, até mesmo, prezar da longevidade financeira.

Para que isso ocorra, é preciso que todos estejam alinhados, todos estejam dispostos em “vestir a camisa”, adentrar-se aos planejamentos e sentir que toda ação em conjunto é bem vinda. As estratégias traçadas pelo setor de *marketing* e comunicação interna devem ser levadas a sério e bem executadas. Não há dúvidas que tudo correrá de acordo com o previsto, caso estejam todos alinhados, todos os setores deverão obedecer as mesmas regras e seguir a mesma cultura.

As empresas devem estar atentas que, o diferencial no meio a tantas formas de oferecerem seus produtos devem começar com o bom andamento da própria empresa, assim, em pleno século XXI, não seria possível trabalhar com a ausência da tecnologia, pois, é inegável que seja a peça fundamental para tratar da questão da comunicação. É necessário que se invista neste fator, juntamente com o investimento humano para lidar com as tecnologias, tanto para obter informações quanto para a comunicação.

Conclui-se que, a comunicação deve fluir de forma coerente, precisa e generalizada. O

papel da comunicação interna é fundamental para que se propaguem os projetos em todos os setores de forma organizada. É necessário que haja capacitação sobre as pessoas que almejam estar investindo nesse setor, que os desafios sejam a inspiração para buscar soluções aos problemas que aparecem no dia a dia e, assim, as empresas tenham vida longa com preparo suficiente para lidar com a multiculturalidade apresentada pelos clientes desta Era.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ÁVILA, F. **Mercado Ético**. Necessidade de lucro em curto prazo desestimula sustentabilidade em empresas Mercado Ético. 2012. Disponível em: < <https://www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/>>. Acesso em: 10 set 2019.

BEKIN, Saul F. **Conversando sobre endomarketing**. São Paulo: Makron Books, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação á administração de Recursos Humanos/I.C-4**. ed. rev. e atual. Barueri-SP: Manole, 2010.

FERNANDES, Ígor Fernandes Bueno. **A influência da cultura organizacional nas organizações**. Faculdade IDEAU Bagé/RS, 2017.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. Nova Fronteira, 2009.

PASOLD, Cesar Luiz . **Comunicação nas relações humanas e organizacionais**. 2. ed. Florianópolis: Estudantil, 1989.

_____, Cesar Luiz. **Personalidade e comunicação**. Florianópolis: Plus Saber, 2002.

TORQUATO, Gaudêncio. **Comunicação empresarial, comunicação institucional conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnica**. 5.ed São Paulo: Summus ed., 1986.

MARKETING EM TEMPOS DE CRISE

BRUNA YURI MYAKI GROSSKOPF¹
FIAMA DE OLIVEIRA DOS REIS²
GIOVANA MARTINS ALVES³
SAMANTHA DE FÁTIMA RODRIGUES PERES⁴
MAÍRA DOS REIS ARAÚJO⁵

RESUMO

Introdução: As organizações em tempos de crise têm uma visão do marketing como uma área de apoio que traz resultados intangíveis, tendo, inclusive, o marketing digital como alternativa para a boa comunicação de custos reduzidos. Diante das discussões iniciais surge a problemática: como driblar a dificuldade financeira e manter o marketing para manter a organização em tempos de crise? **Objetivo geral:** O objetivo geral deste estudo foi evidenciar a importância da área do marketing trazendo resultados positivos para as organizações e gerando demanda para produtos e/ou serviços em tempos de crise. **Material e métodos:** Utilizou-se o método de pesquisa básica, descritiva, bibliográfica e de abordagem qualitativa. Reuniu-se um conjunto de dados oriundos de diversos periódicos que apresentaram argumentos que contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho. **Resultados:** Os resultados desta pesquisa tiveram como foco a busca de informações para evidenciar como o marketing tem potencial para alavancar os resultados financeiros das organizações em períodos turbulentos. **Discussão:** como usar o marketing digital ter a uma comunicação on-line para alcançar seus consumidores de forma eficiente e eficaz. **Conclusão:** Neste contexto, conclui-se que, utilizando o marketing digital como meio de divulgação e promoção da empresa, é possível conseguir a manutenção das vendas e até mesmo aumentá-las; além de ser observar uma significativa redução de custos através da comunicação pela Internet. Posto isso, tem-se que o marketing digital se caracteriza por utilizar a comunicação on-line para alcançar seus consumidores de forma rápida, direta, eficiente, eficaz e, até mesmo, sem custo algum. **REFERÊNCIAS:** São padronizadas de acordo com a ABNT (NBR 6023:2002 e 10520:2002).

Palavras-chave: Marketing Digital. Crise. Custos. Resultados.

MARKETING IN TIMES OF CRISIS

ABSTRAT

Introduction: Organizations in times of crisis have a vision of marketing as a support area that brings intangible results, including digital marketing as an alternative for good communication

¹ Aluna do curso de Administração do UNICERP.

² Aluna do curso de Administração do UNICERP.

³ Aluna do curso de Administração do UNICERP.

⁴ Aluna do curso de Administração do UNICERP.

⁵ Administradora e professora especialista do curso de Administração do UNICERP.

at reduced costs. In view of the initial discussions, the problem arises: how to circumvent financial difficulties and maintain marketing to maintain the organization in times of crisis? **General objective:** The general objective of this study was to highlight the importance of the marketing area, bringing positive results to organizations and generating demand for products and / or services in times of crisis. **Material and methods:** The basic, descriptive, bibliographic and qualitative research method was used. A set of data from several journals was put together that presented arguments that contributed to the development of the present work. **results:** The results of this research focused on the search for information to show how marketing has the potential to leverage the financial results of organizations in turbulent periods. **Discussion:** how to use digital marketing to have online communication to reach your consumers efficiently and effectively. **Conclusion:** In this context, it is concluded that, using digital marketing as a means of publicizing and promoting the company, it is possible to maintain sales and even increase them; in addition to observing a significant cost reduction through Internet communication. That said, digital marketing is characterized by using online communication to reach its consumers quickly, directly, efficiently, effectively and even at no cost. **References:** They are standardized according to ABNT (NBR 6023: 2002 and 10520: 2002).

Keywords: Digital Marketing. Crisis. Costs. Results.

INTRODUÇÃO

Algumas organizações em tempos de crise têm uma visão do marketing como uma área de apoio que traz resultados intangíveis e que gera uma grande quantidade de despesas. No entanto, o principal objetivo da área de marketing é trazer resultados comerciais positivos, criando possibilidades de as empresas venderem mais seus produtos ou serviços (PRADI, 2015).

Deve-se enxergar o marketing como um investimento para alavancar negócios. O marketing é uma ferramenta importante para que as instituições se mantenham no mercado de forma competitiva, utilizando meios para comunicar seus produtos/serviços aos consumidores. Meios esses que podem ser eficientes e, ao mesmo tempo, com custos reduzidos, como é o caso do marketing digital.

O mercado de trabalho atualmente, em específico na área de marketing, tem cada dia mais carência de profissionais que busquem resolver problemas, que sejam inovadores, criativos e que tenham um perfil voltado para o posicionamento dentro das organizações tanto em tempos de bonança como de recessão econômica.

Em outras palavras, o mercado está à procura de profissionais que possuam consciência da conjuntura macro e microeconômica e que sejam capazes de proporem soluções que amenizem eventuais problemas financeiros – tudo isso somado a estratégias que demandem menores custos. Diante disso, há uma crescente valorização do administrador que tenha visão

aguçada e também panorâmica, e que tenha a capacidade de propor estratégias diante de um mercado em constante mudanças. Esse perfil de administrador é o mais desejado, especialmente em tempos de crise econômica (Santana e Silva, 2016).

A inserção das organizações no um universo digital não é novidade, desde os anos 2000, período em que o uso de computadores conectados à Internet foi popularizado, as empresas utilizam esse meio para suas atividades (Costa, 2018). Com o avanço das tecnologias, as pessoas se tornaram cada vez mais dependentes do uso de celulares e computadores. Nesse contexto, os gestores das empresas começaram a enxergar o marketing digital como ferramenta de grande eficiência e de custo sensivelmente mais baixo. Com um menor aporte financeiro seria possível alcançar um grande público em pouco tempo, especialmente ao fazer uso da publicidade direcionada a cada perfil de cliente e consumidor.

Utilizou-se o método de pesquisa básica, descritiva, bibliográfica e de abordagem qualitativa. Reuniu-se um conjunto de dados oriundos de diversos periódicos que apresentaram argumentos que contribuiriam para o desenvolvimento do presente trabalho.

Conforme a área de marketing vai crescendo os profissionais precisam adequar seus meios de comunicação e de relacionamento com o cliente. As grandes organizações contam com departamentos específicos de marketing e o custo de implantação de determinados sistemas associados ao marketing de relacionamento é condizente com a realidade dessas, sendo muitas vezes incorporados com facilidade pela gerencia, enquanto que micro e pequenas empresas se deparam com limitações quanto ao uso de determinadas ferramentas devido ao alto custo (Santos. Silva. 2016).

Sendo assim, o marketing digital vem para ajudar grandes e principalmente as pequenas empresas devido ao baixo custo de implantação e utilização, pois sua divulgação pode ser feita de forma orgânica, utilizando informações mais enxutas e alcançando, assim, ao público certo.

É importante que todos os colaboradores da empresa tenham consciência de como a empresa em que trabalham se comporta nas redes sociais e no mundo físico, de modo a formarem um “todo consciente” e, com isso, difundirem a mensagem em uníssono.

Diante das discussões iniciais surge a problemática: como driblar a dificuldade financeira e manter o marketing para manter a organização em tempos de crise?

OBJETIVO

Objetivo geral deste estudo foi evidenciar a importância da área do marketing trazendo

resultados positivos para as organizações e gerando demanda para produtos e/ou serviços em tempos de crise.

METODOLOGIA

Utilizou-se o método dedutivo de pesquisa, baseando-se em livros e artigos já publicados sobre o assunto, levantando as correntes de pensamento e os pontos controversos, a fim de ampliar o campo teórico e proporcionar uma reflexão ampla sobre o assunto.

Trata-se de uma pesquisa básica, descritiva, bibliográfica e de abordagem qualitativa. Reuniu-se um conjunto de dados oriundos de diversos periódicos, que apresentarão argumentos que contribuirão para o desenvolvimento do presente trabalho.

De acordo com Gerhard & Silveira (2010), a pesquisa básica não possui aplicação prática, no entanto, tem como objetivo gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da ciência. E o estudo descritivo pretende discorrer sobre os fatos e fenômenos de determinada realidade em determinado período. Gil (2008) complementa que a pesquisa descritiva visa elucidar as características de determinadas populações ou fenômenos.

Para Gerhard & Silveira (2010) a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e previamente publicadas por meios escritos e/ou eletrônicos, tais como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Relatam, ainda, que os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, ou seja, vão muito além da quantificação de valores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se fala a respeito da atual conjuntura que a economia brasileira está vivenciando, o primeiro ponto a ser considerado pelas empresas é o de cortar custos. Paralelo a isso, acreditam que diminuir as verbas disponibilizadas para o setor de marketing seja a solução. Conforme mencionado por Semedo (2014), em períodos recessivos existe um conjunto de alterações que as empresas podem fazer nas suas ferramentas essenciais de comercialização.

De acordo com um dos seus escritos, a autora supracitada nos traz que foi analisado e comprovado, diante de dados de duas empresas, que ao invés de cortarem os gastos na área de marketing, fazer investimentos em comunicação é justamente a atitude que manteve essas organizações fortes, ainda que enfrentando períodos de crise. É evidente que esses aportes serão ligeiramente menores do que em períodos normais da economia, no entanto, comunicar

contornando a escassez de recursos é justamente o desafio propício para formar gestores que entregam bons resultados, ainda que enfrentando recessões comerciais e financeiras.

Pode-se ainda verificar nos estudos de Semedo (2014), que:

Aquelas empresas que haviam investido em marketing atingiram lucros superiores durante a recuperação. Com efeito, uma empresa que aumenta seu investimento em marketing durante uma recessão tem a oportunidade de roubar quota de mercado, enquanto os seus rivais estão fracos. Se os concorrentes estão a diminuir o seu orçamento de marketing, a organização que impulsionou a sua comercialização vai ganhar quota de mercado e voz no mercado, e vai acabar numa posição mais forte não só durante a recessão, mas também quando a economia estabilizar. (SEMEDO, 2014, p.31).

Um fator importante a ser frisado é o fato de a empresa readequar seus recursos físicos, financeiros e humanos de maneira a contribuir para os ganhos, tanto dos clientes, como da mesma, definindo quais estratégias serão usadas para chegar ao seu objetivo final.

Semedo (2014), nos fala que o mix de marketing é então desenvolvido da seguinte forma: a empresa deve criar uma oferta de mercado (produto ou serviço) que corresponda às necessidades e desejos; deve decidir quanto irá cobrar pela oferta (preço) e como irá distribuir a oferta aos clientes-alvo (distribuição). Por fim, deve comunicar aos clientes a sua oferta e persuadi-los a realizar a transação de compra (promoção).

Levando em consideração os 4 P's, precisa-se definir em qual deles deve ter foco maior, e/ou fazer alterações usando os critérios do mix de marketing. Em suma, decidir se será colocado um novo produto ou serviço no mercado; se irá reduzir os preços, que é uma alternativa fácil de implantar, porém simplória e não é muito eficaz, uma vez que essa abordagem reduz as margens de lucro para níveis desastrosamente baixos, pondo em causa, inclusive, a viabilidade da própria empresa (Semedo 2014). E isso sem contar que o cliente pode deduzir que o preço cobrado antes não era justo para aquele produto. Tem-se, portanto, que esse caminho, ainda que sedutor, não se mostra nada viável para as organizações.

Também podem ser vistos aspectos em relação à praça (distribuição), podendo ser mais viável concentrar esforços de distribuição em pontos específicos, criando uma estratégia de logística seletiva. Semedo (2014) pontua que, durante períodos de crise econômica, a definição dos locais de distribuição é uma decisão importante, na medida em que se torna fundamental que a empresa invista em locais que realmente dão lucro. Deste modo, a empresa deve priorizar praças aonde seus produtos e/ou serviços possuem maior volume de vendas e apresentam margem de contribuição mais satisfatória; ao mesmo tempo em que deve encerrar a participação – ainda que temporariamente – em mercados que se mostram mais fracos e menos rentáveis.

Em tempos recessivos é fundamental não cortar investimentos na promoção dos produtos e serviços. Ressalta-se que, em tempos de crise, o consumidor se encontra mais ávido

em obter informações precisas sobre os produtos, na medida em que as decisões de compra diante de cenários de arroxo financeiro são tomadas com mais cautela, reflete Semedo (2014). Cumpre ressaltar que a autora reflete com bastante perspicácia: de fato, em períodos de escassez de dinheiro, é natural que o consumidor se apresente muito mais resistente a gastar o seu dinheiro, seja com o que for.

É fundamental não cortar nos custos promocionais. Como já mencionado, nesta altura, os consumidores estão mais preocupados em obter informações sobre os produtos, na medida em que, as decisões de compra são mais pensadas e discutidas entre clientes e consumidores.

Nesse ambiente extremamente dinâmico, percebem-se mudanças significativas no comportamento do consumidor, o que torna necessário que se obtenha maior conhecimento das variações de comportamento e do processo de tomada de decisão de consumo.

Tem-se, portanto, que as marcas que gerem mais presença e confiança junto a eles serão privilegiadas perante aquelas que se colocarem à sombra, desapercibidas diante da competição pela preferência da compra. Deixar de investir na comunicação em períodos de crise seria, nesse sentido, agravar ainda mais a crise.

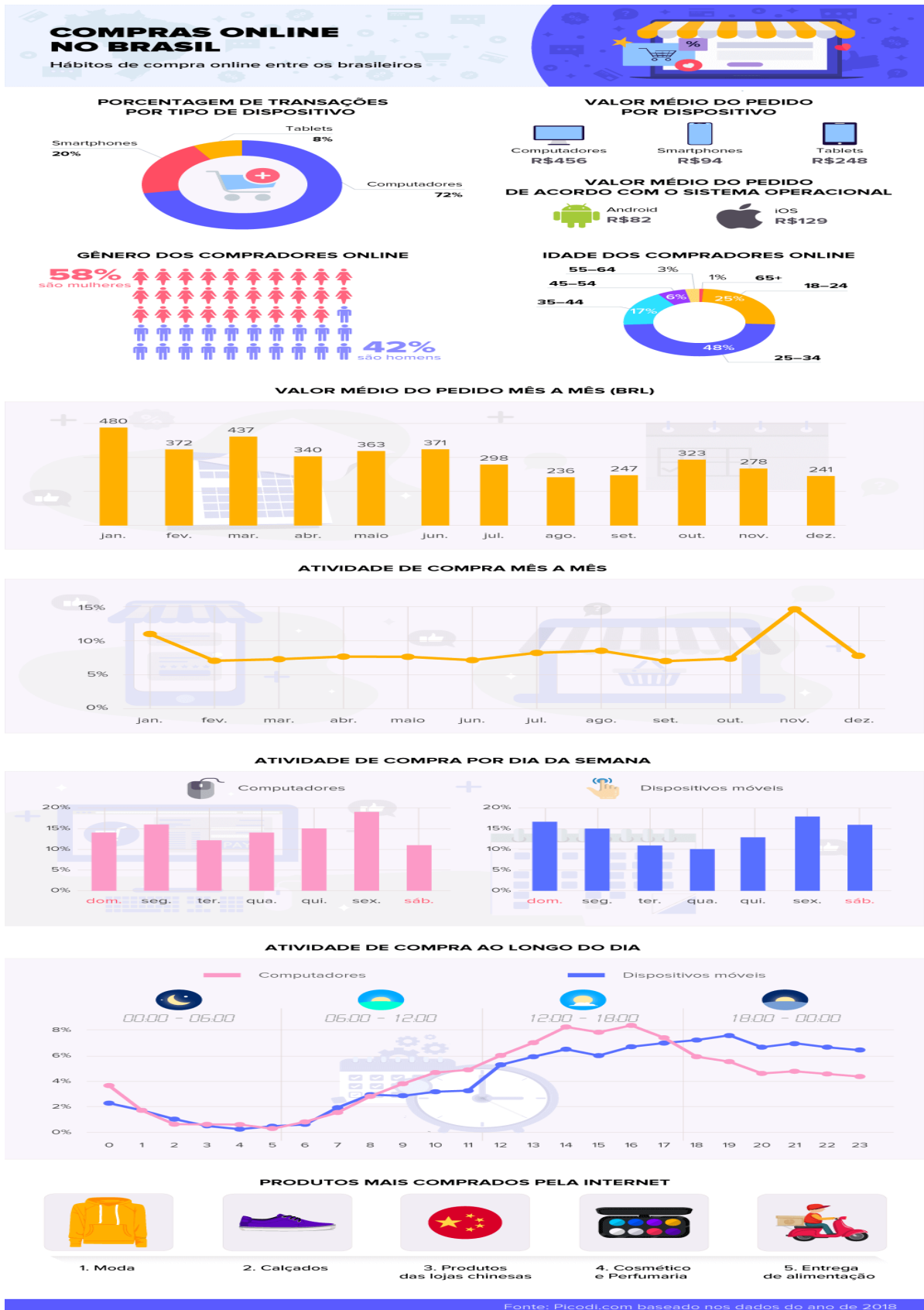
Segundo Brandão (2011) com o uso da Internet como mídia, aumenta a quantidade de espaços publicitários utilizados. Tornando uma grande oportunidade para as organizações como um canal de comunicação essencial, que pode ajudar a estreitar os laços das marcas com os consumidores.

A tendência é que aumente cada vez mais os usuários e a interação das marcas por meio da internet. Um buscando o outro da melhor forma de construir um elo, facilitando os dois lados. De acordo com Brandão (2011):

Percebe-se um movimento das maiores agências de publicidade do país na criação de setores especializados em criar e pensar comunicação para a Internet. Isso sem falar no surgimento das agências virtuais, que são especializadas em publicidade para a rede e comprovam sua expertise nos mais recém-chegados prêmios de criação para web, que já invadiram Cannes e os maiores festivais de criação publicitária do mundo. (Brandão, 2011. p. 2)

Atualmente as vendas on-line através de *smartphones*, *tablets* ou computadores têm crescido disparadamente. Em razão da agilidade e da praticidade, cada vez mais pessoas procuram e encontram produtos e serviços pela Internet de uma maneira muito simples. De acordo com o site Picodi.com as compras on-line do Brasil no ano de 2018 apresentam os

seguintes parâmetros:



Fonte: Picodi.com baseado nos dados do ano de 2018

FONTE: <<https://www.picodi.com/br/mao-de-vaca/compras-online-no-brasil>>

Neste contexto, o melhor que as empresas podem fazer é, além de manterem suas respectivas lojas físicas partirem para o comércio virtual a fim de manter os consumidores fiéis mais próximos e até chegar em um público novo com grande chance de aceitação; tudo de uma forma muito rápida e alcance enorme. Ressalta-se que para se obter sucesso, é imprescindível a realização de pesquisas mercadológicas junto ao público-alvo, seja ele formado pelos já clientes ou pela demanda latente.

Com o seu público-alvo decidido é necessário analisar seus gostos, horários, frequência de compras e, assim, traçar um plano de comunicação estratégico que garanta uma forte presença (por meio de publicações, propagandas, cliques, entre outros) com o mínimo de investimento. O máximo de resultados com o mínimo de recursos.

Conceito de Marketing

Para entender melhor sobre o marketing em tempos de crise, primeiramente precisa-se ter o conceito de marketing. Segundo Kotler e Keller (2006) marketing é a atividade humana dirigida para satisfazer necessidades e desejos por meio de troca.

O marketing não é apenas propaganda e venda, ele pode ser considerado como uma ferramenta estratégica pelo qual a organização consegue atingir de forma personalizada e eficaz o seu público e quando bem implementado, se torna um diferencial competitivo.

Perante a perspectiva de tempos difíceis e até possivelmente da perda de emprego, os consumidores irão cortar suas despesas e adaptar os seus hábitos de consumo de forma a enfrentarem as novas condições financeiras. Portanto, as empresas devem ser capazes de mudar as suas estratégias, a fim de atender às novas preferências dos clientes. Deste modo, o marketing deve ser visto como uma ferramenta que permite ajustar a oferta às novas necessidades do mercado, segundo Semedo (2014).

Após tantos anos no mercado de internet, tantos casos de sucesso e fracasso e, principalmente, com surgimento de pesquisadores e trabalhos sérios sobre a internet e o comportamento do consumidor, é possível aplicar com segurança as técnicas de marketing ao ambiente online. (Torres, 2018).

Nota-se, portanto, que a tarefa do marketing não é lamentar o cenário e tão pouco fazer com que as pessoas se adaptem aos seus produtos e serviços. Ao contrário, o marketing é ferramenta própria dos empreendedores, que conseguem perceber a realidade conjuntural do mercado e dos consumidores e entregar a eles produtos e serviços na medida de suas atuais

necessidades e desejos. Acaso o mercado apresente nova realidade daqui algum tempo, novamente a tarefa do marketing será a de ajustar as velas para navegar em novas águas.

Segundo Teixeira (2008) o Marketing de Busca pode proporcionar uma audiência extremamente qualificada para o site, maximizar a visibilidade da empresa através da Internet e principalmente aumentar o potencial de conversão de visitantes em clientes.

Financeiro

É evidente que as crises econômicas afetam as empresas de uma forma muito rápida, no entanto é preciso estratégias para driblar tal impacto. O marketing se faz presente como uma ferramenta para superar essa crise dentro da organização.

Muitas empresas optam por cortar gastos com ações de Marketing para conquista de novos clientes ou a manutenção dos antigos quando a crise chega. Mas isso também significa impossibilidade de fortalecer a sua marca e fazê-la crescer, perdendo também resultados e Market share.

Diante das crises financeiras nada mais justo que verificar qual o retorno em relação aos aportes feitos na área de marketing. É necessário interpretar os sinais que o mercado nos passa de acordo com as movimentações feitas nos pontos estratégicos escolhidos para o fortalecimento e possível alavancagem da empresa.

A migração do consumo para a web, as facilidades dos mecanismos de buscas por melhores produtos e referências e o aumento do consumo em tempo real, tornaram-se tendências irreversíveis, que exigem das organizações estratégias mercadológicas específicas. Assim, torna-se imperativo gerenciar a comunicação empresarial na “Era da busca”, exigindo uma postura de atualização permanente e estratégias de marketing dirigidas e sustentáveis. (Okada e Souza, 2011)

Apesar das necessidades de mensurar os resultados de forma quantitativa, a empresa precisa se atentar aos mais eficazes resultados obtidos, os qualitativos, o cliente encontra a organização, cria reconhecimento pelo serviço/produto e pela marca.

O Marketing Digital, e o Marketing como um todo, pode representar muito mais do que uma opção para as campanhas de uma empresa. É através dele, que ações estratégicas são criadas para manter o fluxo de receita da empresa de forma sustentável e também garantir a sua estabilidade no futuro. Ou seja, investir em Marketing em tempo de crise é a melhor estratégia para quem quer continuar a crescer.

Segundo Olivia (2016), investir no marketing digital durante o período de crise que

assola o mundo inteiro, pode ser considerado com um diferencial que fará com que você consiga vender mais e continuar se comunicando de forma satisfatória com o seu mercado de atuação, levando em conta o momento delicado que a maioria das empresas estão passando. Sendo assim, o marketing digital coloca-se como um aliado de empresários, principalmente donos de pequenas e médias empresas, visando apresentar soluções inovadoras para que não somente superem a crise, como também se beneficiem dela, para que, a partir deste fator econômico, possam ainda crescer na crise.

Muitos gestores e estudantes de marketing se preocupam em criar métodos para mensurar o retorno financeiro feito em marketing dentro das organizações. Segundo Ribeiro (2005, p.103), “os investimentos devem estar de acordo com a perspectiva de aumento da percepção do valor entregue aos consumidores, da criação do relacionamento, gerando sempre mais satisfação aos clientes e assim aumentando os ganhos financeiros da organização”.

Os investimentos em marketing são cada vez mais necessários e importantes para o crescimento da organização, visto que a probabilidade de lucro aumenta a cada propaganda. Diante disso a ferramenta que os gestores têm utilizado é o famoso ROI, abreviação do inglês *return on investment* (Retorno Sobre Investimento), é um cálculo feito para avaliar o retorno do dinheiro investido no marketing dentro de um determinado período.

O Retorno Sobre Investimento - ROI disponibiliza analisar o retorno do investimento sobre o marketing efetuado dentro da empresa, é uma ferramenta de grande importância para medir tal desempenho realizado. Permite avaliar também quais as iniciativas que devem ser feitas, quais as que não convém, identificando se vale a pena realizar tal investimento. Seu cálculo é a subtração da receita pelo custo dividido pelo custo.

Calcular o retorno sobre investimento é importante para ter conhecimento do quanto a empresa irá ganhar com investimento em marketing, avaliando se será um investimento com grandes retornos ou se não haverá retorno algum. Visto que quanto mais se investe mais se espera de retorno.

Foi muito estudado pelos acadêmicos formas de mensurar o valor investido em marketing pelas empresas e o retorno que ele é capaz de gerar. Clark (2001, p.717) fez uma resenha onde estabeleceu esses esforços e as evoluções sobre os estudos nesse tema. De acordo com seus estudos, eles são separados por tipo de métrica, medidas financeiras e medidas de inputs.

Rust, Lemon e Zeithaml (2004), aconselharam que as organizações consigam alcançar o controle financeiro de suas ações em marketing, levando em consideração como os gastos feitos em marketing podem aumentar o valor do cliente para as empresas. E com isso é notado

que seja possível alcançar o resultado desejado, considerando que os investimentos em marketing devem ser esperados em retornos a longo prazo.

Pesquisa realizada pelo IBOPE (2007), aponta que 68% dos executivos de marketing garantiram que a verba de marketing promocional vem crescendo no últimos três anos. Poucos eram os acadêmicos que falavam sobre promoção e nenhum abordava a questão do retorno sobre investimento, ou seja, não havia trabalhos focados nessa área.

Comparando estudos acadêmicos realizados na área de propaganda, a área de promoção de vendas recebe pouco destaque. No cenário mundial tem crescido a atenção acadêmica no que diz respeito a promoção de acordo com Prado, Prado (2009). Visto a relevância de se ter conhecimento sobre o retorno dos investimentos, no Brasil e mundo cresce a cada dia estudos realizados acerca deste tema.

Há várias maneiras de conseguir medir o retorno sobre o investimento em marketing na literatura. Um estudo realizado pela Ana (2005), feito com algumas empresas norte-americanas, aponta que existem 77 métricas de marketing que são mais utilizadas pelas organizações, sendo cinco de *brand equity*.

Marketing Digital

O marketing digital é uma ferramenta complementar da comunicação do marketing e com sua boa utilização, pode otimizar recursos e esforços do planejamento da empresa e consequentemente posiciona a mesma frente ao mercado competitivo.

Quando você ouve falar de marketing digital, publicidade online, web marketing, mobile marketing, inbound marketing, ou quaisquer outras composições criativas que se possa fazer dessas palavras, fala-se em utilizar efetivamente as tecnologias digitais como uma ferramenta de marketing envolvendo a comunicação, publicidade, propaganda e todo o arsenal de estratégias e conceitos já conhecidos na teoria do marketing. (Torres, p. 65, 2018).

No entanto, ao verificar a evolução do marketing ao longo das décadas, constatou-se que antes o mesmo era somente utilizado de forma funcional, ou melhor, utilizado na relação de venda de um produto ou cliente, somente após várias evoluções, que o marketing de relacionamento surgiu visando melhorar a relação das organizações com os seus clientes. (Cruz; Silva, 2014).

O marketing digital é diferente do marketing tradicional, devido o mesmo divulgar a imagem de uma organização através da utilização da internet. (Cruz; Silva, 2014). Dessa forma marketing por meio da internet atinge diretamente os clientes que estão interessados nos

produtos ou serviços, exatamente elas informações relevantes disponíveis.

É extremamente importante que empresas e profissionais estejam a par das mudanças do mercado e do novo cliente/consumidor. Como diz (Torres p. 65 2018), ou você entende o que está acontecendo ou é devorado pelo mercado. Entender a internet e o ambiente digital não é mais uma questão de opção.

E quando fala-se de marketing, não se iluda, fala-se também de vendas, de atrair novos clientes, de fidelizar os atuais, enfim, de fazer negócios. Na verdade, vendas é parte do marketing. É um de seus resultados, mas não o único. Vender com rentabilidade, fidelizando clientes, expandindo o negócio e valorizando a marca no mercado, essa é uma das funções do marketing, diz (Torres p. 65 2018).

Por isso, Gabriel (2010, p. 104), conceitua o termo marketing digital como “o marketing que utiliza estratégias em algum componente digital no marketing mix – produto, preço, praça, promoção”.

Utilizar efetivamente as tecnologias digitais como uma ferramenta de marketing significa partir para a ação, criando uma estratégia de marketing ativa, garantindo que ela seja executada e que seus resultados sejam efetivos. (Torres, p. 66)

Recordando o que foi abordado anteriormente, o marketing deve ser usado como uma ferramenta poderosa para que a empresa se desponte à frente dos concorrentes. No marketing digital isso não é diferente: torna-se ainda mais fácil alcançar o público desejado e pode-se frisar também no menor custo obtido com essa forma de marketing orgânico.

Segundo Torres 2018 p 275, “as seis estratégias básicas do marketing digital: Falar, Interagir, Contar, Impulsar, Espalhar e Buscar”. Assim fala-se sobre produção e publicação de conteúdo, ações nas redes sociais, marketing viral, e-mail marketing, publicidade online e pesquisa online. Todas essas estratégias se integram em uma estratégia de marketing digital eficiente e, quando implementadas em conjunto, uma influência a outra, criando uma sinergia que potencializa os resultados das ações. Mas para criar uma estratégia consistente e eficiente de marketing digital, não se pode esquecer um elemento-chave, que permitirá acompanhar os resultados e realimentar todo o processo, permitindo que se tomem decisões durante a execução da estratégia de marketing ou da campanha publicitária.

Nesse sentido a internet, por sendo baseada em uma rede de computadores e servidores, possibilita que se implementem diversos tipos de estratégias de rastreabilidade, monitoramento, análise e medição. Com isso a empresa só tem a ganhar devido ao melhoramento das suas ações dão certo e principalmente ações com processos a serem modificados. É uma relação de ganha/ganha entre empresa e cliente.

O intuito é utilizar o marketing digital a favor da empresa, fazer com que sua marca seja vista e lembrada, principalmente na hora da compra. É a chance de conquistar um espaço novo, um mercado amplo, com vários exploradores, consumidores com sede de novidades, e claro manter os clientes fiéis que já conhecem a marca.

Segundo Cintra (2010),

A empresa poderá de modo fácil e eficiente divulgar seu produto para o público-alvo qualificado e interessado nos serviços. Pode, assim, aumentar a probabilidade de compra por parte deste aumentando o lucro da sua empresa. A divulgação poderá ser feita através de internet, por mensagens através de celulares, sites, fazendo com que sua marca esteja sempre presente em sua mente como uma referência no setor em que atua. (CINTRA, p.9, 2010)

É necessário manter o consumidor em contato com a empresa, especialmente após a compra. O cliente satisfeito volta a consumir a marca, produto ou serviço e é um grande aliado no marketing boca-a-boca, o relacionamento com seus consumidores é primordial e gera solidificação da organização. Pesquisas de satisfação e mensagens via telefone ou e-mail ajudam a descobrir o que os compradores pensam a respeito do produto/serviço adquirido.

De acordo com Cintra (2010), o marketing digital pode colocar a empresa no seleto rol de negócios que têm na informação o maior diferencial competitivo. E, sabidamente, a informação é, hoje, uma moeda cada vez mais valiosa e que transita através de blogs, sites e redes sociais.

O surgimento da Internet não foi simplesmente uma inovação disruptiva, mas praticamente a personificação de um conceito bíblico de ser todos um. A Internet nos une na medida em que delinea a cada bit a tessitura de nossa experiência cada vez mais baseada na era da informação (Adolpho, 2011).

Isso nos mostra que cada dia mais o homem se torna dependente das ferramentas da era digital, momento que está vivendo há bastante tempo, e com isso ter uma estratégia de marketing digital focada no máximo de informações relevantes para a venda de um produto ou serviço é o que cativa o nosso cliente. É preciso trazer a informação ideal, relevante, apresentada de forma direta e clara, com vistas a manter o cliente interessado em finalizar uma compra e, em um próximo passo, fazer indicações positivas dessa experiência para outras pessoas.

A Internet nos permite manter um contato mais próximo com o cliente de forma a trazê-lo para fazer parte da empresa. Em um contexto de períodos turbulentos isso se apresenta como um diferencial enorme no ganho de tempo para alcançar os clientes certos, na hora certa. Não se pode esquecer de mencionar o quão o custo de venda de um determinado produto ou serviço pela Internet se torna mais barato; feito da maneira correta, é claro. Um programador pode preparar uma plataforma digital que tenha a mesma capacidade de venda do que uma equipe de

cinquenta ou cem vendedores. Esse é um raciocínio que deve ser considerado no debate sobre estar ou não presente na Internet.

O papel do marketing, agora digital, é aumentar o valor percebido pelo consumidor. Adolpho (2011), nos orienta que um consumidor compra um benefício e não um produto, dessa forma, quanto mais informações relevantes proporcionar, mais o cliente ficará interessado naquela compra. Frisa-se, também, que há enorme diferença entre uma propaganda padrão e uma propaganda de depoimento, construída a partir do relato de uma experiência positiva de compra e/ou uso de determinado produto ou serviço.

Com a revolução digital, não é mais possível pensar em ações isoladas na internet ou nas redes sociais. Seja qual for seu negócio, com toda a certeza uma parcela significativa de seus consumidores é representada por usuários conectados que acessam a rede mais do que qualquer outra mídia. Assim, incluir estratégias digitais como parte de seu planejamento estratégico e de marketing, criando ações integradas que permitam utilizar melhor os recursos disponíveis, é fundamental. (Torres, 2018).

É possível ver esse tipo de comunicação através do marketing digital realizado por *youtubers* e *instagramers*, que fazem publicações a respeito dos diferenciais e benefícios conseguidos através da compra daqueles bens. Essas pessoas acabam despertando no público a expectativa de eles, também, usufruírem dessas vantagens, o que os motiva a adquirir os produtos e/ou serviços que foram bem avaliados por essas personalidades do mundo digital.

RESULTADOS

De acordo com a análise o marketing pode ajudar muito a empresa em tempos de crise, ela precisa insistir nos investimentos eficazes nessa área de forma a reter mais do que resultados financeiros, mas focar nos resultados intangíveis que são os mais importantes durante e após o período turbulento. Esse resultado intangível trará para organização uma visão, um olhar mais prazeroso, em todos os aspectos, pois o cliente verá como a empresa se preocupa com a frequência e relevância de informações, conseqüentemente os resultados financeiros vão surgir ao longo prazo.

Para Mendes, Bertollo, et. Al, o sucesso financeiro da empresa está ligado ao departamento de marketing da mesma. Ter um plano de comunicação integrada de marketing é uma vantagem competitiva grande, visto que o ambiente atualmente apresenta grandes concorrentes, a qualidade, às vezes, é a mesma, o que leva a diferenciação é a capacidade da empresa em entender as necessidades e desejos dos seus consumidores e criar um valor para

que o consumidor opte em comprar seus produtos.

Cada pessoa da organização, não importa sua função, deve estar comprometida a transferir a mesma mensagem para seus consumidores, mensagem esta que leve o consumidor final a ter necessidade de comprar seus produtos. (Mendes, Bertollo, et. Al, 2016)

E com a constante busca por bens e serviços na internet, a chance dos produtos serem os primeiros de acordo com a movimentação de cliques e visitas no site, página ou blog, a empresa se destaca no ramo atuante de forma mais focada, principalmente para continuar a transmitir o máximo de informações necessárias que supram as expectativas dos clientes.

Ao conseguir novos clientes e já fidelizado os antigos, a empresa precisa estabelecer um relacionamento duradouro, cuidar, para que esse contato sempre se converta em venda e estar sempre em aprendizado com os aspectos negativos, para obter crescimento gradualmente, não só durante crise, mas por toda sua existência como empresa.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa bibliográfica tiveram como foco a busca de informações para evidenciar como o marketing pode alavancar o cenário comercial e financeiro das organizações em períodos de crises e turbulências.

Neste contexto, conclui-se que utilizando o marketing digital como meio de divulgação e promoção, as empresas têm maiores oportunidades de manter as vendas e até mesmo aumentá-las; ao mesmo tempo em que economizarão recursos através do uso das soluções do marketing digital, uma vez que essa ferramenta de comunicação utiliza da Internet para alcançar seus consumidores atuais e potenciais de forma rápida, direta, eficiente, eficaz e, por vezes, sem nenhum custo.

O marketing digital é de importante para as organizações, visto que o acesso a internet, está muito mais fácil para todos. O uso de celulares e tablets crescem a cada dia, muitas vezes, o marketing digital é mais barato que o marketing tradicional. O bom uso das plataformas digitais pode aumentar as vendas da empresa e valorizar sua marca. Os clientes podem procurar na internet sobre a reputação da empresa em questão antes de adquirir um produto. (Mendes, Bertollo, et. Al, 2016)

É preciso fazer necessária a medição dos retornos obtidos por toda ou qualquer estratégia aplicada na área de marketing digital, são diversas formas para analisar a devolutiva das ações realizadas. Como por exemplo quais perfis das pessoas estão acessando o site da minha empresa, em quais horários, frequência, e repensar como poderia fazer com que esse lead

se torne um cliente da empresa e do utilize do produto/serviço.

As empresas que não medem os resultados de suas ações de marketing não têm controle sobre o que administrar e, portanto, não evoluem. A métrica de marketing é necessariamente um número, cuja função é avaliar e acompanhar resultados e níveis de serviço, relatar variâncias entre o planejado e o resultado e demonstrar o desempenho de processos. (ZUINI, 2011)

Deve-se medir o retorno sobre investimento sempre que for feito um investimento, pois apesar de se esperar por resultados intangíveis, precisa-se obter efetivamente conclusões financeiras viáveis.

Posto isso, tem-se que o marketing digital se caracteriza por utilizar a comunicação on-line para alcançar seus consumidores de forma rápida, direta, eficiente, eficaz e, até mesmo, sem custo algum. E será dessa maneira que as empresas poderão passar pelos períodos de turbulência. O uso da internet é o aliado perfeito para o alcance dos objetivos das organizações de hoje.

REFERÊNCIAS

ADOLPHO, Conrado. **Os 8Ps do Marketing Digital – O Guia Estratégico de Marketing Digital**. 2011. Novatec. p. 41. 66

ANA (2005), **Marketing Accountability Task Force Findings**. Association of National Advertisers, Nova Iorque, EUA, pp. 1-46.

BRANDÃO, Vanessa Cardozo. **Comunicação e marketing na era digital: a internet como mídia e canal de vendas**. Intercom, 2011.

CINTRA, F. C. (2010). **Marketing Digital: a era da tecnologia on-line**. *INVESTIGAÇÃO*, 10(1).

CLARK, B. H. **Marketing performance measures: history and interrelationships**. *Journal of Marketing Management*, v. 5, n. 15, p. 771-732, 2001.

COSTA, Milena Alves. **Impacto dinâmico da estratégia de marketing em dispositivos moveis no desempenho de uma empresa varejista**. 2018. p. 11.

Como aproveitar o Marketing Digital para crescer na crise. **Spiner Agência de Marketing Digital**. [s. l], 2016, Disponível : <<https://www.spiner.com.br/marketing-digital-na-crise>> Acesso em: 08 de jun.2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFTGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBOPE (2007), **Projeto tendências: resultados da pesquisa preparada para Associação de Marketing Promocional**. Acesso em 18 de março de 2020.

OKADA, Ioco Sionara. SOUZA, Eliane Moreira Sá de. Estratégia de Marketing Digital na Era da Busca. REMark - Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 46. 2011.

MENDES, Renata Castilhos. BERTOLLO, Diego Luís. ZANOTTO, Mayara Pires. CAMARGO, Maria Emilia. **A Comunicação Integrada de Marketing e sua colaboração para a conquista dos resultados empresariais**. p. 9. 2016

PRADI, A. **Marketing em tempos de crise: investir ou cortar?** 2015. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/marketing-tempos-crise-investir-cortar/>. Acessado em 26 de out de 2019.

PRADO, Guilherme de Almeida; PRADO, Karen Perrotta. Um modelo de retorno sobre investimento em ações promocionais não monetárias. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 8, n. 4, p. 10-24, 2009.

PICODI, **Compras online no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.picodi.com/br/mao-de-vaca/compras-online-no-brasil>>. Acessado em 10 set de 2019.

RIBEIRO, Áurea Helena Puga. Retorno financeiro dos investimentos em marketing: Uma aplicação do modelo ROQ. **INMR-Innovation & Management Review**, v. 2, n. 1, p. 103-121, 2005.

RUST, R. T.; LEMON, K. N.; ZEITHAML, V. A. **Return on marketing: using customer equity to focus marketing strategy**. Journal of Marketing, New York, v. 68, p. 109-127, Jan. 2004.

SANTOS, Natália Gabriele Cruz. SILVA. Priscila. **A importância do marketing de relacionamento em empresas de pequeno porte: um estudo de caso na anagrama publicidade em volta redonda**. 2016. P. 7.

SILVA, Guaraci Alves F. SANTANA, João Vitor Santos. **O perfil do administrador de empresas exigido pelo mercado de trabalho em tempos de crise**. P. 2. 2016

SEMEDO, M. J.. **Marketing: Estratégias de Sucesso em tempos de Crise Econômica**. Dissertação (Mestrado em Administração) Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2014.

TEIXEIRA, P. R. (2008). **SEO otimização de sites: marketing de busca como estratégia para empresas**. Rio de Janeiro: edição do autor (limitada).

ZUINI, Priscila. **Como medir as ações de marketing da sua empresa?** 2011 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/como-medir-as-acoes-de-marketing-da-sua-empresa/>> Acessado em 17 mar 2020.

APLICAÇÃO DO DIÁLOGO DIÁRIO DE SEGURANÇA EM CANTEIRO DE OBRA PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE DE TRABALHO

BRUNA SOUZA VIEIRA¹
DR. LUCIANO DA ROCHA MAGALHÃES²

RESUMO

Introdução: A indústria da construção civil é vista como um dos setores que mais gera empregos e renda, empregando cerca de 13 milhões de pessoas. Esse setor se difere dos demais por necessitar de uma grande quantidade de mão de obra, o que, aliado com o descaso histórico com a Segurança no Trabalho, gera um alto índice de acidentes no trabalho. A proposta deste trabalho é mostrar a importância da segurança no trabalho e da prevenção tendo como método adotado para prevenção o Diálogo Diário de Segurança. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar o desempenho do Diálogo Diário de Segurança (DDS) como reflexo nos resultados de Segurança no canteiro de uma obra de construção civil. **Material e Métodos:** O presente trabalho se desenvolve a partir do acompanhamento e da aplicação do DDS no canteiro de obras na cidade de Patrocínio – MG, acompanhando o comportamento dos trabalhadores quanto as normas de segurança e aplicando questionários aos profissionais em gerais da obra. **Resultados:** Foi possível notar a eficiência do DDS quanto à prevenção de acidentes. Apesar de ser uma ferramenta com resultados em longo prazo, nota-se que com comprometimento e a mudança de hábitos são a forma mais eficaz de precaução. **Conclusão:** Com o presente estudo foi possível notar a eficácia do DDS quanto à prevenção de acidentes, mostrando que, apesar de toda tecnologia existente a conscientização ainda é o melhor método. Podendo concluir que a necessidade de expansão da ferramenta é essencial para conscientização e alcance da área total.

Palavras-chave: Conscientização. DDS. Prevenção. Segurança do trabalho.

APPLICATION OF THE DAILY SAFETY DIALOGUE ON A CONSTRUCTION SITE FOR PREVENTING ACCIDENTS IN THE WORKPLACE

ABSTRACT

Introduction: The construction industry is seen as one of the sectors that generates the most jobs and income, employing about 13 million people. This sector is different from the fact that a large amount of labor is required, which is combined with the history of descendants with Safety at Work, generates a high rate of occupational accidents. The purpose of this paper is to show the importance of safety at work and to avoid the method adopted to prevent the Daily Safety Dialogue. **Objective:** This paper aims to analyze the performance of the Daily Safety Dialogue (DDS) as a reflection of the safety results in the construction site. **Methods:** This

¹ Autora, Engenharia Civil pelo UNICERP.

² Professor Orientador, Doutor em Engenharia Mecânica pela UFU.

work develops from the monitoring and application of the DDS in the construction site in the city of Patrocínio - MG, following the workers behavior regarding safety standards and applying questionnaires to the general professionals of the work. **Results:** Based on the study carried out at the construction site, it was possible to notice the efficiency of DDS regarding accident prevention. Despite being a tool with long-term results, it can compromise awareness and change habits and is the most effective form of precaution. **Conclusion:** This study was made possible with a warning of DDS modification regarding accident prevention, showing that despite all existing technology and awareness is still the best method.

Keywords: Awareness; DDS; Prevention; Work safety.

INTRODUÇÃO

De acordo com a matéria publicada no dia 20 de outubro de 2017 no Portal de Notícias G1, a indústria da construção civil, grande responsável pelo desenvolvimento do país, é vista como um dos setores que mais gera empregos e renda, empregando cerca de 13 milhões de pessoas. Esse setor se difere dos demais pelo fato de necessitar de uma grande quantidade de mão de obra, o que, aliado com o descaso histórico com a Segurança no Trabalho, gera um alto índice de acidentes no trabalho.

De uma forma geral, as condições de segurança no trabalho na indústria da construção civil experimentaram uma melhora em 1978 com a publicação da Norma Regulamentadora (NR) nº 18, denominada Obras de Construção, Demolição e Reparos. Essa NR passou por diversas modificações desde a sua promulgação, sendo a primeira em 1983.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmou que, em 2017, o Brasil ocupou o quinto lugar no ranking mundial de acidentes de trabalho. Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) de 2017, foram registrados 622.379 acidentes no ano de 2015, 585.626 em 2016 e 549.405 em 2017. Considerando apenas a Construção Civil, foram 45.376 acidentes em 2015, 37.159 acidentes em 2016 e 30.025 acidentes em 2017, que correspondem a 7,29%, 6,34% e 5,46% do total, respectivamente.

Conforme dispõe o art. 19 da Lei nº 8.213/91, acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Dentre as diversas estratégias que as empresas podem adotar para minimizar a ocorrência de acidentes, o envolvimento constante e pessoal do trabalhador é uma abordagem de ótimos resultados. Nesta linha, o Diálogo Diário de Segurança (DDS) é uma ferramenta de

fácil aplicação e baixo custo financeiro, consistindo na reserva de um curto espaço de tempo no próprio local de trabalho (5 a 15 minutos antes do início da jornada) para a discussão e instruções básicas relacionadas à segurança do trabalho.

O Diálogo Diário de Segurança surgiu na década de 90 para prevenir acidentes nos locais de trabalho e devem ser realizados diariamente no próprio local de trabalho. O diálogo visa o conhecimento, a comunicação e a conscientização da equipe sobre os riscos de acidentes.

Segundo os especialistas Arnaldo Cambraia e Maria Cristina Barros, 2013, através do uso do DDS, a conscientização é a forma mais eficaz de prevenção a acidentes de trabalho, porém para se alcançar o sucesso todos devem estar comprometidos e ter paciência, pois a mudança de hábitos não é de fácil mudança, então, será uma tarefa árdua que necessitará de tempo e dedicação.

O engenheiro ambiental Arnaldo Cambraia ressalta que é preciso que empresas desenvolvam ações educativas. “O Diálogo Diário de Segurança (DDS) é muito importante. É uma espécie de mini treinamento que alerta o trabalhador a respeito dos procedimentos corretos de segurança, com eletricidade e altura, por exemplo” (RBA REDE BRASIL ATUAL, 2013).

Para a Maria Cristina de Barros, procuradora federal, precisamos unir a sociedade para a conscientização. Não é apenas a falta de equipamentos que causa acidentes, mas sim a falta de consciência de que este acidente pode ser causado a partir do momento em que o trabalhador manipula um equipamento perigoso (RBA REDE BRASIL ATUAL, 2013).

A conscientização realizada através do DDS gera mais benefícios do que uma atitude coativa, pois o clima fica tenso no ambiente de trabalho e o técnico de segurança passa a ser visto como inimigo dos trabalhadores. É necessário o diálogo por uma necessidade de preservar a saúde e integridade física dos colaboradores.

Esta prática não é muito comum no setor da engenharia civil, pois prevenção necessita de investimentos, mesmo havendo um retorno grande na diminuição de acidentes, e quando falamos de investimento com relação à segurança na construção civil os empreendedores, na grande maioria, tentam driblar a legislação ao invés de seguir as normas.

Existe também a falta de interesse do empreendedor na aplicação de programas de segurança do trabalho o que acarreta muitas vezes em desinteresse por parte dos trabalhadores, fazendo com que os mesmos não desenvolvam a cultura de prevenção de acidentes.

Diante do que foi exposto, o objetivo desse trabalho é mostrar a importância da segurança no trabalho e da prevenção, bem como apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no canteiro de obra na região de Patrocínio sobre aplicação do DDS, como um método

adotado para prevenção de acidentes e doenças no ambiente de trabalho no setor da construção civil.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado como uma pesquisa qualitativa e quantitativa que se desenvolveu a partir de investigação de campo em uma obra na cidade de Patrocínio – MG, inserindo na rotina de trabalho dos funcionários o DDS e analisando a experiência vivenciada pelos trabalhadores juntamente com a mudança de hábito. O cronograma do trabalho foi estruturado no período de aproximadamente 30 dias (20 dias úteis de trabalho), de acordo com a disponibilidade da obra.

Foram realizadas, inicialmente, a aplicação de entrevistas aos funcionários que trabalham na obra, residentes a cidade de Patrocínio-MG, no dia 10/10/2019. O quantitativo de entrevistas foi devido ao fator de oportunidade e disponibilidade dos trabalhadores de participarem e colaborarem com o presente trabalho.

Durante a primeira entrevista realizada, foi aplicado um questionário, com o objetivo de extrair as opiniões dos trabalhadores a respeito da segurança de trabalho, acidentes sofridos e sobre o DDS.

Após o término da entrevista e da aplicação dos questionários, foi realizada uma pequena reunião com os funcionários para apresentar o que seria o DDS e seus objetivos. De uma forma bem clara e sem muitos termos técnicos, foi repassado a eles de que forma realizaríamos as reuniões e esclarecemos todas as dúvidas existentes.

Em seguida, foi dado início a aplicação dos DDS na obra, realizando diariamente as reuniões as 07:00 no refeitório, antes de iniciarem as atividades. Em relação aos temas dos DDS, foram escolhidos temas diversos entre a segurança e saúde do trabalhador, procurando não haver assuntos cansativos e nem repetitivos.

Após a realização dos DDS os funcionários eram dispensados e davam início as atividades, como de costume. Durante a vivência no canteiro de obras foi observado o comportamento dos trabalhadores para análise de conscientização e eficiência dos DDS realizados. Esta etapa foi executada durante 20 dias úteis.

Por fim, um segundo questionário foi aplicado, no dia 07/11/2019. Os objetivos foram extrair a opinião dos trabalhadores com relação a participação do DDS, conhecer sua experiência vivida e verificar o reflexo do DDS sobre o comportamento no canteiro de obra.

Os funcionários foram convocados para realizar as entrevistas um a um conforme

disponibilidade. Nesta ocasião, os questionários foram aplicados individualmente, evitando assim, qualquer constrangimento ou receio ao responder as perguntas.

Por fim, além da aplicação dos DDS, houve uma vivência no canteiro de obra, juntamente com o responsável pela segurança, para fiscalização dos funcionários quanto às medidas preventivas contra o acidente de trabalho.

Os temas tratados durante as reuniões na realização do trabalho estão listados na **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Dia	Tema
1º	Porque os acidentes acontecem?
2º	Porque devo usar EPI?
3º	Segurança do trabalho não se faz somente com EPI
4º	Saúde não combina com cigarro
5º	Realizando trabalho em altura
6º	Trabalho em altura: Escadas
7º	Cinto de segurança para trabalho em altura
8º	Quase acidentes são sinais de alerta
9º	Cuidados para evitar lesão nas costas
10º	Arrumação, limpeza e ordenação são bons hábitos
11º	Dermatose em profissional na construção civil causada pelo cimento e cal
12º	Ergonomia na construção civil
13º	10 dicas para reduzir os riscos para o trabalhador na construção civil
14º	Higiene Pessoal
15º	Qual é a importância da proteção das mãos
16º	Cuidados com as mãos
17º	Qual é a importância do cuidado com os olhos

Figura 1: Relação dos temas abordados no DDS

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos relatos coletados durante as pesquisas, foi possível analisar a faixa etária correspondente ao tempo que cada funcionário participante possuía na área da construção civil. A situação expôs que parte dos colaboradores, cerca de 40,0%, já tem mais de 10 anos de experiência dentro da área e grande parte deles nunca participaram de um DDS ou tiveram algum tipo de contato com ele. Se encaixando na mesma situação estão os novatos da profissão,

aproximadamente 35,0%, que exercem suas atividades na área da construção civil há menos de dois anos, não tendo ainda a oportunidade de usufruir da ferramenta.

Ao serem abordados sobre os acidentes de trabalho, 15 funcionários (75% do total de participantes) relataram inúmeros incidentes vivenciados durante o tempo que trabalham na área, porém todos sem dano a saúde do trabalhador. Alguns relataram que nunca haviam sofrido nenhuma casualidade. Foi constatado que somente 5 funcionários da obra (25%), já sofreram algum tipo de acidente, tornando inevitável, devido os danos sofridos, o afastamento das atividades durante algum tempo. Apesar de não ser uma estatística muito alta, esse valor poderia, com algumas precauções, ser reduzido ainda mais.

O DDS por ser uma ferramenta ainda pouco utilizada na área da construção civil, foi constatado que nem todos os trabalhadores da obra já conheciam ou ouviram falar sobre as reuniões.

Dos 20 trabalhadores entrevistados, 6 deles (30,0% do total) relataram que já haviam participado dos DDS no passado. Na presente obra, em um período anterior, já houve a realização das reuniões. Por isso os trabalhadores com mais tempo de empresa já conheciam e haviam participado, porém durante a realização deste trabalho, não existia mais a realização dos DDS.

Em contrapartida, 3 funcionários (15,0%) revelaram desconhecer os DDS, reforçando ainda ser uma novidade apresentada. Os outros 11 participantes (55,0%) constaram já terem ouvido a respeito dos DDS, porém não conheciam os objetivos nem como era o funcionamento do mesmo. A partir dos dados extraídos, é evidente que o DDS ainda não é uma ferramenta com alcance total da área, mostrando que somente 30,0% dos trabalhadores já haviam participado do treinamento oferecido pelas reuniões.

Os trabalhadores entrevistados foram questionados a respeito da opinião quanto a eficiência da ferramenta na prevenção de acidentes. A utilidade do DDS apareceu presente constantemente, pois fornece informações desconhecidas capazes de evitar complicações futuras. Algumas narrativas constaram a importância do acréscimo de conhecimento, somando informações.

Alguns funcionários citaram pontos importantes, como o espaço criado pelo DDS, que oferece um ambiente onde permite a interação entre os colegas de trabalho, a troca de ideias e a expressão de opiniões. A conscientização sobre a proteção foi um item bastante citado durante as entrevistas, afirmando que o DDS traz aprendizados inovadores e também a cobrança pela prevenção, como o uso do EPI, que em vários momentos durante o dia são esquecidos. Já o relato dado pelos funcionários que não conheciam o DDS foi o interesse em conhecer a

ferramenta, a fim de acrescentar informações e conhecimentos. A Figura 2 apresenta esta relação:

Conhecimento prévio sobre DDS

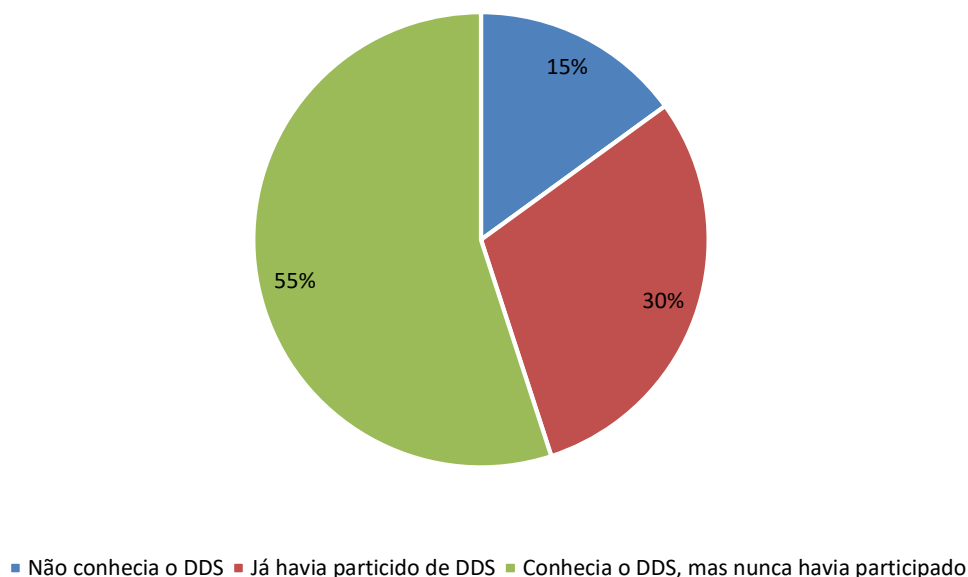


Figura 2: Dados coletados do conhecimento prévio sobre DDS.
Fonte: Autora.

Em relação ao uso dos EPIs, foi relatado que a empresa em que trabalham fornece todo e qualquer EPI que eles necessitem para exercício das atividades com segurança. A empresa conta também com um funcionário responsável somente pelo controle de distribuição e manutenção desses equipamentos, garantindo assim que nenhum funcionário trabalhe com algum EPI danificado.

Ao serem questionados sobre o uso dos EPIs, poucos funcionários admitiram não os usar corretamente. Um total de 18 trabalhadores afirmou usar corretamente os EPIs, cerca de 90,0%. Ao serem abordados para realização do questionário, alguns dos funcionários estavam sem a utilização dos EPIs, uns se apresentaram sem luvas e outros até mesmo sem capacete, porém mesmo assim, afirmaram usar corretamente os EPIs ao serem interrogados. Dos entrevistados somente 10,0%, 2 trabalhadores, afirmaram não usar regularmente os equipamentos, confessando que em alguns momentos durante o dia a dia se esquecem de colocá-los.

Em relação à convivência e a intimidade de trabalhadores com os engenheiros civis e técnico de segurança o ambiente demonstrou existir um bom relacionamento. Todos os

funcionários em geral, disseram ter liberdade para troca de ideias, opiniões e sugestões.

Durante as primeiras reuniões foi necessária paciência quanto a participação dos funcionários, pois eles ainda se sentiam intimidados a tirarem dúvidas ou relatarem alguma experiência relacionada ao assunto do dia. Com o transcorrer dos dias, os trabalhadores já sentiram afinidade e iniciaram suas participações, trazendo seus testemunhos aos seus colegas de trabalho.

Em algumas ocasiões, os funcionários se interessaram pelas normas e conceitos de Saúde e Segurança até então desconhecidas por eles, como por exemplo, até quantos quilogramas o cinto de segurança suporta ou por quanto tempo ele pode ser utilizado até seu descarte, entre outros questionamentos. Essa interação entre os colegas, além de aproximação, proporcionou também uma melhora nas questões de trabalho.

Com a prática constante do DDS, os funcionários assumiram mais comprometimento, se mantiveram mais atentos e contribuíram mais para a percepção de riscos de qualquer nível.

O número de participantes aumentava consideravelmente com o decorrer das aplicações, mostrando que quanto mais o DDS se familiarizava mais os funcionários participavam. Os próprios trabalhadores, com a adaptação, perceberam a importância de adotar medidas preventivas, iniciando a sugestão de temas viáveis e de seu interesse. A eficiência da ferramenta está justamente no envolvimento do funcionário, contribuindo com situações que fazem parte do dia a dia de trabalho deles.

Outro fato que pode ser observado durante o projeto foi a importância da presença de um funcionário na área da segurança, como um técnico, que reforça o compromisso do trabalhador com a segurança. Em algumas ocasiões foi possível observar alguns funcionários exercendo suas atividades sem os EPIs, e ao constarem a presença do técnico, providenciavam o uso do mesmo para evitar que viessem a ser advertidos.

Após um período de aplicação dos DDS, já foi possível constatar mudanças no ambiente de trabalho e nos trabalhadores, sendo assim foi realizado a aplicação de uma segunda entrevista.

Em entrevista com os funcionários, todos deixaram claro como a experiência de participar do DDS foi satisfatória. Alguns trabalhadores relataram sobre o conhecimento que foi adquirido ao longo da realização deste trabalho e a importância de coloca-los em prática. Relataram também como uma simples atitude pode salvar uma vida, que através do DDS, aprenderam que pequenas mudanças fazem grandes diferenças na prevenção de acidentes.

Os funcionários classificaram a contribuição do DDS na redução de acidentes de forma positiva, afirmando que a ferramenta contribui muito na prevenção. Disseram que mesmo com

anos de experiências, muitos hábitos diários e repetitivos passam despercebidos, e ao executarem novamente recordaram da mudança de hábito sugerida na reunião.

Na pesquisa de satisfação dos trabalhadores com os DDS, os resultados foram positivos. Foram questionados primeiramente se gostaram de participar das reuniões, se foi agradável e como se sentiram. Em unanimidade, relataram que DDS foi muito produtivo, benéfico e com temas agradáveis de participar. O ambiente criado trouxe liberdade para qualquer opinião, desde uma sugestão a uma reclamação. A importância da participação de todos foi um item bastante sugerido pelos colaboradores, colocando em relevância o papel que tem o trabalho em equipe e os maiores resultados que ele pode proporcionar na redução de acidentes.

Sobre os temas abordados durante os DDS, foram escolhidos temas diversos entre a segurança e a saúde do trabalhador. Alguns temas foram decididos conforme as atividades que iriam executar no dia, outros já foram escolhidos por pedido dos próprios funcionários. Foram determinados temas que cativassem a atenção e não deixassem as reuniões repetitivas, demonstrando confiança ao partilhar as informações e apresentando inovações durante as apresentações.

Sobre o que seria mais importante no DDS, foram dadas três opções aos trabalhadores, todas com o mesmo nível de importância e de extrema relevância quando trabalhadas em conjunto. Deram bastante ênfase na motivação para prevenção que o DDS proporciona, aproximadamente de 47,0%, encarando a prevenção de acidentes como metas que deveriam ser batidas propostas pelo DDS, afinal o tempo todo é sugerido a redução ou anulação de acidentes, conforme apresentado na Figura 3:

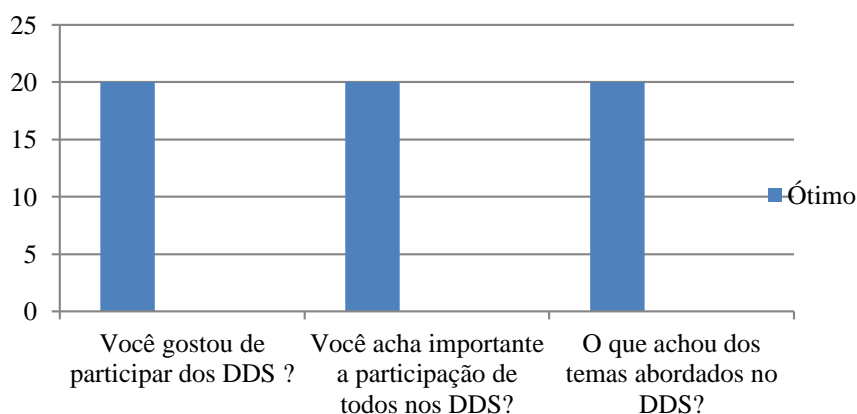


Figura 3: Satisfação dos trabalhadores quanto ao DDS
Fonte: Autora.

Dessa forma, os colaboradores assumiram um comportamento mais seguro, aumentando a responsabilidade e a preservação pela vida. O segundo item com maior apoio dos trabalhadores foi o aprendizado adquirido sobre segurança do trabalho. Alguns desses

funcionários já haviam participado de algum tipo de treinamento sobre segurança, porém a maioria disse nunca ter participado de alguma palestra sobre prevenção de acidentes.

Durante os relatos muito foi citado o aprendizado levado até eles, sobre métodos, atitudes e sobre as normas, que adquiriram conhecimentos necessários para o dia a dia durante a experiência vivenciada. Em contrapartida, a interação entre os funcionários não foi algo deixado de lado, somente não teve valores mais elevados devido a boa convivência já existente entre eles, prevalecendo sempre o respeito, a amizade e a preocupação com o próximo.

Ao serem questionados sobre a expansão da ferramenta na área da construção civil, foi notável a aceitação dos trabalhadores. Durante os relatos de opiniões muito prevaleceu que seria uma demonstração de preocupação da empresa com seus funcionários, trazendo mais informações e mais aprendizado. Alguns trabalhadores disseram se sentirem mais confortáveis para exercer suas atividades quando há mais recursos ligados a segurança e quando existe um ambiente aberto e interessado na opinião deles.

Ao adotar DDS, os funcionários enxergam como providência tomada por parte da empresa a fim de reduzir o número de acidentes, que o mínimo que se aprende já faz diferença. Em outras respostas, já foi citado o conhecimento contínuo que essa expansão irá oferecer, pois mesmo durante uma troca de serviço, continuariam a adquirir conhecimentos, e que cada profissional tem sua forma única de transmitir seus ensinamentos.

Com o estudo e as entrevistas realizadas no canteiro de obras, foi notável a evolução e os benefícios trazidos pelo DDS. O relato dos funcionários permanece sempre o mesmo: o DDS traz segurança e conhecimento. Apesar de ser uma ferramenta com resultados em longo prazo, ela exhibe o potencial de fortalecer o compromisso dos trabalhadores com a segurança não só de si, mas também dos companheiros de trabalho.

CONCLUSÃO

Apesar de todo avanço tecnológico existente nos dias atuais, o DDS se mostrou bastante eficaz no aspecto de prevenção de acidentes no trabalho. Os trabalhadores devem se conscientizar de que a prevenção é a medida mais eficiente para alcançar a meta de eliminação de acidentes, sejam eles graves ou fatais. No presente trabalho ficou evidente que mesmo sendo uma ferramenta com resultados em longo prazo ela é totalmente eficiente para redução de acidentes.

A participação de todos se torna necessária para um amplo alcance e melhor efeito, transmitindo segurança no ambiente de trabalho e possibilitando ao trabalhador preservar pela

sua vida e de toda sua equipe.

O presente trabalho evidenciou que a ferramenta é eficaz na prevenção quando bem aplicada. O assunto é transmitido conforme a necessidade do público, construindo seu conhecimento e buscando adotar uma nova visão sobre segurança.

Por fim, pode-se concluir que é preciso expandir a utilização do DDS na área da construção civil, pois, através dela será possível conscientizar os trabalhadores a criarem, desenvolverem e manter atitudes de prevenção a acidentes de trabalho, acrescentando segurança nas atividades cotidianas dos colaboradores.

REFERÊNCIAS

AMATO, FÁBIO. **Mais de 1 trabalhador da construção morre por dia no país, diz Previdência.** Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/mais-de-1-trabalhador-da-construcao-morre-por-dia-no-pais-diz-previdencia.html>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

APARECIDA, CARMEN. **Prevenção de Acidentes do Trabalho na Indústria da Construção: O Caso da Experiência do Comitê Permanente Regional - Cpr de Piracicaba.** Disponível em:

<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/19092011_162754_carmen_goncalves.pdf.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL, NR-1. **Disposições Gerais.** Disponível em: <

<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr1.htm>>. Acesso em: 08 Out. 2019.

BRASIL, NR-10. **SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE** Disponível em:

<<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr10.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL, NR-12. **SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.** Disponível em:

< <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr12.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL, NR-17. **ERGONOMIA.** Disponível em:

< <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr17.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL, NR-33. **SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS.** Disponível em:

< <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr33.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL, NR-35. **TRABALHO EM ALTURA.** Disponível em:

< <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr35.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BRASIL, NR-6. **Equipamento de Proteção Individual – EPI.** Disponível em: <

<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr6.htm>>. Acesso em: 08 Out. 2019.

BRASIL, NR-9. **PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS**

Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr9.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. **DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>. Acesso em: 21 mai. 2019.

CBIC - COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS. **Uma Ferramenta de Conscientização**. Disponível em: <<https://cbic.org.br/relacoestrabalhistas/uma-ferramenta-de-conscientizacao/>>. Acesso em: 02 Out. 2019.

CPN, COMITE PERMANENTE NACIONAL. **MANUAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**. Disponível em:

<http://www.cpn-nr18.com.br/uploads/documentos-gerais/manual_de_sst_ind._construo_edificaes.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CUSTÓDIO, ROSIENE; MOURA, APARECIDO VIEIRA; MARTINS, ROBERTO SOUZA. **A importância do Diálogo Diário de Segurança – DDS para prevenção de acidentes o segmento agroindustrial**. Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/rosienedc/artigo-dds-final-13770940>>. Acesso em: 28 Set. 2019.

FILOMENO, JURANDIR DA COSTA. **Guia de Requisitos Mínimos Obrigatórios de SSMA: Segurança, Saúde e Meio Ambiente para Contratadas**. Disponível em:

<<https://www.alcoa.com/brasil/pt/pdf/Caderno-SSMA-Pocos-de-Caldas.pdf>>. Acesso em: 8 Set. 2019.

FUNDACENTRO. **NR 18 em pauta**. Disponível em:

<<http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2015/10/nr-1-em-pauta>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

G1, GLOBO. **Por que o Brasil precisa da construção civil para voltar a crescer**.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/noticia/por-que-o-brasil-precisa-da-construcao-civil-para-voltar-a-crescer.ghtml>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

MARCONDES, JOSÉ SÉRGIO. **O QUE É DDS? Conceito, objetivo, benefício, como fazer**. Disponível em: <<https://gestaodesegurancaprivada.com.br/o-que-e-dds-conceito-objetivo/>>. Acesso em: 15 Set. 2019.

MARTINS, MIRIAM SILVÉRIO. **Diretrizes Para Elaboração De Medidas De Prevenção Contra Quedas De Altura Em Edificações**. 2004. 183f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

MENDES, DARCY. **O que é e como aplicar corretamente o DDS**. Disponível em:

<<https://temseguranca.com/o-que-e-e-como-aplicar-corretamente-o-dds/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MIKOSKI, KARLA MARIA. **Quem Precisa de um Tema Para o DDS?**. Disponível em:

<http://www.comportamento.com.br/site2015_pt/artigo-26/>. Acesso em: 04 Out. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **PORTARIA No 261, DE 18 DE ABRIL DE 2018.**

Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1nTwm6gv-84xYdEPomEt5hmiirLn2UpUS/view>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

PEREIRA, HAROLDO. **Construção civil e saúde do trabalhador: um olhar sobre as pequenas obras.** Disponível em:

<<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/23107/1/882.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PROMETAL. **O que é DDS?** Disponível em: <<https://www.prometalepis.com.br/blog/99-o-que-e-dds/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

REDE BRASIL ATUAL. **Conscientização é Forma Mais Eficaz de Combate a Acidentes de Trabalho, Dizem Especialistas.** Disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/04/conscientizacao-e-forma-mais-eficaz-de-combate-a-acidentes-do-trabalho-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 12 Out. 2019.

REVISTA EMERGENCIA. **Acidentalidade no mundo.** Disponível em:

<http://www.revistaemergencia.com.br/upload/protecao_materiaarquivo/922.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SECRETARIA DE PEVIDÊNCIA. **Dados Abertos – Previdência Social e INSS.** Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>.

Acesso em: 10 mai. 2019.

SECRETARIA DE TRABALHO, MINISTERIO DA ECONOMIA. **Norma Regulamentadora Nº18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da Construção.** Disponível em:

<<http://www.trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-18-condicoes-e-meio-ambiente-de-trabalho-na-industria-da-construcao>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SIENGE PLATAFORM. **ACIDENTES NA CONSTRUÇÃO CIVIL – UMA INFELIZ REALIDADE DO SETOR** Disponível em:

<<https://www.sienge.com.br/blog/acidentes-na-construcao-civil/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SILVA, ELMO RODRIGUES DA; MARTINI JUNIOR, LUIZ CARLOS DE. **O ambiente entre nós.** Disponível em:

<http://www.eng.uerj.br/publico/anexos/1340727533/1340727533Livro_O_ambiente_entre_nos.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2019.

VOLPE, RENATA. **Construção civil se recupera e é o setor que mais gera empregos em MS** Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/economia/construcao-civil-se-recupera-e-e-o-setor-que-mais-gera-empregos-em-ms>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

ZEFERINO, ANTONIO CARLOS. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Disponível em:

<<https://www.segurancadotrabalhoacz.com.br/wp-content/uploads/2015/06/TCC-PDF.pdf>>. Acesso em: 18 Out. 2019.

ESTUDO DE VIABILIDADE DO LAUQ (LATERITA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE)

DIEGO DA SILVA CARVALHO¹
DR. GILBERTO FERNANDES²

RESUMO

Introdução: As metodologias de dosagem para misturas asfálticas têm em suas concepções a finalidade preliminar de determinar a quantidade de ligante necessária para uma composição de agregados já enquadrados em uma determinada faixa granulométrica previamente definida. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo desenvolver e avaliar o comportamento mecânico de misturas asfálticas tipo LAUQ (Laterita Asfáltica Usinada a Quente) pela metodologia Marshall. **Material e Métodos:** O estudo foi desenvolvido com adição de laterita lavada utilizada como agregado graúdo em diferentes teores. O agregado miúdo e o filler foram substituídos por um colúvio amarelo arenoso. Ambos provenientes do Complexo Mineral de Patrocínio/MG. Em Patrocínio/MG e no estado de Minas Gerais, convencionalmente é empregado rocha britada como agregado nas misturas asfálticas. Nas proximidades da região de Patrocínio/MG, temos uma disponibilidade deste material a 93 km de distância. Com os ensaios de caracterização físicos e mecânicos da laterita, buscou-se um material de reaproveitamento de extração mineral como agregado não-convencional, cascalho laterítico e o colúvio amarelo que são resíduos da mina de fosfato. **Resultados:** O trabalho consistiu na realização: de ensaios de caracterização do material empregado na mistura asfáltica para pavimento, execução da dosagem Marshall com adição do ligante asfáltico CAP 50/70 para obtenção da fluência, estabilidade Marshall e do teor ótimo de ligante de uma faixa granulométrica enquadrada na (faixa C do DNIT). **Conclusão:** Os resultados adquiridos apontam um bom desempenho da mistura que apresentou um teor ótimo de ligante de 7,0%, o que torna sua viabilidade do ponto de vista experimental adequado.

Palavras-chave: Laterita asfáltica usinada a quente – LAUQ; Pavimento. Dosagem Marshall.

LAUQ FEASIBILITY STUDY

ABSTRACT

Introduction: The metering methodologies for asphalt mixtures have in their conceptions the preliminary purpose of determining the amount of binder necessary for a composition of aggregates already framed in a determined granulometric range previously defined. **Objective:** this study aims to develop and evaluate the mechanical behavior of LAUQ type asphalt mixtures (Laterite Machined hot Asphalt) by Marshall methodology. **Material and methods:** the study was carried out with addition of laterite washed used as coarse aggregate in different levels.

¹ Autor, Engenharia Civil pelo UNICERP.

² Orientador, Professor da Universidade Federal de Ouro Preto, Doutor em Infraestrutura de Transporte.

The kid and the filler were replaced by a yellow Sandy colluvium. Both from the Mineral Complex for sponsorship/MG. In Sponsorship/MG and in the State of Minas Gerais, conventionally is crushed rock employee as aggregate in asphalt mixtures. In the vicinity of the Sponsorship/MG, we have an availability of this material to 93 km away. With the testing of physical and mechanical characterization of laterite, sought a reuse of material mineral extraction as unconventional household, laterite gravel and colluvium yellow that are phosphate mine waste. **Results:** The work consisted in carrying out the tests: material used in asphalt mixture for pavement, implementation of dosage Marshall with addition of the asphalt binder 50/70 CAP for obtaining the fluency, Marshall stability and great content a granulometric range framed ligand in (track C the DNIT). **Conclusion:** the results acquired point a good performance of the mixture which presented a great content of binder of 7.0%, which makes your viability of suitable experimental point of view.

Keywords: Laterite machined hot asphalt-LAUQ. Pavement; Marshall Dosage.

INTRODUÇÃO

As metodologias de dosagem para misturas asfálticas têm em suas concepções a finalidade preliminar de determinar a quantidade de ligante necessária para uma composição de agregados já enquadrados em uma determinada faixa granulométrica previamente definida. Deste modo a mistura asfáltica alcançada apresentará um desempenho estrutural satisfatório quando submetida em serviço.

A escolha do material utilizado para o estudo, se deu devido ao grande volume de material oriundo do processo de mineração realizado no Complexo Mineral de Patrocínio-CMP. Os agregados selecionados para o estudo são armazenados nos depósitos de estéreis, entretanto estes são materiais sem fins econômicos na comercialização.

Atividades de mineração são fundamentadas na extração e beneficiamento de minerais com fins econômicos. Neste processo ocorre modificação no meio ambiente, com isso são gerados resíduos, um destes resíduos é denominado de estéril. O estéril é um agregado natural que na sua composição pode apresentar um ou mais minerais, ele é extraído no processo de lavra do minério e não possui valor econômico.

A qualidade e as propriedades dos materiais que compõem as misturas asfálticas tanto no estado solto ou quando compactado, é de crucial importância para a boa performance da mistura, sendo assim, nos procedimentos de dosagem, mistura e aplicação é necessário ter um bom controle tecnológico para o enquadramento do material dentro das exigências do nível de qualidade, a fim de que seja produzido um material de engenharia que atenda aos requisitos técnicos de cada aplicação (MARQUES, 2004).

Segundo Moizinho (2007), se tem um volume considerável de estudos laboratoriais, que

apresentam a viabilidade do emprego de agregados que são de origem laterítica em misturas de concreto betuminoso. Estes estudos evidenciam que misturas asfálticas com agregados graúdos de origem laterítica apresentaram desempenho tão satisfatórios quanto as misturas preparadas com agregados pétreos.

MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento deste trabalho se deu com a necessidade de um maior conhecimento em relação ao comportamento da laterita utilizada como agregado em pavimento flexível. O trabalho foi montado a partir da caracterização do material juntamente com sua composição química mineralógica, a fim de avaliar o seu comportamento físico e mecânico de maneira a justificar o emprego do material como agregado. A abordagem sócio-técnica, adotada para a execução deste estudo, norteia a pesquisa tendo em vista o objetivo proposto, foram realizadas pesquisas bibliográficas existentes a respeito do tema. Nela foi dado maior ênfase a viabilidade do emprego de agregados lateríticos na confecção de pavimentos asfálticos, ressaltando suas principais características e descrevendo suas vantagens.

Numa segunda etapa, o estudo contou ainda com ensaios em laboratório no processo experimental de dosagem de uma mistura laterita asfáltica usinada a quente – LAUQ. No desenvolvimento deste trabalho os agregados utilizados foram: laterita lavada e colúvio amarelo, ambos provenientes do CMP, estado de Minas Gerais. O solo amarelo foi caracterizado como solo arenoso e foi utilizado como agregado miúdo no traço compondo a parte de material de enchimento e filler, e para compor a parcela de material granular foi utilizada a laterita lavada nas frações brita 1 e 0 na curva granulométrica montada seguindo especificações do DNIT 031/2006-ES. A dosagem de mistura asfáltica consiste na escolha realizada através de procedimentos experimentais indicando o teor de ligante, encontrado a partir da faixa C curva granulométrica.

Revisão de literatura: Pavimentos asfálticos flexíveis

Pavimentos flexíveis são elementos em que sua estrutura é constituída por camadas com variadas espessuras e o revestimento é composto por material betuminoso. As camadas que compõem o pavimento flexíveis são: revestimento, base, sub-base, reforço de subleito e subleito DNER (1996).

A camada de revestimento é aquela destinada a suportar as solicitações danosas ocasionados pelo tráfego de veículos, impermeabilização do pavimento e as degradações causadas pelo meio ambiente, transferindo as cargas de maneira atenuada para às camadas subjacentes de modo a assegurar maior conforto e segurança na pista de rolamento.

Segundo Senço (1997), pavimentos flexíveis são aqueles que quando sujeitos a sobrecarga permitem a deformação do material até um limite de sobrecarga sem que ocorra o rompimento da estrutura.

Utilização de solos lateríticos em pavimentos

Com a escassez de rocha granítica em algumas regiões do país, agregados lateríticos surgem como uma alternativa devido à grande ocorrência de depósitos residuais no Brasil. Devido ao limitado índice de estudos, esses materiais são pouco utilizados na confecção de pavimentos rodoviários, trazendo como consequência elevados custos na construção de pavimentos ocasionados pelo transporte em grandes distâncias da matéria prima MOIZINHO (2007).

Segundo Moizinho (2007), o primeiro trabalho que se tem conhecimento do uso de agregados lateríticos utilizados em revestimentos desenvolvido no Brasil, foi uma pista de decolagem e pouso no aeroporto de São Luiz do Maranhão em 1943, realizado pelo departamento de Engenharia do Exército Americano, no decorrer da segunda guerra mundial. O concreto asfáltico usino a quente com agregado laterítico peneirado e lavado comondo a fração graúda da mistura apresentou vinte anos após sua construção um bom comportamento. Para Santana e Gontijo (1987), o uso deste agregado comondo a mistura foi devido a uma emergência, com os bons resultados obtidos durante este espaço de tempo percebe-se a excelência do material.

Os revestimentos asfálticos lateríticos vem sendo estudados por diversos pesquisadores Amaral (2004), Azevedo (1982), Bernucci (1995), Brasileiro (1983), Brito (1978), Castro e Salem (1994), Gidigas (1980), Guimarães e Motta (2000), Macêdo (1989), Moizinho (1994), Moizinho (2007), Santana e Gontijo (1987) e Tavares (1976), e a avaliação dos resultados indicam ser satisfatórios para a utilização em rodovias com volume de tráfego baixo.

Alguns agregados lateríticos apresentam menor resistência ao polimento, isso ocorre devido ao desgaste superficial excessivo nos revestimentos betuminosos, que são ocasionados pela atuação conjunta da água e do tráfego. De acordo com Brasileiro (1983), o desgaste sofrido pelo agregado é de fundamental relevância e precisa ser analisado com cuidado.

Concreto betuminoso usinado a quente

No Brasil o tipo de ligante mais utilizado para pavimentos flexíveis é o Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), que é o produto da mistura de agregados de variadas granulometrias com o Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP), ambos materiais aquecidos a temperaturas determinadas previamente, em função das propriedades de viscosidade e temperatura do ligante.

No Brasil, a produção de asfalto iniciou-se em 1944, na refinaria Ipiranga, com petróleo importado da Venezuela. Até então, utilizava-se nos serviços de pavimentação o asfalto importado de Trinidad, acondicionado em tambores de cerca de 200 litros. A partir daí o uso de asfalto na construção de estradas é crescente e está presente em mais de 97% das rodovias pavimentadas no Brasil, segundo pesquisa da CNT (2013).

Identificação dos agregados utilizados na pesquisa

Agregados minerais

Como fase preliminar dos estudos, foi realizada a identificação dos agregados selecionados com potencial aplicação na composição da mistura asfáltica, abrangendo solos locais derivados dos resíduos de mineração. Os materiais escolhidos para o estudo são provenientes dos estéreis são eles: a laterita e o colúvio amarelo, ambos provenientes do CMP. O colúvio amarelo foi caracterizado como solo arenoso e foi utilizado como agregado miúdo no traço compondo a parte de material de enchimento e filler, e para compor a parcela de material granular foi utilizada a laterita lavada nas frações brita 1 e 0.

Ligante asfáltico

As propriedades do Cimento Asfáltico de Petróleo-CAP dependem do meio natural a qual o material é proveniente. Os principais processos para o refino do material no Brasil, são: desativação por solvente e o de destilação a vácuo processo que fornece como resíduo o RV (Resíduo de Vácuo), material este que ajustado a parâmetros de especificações, é designado de CAP. O cimento asfáltico de petróleo pode ser considerado viscoelastoplástico e termo sensível, sendo assim ele possui uma parcela elástica, viscosa e plástica. É um material sensível a

mudança térmica. Em temperaturas elevadas acima de 100°C, o material se torna plástico e em temperaturas abaixo de 60°C ele se torna elástico, agindo como uma borracha quando solicitado pelo carregamento.

O ligante asfáltico empregado nesta pesquisa foi o CAP 50/70, proveniente da Ipiranga Asfaltos S/A, localizado em São Paulo SP, e certificado pelo laboratório da Petrobrás, distribuído pela empresa Stratura Asfalto S/A, e disponibilizado pela empresa FALK construtora, localizada em Patrocínio-MG.

Caracterização dos Agregados

Os agregados foram coletados e levados ao laboratório, onde foram secados em estufa e posteriormente foram caracterizados seguindo as especificações normativas vigentes. A laterita estudada indica ser adequada para o uso em misturas asfálticas, uma vez que já foram obtidos resultados similares na caracterização de jazidas lateríticas por outros pesquisadores.

A laterita apresenta características diferentes das rochas graníticas, convencionalmente utilizadas como agregado graúdo na constituição de misturas asfálticas, devido a sua composição mineralógica. Características estas que podem afetar diretamente a ligação asfalto – agregado, pois a mesma apresenta angularidade e poros que elevam o consumo de ligante, ou seja para se ter um bom desenvolvimento da ligação adesiva o consumo de CAP é maior do que para misturas convencionais.

O material de enchimento é o filler. Ele é responsável por preencher uma parcela dos vazios presentes na mistura e proporcionar um gradual aumento de estabilidade, podendo melhorar também o desempenho térmico, mecânico e a sensibilidade à água na mistura asfáltica.

Passado a caracterização dos agregados, foi adotada a faixa de trabalho seguindo especificações do ES 031 (DNIT, 2006), a faixa escolhida para o trabalho foi a faixa C, a partir dela foi obtido os parâmetros para enquadramento do material na execução da dosagem Marshall para mistura asfáltica do tipo LAUQ.

Avaliação visual de adesividade

A adesividade da laterita com o material betuminoso pode ser definida como a propriedade em que o material betuminoso é aderido a laterita. Essa avaliação pode ser feita pelo

não descolamento ligante asfáltico quando este recobre o agregado, em determinada fração de granulometria, na mistura agregado-asfalto (DNER-ME 078/94).

Levando em conta a porosidade do material ao mesmo tempo que ela se apresenta positiva com relação a adesividade, em contrapartida se tem o aumento do teor de ligante.

Dosagem Marshall

Para o estudo de confecções de misturas asfálticas a referência utilizada foi a metodologia Marshall de dosagem. As misturas selecionadas foram dosadas em laboratório segundo a metodologia e submetidas aos ensaios convencionais de Estabilidade Marshall utilizando-se a faixa C do DNIT, para a composição da granulométrica dos agregados. Para a mistura o ligante asfáltico selecionado foi o CAP 50/70, para a determinação dos parâmetros de dosagem Marshall. O percentual de agregados utilizados para compor tal faixa está enquadrada dentro dos critérios estabelecidos pelo DNIT, conforme o método de ensaio ME 043 (DNER, 1995).

O perfil da faixa granulométrica é de extrema influência na mistura asfáltica, pois afeta diretamente as propriedades mecânicas e a durabilidade do mesmo. Essa influência é maior nas características mecânicas da mistura, isso ocorre devido aos pontos de atrito do agregado no revestimento, fator este que interfere na resistência e em uma melhor distribuição das cargas ocasionados pelo tráfego nas camadas subjacentes da infraestrutura (ROBERTS et al., 1991).

A dosagem e a moldagem das amostras, juntamente com a obtenção dos parâmetros de dosagem Marshall da mistura foram realizados no laboratório de asfalto da FALK Construtora, seguindo o método de ensaio ME 043 (DNER, 1995). Foram realizados no processo de dosagem de misturas asfálticas a composição de seis teores de ligante, para cada teor foram moldados três corpos de prova para análise de desempenho da mistura. Baseados nas referências bibliográficas foram escolhidos os teores de 5,8%, 6,3%, 6,8%, 7,3%, 7,8% e 8,3%. As misturas foram confeccionadas com ligante CAP 50/70 aquecido conforme estabelecido pelo método de ensaio ME 043 (DNER, 1995), a 160°C e os agregados foram aquecidos a 175°C.

Após o aquecimento e mistura do agregado com o ligante asfáltico foi realizada a moldagem dos corpos de prova com o equipamento Marshall por compactação manual dinâmica de 75 golpes por face com frequência de 0,8s. A extração dos corpos de prova dos moldes foi realizada após 24 horas. Em seguida foram determinados os parâmetros volumétricos pesagem e cubagem para definição das características físicas da mistura, o

material então foi imerso em banho maria, a 60°C, por 30 minutos e imediatamente submetidos a prensa Marshall.

Os valores obtidos são plotados em gráficos de análise da relação dos teores de ligante inseridos a mistura, o DNIT determina valores limites para características especificadas..

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos agregados

Para um melhor conhecimento do potencial desempenho dos agregados, é necessário conhecer a caracterização deste material antes de serem utilizados em revestimento asfáltico. Na Figura 1, está demonstrado os resultados da caracterização dos agregados.

ENSAIO	NORMA	RESULTADO OBTIDO
Adesividade dos agregados graúdos ao ligante betuminoso	ME 078 (DNER, 94b)	Satisfatório
Absorção - Brita 0	ME 081 (DNER, 98b)	5,14%
Massa específica real- Brita 0	ME 081 (DNER, 98d)	2,83 g/cm ³
Massa específica e aparente- Brita 0	ME 081 (DNER, 98d)	2,69 g/cm ³
Absorção - Brita 1	ME 081 (DNER, 98b)	5,14%
Massa específica real - Brita 1	ME 081 (DNER, 98d)	2,83 g/cm ³
Massa específica e aparente - Brita 1	ME 081 (DNER, 98d)	2,69 g/cm ³
Massa específica agregado miúdo	ME 194 (DNER,98d)	2,68 g/cm ³
Análise granulométrica dos agregados	NBR 7182 (ABNT, 16)	Anexo I

Figura 1 - Caracterização dos agregados utilizados na pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise de adesividade dos agregados evidenciam resultados satisfatórios. Os agregados lateríticos apresentam particularidades de porosidade e rugosidade que se mostraram positivos uma vez que, a adesão do ligante asfáltico é facilitada, pois o mesmo durante o recobrimento do agregado se encontra aquecido e com isso fica menos viscoso. Levando em conta a porosidade do material ao mesmo tempo que ela se apresenta positiva com relação a adesividade, em contrapartida se tem o aumento do consumo de ligante.

A seguir está representada a análise da composição química da laterita, a realização do ensaio teve como o objetivo identificar os minerais que compões a laterita. Os resultados

obtidos apresentam uma parcela significativa de óxidos de alumínio e ferro. O que segundo Moizinho (2007), se justifica pela natureza concrecionária de solos lateríticos.

Dosagem Marshall

A origem dos agregados e sua graduação, o ligante utilizado e o volume de vazios são variáveis de misturas, que geralmente são determinadas pelas metodologias de dosagem. Podendo esses componentes afetar, de modo significativo o desempenho em campo da mistura e suas propriedades. A dosagem tem como proposta conseguir um balanço entre as propriedades da mistura visando uma específica aplicação. As propriedades volumétricas são de extrema importância pois elas condicionam o desempenho do pavimento na via (SPECHEIT,2004b).

O processo de dosagem de mistura LAUQ consiste na escolha através de procedimentos experimentais, do teor de ligante considerado ótimo. As dosagens das misturas betuminosas confeccionadas foram enquadradas na faixa C do DNIT. A Figura 2 apresenta a composição e a.

COMPOSIÇÃO (%)						
CAP	5,8	6,3	6,8	7,3	7,8	8,3
Agregados Laterítico	81,60	81,10	79,10	79,10	79,10	79,10
Agregados Colúvio	12,60	12,60	14,10	13,60	13,10	12,60

ENSIDADE TEÓRICA DA MISTURA (g/cm ³)						
Densidade teórica DMT	2,5460	2,5254	2,5034	2,4841	2,4651	2,4464

ENSAIO MARSHALL									
CAP (%)	5,8			6,3			6,8		
C. P. N°	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Peso no Ar (g)	1204	1199	1207	1203	1198	1200	1207	1208	1208
Peso Imerso (g)	698,5	712,2	689,7	696,4	693,3	707,9	705,1	702,5	706
Volume (cm ³)	505,5	487,2	517,2	507	504,8	492,5	501,5	505	501,8
Densidade Aparente ((g/cm ³)	2,3818	2,4617	2,3334	2,3734	2,3732	2,4374	2,4069	2,3911	2,4069
Gmb Média	2,3923			2,3947			2,4013		

ENSAIO MARSHALL									
CAP (%)	7,3			7,8			8,3		
C. P. N°	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Peso no Ar (g)	1205	1207	1199	1202	1205	1200	1182	1193	1197
Peso Imerso (g)	700,6	702,2	709,6	700,7	703	699,1	690,4	696,7	689,1
Volume (cm ³)	504,5	504,5	489,6	501,1	502,2	500,9	492	496,5	507,6
Densidade Aparente ((g/cm ³)	2,3887	2,3919	2,4493	2,3983	2,3998	2,3957	2,4033	2,4032	2,3576
Gmb Média	2,4100			2,3980			2,3880		

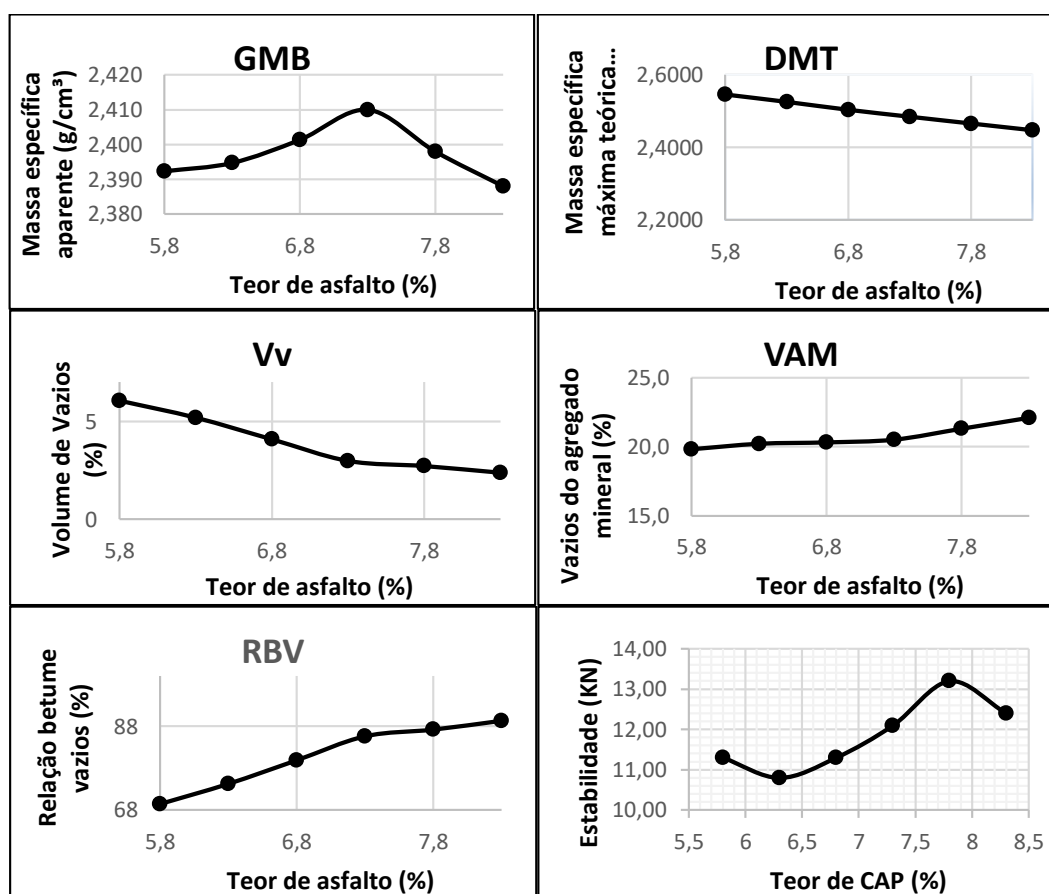
PARÂMETROS VOLUMÉTRICOS

Teores (%)	5,8	6,3	6,8	7,3	7,8	8,3
V. v (%)	6,04	5,18	4,08	2,98	2,72	2,39
V. C. B	13,78	14,98	16,22	17,47	18,57	19,68
V. A. M	19,8	20,2	20,3	20,5	21,3	22,1
R. B. V	69,5	74,3	79,9	85,4	87,2	89,2
Estabilidade (KN)	11,3	10,8	11,3	12,1	13,2	12,4
Fluência (mm)	3,36	3,38	3,61	3,62	3,70	4,00

Figura 2 – parâmetros Marshall

Fonte: Dados da pesquisa.

O volume de vazios (Vv) é a propriedade volumétrica de maior importância do concreto asfáltico; sempre são necessários vazios de ar no interior da mistura compactada a fim de permitir a expansão térmica dos ligantes e suportar a compactação causada pelo tráfego. Volumes de vazios abaixo de 3% comprometem o desempenho das misturas quanto ao ATR (Afundamento em Trilha de Rodas). Volumes de vazios acima 8% comprometem a durabilidade (SPECHT, 2004b). Com todos os valores dos parâmetros mecânicos e volumétricos calculados, é realizada a plotagem das curvas em função do teor de CAP. Os Gráficos apresentados na Figura 3 apresenta essas curvas com os dados obtidos.



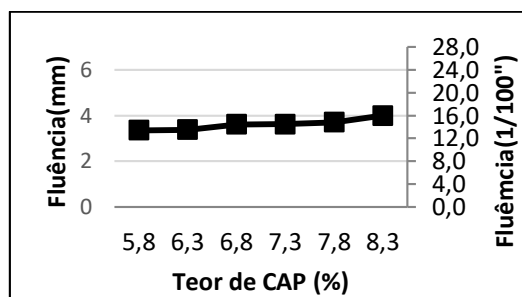


Figura 3 - curvas dos parâmetros determinados na dosagem Marshall

Fonte: Dados da pesquisa.

Com os resultados de dosagens obtidos, foi elaborado a definição do teor de ligante de projeto ótimo pela metodologia Marshall, que pode ser feita por várias alternativas, para este estudo em questão o método escolhido foi o da relação entre os parâmetros de dosagem Vv e RBV.

A partir da análise do gráfico são retirados os valores de X: X1 = 6,3; X2 = 6,5; X3 = 7,6; X4 = 7,2, para se obter o teor de ligante de projeto ótimo é feita a média dos teores centrais. Portanto para o estudo do teor ótimo de ligante encontrado foi de 7,0%. De acordo com Bernucci (1995), misturas convencionais enquadradas na faixa C no dimensionamento de camadas de rolamento, geralmente os teores variam entre 4,5% a 9,0%. Portanto o valor encontrado pode ser considerado coerente.

Moizinho 2007, descreve que no estudo de misturas asfálticas tipo LAUQ realizado no estado de Roraima. Para misturas com teor de até 8% de CAP executadas com agregados lateríticos, em comparação com mistura realizadas com agregado convencionalmente, a mistura alternativa apresenta vantagem econômica em relação a tradicional.

Diante dos resultados obtidos nos ensaios preconizados pela metodologia Marshall, foram encontrados para o teor ótimo de projeto 7,0%, estabilidade de 11,3KN, fluidez de 3,61mm, volume de vazios de 4,08% e a relação betume vazios de 79,9% o que enquadra a laterita – LAUQ material dentro das especificações normativas, habilitando o seu uso pleno em revestimentos betuminoso usinado a quente sem nenhum prejuízo de qualidade.

CONCLUSÃO

Este estudo apresentou como resultado o credenciamento do emprego de materiais alternativos laterita (estéril do minério de fosfato) na composição de misturas asfálticas para pavimentos flexível. No decorrer do desenvolvimento deste estudo foi realizado em laboratório

as misturas asfálticas pelo método Marshall, para determinação do teor de ligante ótimo para a mistura e os consequentes parâmetros de estabilidade e fluidez. A partir dos resultados foi possível verificar que o uso da laterita betuminosa usinada a quente tem um grande potencial de aplicação frente os parâmetros normativos.

Portanto foi possível obter o dimensionamento do revestimento usando a laterita como agregados na mistura viabilizando a reutilização destes resíduos e com isto mitigando o passivo ambiental gerado pela extração do minério de fosfato no Complexo Mineral de Patrocínio - CMP.

A partir da avaliação dos resultados obtidos campanha de ensaios é possível se ter uma correta elaboração da viabilidade do uso da laterita – LAUQ como agregado para mistura betuminosa usinada a quente.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7182: **Solo – Ensaio de Compactação**. Rio de Janeiro, 2016.

AMARAL, S. C. (2004). **Estudo de misturas laterita-asfalto da região metropolitana de Belém-PA para revestimentos de pavimentos**. São Paulo 2004.

AZEVEDO, A.B. (1982). **A laterita Acreana Utilizada como agregado graúdo no concreto**. São Carlos. 78p. Dissertação de Mestrado - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

BERNUCCI, L.B. (1995). **Considerações sobre o dimensionamento de pavimentos utilizando solos lateríticos para rodovias de baixo volume de tráfego**. Tese Doutorado Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Transportes, São Paulo,SP, 237p.

BERNUCCI, L. B.; MOTTA, L. M. G.; CERATTI, J. A. P.; SOARES, J. B., **Pavimentação asfáltica – formação básica para engenheiros**. 1. ed. Rio de Janeiro, PETROBRAS: ABEDA, 2008.

BRASILEIRO, F.E. (1983). **Estudo comparativo do comportamento de concretos betuminosos a quente, fabricados com agregado graúdos convencionais e não convencionais quando utilizado o ensaio de estabilidade Marshall**. Campina Grande. 110p. Dissertação (Mestrado), UFPB. Paraíba. Brasil.

BRITTO, W. J. (1978). **Uso da Laterita Pisolítica em Pavimentação**, W. J. Brito Consultoria Técnica. Pará. Brasil.

CASTRO, C.S.; SALEM, G.S. (1994), **Utilização de solos lateríticos em concreto**

betuminoso usinado a quente. Belo Horizonte. 32p. Especialização – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

CNT - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE: PESQUISA CNT DE RODOVIAS 2013: Relatório Gerencial. Brasília, 2013.

DNER-ME 078/94: **agregado graúdo: adesividade a ligante betuminoso.** Rio de Janeiro. 1994b.

DNER-ME 043/95 – **Misturas betuminosas a quente – Ensaio Marshall para misturas betuminosas.** Rio de Janeiro. 1995.

DNER-ME 081/98: **agregados: determinação da absorção e da densidade de agregado graúdo.** Rio de Janeiro. 1998b.

DNER-ME 194/98 – **Agregados - determinação da massa específica de agregados miúdos por meio do frasco chapman.** Rio de Janeiro. 1998d.

DNIT-ES 031/2006 (2006). **Pavimentos Flexíveis - Concreto Asfáltico - Especificação de Serviço.** Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Rio de Janeiro (RJ).

GIDIGASU, M.D. (1980). **Some Contributions to Tropical Soils Engineering in Gana,** Seventh Conference for Africa on Soil Mechanics and Foundation Engineering, Accra.

GUIMARÃES, A.C.R.; MOTTA, L.M.G. (2000) **Execução de revestimentos asfáltico com agregado de laterita lavada no Acre.** Anais do 15º Encontro de Asfalto do IBP, Rio de Janeiro, p.85-95.

MACEDO, J.A.G. (1989) **Estudo comparativo das características físicas e mecânicas de agregados graúdos convencionais visando suas aplicações em concreto betuminoso usinado à quente.** Campina Grande. 216p. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal da Paraíba.

MOIZINHO, J.C. (1994). **Influência da Energia Térmica em Propriedades Mecânicas e Físicas de Agregados Lateríticos Utilizados em Concreto Betuminoso.** Dissertação de Mestrado, UFPB. Paraíba. Brasil. 107p.

MOIZINHO, J.C. (2007). **Caracterização e Uso de Agregados Lateríticos do Distrito Federal e do Estado de Roraima em CBUQ.** Tese de Doutorado, Publicação G.DM-043A/07, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 288 p.

ROBERTS, F.L.; KANDHAL, P.S.; BROWN, E. R.; LEE, D. Y.; KENNEDY, T.W. (1991) **Hot asphalt material, mixture design and construction.** 1º ed. NAPA Research and Education Foundation, National Center for Asphalt Technology – NCAT. Lanham, Maryland, EUA.

SANTANA, H. e GONTIJO, P.R.A. (1987). **Os Materiais Lateríticos na Pavimentação de Baixo Custo no Brasil,** Associação Brasileira de Pavimentação - ABPv, 22ª Reunião Anual de Pavimentação, Maceió. Alagoas. Brasil.

SPECHT, Luciano Pivoto; CERATTI, Jorge Augusto Pereira; PALUDO, Ilda. **Estudo laboratorial da adesividade e do desgaste de misturas asfálticas com borracha.** In: XVI Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes – ANPET, 2004b.

TAVARES, A.W. (1979) **Laterita-betume pré-misturada à quente.** Publicação do DNER, Rio de Janeiro, 31p.

DIMENSIONAMENTO DE PAVIMENTO PARA SISTEMA VIÁRIO DE MINA: ESTUDO DE CASO – CMP

IGOR PEREIRA ARAÚJO¹
DR. GILBERTO FERNANDES²

RESUMO

Introdução: Define-se pavimento como sendo uma estrutura destinada a permitir o tráfego em geral e que resista aos esforços impostos pelas cargas sobrepostas a ele. **Objetivo:** O pavimento dimensionado neste estudo é do tipo flexível. A ideia é utilizar o estéril, que é definido como material com pouco ou nenhum mineral que não têm aplicação econômica, mas por se tratar de materiais que envolvem o minério, é necessário sua escavação, transporte e disposição em locais adequados, transformando-se em condicionantes ambientais que necessitam de manejo ambiental. Portanto, o uso do estéril como matéria prima para o pavimento é uma forma de reduzir custos e solucionar os problemas citados em respeito aos sistemas viários das mineradoras, além da mitigação de danos ambientais. **Material e Métodos:** Estudo de caso, desenvolvida a respeito do emprego do estéril. Foram coletadas três amostras, para serem utilizadas como camadas de suporte. Para isso foi realizada a caracterização física, e classificou-se de acordo com os métodos propostos por Senço e dimensionou-se o pavimento de acordo com o método DNER. **Resultados:** Os resultados dos ensaios de caracterização foram satisfatórios, indicando boas condições do estéril para o emprego como camada de suporte. Classificou-se de acordo com a metodologia proposta por Senço e foi dimensionado o pavimento pelo método do DNER e encontraram-se as espessuras necessárias para cada camada de suporte. **Conclusão:** A realização deste trabalho possibilitou ter uma maior ciência sobre o uso de materiais alternativos, empregados em pavimentos para tráfego em minas.

Palavras-chave: Estéril. Mineração. Pavimento.

PAVEMENT SIZING FOR MINE ROAD SYSTEM

ABSTRACT

Introduction: Pavement is defined as a structure designed to allow traffic in general and to withstand the stresses imposed by loads overlapping it. **Objective:** The dimensioned pavement in this study is flexible. The idea is to use the sterile, which is defined as a material with little or no mineral that has no economic application, but because it involves materials that involve the ore, it is necessary to excavate, transport and dispose of it in suitable places. environmental constraints that require environmental management. **Material and Methods:** This is a case study, field research, developed about the use of the sterile. Three samples were collected to be used as support layers. For this, the physical characterization was performed, and it was

¹ Autor, Discente do curso de Engenharia Civil pelo UNICERP.

² Orientador, Doutor em Geotecnia pela UnB.

classified according to the methods proposed by Senço and the pavement was dimensioned according to the DNER method. **Results:** The results of the characterization tests were satisfactory, indicating good sterile conditions for use as a support layer. Classified according to the methodology proposed by Senço and the floor was dimensioned by the DNER method and the necessary thicknesses were found for each support layer. **Conclusion:** The accomplishment of this work made possible to have a better science about the use of alternative materials (the sterile), used in pavements for traffic in mines.

Keywords: Steril. Mining. Floor. Steril.

INTRODUÇÃO

Atualmente grande parte dos sistemas viários das mineradoras opera em estradas sem revestimento e nenhum critério de dimensionamento. As vias de acesso às minas são construídas de maneira empírica, sem dispositivos de drenagem, com falta de compactação, não obedecendo aos critérios normativos.

A forma de concepção de pavimentos, sem dimensionamento, proporciona diversos fatores indesejáveis, como a geração excessiva de poeira/material particulado (na falta de chuvas), lama (na ocorrência de chuva). Em casos críticos, essas ocorrências, impossibilitam ou atrapalham muito o tráfego, devido a formação de buracos, enfraquecimento da infraestrutura, entre outros fatores (FERREIRA, 2007).

Estéril é definido como material com pouco ou nenhum mineral útil. Refere-se, também, aos acompanhantes de minério que não têm aplicação econômica. Por estar em abundância no local, possibilita sua aplicação como material alternativo (ALBUQUERQUE FILHO, 2004).

A busca por novos materiais torna mais econômica a concepção de pavimentos. Para Fernandes (2005) uma das formas para colaborar para diminuir estes custos, tanto ambientais quanto de locação, é o dimensionamento experimental com o uso de materiais alternativos e arquitetar métodos de dimensionamento modernos calcados na mecânica dos pavimentos.

Em consideração aos aspectos tratados, este trabalho objetiva classificar e dimensionar o pavimento para sistema viário de mina, de acordo com as metodologias propostas por Senço (2007) e Fernandes (2015), utilizando material alternativo, e de acordo com a caracterização das amostras do solo (o estéril), possibilitar a definição de suas qualidades como trabalhabilidade, limites de consistência, curva de compactação e capacidade de suporte do solo ensaiado.

Nesse sentido, o dimensionamento com a utilização do estéril como matéria prima influi para uma quebra de paradigma sobre a necessidade de dimensionar e aproveitar o material local, possibilitando melhor viabilidade econômica, qualidade de tráfego, segurança, resistência,

durabilidade e mitigação de danos ambientais.

MATERIAL E MÉTODOS

O tema tratado neste trabalho tem por finalidade o dimensionamento de um pavimento, através de métodos reconhecidos de se classificar e dimensionar, pautados na mecânica dos pavimentos, com a utilização do material local, o estéril, como matéria prima. Com a caracterização das propriedades físicas das amostras de solo disponíveis no Complexo Mineral de Patrocínio – CMP, na região de Patrocínio-MG, será feita a avaliação da possibilidade do uso deste solo como camadas de suporte para o pavimento, através de métodos de classificação e dimensionamento.

O estéril, solo utilizado para o estudo, foi coletado no CMP, localizado na região de Patrocínio-MG. Foram coletadas três amostras para caracterização, em locais diferentes, de materiais com graduações distintas, denominados de colúvio amarelo (CA) definida como amostra do subleito e também camada de reforço do subleito, cascalho laterítico I (CL I) e cascalho laterítico II (CL II), demais camadas de suporte. A coleta foi realizada segundo a NBR 9.604 (ABNT, 1986) - Abertura de poço e trincheira de inspeção em solo, com retirada de amostras deformadas e indeformadas.

Os ensaios de caracterização procederam-se de acordo com as seguintes normas: NBR 6.457 - Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização (ABNT, 2016), **NBR 7.181** - Análise Granulométrica (ABNT, 2016), NBR 7.182 - Ensaio de Compactação (ABNT, 2016), **NBR 7.180** - Determinação do Limite de Plasticidade (ABNT, 2016), NBR 6.459 - Determinação do Limite de Liquidez (ABNT, 2017), **NBR 9.895** - Índice de Suporte Califórnia (ABNT, 1987). **As caracterizações das amostras foram** realizadas no Laboratório de Solos do UNICERP.

Após os ensaios de caracterização, a classificação granulométrica do solo procedeu de acordo com a NBR 6.502 (ABNT, 1995) – Rochas e Solos. Já o pré-dimensionamento, seguiu os procedimentos de classificação dos solos sugerida por Senço (2007) do “Livro Manual de Técnicas de Construção Civil”, volume I, como: Classificação Triangular do B.P.R, pelo Gráfico de Plasticidade Casagrande, Índice de grupo, Classificação Highway Research Board, H. R. B. (AASHTO).

O cálculo do dimensionamento procede de acordo com o método CBR (do DNER) proposto por Fernandes (2015), além de empregar a LAUQ - Laterita Asfáltica Usinada a Quente, como camada de revestimento alternativa ao CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado

a Quente, que constitui um material que substitui os agregados naturais por cascalho laterítico.

Estéril

O estéril, material local utilizado para o estudo como camada de suporte no dimensionamento, é o material sem valor econômico que normalmente vem cobrindo o minério, e é necessário à sua remoção para lavar o minério, trata-se de solo comum. Porém, o estéril por se tratar de materiais que envolvem o minério, é necessário sua escavação, transporte e disposição em locais adequados, transformando-se em condicionantes ambientais que necessitam de manejo ambiental.

Os estéreis constituem todo o material, momentaneamente sem valor econômico, extraído na operação da lavra com intuito de possibilitar o aproveitamento do minério. Este material é formado normalmente por rochas ou solos provenientes do decapeamento da jazida.
(ALBUQUERQUE FILHO, 2004, p.10).

Utilizar o estéril como material para a concepção dos pavimentos torna a estrutura mais econômica, pois este passa a ser uma forma alternativa de emprego que aproveitará a matéria prima local em abundância, sendo a solução de custo mais baixo para a construção, desde que utilize de solos que atendam as condições necessárias para o dimensionamento.

Os colúvios (parte do estéril) são os materiais finos, e solos lateríticos, sendo estes solos superficiais, peculiares de regiões tropicais úmidas, de partes bem drenadas, com alto grau de intemperismo e lixiviação, compostos de horizontes pedológicos A e B, podendo atingir grande espessura, e cor predominante vermelha e amarela (DIAS, 2007).

Na coleta de amostras, retirou-se 50 kg do estéril de três locais diferentes do CMP, realizada de acordo com os procedimentos da NBR 9.604 (ABNT, 1986), para retirada de amostras deformadas.

Pavimento

Segundo Rossi (2017), o pavimento identifica-se como estrutura existente nas ruas utilizada para locomoção de pessoas, veículos, animais, que recebe solicitações verticais devido ao tráfego destes.

Para isso, um estudo do solo e das solicitações deverá ser realizado para que o projeto e a obra de pavimentação resista a todas essas solicitações e tenha uma maior durabilidade, afetando diretamente a sociedade, que além de ter

um maior conforto na sua locomoção também ficará sujeita a menos acidentes de trânsito devido a má qualidade das vias e seus pavimentos. (ROSSI, 2017, p.13).

O pavimento utilizado foi do tipo flexível, este utiliza camadas que fazem a distribuição de cargas entre elas de modo que o pavimento dimensionado resista aos esforços (BERNUCCI *et al* 2006, apud MARQUES, 2014).

O revestimento é a camada que recebe de modo direto os esforços e “protege” as demais camadas. Utilizou-se neste trabalho a LAUQ - Laterita Asfáltica Usinada à Quente a partir de pesquisa desenvolvida por Carvalho (2018), faz-se a substituição dos agregados naturais convencionais por agregados laterítico da região do CMP.

Segundo a NBR 7.207 (ABNT, 1982) a base é a camada abaixo do revestimento, que distribui, drena, e alivia as tensões para as outras camadas. A sub-base é a camada que vem abaixo da base dando-a suporte, contribuindo para distribuir as tensões. O reforço do subleito compõe materiais para auxiliar e corrigir imperfeições do subleito, logo distribuindo também as tensões. Subleito é o terreno de fundação que receberá a estrutura do pavimento.

Caracterização das amostras

Para identificar as propriedades do material em ensaio, bem como sua faixa granulométrica, trabalhabilidade, curva de compactação, capacidade de suporte, entre outras, é necessário a caracterizar o solo em estudo.

Os ensaios referentes à caracterização física da amostra do estéril foram a Compactação, o Índice de Suporte Califórnia, Granulometria e Limites de Atterberg (LL e LP). Indicam todas as características do solo, que permitem utilizá-lo de forma adequada.

Ressalta-se que a caracterização é algo fundamental para o estudo, pois todos os dados que serão obtidos para o dimensionamento provêm do que se obteve durante os ensaios.

Classificação Granulométrica segundo a ABNT

Segundo a NBR 6.502 (ABNT, 1995) – Rochas e Solos, a classificação granulométrica define os termos para os materiais componentes da crosta terrestre, como argila, silte, areia, para aplicação na engenharia geotécnica de fundações e obras de terra, auxiliando na identificação de cada fração componente da amostra de acordo com sua granulometria e diâmetro das partículas.

Classificação Triangular do B.P.R

Com o intuito de diferenciar as propriedades dos solos, é necessária sua classificação. A “Classificação Triangular do B.P.R.”, do livro Manual de Técnicas de Pavimentação (SENÇO, 2007), indicará a partir do resultado do ensaio de granulometria, os percentuais de argila, silte e areia + pedregulho que definirá sua classificação, assim informando a zona que corresponde ao solo.

Assim, a partir dos dados de entrada obtêm-se as principais características do material, recebe-se uma denominação (zona correspondente). Por exemplo: uma argila, areia arenosa, areia siltosa, solo argiloso, entre outros.

Classificação pelo Gráfico de Plasticidade Casagrande e Classificação USC

O Gráfico de Plasticidade de Casagrande é um método utilizado para auxiliar na identificação de solos plásticos. De acordo com Senço (2007), foi desenvolvido por Arthur Casagrande para aeroportos.

A partir dos resultados do Limite de Liquidez e do Índice Plasticidade obtêm-se os dados de entrada do gráfico. A partir da expressão da reta limite A, faz-se a distinção entre as zonas de argilas de siltes e argilas orgânicas, além de subdividir em função da plasticidade e da compressibilidade (SENÇO, 2007).

A Tabela “Símbolos do Sistema de Classificação Unificada-USC”, do livro Manual de técnicas de Pavimentação, é uma ferramenta fundamental de classificação, pois indica de acordo com os dados obtidos das classificações citadas nos tópicos 3.2.5 e 3.2.6, a simbologia adequada. Para organizar de forma simplificada as qualidades do material as amostras são identificadas por símbolos que correspondem ao tipo de solo predominante.

Ressalta-se que os métodos de classificação, adequam, diferenciam as qualidades do solo, agrupando-as de forma que torne mais fácil a aplicação, aproveitando de forma correta a qualidade do material para o uso.

Índice de Grupo (IG)

Metodologia que para Senço (2007), devido às restrições impostas pelo classificador IG, que pesquisa apenas a fração fina do solo, aborda um critério a ser empregado no pré-dimensionamento do pavimento. O Índice de grupo (IG) não diferencia as alterações de atrito internas acarretadas pela parcela inerte, de fato, é um classificador das condições do material

do subleito, e associa aspectos ocorridos do Sistema de Classificação Rodoviária (AASHTO).

Portanto o IG é um número que varia de 0 a 20, utiliza os valores de porcentagem de finos (percentual que passa na peneira nº 200), o valor do Limite de Liquidez (LL) e o IP (Índice de Plasticidade), e é calculado através da expressão (SENÇO, 2007):

$$IG = 0,2 . a + 0,005 . a . c + 0,01 . b . d \quad (1)$$

Onde:

- “a” equivale a $p - 35$ (porcentagem que passa na peneira nº 200 menos 35):

Sendo $p > 75\%$, adota-se 75; ou sendo $p < 35\%$, adota-se 35.

- “b” = $p - 15$ (porcentagem que passa na peneira nº 200 menos 15):

Sendo $p > 55\%$, adota-se 55; ou sendo $p < 15\%$, adota-se 15.

- “c” - LL - 40 (valor do limite de liquidez menos 40):

Sendo LL $> 60\%$, adota-se 60; ou sendo LL $< 40\%$, adota-se 40.

- “d” - IP - 10 (valor do índice de Plasticidade menos 10):

Sendo o IP > 30 , adota-se 30; ou sendo o IP < 10 , adota-se 10.

Classificação Highway Research Board, H. R. B. (AASHTO)

Esta classificação é baseada nos valores obtidos nos ensaios de Consistência (LL e IP), Granulometria e também no Índice de Grupo, assim esta metodologia sugere o grupo característico influenciado pelos resultados encontrados de acordo com os classificadores citados (SENÇO, 2007).

A “Classificação de Solos: sugestão H.R.B., adotada pela AASHTO”, é uma divisão do material utilizado de suporte, seja subleito, sub-base ou base, em grupos de A-1 a A-7, sendo que os grupos A-1 e A-2 indicam o solo que se enquadra nas frações ideais “excelente a bom”, melhores graduados, em geral com presença de pedra e areia. Já a fração dos grupos que se enquadram entre A-4 a A-7 indica o solo “fraco a pobre”, de material fino, siltoso ou argiloso, que não é o indicado como suporte.

Pode-se dizer que, em termos de pavimentação, é a classificação de solos mais utilizada, inclusive fazendo parte da própria linguagem cotidiana nessa atividade, surgindo alguns termos, como A-7-6, como verdadeiros espantalhos a dificultar as soluções para os engenheiros rodoviários (SENÇO, 2007, p. 201).

Portanto, trata-se de uma metodologia de classificação mais utilizada, que identifica a fração que se enquadra o solo, bem como classificador das condições do material de suporte.

Dimensionamento: Método do DNER

A finalidade básica do dimensionamento de um pavimento é estabelecer uma altura de aterro necessária à adequada distribuição dos carregamentos impostos pelos veículos, tal que as tensões aplicadas ao solo de fundação sejam inferiores à capacidade de carga (FERREIRA JÚNIOR, 1995).

De acordo com Fernandes (2015) o “método do DNER” foi desenvolvido pelo engenheiro Murillo Lopes de Souza (1981), baseia-se essencialmente no resultado do ensaio de CBR, das amostras de solo do futuro subleito, e associa o número N durante o horizonte de projeto, utiliza-se ábacos para adoção de valores com base no tráfego, além de ser muito utilizado, e servir de base para diversos métodos de dimensionamento.

Cálculo do Número N

Para aplicar de forma segura e coerente o dimensionamento é essencial. Com o intuito de encontrar as solicitações de tráfego, é realizado o cálculo do número N, sendo o método tradicional de dimensionamento do DNER e AASHTO. Segundo Sousa (2011), o número N equivale ao número de esforços que o pavimento sofre ao longo de sua vida útil pelo eixo padrão de 80 KN (8,2 tf).

De acordo com Fernandes (2015), o número N, depende de 4 variáveis, dado através da seguinte equação:

$$N = 365 \cdot t \cdot V_m \cdot (FV) \cdot (FR) \quad (2)$$

Onde:

N = número de operações do eixo padrão;

t = tempo de projeto, em anos, para vida útil do pavimento;

V_m = volume de tráfego médio diário, no sentido mais solicitado;

FV = fator de veículo;

FR = fator climático regional.

Sendo que para o cálculo do número N, adotou-se tempo de projeto, vida útil do pavimento (t) de 10 anos.

Volume médio diário

Segundo Fernandes (2015) esta variável é obtida através da contagem de tráfego, onde V'_m se refere ao volume diário médio de veículos comerciais nas duas direções, em consideração ao número de faixas de tráfego em mesmo sentido.

Para efeito de cálculo, neste trabalho considerou-se o número de faixas num só sentido como 1, pois está prevendo uma condição menos favorável, portanto $V_m = 0,5 \cdot V'_m$. E por critério de projeto adotou-se 8 viagens/por hora, que correspondem a $V'_m = 192$ viagens diárias (volume diário médio).

Fator de veículo e Fator regional

De acordo com Fernandes (2015), o fator de veículo leva em consideração os tipos de veículos a utilizar o pavimento (como o número de eixos, simples, duplos, triplos) e associa seu percentual de participação, na composição do tráfego, calculado através da equação:

$$Fv = FE \cdot FC \quad (3)$$

Onde:

FE = fator de eixo;

FC = fator de carga.

O carro-tipo padrão adotado como critério de dimensionamento, foi o modelo G440 CB 8x4 (“CB 40”), de acordo com o fabricante, com peso bruto total legal (PBT) de 29 tf, peso bruto total combinado legal (PBTC) de 74 tf.

Por transitar no pavimento apenas veículos que se encaixam a este modelo considerou-se FE = 13,35 (DNER/66), equivalendo ao símbolo 2S3, com percentual total de participação (FC = 100% = 1,00).

Já o fator regional, segundo Fernandes (2015), encontra-se de acordo com a altura da média pluviométrica anual, destacado (FR).

Para o valor de FR, adotou-se como 1,4. Segundo o estudo realizado por Barbosa *et al* (2009) a região de Patrocínio-MG possui média pluviométrica de 1491 mm anual.

Dimensionamento das camadas do pavimento

A partir o valor encontrado do número N de solicitações do pavimento, e os resultados do ensaio de CBR - NBR 9.895 (ABNT, 1987), segundo Fernandes (2015) pelo método do

DNER, entra-se no ábaco de dimensionamento.

No ábaco as retas em diagonal correspondem aos valores do ensaio de CBR, o número N na horizontal é o número de repetições calculado a partir da Equação 2, ligando o número N à reta do CBR, obtêm-se as espessuras das camadas do pavimento em cm, na vertical do ábaco, que devem ser calculadas através das inequações do método DNER (FERNANDES, 2015):

$$R \cdot K_R + B \cdot K_B \geq H_{20} \quad (4)$$

$$R \cdot K_R + B \cdot K_B + h_{20} \cdot K_S \geq H_n \quad (5)$$

$$R \cdot K_R + B \cdot K_B + h_{20} \cdot K_S + h_n + k_{ref} \geq H_m \quad (6)$$

Onde:

R = espessura da camada de revestimento;

B = espessura da camada de base;

h_{20} = espessura da camada de sub-base;

h_n = espessura da camada de reforço;

H_m = espessura de todas as camadas acima do subleito;

H_n = espessura de todas as camadas acima do reforço de subleito;

H_{20} = espessura de todas as camadas acima da sub-base;

Coefficientes K = coeficientes estruturais (revestimento = K_R , base = K_B , sub-base = K_S , reforço do subleito = K_{ref}).

Para os coeficientes K, adotou-se para todos $K = 1$, que se equivale aos coeficientes para camadas granulares, que correspondem ao tipo de material utilizado nas camadas do pavimento em estudo, obedecendo aos parâmetros do método DNER (FERNANDES, 2015).

Pelo método DNER, as espessuras mínimas de revestimento betuminoso (no caso a LAUQ), são em função do tráfego – no que se refere ao número N de repetições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise granulométrica e classificação de acordo com a ABNT

Para o conhecimento das propriedades do material, e seu potencial desempenho, é necessária a realização de ensaios de caracterização antes de serem utilizados no pavimento. Abaixo estão apresentados os gráficos da curva granulométrica, obtidos através do ensaio de Granulometria NBR 7.181 (ABNT 2016) nas Figuras 1, 2 e 3:

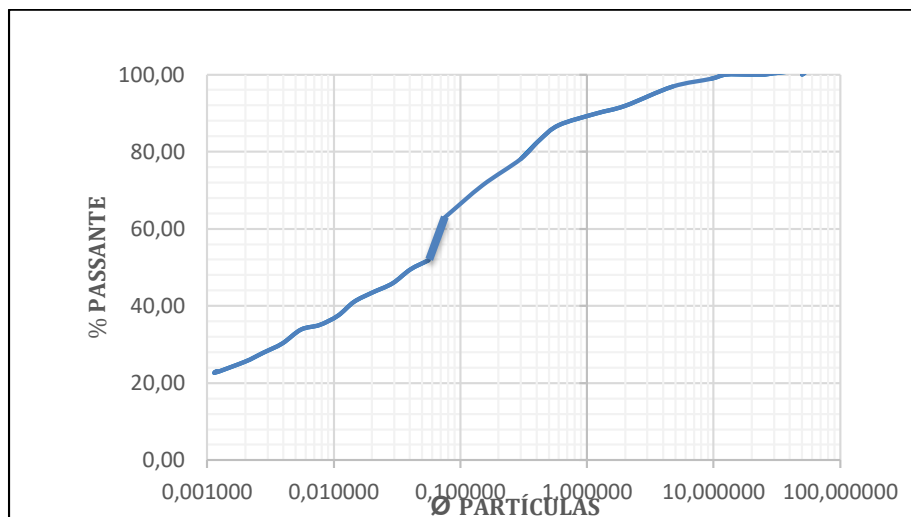


Figura 1 - Resultado da análise granulométrica da amostra CA.
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

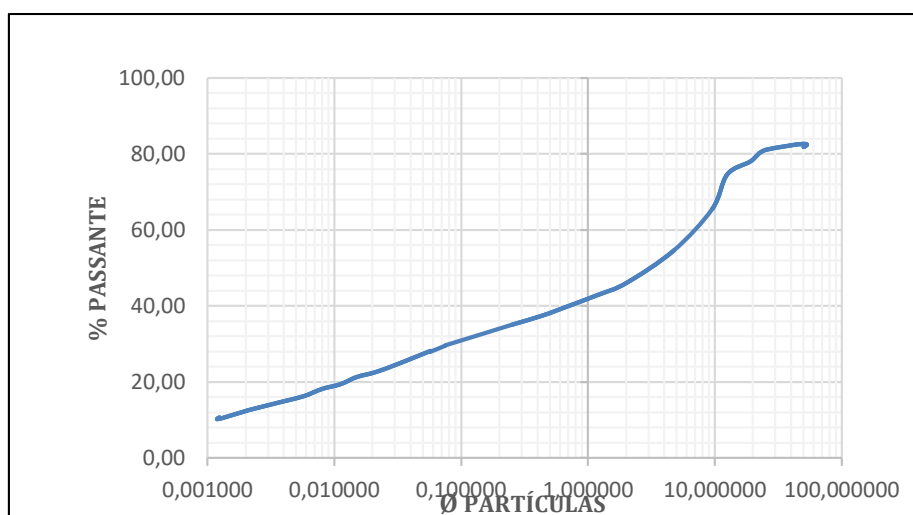


Figura 2- Resultado da análise granulométrica da amostra CL I.
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

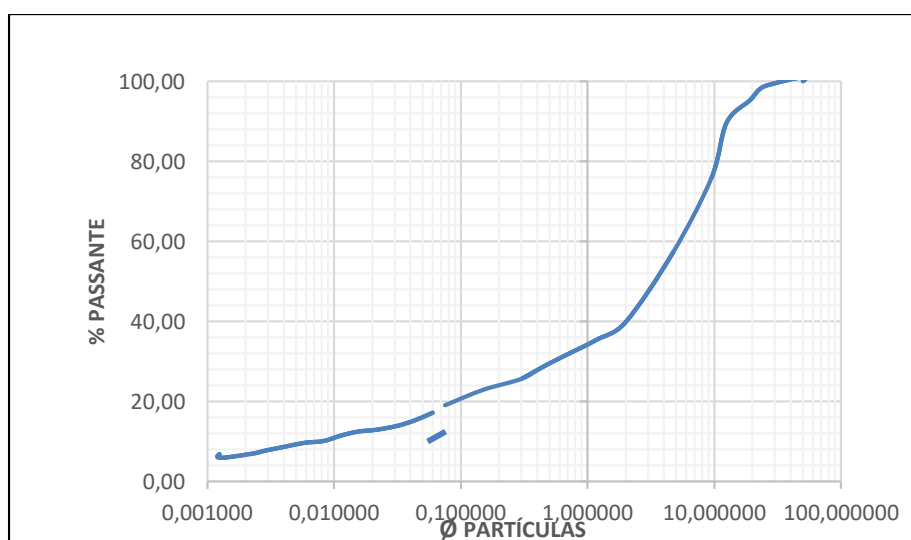


Figura 3 - Resultado da análise granulométrica da amostra CL II.
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A análise granulométrica indica resultados satisfatórios. A amostra CA apresenta maior percentual de finos (62,9% passante na peneira nº 200), o que era esperado, pois se trata de um colúvio.

A mostra CL I indica uma curva melhor graduada, com menor percentual de finos (29,6% passante na peneira nº 200), o que condiz a um solo laterítico (cascalho laterítico). E o material CL II, a curva com melhor distribuição, graduação e menor percentual de finos (19% passante na peneira nº 200), um excelente resultado, que facilita sua utilização como camada de suporte para o pavimento.

De acordo com os dados obtidos nos ensaios de granulometria, que seguiu os procedimentos propostos pela NBR 7.181 (ABNT 2016), classificou-se a fração de cada componente de cada amostra em relação ao diâmetro, como previsto na ABNT 6.502.

Observa-se pela classificação da ABNT as frações dos componentes predominantes de cada material. As três amostras apresentam como principal característica, a presença de maiores percentuais de areia em relação aos outros componentes (silte e argila).

Resultado dos Limites de Atterberg

Os valores tanto dos Limites (LL, LP), como dos Índices de Plasticidade das três amostras foram muitos similares. Os Limites de Atterberg têm importante influência na classificação do solo (estéril) para sua aplicação como camada de suporte do pavimento, pois são parâmetros de grande parte das classificações sugeridas por Senço (2007), utilizadas neste estudo.

Resultados das Classificações: Gráfico de Plasticidade, Triangular B.P.R, H.R.B (AASHTO), IG e Unificada USC

De acordo com o resultado das classificações, a amostra CA apresenta solo “fraco a pobre”, para ser utilizado como camada de suporte (pela HRB, AASHTO). Porém as amostras de solo (estéril) CL I e CL II, tiveram classificações similares e solo “excelente a bom”, indicando solos com grande potencial de aplicação para serem utilizados como camada de suporte para o pavimento.

Resultado dos ensaios de Compactação e CBR

Para os ensaios de Compactação e CBR foi definido que a amostra CA (do subleito) foi ensaiada em duas energias normal e modificada, 12 e 55 golpes por camada respectivamente, com a energia normal encontrou-se os valores de compactação e índice de suporte do subleito, que conferem a espessura total do pavimento, de modo que suporte aos esforços gerados pelo tráfego.

Já a energia modificada define a maneira como o solo deverá ser compactado, devido às solicitações de tráfego (caminhões pesados) no momento de execução, além de encontrar os valores de umidade ótima, massa específica aparente seca e CBR (e espessura necessária das demais camadas de suporte).

Assim, segue os resultados dos ensaios de compactação NBR 7182 (ABNT, 2016) e Índice de suporte Califórnia (CBR) NBR 9895 (ABNT, 1987), de acordo com a figura 3:

COMPACTAÇÃO E CBR				
AMOSTRA	COMPACTAÇÃO (ENERGIA MODIFICADA)		EXPANSÃO (%)	CBR (%) (MODIFICADA)
	UMIDADE ÓTIMA (%)	MASSA ESPECÍFICA APARENTE SECA - γ_s (g/cm ³)		
CA	18,3	1,82	0,1	24
CL I	10,8	2,16	0,1	40
CL II	10,4	2,28	0,1	52
AMOSTRA	COMPACTAÇÃO (ENERGIA NORMAL)		EXPANSÃO (%)	CBR (%) (NORMAL)
	UMIDADE ÓTIMA (%)	MASSA ESPECÍFICA APARENTE SECA - γ_s (g/cm ³)		
CA	23,8	1,76	0,2	10

Figura 3 - Resultado dos ensaios de Compactação e CBR
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Destaca-se que os resultados encontrados para expansão possuem baixos valores (baixa expansão), o que evita o surgimento de tensões devido “dilatação” do material, característica necessária para o pavimento.

Dimensionamento do pavimento - Método DNER

Para o cálculo do dimensionamento obtemos os seguintes valores, de acordo com os

ensaios de caracterização e dados do projeto, seguindo o método do DNER proposto por Fernandes (2015). Atentando-se aos critérios:

- No caso de CBR inferior a 2 é recomendável fazer-se substituição do material;
- Espessura mínima para camada granular é de 10 cm. Quando utilizadas, a espessura total mínima para estas camadas (granulares) é de 15 cm, e a espessura máxima de 20 cm, para compactação;
- Mesmo que o CBR da sub-base seja $> 20\%$, a espessura de pavimento necessária para protegê-la é determinada como se o valor fosse 20% .

Assim encontrou-se como resultados para entrada no Ábaco de dimensionamento:

Tráfego: $N = 6,55 \times 10^6$ (Equação 2).

Revestimento = Concreto betuminoso - 7,5 cm (LAUQ), valor referente ao **Quadro 6**;

Base: CBR = 52%;

Sub-base: CBR = 40%;

Reforço do subleito: CBR = 24%;

Subleito: CBR = 10%.

No ábaco ligou-se o valor calculado do número N na reta correspondente ao valor de CBR (encontrado a partir do ensaio do Índice de suporte Califórnia - ISC), então foram encontradas as espessuras para o cálculo do pavimento. Entrou-se com os valores de espessura (do Ábaco de dimensionamento) nas inequações 4, 5 e 6, e obtive-se as espessuras finais.

De acordo com os cálculos das inequações previstas no método de dimensionamento do DNER proposto por Fernandes (2015), o pavimento terá uma altura total de aterro de 77,5 cm, divididas em 1 camada de 15 cm de subleito, 1 camada de 20 cm de reforço do subleito, 1 camada de 15 cm de sub-base, 1 camada de 20 cm de base e 1 camada de revestimento de 7,5 cm.

Com isso, o pavimento dimensionado atende as especificações do método DNER de acordo com Fernandes (2015), pois todas as camadas estão dentro dos valores de máximo (20 cm) e mínimo (15 cm) de espessura, recomendado a para compactação. Além de não haver nenhum valor de CBR inferior a 2.

CONCLUSÃO

A realização deste estudo permitiu uma maior ciência sobre o uso de materiais

alternativos (o estéril), empregado em pavimentos para tráfego em minas. No laboratório de solos desenvolveu-se a caracterização física das amostras do estéril para descobrir a potencialidade do material para emprego como camada de suporte.

A partir dos resultados de caracterização foi possível descobrir as qualidades do material, como granulometria do solo, limites de consistência, umidade ótima, e capacidade de suporte, dado pelo valor de CBR. Com os resultados dos ensaios foi possível definir sua classificação de acordo com os métodos de Senço, obtendo dados essenciais para o entendimento, tanto das frações componentes e como se deve trabalhar.

É importante frisar que o conhecimento das propriedades físicas do solo é importantíssimo, pois diferente dos materiais industrializados que já trazem as especificações do fabricante, como modo de aplicação, trabalhabilidade e demais atributos, no solo descobre-se suas características através de ensaios.

O estudo mostra grande potencial de aplicação do estéril como forma de material alternativo, atendendo amplamente os parâmetros normativos. Portanto foi possível dimensionar o pavimento, de forma correta, de modo a resistir aos esforços impostos pelo tráfego, para maior estabilidade e durabilidade.

Constatou-se que o pavimento deve ser dimensionado de acordo com todas as condições previstas no projeto, e o dimensionamento seja adotado como critério de projeto e construção dos sistemas viários de minas. Algo muito importante a ser feito é a execução de maneira correta, como a compactação na umidade ótima, com rolos compactadores, para perfeita compatibilização das camadas. Outro ponto é a imprimação da camada de estéril (solo), que além de proteger, receber diretamente os esforços, e impermeabilizar, reduz a poeira e lama.

O estudo em questão visa uma conscientização para que haja o dimensionamento de pavimento para sistema viário de mina. Aproveitar os próprios recursos é uma forma inteligente de reduzir custos, e utilizá-lo de forma correta resulta em segurança, e mitigação dos condicionantes ambientais.

É importante ressaltar que os métodos de classificação, propostos por Senço, e o dimensionamento pelo DNER, são muito utilizados, porém existem outros métodos que também devem ser explorados. Por mais que se faça pesquisas, há sempre uma forma de melhorar, diante disso, há a necessidade de se aprimorar e atualizar esses métodos, facilitando o entendimento, em termos de pavimentação.

Conclui-se, portanto que: foi possível fazer o dimensionamento do pavimento do sistema viário do CMP, por meio do método de classificação nos sistemas Unificado (USC) e AASHTO conforme Senço e dimensionamento pelo DNER, utilizando o estéril da própria

mina.

A utilização do estéril do CMP foi uma forma de mitigar os condicionantes ambientais e com isso transforma seu uso numa nobre aplicação, reduzindo os custos do manejo ambiental.

Implantada uma metodologia de estabilização do estéril/solo por meio da tecnologia da compactação com o uso de equipamentos tipo rolos compactadores e com esta prática quebra-se o paradigma por meio dos empreendimentos de mineração com relação à técnica de compactação.

O material coletado (estéril) do CMP foi caracterizado por meio dos ensaios de granulometria, limites de Atterberg (LL e LP), curva de compactação e CBR.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE FILHO, L. H. **Avaliação do comportamento geotécnico de barragens de rejeitos de minério de ferro através de ensaios de piezocone.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em engenharia civil), Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, p.171, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.457: Amostras de Solo - Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização.** Rio de Janeiro, p. 8, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.459: Solo - Determinação do limite de liquidez.** Rio de Janeiro, p. 5. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6.502: Rochas e Solos.** Rio de Janeiro, p. 18. Set/1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7.180: Solo - Determinação do limite de plasticidade.** Rio de Janeiro, p. 3. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7.181: Solo - Análise granulométrica.** Rio de Janeiro, p. 12, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7.182: Solo - Ensaio de compactação.** Rio de Janeiro, p. 9. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7.207: Terminologia e classificação de pavimentação.** Rio de Janeiro, p. 3. 1982.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9.604: Abertura de poço e trincheira de inspeção em solo, com retirada de amostras deformadas e indeformadas.** Rio de Janeiro, Setembro, p. 9, 1986.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9.895: Solo - Índice de suporte Califórnia.** Rio de Janeiro, p. 14. 1987.

BARBOSA, G. R. et al. **Análise climática e suas influências na cultura cafeeira no município de Patrocínio-MG**. Artigo publicado pelo departamento de Geomorfologia da Universidade Federal de Viçosa, 2009. Disponível em: http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo8/028.pdf.

CARVALHO, D.S. **Estudo de Viabilidade do LAUQ (Laterita Asfáltica Usinada a Quente)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário do Cerrado, Patrocínio, 2018.

DIAS, I. M. **Estudo de solos tropicais para uso em pavimentação a partir de ensaios triaxiais estáticos**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em engenharia civil), Universidade de São Paulo, São Carlos, SP. 137 p. 2007.

FERNANDES, G. **Comportamento de Estruturas de Pavimentos Ferroviários com Utilização de Solos Finos e/ ou Resíduos de Mineração de Ferro Associados a Geossintéticos**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geotecnia), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF. 250 p. 2005.

FERNADES, G. **Pavimentação - Pavimentos Flexíveis**, 48 f. Notas de Aula - Rodovias. Centro Universitário do Cerrado, Patrocínio, 2015.

FERREIRA JÚNIOR, L. G. F. **Estudo da Influência do Reforço (Geotêxtil) nos Mecanismos de Deformação e Ruptura de Estradas Não Pavimentadas através de Modelos Físicos**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF. 181 p. 1995.

FERREIRA, R. M. **Dimensionamento de um pavimento experimental para o tráfego de caminhões fora-de-estrada em planta de mina**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, Minas Gerais, 305 p. 2007.

MARQUES, G. B. **Análise de pavimento flexível: estudo de um trecho crítico na rodovia ERS-421**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIVATES, Lajeado, 2014.

ROSSI, A. C. **Etapas de uma obra de pavimentação e dimensionamento de pavimento para uma via na ilha do fundão**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 62 p. 2017.

SENÇO, W. **Manual de Técnicas de Pavimentação**. São Paulo: PINI, v. I, 2ª edição, 2007.

SOUSA, L. M. L. S. **Estudos de dimensionamento estrutural de estradas de mina a céu aberto**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em engenharia mineral), Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG. 200 p. 2011.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CRITÉRIOS DE DIMENSIONAMENTO DE BLOCOS DE FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO

ISADORA VIEIRA DOS SANTOS¹
DR. LUCIANO DA ROCHA MAGALHÃES²

RESUMO

Introdução: Sabe-se que a fundação é parte fundamental para a estabilidade de uma estrutura. Por ser enterrada existe certa dificuldade de análise e manutenção pós conclusão, por isso é de extrema importância ter um cuidado especial na elaboração dos projetos de fundação. As estacas, um tipo de fundação profunda, para receberem cargas corretamente distribuídas, precisam ser ancoradas em seu topo por blocos de fundação, elementos estes que possuem vários critérios de dimensionamento que fornecem resultados diferentes e dificultam a escolha do projetista sobre qual usar. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é analisar os resultados obtidos no dimensionamento de blocos de fundação com alguns critérios usuais e o programa de cálculo estrutural Eberick. **Material e Métodos:** O presente trabalho se desenvolve através de pesquisas bibliográficas referentes aos métodos de dimensionamento de blocos de fundação desenvolvidos por Blévoit e Frémy (1967), Delalibera (2006) e Fusco (2013) para posterior dimensionamento de blocos seguindo esses critérios e com auxílio do programa computacional Eberick para comparação dos resultados obtidos em cada um deles. **Resultados:** Percebe-se diferenças nos resultados entre critérios que ocorreram principalmente devido a diferenças na concepção da treliça em cada método. **Conclusão:** Conclui-se que com as diferenças de resultados há dificuldade para escolha do método mais confiável para se utilizar.

Palavras-chave: Bielias e Tirantes. Blocos sobre estacas. Cálculo estrutural. Tensões.

COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN CRITERIA FOR SIZING FOUNDATION BLOCKS IN ARMED CONCRETE

ABSTRACT

Introduction: It is known that the foundation is a fundamental part for the stability of a structure. Because it is buried there is some difficulty in analysis and maintenance after completion, so it is extremely important to take special care in the preparation of foundation projects. Piles, a type of deep foundation, to receive correctly distributed loads, need to be anchored on top by foundation blocks, elements that have several design criteria that provide different results and make it difficult for the designer to choose which one to use. **Objective:** The objective of this work is to analyze the results obtained in the design of foundation blocks with some usual criteria and the structural calculation program Eberick. **Material and Methods:** The present work is developed through bibliographic researches referring to the

¹ Engenharia Civil pelo UNICERP.

² Professor Orientador, Doutor em Engenharia Mecânica pela UFU.

methods of dimensioning foundation blocks developed by Blévoit and Frémy (1967), Delalibera (2006) and Fusco (2013) for later dimensioning of blocks according to these criteria and with aid of the computer program Eberick to compare the results obtained in each one of them. **Results:** Differences are observed in the results between criteria that occurred mainly due to differences in the design of the truss in each method. **Conclusion:** It is concluded that with the differences in results, it is difficult to choose the most reliable method to use.

Keywords: Connecting Rods and Rods. Pile blocks. Structural calculation. Tensions.

INTRODUÇÃO

A fundação é parte extremamente importante de uma estrutura, sabe-se que ela fica sob o solo e transmite a ele todas as ações provenientes da superestrutura. Existem vários tipos de fundação e estes são divididos em dois grupos: as fundações rasas e as fundações profundas.

Delalibera e Giongo (2008) afirmam que para a escolha do tipo de fundação o engenheiro deve ter conhecimento dos parâmetros do solo, da intensidade das ações, dos edifícios limítrofes e dos tipos de fundações disponíveis no mercado.

As estacas são um tipo de fundação profunda, pois, seu uso é necessário quando o solo não consegue dissipar todas as cargas apenas em suas camadas mais superficiais. Para seu correto funcionamento, é necessário o uso de um outro elemento estrutural denominado bloco de fundação ou bloco sobre estacas, cuja finalidade, segundo Munhoz (2004), é transmitir às estacas as ações oriundas da superestrutura.

Os blocos de fundação ficam sob o solo, sabe-se que há dificuldade com relação a sua análise visual quando em serviço, por isso Delalibera e Giongo (2008) relatam a importância de se ter o conhecimento do comportamento com relação aos Estados-limites de Serviço e Último.

Apesar de sua grande importância para estabilidade de uma estrutura com fundação em estacas, ainda hoje o dimensionamento dos blocos é adotado de modo conservador.

A norma brasileira ABNT NBR 6118:2014 possui apenas um roteiro de verificações simplificado desse elemento, citando no item 22.7.3 que para seu dimensionamento é aceito, dentre outros modelos, o de bielas e tirantes.

Basicamente, o modelo consiste em determinar as áreas das barras de aço da armadura principal de tração por meio das tensões de tração obtidas para o tirante e verificar a ruptura do concreto da diagonal comprimida junto à zona nodal inferior e superior (DELALIBERA, GIONGO, 2008).

Nota-se que para modelos de bielas e tirantes existem vários critérios de cálculo diferentes com divergência de limites de tensões nodais entre si, gerando muita dúvida aos

projetistas com relação ao critério mais adequado a se adotar.

Nesse contexto realizou-se o dimensionamento de dois blocos de fundação, sendo um sobre duas estacas e o outro sobre três estacas, ambos pelo método de bielas e tirantes segundo os critérios de Blévoit e Frey (1967), Fusco (1994) e Dela libera (2006) alternando as seções dos pilares a fim de comparar os resultados obtidos com os do programa Eberick para elementos idênticos e mostrar a influência que as dimensões do pilar exercem nos blocos, assim como as divergências de resultados obtidos em cada método.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desse trabalho inicialmente realizou-se pesquisas bibliográficas relacionadas com dimensionamento de blocos de fundação, para a escolha de três critérios de dimensionamento para análise, que foram os de Blévoit e Frémy (1967), Dela libera (2006) e Fusco (2013), ambos se baseando na analogia de bielas e tirantes.

Após a definição dos três critérios, executou-se o dimensionamento de um bloco de fundação sobre duas estacas e um bloco de fundação sobre três estacas de acordo com cada um dos critérios, usando o programa de cálculo estrutural Eberick e variando apenas a orientação da seção transversal do pilar para blocos com dimensões idênticas.

Com a realização dos dimensionamentos foi feita uma comparação de resultados para expor as diferenças obtidas mesmo utilizando-se blocos semelhantes, pilares com seção de mesma área e todos os critérios sendo baseados no método de bielas e tirantes.

Justificando-se pelo fato de que os resultados obtidos só serão usados em análise teórica, admitiu-se valores característicos tanto para as resistências do aço e do concreto quanto para as ações atuantes, sem o uso de coeficientes de segurança. Assim, alterou-se a combinação de análise do programa Eberick.

Para padronização e facilidade de comparação entre tensões atuantes, tensões resistentes e área de aço adotou-se as mesmas dimensões para cada tipo de bloco (sobre duas e sobre três estacas), conforme a Figura 1.

Tipo	A (cm)	B (cm)	h (cm)	h_{otel} (cm)	φ_e (cm)	e (cm)
Duas estacas	130	55	50	40	25	75
Três estacas	139	120	50	40	25	75

Sendo: A o comprimento do bloco; B a largura do bloco; $h_{\text{útil}}$ a altura útil do bloco; ϕ_e o diâmetro das estacas; e a distância entre eixo das estacas.

Figura 1: Dimensões dos blocos sobre estacas.

A altura do bloco foi determinada através da ABNT NBR 6118:2014 conforme equação 19. O comprimento e largura foram adotados de acordo com o diâmetro das estacas, utilizando-se como distância entre seus eixos três vezes o diâmetro delas e tendo como cobrimento lateral 15cm.

Para todos os blocos analisados foram adotados os valores de força concentrada e de resistências características apresentadas na Figura 2.

f_{yk} (kN/cm ²)	f_{ck} (kN/cm ²)	N_k (kN)
50	3	500

Sendo: f_{yk} a resistência característica das barras de aço; f_{ck} a resistência característica do concreto; N_k a ação atuante nos blocos.

Figura 2: Ação atuante e resistência características dos blocos.

O valor da tensão de escoamento do aço f_{yk} foi adotado conforme a norma ABNT NBR 7480:2007. Já a resistência à compressão do concreto f_{ck} e a força de compressão oriunda do pilar N_k foram adotados de forma empírica para a realização da análise.

Para o dimensionamento no programa computacional Eberick, informou-se no programa para valores limites de tensões aqueles sugeridos pela ABNT NBR 6118:2014, conforme a Figura 8, já para os critérios de Blévoet e Frémy (1967), Dela libera (2006) e Fusco (2013) usou-se os valores sugeridos por cada um deles, obtidos de acordo com seus experimentos.

O pilar adotado possui área de seção transversal igual a 600 cm², sendo seu menor lado (b) com 20cm e seu maior lado (a) com 30cm. Nos dimensionamentos alternou-se apenas o sentido do pilar com relação ao maior lado do bloco (A). Usou-se pilares com ângulo de rotação igual a 0° e 90° em relação ao maior lado dos blocos.

Para facilidade de identificação, os blocos foram nomeados de acordo com suas características, como mostra a Figura 3.

Bloco	Número de estacas	Ângulo de rotação com relação a
E2P30	2	0°
E2P20	2	90°
E3P30	3	0°
E3P20	3	90°

Figura 3: Dimensões dos blocos sobre duas estacas.

As vistas em planta e em corte dos pilares E2P30, E2P20, E3P30 e E3P20 estão representadas nas imagens 9, 10, 11 e 12 respectivamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando o critério de Dela libera (2006), temos que a diferença de resultado em tensões atuantes, forças de tração e áreas de aço entre ele e os critérios de Dela libera (2006) e Fusco (2013) ocorre basicamente porque, baseado em seus experimentos, ele considera um esforço de tração perpendicular às bielas, fazendo com que elas partam do centro do pilar até um quarto da seção transversal das estacas. Já Blévo e Frey (1967) e Fusco (2013) adotam a treliça partindo de um quarto da seção do pilar ao centro da estaca.

No modelo de Fusco (2013), ao considerar que a taxa de armadura exerce influência no dimensionamento dos blocos, aumentando sua capacidade resistente, o modelo apresenta valores de tensões atuantes e limites inferiores em relação aos outros critérios. Apesar de admitir tal situação, Fusco (2013) não traz em sua literatura explicações claras ou dados experimentais que comprovem essa consideração.

Como a concepção da treliça de Fusco (2013) é basicamente igual a adotada por Blévo e Frey (1967), partindo dos mesmos pontos no pilar e na estaca, o critério de Fusco (2013) tem força de tração e área de aço idênticas às desse modelo.

Por meio do programa computacional Eberick, obtém-se resultados de tensões atuantes, força de tração e área de aço diferentes de todos os critérios. Como no manual do programa não é especificado a forma que o programa realiza o traçado da treliça, há dificuldade em apontar a causa dessas divergências.

Para o cálculo das tensões resistentes, é esperado que o resultado obtido pelo programa seja a multiplicação dos coeficientes de segurança pela resistência característica do concreto. Nos blocos sobre duas estacas nas zonas nodais superiores, tal situação é confirmada.

É esperado que para o nó superior nos blocos sobre três estacas o programa aponte o

valor $2,55\text{kN/cm}^2$, para os nós inferiores dos blocos sobre duas estacas o valor de $2,16\text{kN/cm}^2$ e para nós inferiores de blocos sobre três estacas o valor $1,8\text{ kN/cm}^2$, já que foram usados os valores normativos, porém o programa aponta estes resultados como $2,16\text{kN/cm}^2$, $1,33\text{kN/cm}^2$ e $1,33\text{kN/cm}^2$. O manual do programa não traz explicações que justifiquem o resultado.

Além disso observa-se que o valor de tensões de compressão limites no nó superior para blocos sobre três estacas apresentados pelo programa Eberick é maior que a resistência a compressão do concreto utilizado, o que não condiz com a realidade e não é explicado em seu manual.

Outro problema analisado ao usar o programa para cálculo de blocos sobre estacas é que o manual informa apenas o uso de modelo de bielas e tirantes para o dimensionamento, não informando um critério específico.

Já os diferentes resultados que surgem nos critérios de Blévoet e Frémy (1967) e Fusco (2013), ao girar o mesmo pilar com relação a face maior do bloco, ocorrem basicamente porque o sentido do pilar altera a forma da treliça adotada. Pelo fato de as bielas partirem do centro do pilar, para o modelo de Dela libera (2006), não há divergências de resultados em blocos idênticos ao mudar a direção do pilar.

Ao utilizar a maior seção do pilar paralela ao maior lado do bloco, o ângulo de inclinação das bielas aumenta, fazendo com que as tensões atuantes diminuam. Por isso há muita importância em posicionar o pilar da forma mais favorável, que é aquela que resulta em tensões menores, para o dimensionamento dos blocos.

CONCLUSÃO

Com a realização dos dimensionamentos, nota-se que as diferenças obtidas ocorrem devido às divergências na concepção da treliça que há entre os critérios, além dos valores limites para tensões adotados em cada um que divergem entre si e da norma ABNT NBR 6118:2014.

Para exemplificar, tem-se que um bloco sobre duas estacas pelo modelo de Fusco (2013), pode-se encontrar o valor de $2,0\text{ kN/cm}^2$ como tensão atuante no nó superior, menor que o limite normativo de $2,55\text{kN/cm}^2$, porém muito maior que o valor de $0,6\text{kN/cm}^2$ sugerido por Fusco (2013) para este nó. Assim, o elemento estará em condições adequadas perante a norma, porém sujeito a risco de rompimento por excesso de tensão pelo critério de dimensionamento utilizado.

Conclui-se também, que, como no manual do programa Eberick não é especificado o critério de dimensionamento adotado e as tensões sugeridas pela ABNT NBR 6118:2014 não

atendem a todos eles, não há forma de o projetista identificar quais são os coeficientes de segurança mais adequados a informar ao programa computacional.

Porém, com relação às questões de segurança por esmagamento do concreto para bloco sobre duas estacas, entende-se que, ao obter valores de tensões atuantes de compressão maiores, o método do programa Eberick é o mais seguro.

Para os blocos sobre três estacas, todavia, mesmo apontando os maiores valores para tensões atuantes, o programa computacional Eberick apresenta valores de tensões limites junto às estacas superiores à resistência característica do concreto, o que inviabiliza a segurança desse método. Assim, para três estacas os métodos mais viáveis são os de Blévo e Frémy (1967) e Delalibera (2006) que apresentam valores bem próximos entre si.

Com relação aos esforços de tração entende-se que o critério mais favorável a segurança é aquele que resulta em maior área de aço. Assim, o programa Eberick se apresenta o mais satisfatório.

Já com relação às questões econômicas os métodos de Blévo e Frémy (1967) e Delalibera (2006) se mostram os mais viáveis já que apresentaram os menores consumos de aço.

REFERÊNCIAS

AltoQi © S3ENG - Tecnologia Aplicada à Engenharia S/A – MANUAL – SUPORTE ONLINE AUTO QI – 2019 – <http://faq.altoqi.com.br/index.php> – acesso em: 20/09/2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT NBR 6118/2014: . Projeto de estruturas de concreto - Procedimento - Elaboração. Rio de Janeiro, maio, 2014. 206 p.

DELALIBERA, R. G. **ANÁLISE NUMÉRIA E EXPERIMENTAL DE BLOCOS DE CONCRETO ARMADO SOBRE DUAS ESTACAS SUBMETIDOS À AÇÃO DE FORÇA CENTRADA E EXCÊNTRICA**. 2006. 332 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Estruturas), Universidade de São Paulo, São Carlos.

DELALIBERA, R. G.; GIONGO, J. S. Deformações em diagonais comprimidas em blocos sobre duas estacas. In: **IBRACON STRUCTURES AND MATERIALS JOURNAL**, [S.l.], v. 1, n. 2, jul. 2008.

DELALIBERA, R. G.; GIONGO, J. S. Influência das dimensões da seção transversal do pilar e da excentricidade da força de compressão no comportamento estrutural de blocos sobre duas estacas. In: **IBRACON STRUCTURES AND MATERIALS JOURNAL**, [S.l.], v. 2, n. 4, set. 2009.

FUSCO, P. B. **Técnicas de armar estruturas de concreto**. 2. Ed. São Paulo: Pini, 2013.

KIMURA, ALIO. **Informática aplicada em estruturas de concreto armado: cálculos de edifícios com o uso de sistemas computacionais**. 1. Ed. São Paulo: Pini, 2007.

LONGO, H. I. Engenheiro de estruturas diante o computador. In: V SIMPÓSIO EPUSP SOBRE ESTRUTURAS DE CONCRETO, São Paulo, 2003.

MAIA NETO, F. M. **DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA COMPUTACIONAL PARA DIMENSIONAMENTO DE BLOCOS DE COROAMENTO**. 2017, João Pessoa.

MUNHOZ, S. F. **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE BLOCOS DE CONCRETO ARMADO SOBRE ESTACAS SUBMETIDOS À AÇÃO DE FORÇA CENTRADA**. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Estruturas), Universidade de São Paulo, São Carlos.

MUNHOZ, F. S.; GIONGO, J. S. Análise do comportamento estrutural de blocos rígidos sobre estacas com pilares de seções quadradas e retangulares sob a ação de força vertical, horizontal e momento fletor. In: **CADERNOS DE ENGENHARIA DE ESTRUTURAS**, v. 13, n. 59, p. 9-12, 2011.

MUNHOZ, F. S.; GIONGO, J. S. Análise dos efeitos da variação da seção de pilares quadrados e retangulares com diferentes taxas de armadura longitudinal na armadura principal de tração de blocos sobre duas estacas. In: **IBRACON STRUCTURES AND MATERIALS JOURNAL**, [S.l.], v. 10, n. 3, jun. 2017.

TOMAZ, M. A. **ANÁLISE DAS TENSÕES NODAIS EM BLOCOS DE CONCRETO ARMADO APOIADO SOBRE DUAS ESTACAS METÁLICAS**. 2018. 142 fl. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.